

PODER LOCAL: APARENCIA E REALIDADE

NEUSA COSTA DAVIDS

Tese de Doutorado apresentada  
à Cadeira de Ciência Política da  
Faculdade de Filosofia Ciências e  
Letras de Rio Claro da Universi-  
dade de Campinas.

Rio Claro, 1968.

## AGRADECIMENTOS:

Quando das primeiras cogitações para a realização do presente trabalho sabia que realizá-lo dependeria, em grande parte, da orientação, da crítica e colaboração de uma série de pessoas sem as quais, o máximo de meus esforços resultaria nulo. Estas pessoas não me falharam. Quero pois, agradecer-lhes o inestimável auxílio nesta oportunidade.

Ao Professor Doutor Fernando Franco Altenfelder Silva, agradeço de maneira especial por haver despertado em mim o interesse pelas Ciências Sociais, orientando-me, com paciência e amizade, desde o princípio em minha carreira universitária.

Ao Professor Doutor Cândido Procópio Ferreira de Camargo sou grata por haver aceito dirigir minha tese, favorecendo-me, desta forma, com sua lúcida e criteriosa orientação.

A Professora Jeanne Berrance de Castro, tornou possível, como Diretora do Museu Histórico Pedagógico Amador Bueno da Veiga, o exame de documentos, facultando-me de maneira especial a consulta às fontes primárias, orientando-me sempre que necessário nas técnicas a serem utilizadas.

Ao Professor Ranulpho de Mello Freire, agradeço a revisão do texto e a colaboração em tôdas as etapas finais deste trabalho.

Ao Professor Doutor Paul Israel Singer devo o haver feito críticas e sugestões oportunas ao texto original.

As pesquisadoras Terezinha D'Aquino, Maria Auxiliadora de Abreu Lima, Mitiko Yamazoe, Rosa Maria Locatelli Fonseca, Marlene Aparecida Guisellini e Maria Tereza Dejuste, agradeço a colaboração indispensável que me deram quando alunas na coleta e interpretação dos dados.

Cumpre-me agradecer também aos senhores: Dr. João Fina Sobrinho e José Barreto por me haverem facultado a consulta às coleções de jornais e arquivos particulares. Da mesma forma agradeço à Direção da Sociedade Filarmônica Rioclarense e Gabinete de Leitura, à Secretaria da Câmara Municipal, na pessoa do Sr. José Machado e ao Cartório Eleitoral, na pessoa do Sr. José Carlos Rocco.

A meu ex-professor, Doutor Antonio Buschinelli e ao Doutor Paulo Sawaya sou grata pelo apoio moral nas várias dificuldades para a concretização deste trabalho.

Os senhores Celio Escher, Antonio Messetti, Luiz Alcênio -  
Soave, Nelson Trivelatto, Walter Moga, Wilson Galdino, Alvaro Riz  
zoli e Jonas Servezan, tornaram possível, pela amizade e compre  
ensão com que encararam os problemas surgidos, a impressã  
desta tese.

Maria Angela Libertucci Pedoriva e Leovigildo Duarte Ju  
nior foram os amigos companheiros dedicados e incansáveis com  
quem compartilhei tâdas as etapas finais de confecção do tra  
balho.

Finalmente, a Francisco e Alzira Costa e a Jean Pierre Da  
vids agradeço todos os momentos que me estimulavam no prosse  
guimento dêste trabalho, desculpando-me as falhas nos papéis -  
de filha e espôsa.

Neusa Costa Davids

Rio Claro- maio - 1968

## SUMÁRIO

Capítulos	Páginas
ÍNDICE DE QUADROS.....	I
ABREVIATURAS.....	II
INTRODUÇÃO.....	1
I-PODER E SOCIEDADE TRADICIONAL.....	35
II-EFEITOS LOCAIS DO DESENVOLVI- MENTO INDUSTRIAL.....	87
III-PODER E GRUPO DOMINANTE.....	122
IV-COMPORTAMENTO POLÍTICO E NOR- MAS INSTITUCIONAIS.....	146
V-O ESFORÇO PARA SE MANTER NO PODER.....	184
CONCLUSÕES.....	211
BIBLIOGRAFIA.....	218
FONTES.....	231

## INDICE DE QUADROS

	Páginas
Dados Numéricos para determinação do Grupo Dominante em Rio Claro.....	23
Grupo Dominante e Classes Sociais.....	23
Grupo Dominante:Dados obtidos em 1965.....	25
Eleitorado do Município por Cate- gorias Profissionais(1896).....	57
Estabelecimentos Industriais Exis- tentes em Rio Claro (1945e1965).....	94
Ramos Industriais em que se Obser- va Aglutinação de Pequenos Esta- belecimentos (Rio Claro:1945a1965).....	95
Ramos Industriais que se Expandiram ou Surgiram (Rio Claro:1945a1965).....	95
Ramos Industriais que Regrediram (Rio Claro:1945a1965).....	97
Número e Média de Operários Ocu- pados por Setor Industrial e Tamanho de Indústria(Rio Claro:1945a1965).....	99
Distribuição da População emRio Claro: 1940-1964.....	102
Rio Claro-Categorias Profissionais da População(1940-1950).....	104
População e Eleitorado(1951-1966).....	116
Grupo Dominante e Imigrantes.....	119
Candidatos ao Legislativo em 1963-Profissões.....	166
Candidatos ao Executivo em 1963-Classes Sociais.....	169
Legislativo:Eleitos, Suplentes, 1º e 2º Grupos (1963).....	172
Partidos e Eleitorado Rioclarense: Legislativo-1963.....	173
Classificação do Expediente da Câmara Municipal(1959-1964).....	201
Cassados e Profissões.....	206

A B R E V I A T U R A S.

- ACM RC: Arquivo da Câmara Municipal de Rio Claro
- AGL RC: Acêrvo do Gabinete de Leitura Rioclarense
- AH MHPABV RC: Arquivo Histórico do Museu Histórico Pedagógico "Amador Bueno da Veiga" - (Rio Claro)
- AP Autôra: Arquivo Particular da Autôra
- AP Barreto: Arquivo Particular do Sr. José Constante Barreto (Rio Claro)
- AP Fina: Arquivo Particular do Dr. João Fina Sobrinho (Rio Claro)
- ASFR RC: Arquivo da Sociedade Filarmônica Rioclarense (Rio Claro)
- IBGE RC: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Agência de Rio Claro
- BTRE GB: Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara
- BTRE SJ SP: Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral Secção de Jurisprudência. São Paulo
- BTJ SP: Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Capital)

## I N T R O D U Ç Ã O

A expressão estrutura do poder tem sido usada por especialistas em Ciências Sociais para se referirem a um complexo de relações e interrelações de poder, dinâmico, multilinear, compreendendo padrões e expectativas de comportamento vinculados ao exercício e à distribuição institucional do poder numa sociedade em determinada conjuntura histórica.

Em outras palavras, a expressão estrutura do poder tem sido utilizada para indicação do sistema organizado de relações de poder. As características do sistema de dominação emergem a partir da relação fundamental de poder entre quem exerce o poder e aqueles sobre os quais o poder é exercido. Esta relação ou interrelação entre os dois membros da relação fundamental, ou seja, dominante e dominado, expressa a categoria básica da dominação evidenciada pela estrutura do poder em seu conjunto.

Neste sentido, a investigação empírica da estrutura do poder pressupõe uma análise do sistema de dominação, ou seja, do conjunto ou relações englobadas pela estrutura do poder, no sentido especial de garantia à permanência e irreversibilidade dos termos fundamentais da relação: dominante e dominado.

Em resumo, as relações e interrelações de poder abrangidas pelo sistema de dominação constituem o objetivo imediato e fundamental para a investigação da estrutura do poder. Elas permitem observar as mudanças parciais que se estabelecem na estrutura do poder a partir das mudanças na infra-estrutura econômica, bem como, evidenciar alguns esquemas políticos adap

tativos às novas condições emergentes na sociedade política, cujo objetivo é basicamente a manutenção do poder.

Todavia, ao dar ênfase às relações de poder englobadas no sistema de dominação, abre-se um terreno difícil ao investigador: cabe a êle, de certa forma, considerar o tratamento a ser dado às relações de poder. De certa forma, ainda, cabe a êle, considerá-las fundamentalmente como uma tensão circunstancial entre duas ou mais forças. Ou, num sentido mais geral, considerando a relação de poder, e conseqüente obediência, como resultante da superação de uma força sobre a resistência de outra, no caso, a dominante, superando a dominada. No primeiro caso, o sistema de dominação afigura-se ao investigador como um todo em equilíbrio dinâmico. No segundo caso, a dinâmica da estrutura revela um sentido mais claro de dominação por parte do grupo dominante. A manutenção do poder deixa de ser compreendida como equilíbrio dinâmico de forças, mas como a expressão de uma força, dominante, superando a outra, dominada.

A decisão do investigador por um destes caminhos não é arbitrária e, muito menos, chega êle a formulá-la por razões exteriores à pesquisa que executa. Ao contrário, o investigador é, de certa forma, conduzido em sua decisão pelo material empírico que analisa ao curso de sua investigação. É neste sentido que a ênfase deste trabalho repousa na análise do sistema de dominação a partir da categoria dominante, ou seja, de quem exerce poder. Nossa perspectiva foi, portanto, centrada na análise da trama de relações internas às categorias dominantes, de suas interrelações, e conseqüências no arranjo eleitoral e na estrutura do poder político.

Por outro lado, procuramos evidenciar as mudanças operadas nestas relações e interrelações de poder, cujo objetivo é a manutenção do statu quo, ao longo de um processo de mudança na infra-estrutura econômica, na transição, ainda em processo em Rio Claro, de uma economia agrária à industrial.

Em resumo, nosso objetivo concentrou-se na análise das mudanças nas técnicas de manutenção do poder utilizadas pelos grupos dominantes ao longo do processo de industrialização em Rio Claro. Para o atendimento destes objetivos tivemos de realizar três etapas principais na investigação:

1) Em primeiro lugar, tivemos de situar no contexto social as

categorias fundamentais, dominante e dominado, interpretando-as a partir da estrutura social. Em outras palavras, tivemos de situar, na estrutura social tradicional, as categorias dominante e dominada, ou melhor, aquela sôbre a qual é exercido o poder, interpretando tal disposição do sistema de dominação a partir da própria estrutura social. O mesmo tivemos de realizar com relação à estrutura social emergente após a industrialização e urbanização, em Rio Claro.

2) Em segundo lugar, tivemos de explicar e compreender como se manteve ao longo do processo de mudança - a disposição fundamental do sistema de dominação. Em outras palavras, quais foram os meios necessários e à disposição do grupo dominante e por êle utilizados para manter o domínio.

3) De certa forma, através do desenvolvimento das duas etapas anteriores, cumprimos a terceira etapa da investigação, ou seja, a análise das relações dinâmicas entre as duas categorias sociais, aquela que exerce o poder e aquela <sup>sôbre</sup> a qual êle é exercido. Estas relações dinâmicas são estabelecidas através dos canais institucionais legais ou fora dêles, como luta factua! pelo poder, no sentido da manutenção do statu quo ou em oposição a êle.

Para o cumprimento da primeira etapa, ou seja, a localização da categoria dominante no complexo tradicional, em Rio Claro, valemo-nos de entrevistas com antigos moradores em Rio Claro, bem como das fontes primárias citadas junto à bibliografia geral. O material assim coletado, indicava a necessidade de reformularmos algumas das hipóteses teóricas de interpretação, pois: 1) ao buscarmos um tipo de dominação tradicional rural exercida pelo coronel do café, a imagem que desta figura nos vinha do material empírico era a de um coronel urbano; 2) ao buscarmos o eleitor de cabresto rural, encontramos um eleitor urbano predominantemente, indicando-se como "filiado ao Partido do Coronel"; 3) ao buscarmos uma cidade de economia predominantemente rural, encontramos uma área de serviços urbanos, além de não ser o café a produção principal no setor agrícola.

A partir da comprovação dêstes fatos é que interpretamos o sistema de dominação da primeira república como um sistema tradicional de base urbana, ao qual corresponde a figura do coronel de cidade.

Todavia, a base urbana do sistema de dominação tradicional desenvolveu-se a posteriori, como conseqüência da ampliação da faixa de interêsses urbanos ligadas direta ou indiretamente ao café, transportes, comércio urbano, etc. Desta forma, o tipo de liderança política que descrevemos como coronel de cidade, corresponde a uma forma de transição da dominação política tradicional. Forma, esta, conciliatória, entre os interêsses dominantes tradicionais, vinculados ao mundo rural e os interêsses do eleitor urbano emergente.

Dois aspectos são, entretanto, fundamentais à análise do sistema de dominação subjacente ao coronelismo de cidade, no nosso entender: o primeiro, ao qual nos referíamos, diz respeito à adaptação das formas patriarcais tradicionais de liderança política, às condições urbanas; o segundo, diz respeito ao papel das normas legais institucionais na padronização do comportamento político.

De certa forma, ambos os aspectos vinculam-se à transferência das relações sociais e econômicas entre o homem do campo e o dono da fazenda, para a esfera política, onde, na República, o primeiro é o cidadão-eleitor e o segundo, o candidato à representação política. (Inúmeros autores trataram do assunto na bibliografia especializada brasileira, dos quais vários figuram na bibliografia).

As entrevistas que realizamos com antigos moradores de Rio Claro, no total de 50 entrevistas, bem como as fontes consultadas, orientaram nossa interpretação no sentido de que as dependências que ligavam o homem do campo ao dono das fazendas de café se transpunham para a esfera política condicionando a participação eleitoral do trabalhador rural, sob a forma de estabelecimento de vínculos de lealdade pessoal aos coronéis, então chefes políticos. O estabelecimento de tais vínculos se reflete também na própria organização partidária da primeira República, compondo-se facções locais do Partido Republicano, com base nas mesmas relações de fidelidade pessoal do coronel.

Contudo, não nos entusiasmos em interpretar estes vínculos de fidelidade pessoal como um tipo de obediência ao qual o eleitor rural estivesse obrigado por imposição do coronel. Ao contrário, nossos informantes deixaram entrever que

a fidelidade pessoal e conseqüente dependência política surgia como decorrência do sistema, dos mecanismos de aliciamento utilizados pelos coronéis — favores, sob forma de roupas, sapatos, empréstimos, etc. — no sentido de reforçar os liames tradicionais.

Em resumo, a dependência do trabalhador rural em relação ao fazendeiro extrapola-se para a área política sendo que o coronel assume a posição de dirigente político de "seu" eleitorado rural. Por outro lado, estes laços de dependência evoluem em certo sentido, assumindo características de relações amistosas, passando o voto a poder ser considerado como a retribuição de um favor prestado pelo coronel.

O desenvolvimento do meio urbano e conseqüente formação de um eleitorado urbano vem, assim, constituir uma etapa diferenciável neste sistema de dominação tradicional, cuja característica básica, como vimos, é a extrapolação das dependências rurais para esfera política. É neste sentido que a consideramos na análise do período republicano como uma segunda fase cuja figura essencial é o coronel de cidade.

O eleitorado urbano detém expectativas diferentes daquelas do rural, especialmente se considerarmos os eleitores dependentes diretamente do fazendeiro então chefe político. Nessas condições a política desenvolvida pelo coronel de cidade é essencialmente conciliatória, promovendo a unificação dos interesses vinculados à burguesia rural tradicional a qual o coronel representa e os interesses do eleitorado urbano emergente, especialmente dos setores ligados ao comércio e indústria.

O sistema de dominação correspondente a este período (1904-1922), em Rio Claro, fundamenta-se, portanto, na adaptação das relações de dominação tradicional às condições urbanas. Os liames de dependência, fundamentais à compreensão do sistema de dominação tradicional, são readaptados às novas condições e figuram sob a feição de laços de amizade e relações pessoais, bem como transparecem nos favores prestados. As campanhas políticas assumem também, neste período, um tom mais pessoal, visando popularizar o líder político e, por outro lado, o coronel de cidade procura atrair seu eleitorado facultando-lhe assistência em movimentos reivindicatórios de classe.

Segundo nos foi dado observar pelo material em

pírico obtido, o coronelismo da cidade sustentou-se, em Rio Claro, graças ao ajuste circunstancial entre interesses opostos que constituía sua base. Desta forma, sob base do sistema institucional da democracia representativa o poder tradicional do coronel manteve-se dominante, apoiando-se na transferência das dependências do meio rural e, em segunda etapa, promovendo a extensão de uma trama de relações, favores e fidelidades pessoais que lhe garantia a manutenção de uma base eleitoral.

Se, de um lado, a ampliação do eleitorado urbano vai constituir um fator de crucial importância no rompimento deste esquema, na medida em que significa a inclusão de um contingente maior de elementos independentes do poder do coronel — e, em certa medida, de seus favores — o próprio ordenamento legal da democracia representativa na primeira República e os ideais a êle vinculados constitui uma segunda dimensão do sistema de dominação tradicional.

Uma análise da legislação eleitoral republicana revela certas contradições a ela subjacentes, as quais embora não constituíssem obstáculos intransponíveis à manutenção dos coronéis no poder, favoreceram, de certa forma, a manifestação e alicciamento do eleitorado urbano, e neste caso, especialmente de classe média, que desempenhou papel importante na composição e atuação dos núcleos urbanos de oposição política.

Neste trabalho, nosso interesse na legislação eleitoral republicana será, portanto, vinculado à intenção de compreendê-la no que ela teve de importante no sentido de pautar o comportamento político do grupo dominante, no caso, dos coronéis, bem como dos eleitores. Neste sentido, julgamos de bom alvitre o levantamento das fontes oficiais a respeito, bem como a análise de documentos da época que foram postos à nossa disposição pela direção do Museu Histórico Pedagógico Amador Bueno da Veiga. Outras fontes consultadas e que se acham citadas em local competente, foram de importância, talvez secundária, frente à inestimável colaboração que nos prestou o referido Museu.

Mesmo ao pesquisador sobre a primeira República no Brasil, não é estranha a idéia da fraude eleitoral como traço predominante no panorama político da época. Todavia, a legislação eleitoral do período é rica em pormenores que dizem

do certo cuidado em relação à moralização dos pleitos, bem como são severas as punições e numerosas as sanções para os infratores. Nota-se que, se, de um lado, o legislador procurou padronizar os pleitos e conduzi-los segundo normas legais inequívocas, ao grupo dominante da época cabe a tarefa de promover as adaptações necessárias à legislação com vista à defesa dos interesses políticos dominantes.

Este caráter, à primeira vista, de contradição entre dois setores das classes dominantes no período, revela-se, entretanto, falacioso se tentarmos utilizá-lo como categoria de interpretação. Em realidade, não são dois setores da classe dominante, mas sim, dois papéis desempenhados às vezes pelo mesmo personagem. E, neste sentido, não se deve esquecer que a legislação eleitoral do período era formulada pela Secretaria dos Negócios do Interior — nos Estados — e aprovada pelas Assembléias Estaduais — no caso de São Paulo. Conseqüentemente, o próprio legislador era eleito graças a certos expedientes que, segundo as leis, normas e instruções, eram fraudulentos.

Neste sentido, para a compreensão da fraude eleitoral, nesse ponto de partida foi a compreensão do sentido das mudanças globais pretendidas pela legislação e, paralelamente, a verificação dos obstáculos estruturais opostos àquelas mudanças.

O sentido de legislação eleitoral esteve voltado à racionalização do comportamento político, especialmente no tocante ao relacionamento indivíduo-Estado e no tocante à ordenação do uso do poder pelo senhor rural, pautando-o segundo normas disciplinadoras. É neste sentido que o arcabouço institucional se revelou falacioso: na medida em que pretendeu alterar as relações de dependência então vigentes, criando um eleitor a partir do contingente de trabalhadores, principalmente rurais, ligados ao coronel. O mesmo se pode concluir em relação ao poder dos coronéis, tradicional e patriarcal, apoiado em vínculos, tanto econômicos quanto sentimentais, em relação aos seus eleitores.

Desta forma, os obstáculos existentes à plena aplicação das leis eleitorais resultavam das próprias condições estruturais fundamentais do sistema de dominação. Podemos falar, assim, de uma inadequação das condições institucionais legais

criadas, na medida em que elas previam a existência de um eleitor desvinculado do complexo tradicional de mando à realidade política vinculada à economia predominantemente agrária do período inicial da República.

Neste período, a fraude eleitoral representou, segundo os documentos da época, um recurso na luta entre os coronéis que disputavam o poder em Rio Claro. É preciso que se note, entretanto, que o recurso ao qual nos referimos era dirigido por um coronel no sentido de vencer o outro. E não como acontece, mais tarde, no sentido de superar um movimento eleitoral organizado, de oposição.

Alterações neste esquema surgem, portanto, a partir da ampliação do contingente eleitoral urbano que, como vimos, forçou o sistema de dominação tradicional a certas adaptações no sentido da conciliação de interesses entre o grupo rural, econômica e politicamente dominante, e o eleitorado urbano, que passa gradativamente a ser o principal contingente de eleitores.

Assim, paulatinamente, as normas institucionais passam a frutificar. Entretanto, pelo que observamos, as várias reformas nas leis eleitorais produziam resultados indiretos e, de certa forma, contrários aos interesses politicamente dominantes. Basta considerar que a maior popularidade e divulgação destas reformas, bem como dos princípios que as orientavam, era feita através de jornais — inclusive de Rio Claro — servindo, assim, como elemento aliciador do eleitorado urbano e como material de crítica aos padrões de dominação vigentes, especialmente na medida em que punham a descoberto a fraude eleitoral.

O elemento principal das críticas à situação política dominante no movimento de Reação Republicana é justamente a análise da fraude eleitoral, bem como dos demais mecanismos efectivos de controle, como os favores, empregos, etc. Foi interessante a análise deste vasto material, compreendendo os reflexos em Rio Claro das campanhas de Nilo Peçanha, em 1922, e a continuação do movimento de oposição local promovido por elementos da classe média local, mas contando com grande apoio do operariado. Nestes artigos, nos foi dado observar a manifestação das contradições internas ao sistema de dominação tradi-

cional expostas sob a forma de crítica legal, como, também, sob a forma de ironia, ou a correspondente justificação. Os articulistas se digladiavam através dos jornais locais e, segundo entrevistas, o "acêrto de contas" era feito sob outras e mais enérgicas condições.

Em resumo, nesta fase de radicalização da oposição urbana local, formaram-se facções cujas expectativas políticas o coronel de cidade não podia corresponder. Os favores pessoais, a dependência e fidelidade não podiam ser extensivos ao eleitorado urbano, como categoria predominante. E a fraude eleitoral, embora tivesse sido mecanismo extremamente utilizado e continuasse em vigor apesar das restrições legais, não mais surtia os efeitos desejados, servindo, ao contrário, como elemento a agravar a oposição, fazendo-se às vêzes necessária a utilização de repressão policial para "acalmar" os ânimos.

Assim, através da análise das relações de poder, evidenciamos no seu conjunto o sistema de dominação tradicional do período. Em contra-partida, as relações de poder permitiram evidenciar as mudanças ocorridas naquele sistema de dominação, a partir da alteração na estrutura econômica. É a partir destas mudanças e de seus reflexos nas disposições fundamentais do sistema de dominação que consideramos o processo de manutenção do poder durante o primeiro período Republicano, em Rio Claro, como um sistema de dominação tradicional de base urbana.

Convém, ainda, esclarearmos alguns aspectos subsidiários à análise dos procedimentos até agora encetada. Em primeiro lugar, a utilização que fazemos do adjetivo tradicional em relação às formas de dominação é no sentido daquelas formas de poder mantidas como herança cultural, onde se refletem, de certa forma, os vínculos entre pai e filho, num complexo de poder e autoridade. Em resumo, tradicional é utilizado neste trabalho em referência às formas de relacionamento social mantidas na cultura, porém como padrões dinâmicos abrangendo as normas e expectativas de comportamento, bem como valores que as orientam. Neste sentido, a distinção entre tradicional e patriarcal diz respeito à maior ou menor explicitação dos vínculos entre pai e filho, extrapolada para as relações sociais em seu conjunto. Todavia, na medida em que estes vínculos conduzem de

certa forma às relações políticas entre líder e seguidores -- quando a legislação, ou seja, o estatuto legal previa o relacionamento entre cidadãos no mesmo nível de igualdade: livres, maiores, do sexo masculino -- evidencia-se uma transferência de formas de relacionamento social para o nível político, relacionamento este apoiado em valores e padrões de comportamento que provêm historicamente na cultura uma certa assimetria em relação, especialmente, à autoridade. Neste sentido, temos um padrão de relacionamento social anterior, conduzindo à relação política estabelecida a partir da lei. Conseqüentemente, designamos esta forma como tradicional. No mesmo sentido, utilizamos a expressão, no decorrer deste trabalho, referindo quer à estrutura social em seu conjunto, na medida em que ela indica a organização social em relação aos padrões mantidos pela cultura através do tempo, embora de forma dinâmica, quer a outros termos a aparecerem no texto.

De maneira semelhante, o sistema de dominação tradicional caracteriza-se para nós a partir das relações de dependência entre líder e seguidores, evoluindo num sentido decrescente de obediência dos eleitores à autoridade representada pelo car nel, até assumir formas intermediárias onde a relação dominante e dominado não se faz mais com base em dependência, mas sim, na troca ou retribuição de favores e achêgos de interesses. Todavia, é necessário que se note que estas mutações são superficiais em relação às bases do sistema. Em outras palavras, são mudanças no sentido da manutenção das relações fundamentais de dominação, sem que se processassem alterações no sentido daquelas relações essenciais entre dominante e dominado.

A localização do grupo dominante na sociedade tradicional foi, portanto, elaborada a partir de critérios distintivos de posse e influência na economia agrária e na medida em que o mesmo se mantém no poder, não obstante mudanças de profundidade na economia, a partir dos mecanismos efetivos de controle detidos e utilizados pelo grupo.

A análise destes mecanismos efetivos conduziu-nos na investigação do comportamento efetivo do grupo dominante no período, no sentido de manter-se no poder. A contraposição do comportamento efetivo e normas institucionais legais permitiu a caracterização do comportamento do grupo dominante, especial

mente no sentido das relações internas, visando a ampliação do controle e consequente permanência no poder.

A fraude eleitoral é, portanto, considerada neste trabalho como um dos mecanismos de controle político. Inicialmente, como arma de disputa entre coronéis e, gradativamente, como recurso no sentido de assegurar o poder face à oposição eleitoral urbana. Talvez, pareça ao leitor que consideramos a fraude ampliando suas dimensões e, mesmo, repercussões no sistema de dominação. Isto, entretanto, não passa de impressão. Em primeiro lugar, a fraude é um comportamento diferenciado e mesmo oposto às normas legais, mas cuja característica é a obediência às disposições formais do estatuto legal. Caso contrário, a fraude torna-se crime eleitoral — mesmo durante a primeira República, como frisamos — e como tal caracterizada. Dêste ponto surge a dificuldade fundamental em analisar a fraude. Por exemplo, tivemos em mãos cerca de 300 requerimentos à Comissão de Alistamento para obtenção de títulos eleitorais em 1898. Todos com a mesma letra e assinaturas extremamente semelhantes. Seriam fraudulentos? Para uma resposta correta seria exigível o levantamento da existência dos requerentes através dos documentos de óbito, etc. Infelizmente, não dispúnhamos de recursos necessários à pesquisa semelhante, além de não ser a contestação da fraude o objeto fundamental do nosso trabalho. In dubio pro reu, diz a norma. É assim procedemos. Todavia, rascunhos de atas eleitorais encontradas no Arquivo, especialmente referentes às seções eleitorais das quais tínhamos os dados de alistamento, evidenciavam acertos aritméticos incompreensíveis à razão comum. Lembramo-nos de um caso em que 87 eleitores, mais 3 eleitores, somavam 101 votos, e outros achôgos semelhantes. Neste caso, não há como considerar a dúvida. Por outro lado, nossos informantes foram pródigos em relatos sobre as eleições fraudulentas do passado. Casos, os mais diversos, inclusive roubo de urnas e atas nos caminhos de Rio Claro a São Paulo, violação de mala do correio, etc. São estes casos que de certa forma fazem parte do folclore político local.

Complementando estes dados, causa estranheza ao investigador o nível baixíssimo de abstenção nas eleições do período. Segundo observamos, raramente faltava um ou dois elei

tores. A regra geral era 100% de presença, o que não condiz com as condições precárias de transporte e nível de politização, provavelmente existentes.

Todavia, não insistimos nesses indícios de fraude. Utilizamos especialmente para a análise os documentos que a denunciavam ou que a tornavam evidente, bem como o material de entrevistas. Contudo, queremos deixar claro que, da mesma forma que é difícil ao pesquisador provar a fraude, é difícil provar quando ela não existe. Assim, concordamos que a existência de eleitores que espontaneamente e conscientemente votavam nos coronéis é tão importante para a compreensão do sistema de dominação, quanto a daqueles que votavam atraídos por uma ou outra promessa, retribuição de favor, dependência, ou, ainda, simplesmente a daqueles prováveis fantasmas, nomes apenas, na lista de eleitores ... O difícil, senão impossível, é separar o jôio do trigo e achamos não ser imprescindível fazê-lo ... Portanto, não caracterizamos, neste trabalho, o sistema de dominação tradicional a partir da fraude, mas consideramos a fraude, na medida em que ela representa um dado importante pela frequência, um dos aspectos do sistema de dominação tradicional, cuja referência é importante para a compreensão do comportamento político dos grupos dominantes, no período. E, especialmente, como recurso utilizado por estes grupos no sentido de atenuar as repercussões da oposição urbana em sua luta pelo poder, através dos canais institucionais legais, ou seja, através das eleições.

As relações binômicas, entre grupo dominante e eleitorado, constituíram, assim, o terceiro aspecto na caracterização do sistema de dominação tradicional. Não julgamos necessário repetir nesta oportunidade a importância das relações de dependência no estabelecimento de uma dinâmica de dominação interna à estrutura do poder. Assinalamos, contudo, a importância do movimento de oposição urbana como a formação de um polo dinâmico relacionado a um processo tendente ao rompimento das relações de dominação vigorantes. Processo, este, desenvolvido com a revolução de 30, mas que, em Rio Claro, guardou certas peculiaridades fundamentais.

O rompimento do sistema tradicional de manutenção do poder inicia-se a partir destes antagonismos subjacentes às

relações dinâmicas de poder no período. Evolui no agravamento das tensões culminando com os reflexos locais do processo geral da sociedade brasileira de ascensão do poder dos setores da classe dominante urbana ligados, pròximamente, à indústria. Em resumo, a substituição do sistema tradicional de dominação em Rio Claro não constitui processo peculiar àquela localidade, mas sim, trata-se de reflexo local de mudanças sociais mais amplas na sociedade brasileira.

O sistema de dominação emergente reflete, portanto, as condições peculiares de ressonância local daquelas mudanças globais. Antes, entretanto, de considerá-las de per se convém aclararmos os aspectos que consideramos para a caracterização das novas formas e relações de dominação.

Julgamos três aspectos fundamentais e suficientes para tal objetivo. O primeiro diz respeito à composição interna do grupo dominante, análise dos critérios de inclusão de seus componentes, dinâmica interna, relação de poder e influência. Em segundo lugar, procuramos analisar o comportamento político deste grupo em relação ao objetivo comum de manutenção do poder, técnicas e praxes de controle político, utilizadas, nos novos padrões de dominação e, especialmente, as relações entre o comportamento efetivo e as normas institucionais. Por último, procuramos obter uma visão mais global da ação política do grupo dominante, no sentido de se manterem no poder os esquemas de manutenção utilizados durante as campanhas eleitorais e na condução da política local. Finalmente, o movimento militar de 64 nos permitiu analisar as reações do grupo dominante em Rio Claro sob condições especiais de tensão.

De certa forma, repetimos na análise do sistema de dominação emergente as etapas anteriormente descritas com relação ao sistema tradicional. Todavia, neste segundo momento de nosso trabalho, a preocupação fundamental que orientou nossa análise foi a de revelar as mudanças processadas nas relações de dominação, a partir destas, no sistema e, finalmente, até que ponto se observaram mudanças na estrutura do poder, ou seja, no conjunto das relações recíprocas entre dominante e dominado.

Esta preocupação conduziu nossa análise no sentido de observarmos as formas de dominação mutantes, como também aquelas em que permaneceram resquícios do sistema tradicional.

Neste sentido, ainda, procuramos evidenciar a presença de tais formas de dominação tradicional como componentes tradicionais do sistema emergente, identificáveis tanto no comportamento político do grupo dominante, quanto nas expectativas eleitorais locais. Por outro lado, as novas bases da legislação eleitoral nos ofereceu um campo extremamente rico à pesquisa de Ciência Política. Sem pêjo, podemos afirmar, não o têramos explorado neste trabalho como poderia ser feito por um antropólogo. As repercussões do estatuto legal, como agente de mudança cultural provocada em relação aos padrões de comportamento político, constitui um dos aspectos deste campo, no qual nos aventuramos sem, entretanto, a preocupação sistemática do especialista. Conseqüentemente, os frutos de nossa investigação neste setor referem-se a casos empíricos, sem que nos alçássemos à formulação de hipóteses gerais quanto ao processo cultural de resistência àquelas mudanças.

Em resumo, nossa investigação da substituição do sistema de dominação tradicional enfatiza os aspectos cambiantes deste processo de emergência.

Não se pode, todavia, investigar mudança social em Rio Claro, sem que se considere: a) suas origens, no sentido das contradições internas ao sistema anterior que se transformam em forças propulsoras e, b) o ponto de partida, ou seja, o fulcro de mudança, a partir do qual o processo se estende abrangendo, ou se refletindo na estrutura social local.

Em relação às causas das mudanças consideramos prioritárias para a análise aquelas de ordem estrutural e, nestas, as infra-estruturais. Neste sentido, embora não considerássemos explicitamente na análise do sistema de dominação tradicional, o sistema econômico da agricultura de exportação e, neste, as relações de trabalho, foi a partir de categorias de explicação subjacentes às relações de trabalho, ou seja, a dependência do trabalhador rural ao dono da fazenda, que construímos nosso esquema de interpretação. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de atividades econômicas urbanas ligadas a princípio direta ou indiretamente ao café, mas logo adquirindo autonomia, constituiu ponto fundamental na interpretação das formas adaptativas ou conciliatórias de dominação tradicional, na medida em que este desenvolvimento propiciava a ampliação de categorias sociais independentes do poder direto do coronel.

Procedimento análogo seguimos em relação ao sistema de dominação emergente. Aqui, contudo, foi necessário investigarmos em que medida o processo de urbanização e industrialização, por que passa a sociedade brasileira após 30, refletiu-se na estrutura social local, especialmente, no setor urbano e industrial pré-existente. Os processos de industrialização e urbanização constituem, portanto, as forças de mudança propulsoras nas modificações do sistema de dominação em todos os aspectos a serem considerados. Entretanto, as variáveis explicativas das mudanças ocorridas em Rio Claro são constituídas pelas condições peculiares de consonância daqueles processos na estrutura do setor urbano industrial e agrícola, com reflexos profundos na estrutura de classes e composição do grupo dominante e eleitorado, bem como as influências da nova legislação eleitoral no comportamento político. Em resumo, os reflexos locais dos processos de urbanização e industrialização são tomados em nosso trabalho como variáveis explicativas das mudanças no sistema de dominação, embora não diretamente, mas através das influências, alterações provocadas na estrutura de classes e no processo político.

Na medida em que nos interessam fundamentalmente as repercussões locais, consideramos os processos de industrialização e urbanização no sentido particular de sua expansão espacial em relação ao fulcro, ou seja, a extensão das influências dos grandes centros industriais sobre o interior, no caso do Estado de São Paulo, a influência do desenvolvimento industrial da Capital sobre o interior.

A análise deste processo de expansão foi anteriormente feita por Paulo Singer em obra citada, que utilizamos para a análise do processo de mudança global. A noção de desequilíbrios regionais desenvolvida pelo autor serviu-nos, assim, como a primeira categoria de análise, a partir da qual investigamos as tendências expressadas no desenvolvimento industrial local, a partir de 30, bem como as modificações observadas na agricultura.

O cumprimento desta etapa de nosso trabalho apresentou-nos especiais entraves, originados das dificuldades naturais do pesquisador que pretende pescar em águas alheias, e no também da ausência de dados sistemáticos sobre, por exemplo, valor da produção industrial e agrícola, etc. A medida em

que defrontávamos com dificuldades de tal parte, vencê-las exigiria a elaboração de uma pesquisa econômica paralela, o que fugia às nossas habilitações, bem como ultrapassava os limites das nossas preocupações neste trabalho. Consequentemente, limitamo-nos à investigação em função dos dados disponíveis, complementando-os com entrevistas com industriais, agricultores, comerciantes, operários, trabalhadores rurais, estíveis e temporários, e comerciários de Rio Claro.

Tal procedimento a nosso ver não prejudicou a veracidade das referências estabelecidas à medida em que não nos preocupava a censuração dos reflexos locais dos desequilíbrios regionais, mas sim, a observação, embora com alguma quantificação, daquelas influências.

De qualquer forma, comprovamos através do material empírico disponível as duas tendências básicas das quais fala Singer: transformação no setor industrial, no sentido do desenvolvimento de ramos fora da competição dos grandes centros e transformação no setor agrícola, no sentido de uma especialização para consumo dos grandes centros, de gêneros alimentícios e matéria-prima agrícola para consumo industrial.

Estas transformações na infra-estrutura econômica significaram, em Rio Claro, a ampliação do centro urbano, com êxodo rural. Todavia, o fluxo populacional não encontra, na cidade, oportunidade de trabalho devido à morosidade com que se amplia o setor industrial. Neste sentido, as condições especiais em que se operaram as mudanças locais, ao longo do processo global de urbanização e industrialização, conduziram a certos desequilíbrios internos, especialmente a larga oferta de mão-de-obra e baixa demanda, conseqüente subemprego, além de êxodo de mão-de-obra especializada para os grandes centros.

Tais condições constituem as variáveis intervenientes para compreensão da estrutura de classes, bem como da composição e comportamento do grupo dominante, além de serem conseqüentemente fundamentais na formação do contingente eleitoral local.

Por outro lado, o avanço da industrialização, em Rio Claro, caracterizou-se, no quadro geral das dimensões assumidas pelo complexo industrial local, por certa morosidade que, encontrando resistência da estrutura social à mudança, conduziu finalmente ao surgimento de formas adaptativas tanto nos

padrões e expectativas de comportamento quanto no recorte emergente da estrutura de classes.

A manutenção dos componentes tradicionais foi da de fundamental na análise da estratificação social emergente: na medida em que o rompimento do complexo tradicional em Rio Claro se revestiu de condições peculiares, como vimos, o recorte das classes emergentes conserva relações com a disposição de classes tradicionais. Conseqüentemente, pudemos identificar segmentos tradicionais e não tradicionais na estrutura de classes local.

Estas distinções internas firman-se não apenas em critérios quantitativos como renda, mas especialmente em critérios qualitativos de status e prestígio. Tais distinções têm sentido em relação aos padrões tradicionais de relacionamento social, não se vinculando exclusivamente aos segmentos tradicionais, mas sim, a todas as classes. Um aspecto destas distinções de raízes tradicionais é constituído pelas divisões internas à classe operária local, cuja análise nos permitiu observar os reflexos das relações patriarcais tradicionais persistentes nas pequenas e grandes indústrias de Rio Claro, na formação de certo condicionamento social que impede o operário de situar-se como classe e que o faz projetar-se como grupo, no caso dos ferroviários, ou como indivíduos, nos demais setores, numa escala de mobilidade.

Em resumo, a persistência de componentes tradicionais na estrutura social, local, constitui aspecto de crucial importância na análise da estratificação social, bem como na interpretação do sistema de relacionamento de classes em Rio Claro. Não faltamos em correspondência ao material empírico, ao afirmar que o modelo de comportamento, para o qual as classes emergentes se projetam, é constituído pela idealização dos segmentos tradicionais. De maneira semelhante, este apêgo às normas tradicionais se revela também nos padrões ideais de comportamento, constituindo os padrões tradicionais, os considerados ideais, regra geral.

Estes dados surgiram freqüentemente nas entrevistas por nós realizadas com objetivo precípuo de análise do sistema de estratificação local. Portanto, o material que nos serviu de base para as inferências e conclusões acima apresentadas corresponde a 462 entrevistas informais realizadas, comple

tadas com a leitura de jornais, revistas e outras fontes citadas em local competente dêste trabalho.

Convém abriremos parênteses nesta discussão a fim de relatar ao leitor certas peculiaridades de nosso trabalho de campo que, de certa forma, esclarecem as técnicas por nós utilizadas. Nosso trabalho foi conduzido de certa forma, como uma pesquisa de observação participante, porém em condições especiais.

Chegamos a Rio Claro, em 1960, como aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, curso de Pedagogia. No decorrer do curso, as exigências curriculares da cadeira de Sociologia Educacional conduziram-nos a acumulação de algum material informativo sobre Rio Claro. Em 1962 já acalentávamos a idéia de investigar sobre relações de poder em Rio Claro. Conseqüentemente, sistematizávamos o material anteriormente obtido, bem como, passamos a compôr cadernos de informações sobre os mais diferentes assuntos. Estes cadernos lembram, aproximadamente, um diário de campo, além de, em certos aspectos, lembrarem anotações autobiográficas. Em 1963, já como estagiária do Departamento de Antropologia, desta Faculdade, entrávamos em contacto mais estreito com a metodologia em Ciências Sociais, bem como, com as técnicas de pesquisas de campo. Em razão disso, reformulamos em alguns aspectos a sistematização anterior de nossos dados e passamos a realizar entrevistas informais com informantes casuais ou não. Datam dêste ano, até 1965, as 462 entrevistas anteriormente citadas. Talvez, o leitor pergunte porque o número. Bem, ao juntarmos todo êste material, resolvemos contar as entrevistas, daí o número algo desabusado. Além destas entrevistas não havíamos perdido o hábito de realizar os "cadernos de pesquisa" como os intitulamos. E nestes, de certa forma, checávamos as informações ou acrescíamos outros dados.

Além dêste trabalho de compilação, participávamos da vida social de Rio Claro, não exclusivamente como aluna, e mais tarde professora da Faculdade, o que poderia estabelecer um viés em nossas informações, mas também como elemento aqui radicado, com família e tudo. Assim, familiares e amigos eram informantes preciosos sobre os mais diferentes assuntos. Em relação a estratificação social, por exemplo, não sómente as in-

formações coletadas serviam para nos conduzir à elaboração do perfil das classes sociais locais, como também as coordenadas impostas ao comportamento "de uma moça de boa família" e de suas "amiguinhas" serviam para completar as dimensões do mosaico que se formava através das linhas internas de segmentos tradicionais e não tradicionais, bem como das barreiras entre as classes.

Mais tarde passamos a ferir, conscientemente, talvez, os padrões tradicionais e as referidas coordenadas. Foi quando percebemos que os componentes tradicionais representavam os padrões ideais de conduta. Evidentemente, não extrapolamos o que poderia referir às dimensões específicas em relação à posição da mulher para abranger com o mesmo significado os padrões gerais de comportamento: ao contrário, nossas experiências serviam de indicação apenas, que procurávamos testar através das entrevistas, informações, etc.

Finalmente, em 1965, passamos a desenvolver um projeto de pesquisa que se tornaria o presente trabalho. Para sua elaboração, bem como ao formularmos as hipóteses gerais, utilizamo-nos em certa medida do material anteriormente acumulado. Todavia, desenvolvemos um novo plano de trabalho do qual teremos oportunidade de nos referir nas páginas seguintes. Através deste relato, entretanto, julgamos ter esclarecido o leitor sobre as técnicas por nós utilizadas nas várias etapas deste trabalho, especialmente, nas análises feitas sobre estratificação social.

Voltando à discussão sobre o processo de substituição do sistema de dominação tradicional, vimos que, através da análise das ressonâncias locais do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira após 30, pudemos chegar à interpretação das condições locais em que se processou a ampliação do setor urbano, industrial, bem como, chegamos à interpretação das mudanças operadas no setor agrícola.

Em etapa seguinte, discutimos como as condições peculiares de emergência daquelas transformações conduziam à manutenção de componentes tradicionais tanto na organização interna das classes sociais quanto nos padrões sociais de relacionamento.

Resta-nos discutir os procedimentos por nós utilizados para a investigação dos dois aspectos anteriormente re

feridos do sistema de dominação emergente: a emergência de um novo grupo dominante e os padrões de dominação e comportamento político atualmente vigorantes. Estas duas etapas de nosso trabalho estão vinculadas ao plano anteriormente referido, elaborado em 1965.

Para análise do processo de emergência do atual grupo dominante em Rio Claro, levantamos, com base na teoria, uma hipótese geral sobre o exercício do poder, através da qual pretendíamos ter uma primeira base para a discriminação do grupo naquela cidade.

A hipótese assim formulada tornou-se conseqüentemente uma espécie de critério para orientação do trabalho de campo. Ela se referia a uma conceituação operacional de poder, nos seguintes termos: o exercício do poder refere-se basicamente à extensão de controle sobre os grupos sociais, através da mediação - pelos indivíduos que o exercem - em objetivos visados pelos grupos sociais ou por indivíduos isoladamente. Este exercício para ser efetivo, no sentido de assegurar à pessoa o poder, deve ser estruturado de acordo com padrões sociais institucionais, associativos ou grupais, ou ainda, através dos quadros da autoridade aprovada socialmente.

Em relação a esta formulação tínhamos uma primeira idéia no sentido de localizar o grupo dominante em Rio Claro. Para tanto procedemos da seguinte forma: aplicamos questionários em associações da cidade, compreendendo: 5 clubes, 3 associações profissionais, 3 culturais, 18 beneficentes, 1 de defesa de classe, 1 cívica, 2 beneficentes de classe, 2 secretarias, 1 esportiva, 1 de colônias estrangeiras e 2 musicais. Estas 36 associações eram as que, na época (1965), estavam funcionando regularmente em Rio Claro. O questionário incluía: dados sobre a associação (nome, endereço, sigla, finalidade, data da fundação, funcionamento), sistema de eleição da diretoria, normas usuais na escolha dos membros para compôr as chapas, bem como a própria diretoria, natureza da Associação (oficial, oficializada ou considerada de utilidade pública) processo de oficialização, dados ou um pequeno histórico, quais as pessoas que mais trabalharam naquele projeto, fundos: origem, doações (de quem quando, por que) subvenções e verbas, processos de obtê-las, através de quem, freqüência. Quadro social, composição, número

e categoria dos sócios, sócios mais ativos, setor de atividade, pessoas que embora não sócios participam da associação, como , com que freqüência.

Como se observa através dêste questionário obtivemos informações sôbre a associação além de uma lista de pessoas que participavam das associações discriminadas quanto ao tipo de participação, etc.

Tabulados os questionários, obtivemos 111 nomes dos quais, 27 elementos participavam de mais de uma associação ou em tôdas, de uma forma ou de outra.

Segunda etapa: aplicação de questionários semelhantes aos partidos políticos locais e consulta aos arquivos dos partidos. A realização desta etapa foi sobretudo difícil, na medida em que os partidos políticos praticamente desapareceram fora do período de eleições. Conseguíamos desta forma o preenchimento dos questionários com os dirigentes partidários que, ao mesmo tempo , nos indicavam o tipo de participação ou influência dos elementos citados, bem como das pessoas que trabalharam nas eleições. Obtivemos assim, uma lista de 131 nomes.

Levantamento das candidaturas a cargos eletivos em Rio Claro. Obtivemos, através da consulta ao Cartório Eleitoral local, bem como ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a relação dos nomes dos candidatos à vereança e prefeitura em Rio Claro, no período de 1947 a 1964. Embora nosso interesse fôsse centralizar em 1959/64, êste material nos forneceu oportunidade de análise das posições partidárias, bem como uma espécie de visão política de certos elementos através da posição governista sempre assumida. Obtivemos a indicação de 719 candidatos no período, dentre os quais havia muitos - e não nos ocupamos em levantar o número exato, já que não nos interessava diretamente - nomes que se repetiam por candidaturas à reeleição ou a outros postos.

Paralelamente à etapa anterior, fizemos o levantamento dos resultados eleitorais no período (1947/1964). Tanto naquela etapa quanto nesta, nosso interesse concentrava-se no período de 1959/1964, abrangido pela pesquisa.

Levantamento de listas de autoridades municipais no período de 1959/1964: obtivemos 20 nomes com pessoas encarregadas em vários setores de enviar convites em solenidades o-

ficiais.

Levantamento de lista de industriais e comerciantes de maior projeção na cidade. Obtida junto às agências do IBGE, CIESP, FIESP e Associação Comercial em Rio Claro: 54 nomes.

Levantamento de lista de proprietários agrícolas obtida junto a informantes na agência do IBGE, bem como, junto a elementos ligados à agro-pecuária local. Foram citados 5 nomes.

Anteriormente ao desenvolvimento das seis etapas acima citadas (1963), havíamos solicitado a 20 informantes de profissões e situação social diversas a indicação de 10 nomes de "pessoas importantes em Rio Claro", "pessoas de influência" ou "os manda-chuvas locais". Usávamos as três expressões em todos os casos. Tal procedimento foi inspirado nas técnicas utilizadas por vários pesquisadores americanos no estudo de estrutura do poder. Dentre os quais Hunter, em Regional City, conforme citamos na bibliografia.

Obtivemos, desta forma, a indicação de 200 nomes. Ao mesmo tempo, pedíamos aos informantes a discriminação do tipo de influência ou poder exercido pelos personagens citados individualmente. Aliás, regra geral o informante, ao citar o elemento, já justificava sua escolha. Desta forma obtínhamos, paralelamente, critérios para discriminação dos componentes de grupo dominante, quanto ao tipo de influência ou poder exercido.

Em 1965 repetimos o mesmo procedimento apenas em condições melhores. Dispúnhamos na época da boa vontade e cooperação de 20 estudantes de Ciências Sociais que, orientados por nós, solicitaram cada um, a cinco informantes, listas de dez nomes. Fora as proporções, o procedimento observado pelos alunos repetia o nosso quanto ao critério de selecionamento de informantes e perguntas feitas. Esperávamos obter 1 000 nomes, entretanto, imprevistos reduziram nossa expectativa; obtivemos de 100 informantes, 967 nomes.

Em resumo, contávamos com os seguintes dados numéricos para determinação do grupo dominante em Rio Claro:

participação em associações. . . . .	111
participação ou influência política. . . . .	131
candidaturas . . . . .	719
autoridades locais . . . . .	20
industriais e comerciantes de projeção . . . . .	54
agricultura. . . . .	5
listas 1963 . . . . .	200
listas 1965 . . . . .	967

Nosso trabalho posterior foi o de tabular e confrontar este material no sentido de eliminar os nomes menos citados concentrando nossa atenção naqueles que apareciam citados em mais de um local. Tomamos como ponto de referência para esta etapa do trabalho as listas obtidas primeiramente, a de 1963. Elaborada a tabulação e confronto com as demais, temos o resultado pela lista de 1965 já tabulada. Mais claramente: confrontando a lista de 1963 com a obtida nas associações, partidos, candidaturas e autoridade locais; comerciantes, industriais e agricultores, resultou, desta confrontação, um total de 164 nomes assim discriminados:

GRUPOS	Total	Classes Sociais							
		Tradicional				Não Tradicional			
		alta	Média	Média	Alta	Média	Média	Média	Baixa
Influência Social e Política	25	10	11	4	-	-	-	-	-
Antiga Influência Política	31	16	11	-	1	2	1	-	-
Influência +ou-geralizada	6	2	2	-	-	-	2	-	-
Influência por Recursos Econômicos (corretos, etc.)	5	1	2	-	-	1	1	-	-
Influência por Associações	8	-	1	-	5	-	2	-	-
Posição Política fora do Rio Claro	15	-	2	2	1	6	4	-	-
Participação Política em 63(- votados)	7	2	-	-	5	-	-	-	-
Participação Política em 63(+ou-votado)	9	-	-	1	-	-	3	1	4
Participação Política em 63(suplentes)	14	-	1	-	-	2	7	-	4
Participação Política: Câmara	14	1	2	-	-	4	4	2	1
Participação Política: Executivo	20	1	-	-	-	9	5	5	-
	10	2	3	-	2	2	1	-	-
Totais	164	35	35	7	14	26	30	8	9
			77				87		

As categorias utilizadas para a discriminação do tipo de influência foram as que nossos informantes sugeriram. Por outro lado, os critérios de divisões de classe são aqueles que utilizamos em todo nosso trabalho e cuja elaboração foi fruto de entrevistas informais, como, de resto, já indicamos. A localização dos elementos componentes do grupo dominante naquele segmento de classe foi procedida através de entrevistas informais, tanto com o próprio elemento quanto com outros informantes; além de, no caso especial de participação política, ser fruto de entrevista formal com os elementos citados, como teremos oportunidade de discutir em páginas seguintes. Os critérios utilizados, finalmente, apoiam-se tanto em dados quantitativos como renda, como igualmente em critérios classificatórios de natureza mais qualitativa como, profissão, participação em clubes locais, residência local, etc. De maneira geral, a localização destes elementos nas classes sociais locais não oferecia dificuldades por dois motivos: primeiro, porque tais elementos são especialmente conhecidos em Rio Claro e, desta forma, é relativamente fácil saber em qual posição social eles figuram no consensus; em segundo lugar, porque, em nossos arquivos, acumulavam-se as informações, observações, classificações sobre tais elementos.

Um dado de grande importância neste quadro é a inclusão de elementos das classes operárias, líderes sindicais, que em 1963, gozavam de grande popularidade sendo candidatos e eleitos naquele ano para vereança em Rio Claro. Estes elementos não figuram entre os nomes citados em 1965, ou seja, após o Golpe de 64. Como teremos oportunidade de discutir neste trabalho, o Golpe de 64 teve repercussões profundas no grupo dominante local, especialmente porque ofereceu oportunidade para que aquele grupo excluísse os elementos considerados indesejáveis segundo os critérios daqueles que detém o poder em Rio Claro.

Como última etapa de nosso trabalho para a localização do grupo dominante em Rio Claro, procedemos à tabulação dos nomes obtidos em 1965, com o seguinte resultado:

C L A S S E S		Número de Elementos
número de votos		
0	1	110
1	5	44
5	10	18
10	15	7
15	20	3
20	25	4
25	30	1
30	35	2
35	40	1
40	45	2
:	:	:
:	:	:
:	:	:
90	95	1
Total (nomes)		193

Dos 193 nomes, consideramos apenas os 83 nomes com mais de 1 voto. Comparando, entretanto, os nomes desta lista final obtida em 1965 - 83 nomes - com a final obtida em 1963, que, como vimos, apresentava 164 nomes, observamos que os elementos incluídos na diferença de 81 nomes estavam entre os 110 que receberam, em 1965, apenas uma indicação ou voto, exceto 3 nomes de pessoas falecidas no período de 1963/65. Desta forma, julgamos de melhor alvitre manter, para fins da pesquisa, o grupo designado em 1963.

Após a localização do grupo dominante, a etapa de nosso trabalho foi a de interpretar sua contradição interna a partir dos fatores que condicionaram a substituição do sistema de dominação tradicional, ou seja, os reflexos locais dos processos de mudança porque passou a sociedade brasileira nos anos posteriores a 30.

Como se pode observar no quadro apresentado, permanecem no grupo dominante local elementos vinculados ao sistema de dominação pré-existente. Este fato é de fundamental importância na medida em que justamente tais elementos foram os que alcançaram maior número de citações tanto em 1963 quanto em 1965. Todavia, insistimos no aspecto de que as ressonâncias locais do processo de mudança não foram de porte a romper o sistema de dominação tradicional mas, sim, condicionaram mudanças nas relações de dominação internas àquele sistema. Desta forma, um primeiro <sup>passo</sup> a ser utilizado na interpretação da com posição do grupo dominante emergente vincula-se às condições

especiais em que se desenrolou, em Rio Claro, o processo de industrialização e urbanização, melhor ainda, vincula-se ao ímpeto das forças de mudança.

Em decorrência deste 1º fator apontado, deve-se considerar como 2ª etapa da interpretação em causa a resistência do grupo dominante pré-existente àquelas mudanças. Em realidade, o grupo tradicional dominante não ofereceu resistência às solicitações de mudança do momento histórico em curso. Ao contrário, houve, a bem dizer, uma acomodação entre líderes políticos que ascendiam na Revolução de 30 e os que então detinham o poder. A tal ponto que os mais expressivos líderes políticos de Rio Claro são ligados diretamente aos antigos coronéis. Houve, é claro, lutas entre os elementos dos 2 grupos, sendo uma delas notória, cuja análise, entretanto, não vem ao caso. Todavia, a regra geral foi a permeabilidade do grupo tradicional às mudanças emergentes.

Tal permeabilidade às tensões sociais emergentes é de fundamental importância na análise das relações de dominação emergentes, bem como na manutenção dos elementos tradicionais no poder. Sem medo de êrro, poder-se-ia afirmar que a linha política mantida em Rio Claro tem sido a de "mudar para permanecer" ou seja, alteram-se alguns elementos no grupo dominante, mantendo-se entretanto as mesmas linhas de ação política anteriores.

Consideramos portanto, na discussão das relações internas de dominação do sistema emergente, a permeabilidade do grupo às tensões sociais como processo que constitui categoria fundamental à análise. É ainda a partir desse aspecto - que se pode chegar compreensão das distinções sociais internas ao grupo dominante.

Entretanto, como discutimos neste trabalho, estas distinções sociais não constituem entrave de crucial importância ao estabelecimento de uma unidade interna ao grupo dominante, no sentido do interesse comum na manutenção do status quo. Ao contrário, as lideranças sindicais, incluídas no grupo antes de 64 bem como outros operários que dêle foram convidados a participar como candidatos às eleições, representam para os que detêm o poder em Rio Claro um meio de se popularizarem entre as classes operárias, como candidatos, bem como os seus partidos.

Em resumo, para analisar o processo de substituição do sistema de dominação tradicional, procuramos evidenciar os fatores condicionantes daquela mudança e, através deles, interpretar a composição do grupo emergente. Como discutimos em páginas anteriores, para a identificação do grupo dominante local sugerimos uma hipótese ampla abrangendo formas de controle sobre grupo social. A partir desta hipótese levantamos vasto material empírico que nos permitiu identificar os componentes do grupo que exercem poder ou influência em Rio Claro.

Discutimos a composição interna deste grupo, elaboramos, partindo das categorias levantadas por nossos informantes, certa tipologia de influências exercidas, assim como observamos que, entre os componentes do grupo, estabelece-se uma trama de relações de influência e poder. Portanto a expressão grupo dominante, utilizada neste trabalho, é aplicada ao grupo que exerce a dominação política em Rio Claro. Ou, na terminologia utilizada nas páginas iniciais desta introdução, grupo dominante é o grupo que, no sistema de dominação emerge, ocupa a posição outrora dos coronéis e seus auxiliares.

O complexo de relações e interrelações de poder que compreende o sistema organizado de dominação ao qual designamos estrutura de poder, o grupo dominante seria aquele que, na conjuntura histórica atual, exerce dominação sobre os demais segmentos sociais. É a partir dessa dominação que se pode entender o sentido da estrutura de poder no seu conjunto. Há que se fazer ainda mais uma distinção: no grupo dominante, nem todos os membros exercem em plenitude o poder; como vimos, alguns apenas influem sobre decisões ou, ainda, suas presenças correspondem a interesses mais gerais dos próprios membros do grupo. Portanto, para nos referirmos àqueles que realmente podem decidir em última instância sobre problemas políticos e às vezes sobre outros é que utilizamos a expressão elite. Esta designação refere-se àquêles indivíduos que, nos resultados obtidos em 1965, tiveram mais de 15 votos. Estariam incluídos ainda outros três que haviam falecido no período de 1963/65.

Enfim, o sistema de dominação emergente caracteriza-se pelo estabelecimento de uma trama de relações e interrelações de poder multilinear através da qual o grupo dominante exerce poder e estende seu controle sobre os demais grupos sociais. Embora o controle exercido pelo grupo dominante não se restrin-

já à esfera política exclusivamente é a expressão da dominação, nesta área que constitui nosso interesse principal. Por outro lado, convém não esquecermos que a permanência dos componentes tradicionais no sistema e principalmente nas relações de trabalho-distútuimos este aspecto mais detalhadamente no texto -cor responde à manutenção de vínculos tradicionais de dependência entre eleitor e candidato no sistema emergente. Aliás este é aspecto de fundamental importância para a compreensão do comportamento político do grupo dominante local, bem como, da dinâmica de manutenção do poder em Rio Claro.

A fim de analisarmos o comportamento político do grupo dominante em Rio Claro, procedemos de maneira semelhante à já descrita em relação ao sistema de dominação tradicional. Ou seja, procuramos situar o comportamento político como componente do sistema de dominação em relação ao arcabouço institucional deste próprio sistema. Em outras palavras, procuramos interpretar o sistema de dominação emergente a partir da relação entre o comportamento efetivo do grupo dominante e as normas institucionais.

Observações semelhantes às já anteriormente feitas em relação ao comportamento político dos coronéis, quando comparado às normas legais, podem ser repetidas agora quando o objetivo é a análise do comportamento político do grupo dominante emergente do após 30.

Existe uma noção generalizada de que a fraude deixou de existir após 30 e especialmente após 46. Essa noção não é aceita pelos comentaristas de direito eleitoral e, muito menos, corresponde aos objetivos explícitos da legislação eleitoral subsequente ao próprio código de 1950. Entretanto, convenhamos que, pelo menos no que diz respeito às informações por nós conseguidas, eliminou-se a fraude na esfera da atuação da justiça eleitoral. Em resumo, a existência de uma justiça eleitoral impediu os "acertos" aritméticos de última hora, bem como, estabeleceu certo rigorismo no processo eleitoral. Entretanto, deixando de existir uma oposição fundamental entre as normas estabelecidas para funcionamento do sistema representativo e comportamento político, o controle político necessário à manutenção do sistema de dominação passa a ser exercido através de uma trama de relações e interrelações de poder que, embora em obediência formal às normas, traduz o profundo sentido adapta-

tivo como ajustamento entre os interesses concretos do exercício do poder e às disposições legais.

Nesta comparação que efetuamos do comportamento político e normas institucionais consideramos as normas legais como destinadas à padronização e racionalização do comportamento político segundo idéias, crenças e interesses endossados pelos grupos dominantes aos quais está historicamente conferida a tarefa de elaborar as leis. Interessou-nos observar até que ponto o comportamento político completo reflete aquêlê processo de racionalização ao qual, a grosso modo, destina-se o arcabouço legal do sistema de dominação.

Em resumo, na análise do sistema de dominação emergente estabelecemos como etapa seguinte à localização e interpretação do grupo dominante a análise das relações de dominação na esfera política, primeiramente sob prisma da aderência às expectativas e disposições institucionais legais.

Para o desenvolvimento desta fase de nosso trabalho utilizamo-nos de material coletado anteriormente como estatutos de partidos políticos, documentos de convenções, opúsculos de propaganda, etc., bem como colecionamos todos os documentos que nos foram acessíveis sobre as eleições de 1963. Além dêste material, utilizamos entrevistas formais com elementos candidatos àquelas eleições. O planejamento de nosso trabalho compreendeu algumas etapas cuja discussão convém proceder:

Uma primeira preocupação foi a análise do arcabouço institucional do sistema dominante, ou seja, das normas e disposições legais. Aqui nosso interesse não estava centrado nas normas, de per se, mas sim, nas observações dos esforços que estas representavam no sentido da racionalização dos pleitos, bem como de todo o sistema representativo.

Neste sentido, a estrutura partidária brasileira representou, para nós, objeto de estudo à parte. Houvemos por bem compreendê-la em relação à sociedade brasileira com base na teoria, para, a partir das relações de sentido então estabelecidas, interpretarmos nosso material empírico sobre Rio Claro.

Este procedimento se apoiou na orientação anteriormente discutida e que procuramos seguir em todo nosso trabalho no sentido de interpretarmos o sistema de dominação emer

gente em Rio Claro a partir das ressonâncias locais das mudanças globais em curso na sociedade brasileira, bem como da permanência de componentes tradicionais naquele sistema.

Nas eleições de 1963 em Rio Claro concorreram 179 candidatos a cargos legislativos e 10 ao executivo. Teríamos desta forma, de formalizar um total de 189 entrevistas, o que, sem recurso de qualquer espécie, era evidentemente impossível. Estabelecemos assim alguns critérios com o duplo interesse de, não criar vieses que prejudicassem nosso trabalho e ao mesmo tempo, economizar o tempo.

Para que pudéssemos contar com uma experiência mais rica por parte dos entrevistados, pretendíamos desenvolver o plano de entrevistas formais a partir de meados do primeiro semestre de 1964. Entretanto o golpe de 64 criou um entrave sério a êstes projetos o que nos fez adiá-los para 1965. Todavia, as repercussões do golpe do grupo dominante local abriu novas perspectivas a nossa análise quanto à ênfase que damos nas ressonâncias locais dos processos sociais em curso na sociedade nacional.

Voltando ao planejamento de nossas entrevistas estabelecemos finalmente os seguintes critérios:

- 1- Entrevistamos todos os elementos que tinham conseguido número de votos suficiente para se eleger como titulares ou suplentes imediatos no Legislativo.
- 2- Todos os elementos que se candidataram para o executivo.
- 3- Todos os elementos cujos mandatos foram cassados ou cujas suplências tinham sido cassadas.
- 4- Daqueles cujo montante de votos não permitiu a inclusão quer como suplentes, levantamos uma amostra obedecendo os seguintes critérios:
  - a) para cada partido observamos um intervalo de votos entre o mais votado e menos votado.
  - b) estabelecemos a partir dêste intervalo uma medida separando o grupo em dois, um segmento mais votado e outro menos votado.
  - c) dêste segmento sorteamos utilizando tabela de números ao acaso, o máximo de 50% dos elementos e o mínimo de 1.

Desta forma tivemos um total de 41 entrevistas planejadas com os elementos menos votados, além de 19 com os eleitos, 20 com os suplentes, 10 com os candidatos ao executi

vo, perfazendo o total de 90 entrevistas nas quais incluímos as referentes aos cassados. Entretanto, impedimentos de tãda sorte, desde a simples negativa, ao falecimento do entrevistado impediu-nos de cumprir em tãda extensão o plano. De sorte que, realizamos: 23 das 41 entrevistas com os elementos menos votados - os impedimentos foram especialmente significativos na medida em que regra geral vinha de elementos cassados que se opunham terminantemente, a "falar em política". Realizamos 16 das 19 planejadas com os eleitos, e 16 das 20 planejadas com os suplentes. Realizamos, ainda, as 10 planejadas com os candidatos ao executivo. Em resumo, realizamos 65 das 90 entrevistas planejadas.

As entrevistas demoravam, regra geral 3 horas, incluindo questões sãobre:

- I - Caracterização do Entrevistado: dados pessoais (profissão, renda, etc.) um pequeno histãrico de vida, tipo de associações freqüentadas, nãivel educacional, local e tipo de residãncia, amizades, leituras, preferãncias, etc. Através dãeste ítem, do qual apresentamos algumas questões embora não na ordem obedecida nas entrevistas, tornou-se possãível não só estabelecer um contacto introdutãrio com o entrevistado como também a obtenção de dados que nos permitiam situã-los em relaçaõ aos segmentos de classe. Fora isso, muitas vãezes obtivemos informaçaões importantes sãobre histãria de Rio Claro, o papel do imigrante, êxodo rural, relaçaões de trabalho no campo e na cidade, ou ainda sãobre o processo de mobilidade social em Rio Claro e as lutas operãrias locais.
- II - Seleçaõ de Candidatos: inãicio da vida polãtica, a escolha dos candidatos, as exigãncias formais ou possibilidades para candidatura, preocupaçaões que norteiam os partidos ao selecionar os candidatos, existãncia da indicaçaõ de candidatos pelas convençaões, papel dos comitês, diretãrios regionais, estaduais ou nacionais, existãncia de pessoas que orientam a seleçaõ, traços pessoais que asseguram maior chance na polãtica em Rio Claro, etc. Obtãnhamos, atravães dãeste ítem, uma comparaçaõ pelos candidatos das normas institucionais de seleçaõ e as praxes normalmente seguidas. Por outro lado, conseguãmos dados sãobre a estrutura partidãria local, bem como sãobre a atuaçaõ dos elementos do grupo dominante na orientaçaõ desta etapa do processo eleitoral.

Fora isso, como deixãssemos que o entrevistado

respondesse livremente as questões, obtínhamos longas explicações da atuação dos partidos, grupos ou do próprio candidato - quanto se tratava de elemento de projeção política - no sentido de conduzir as candidaturas, critérios, etc.

III - Campanha e Propaganda: motivação para a vida política, lançamento de candidatura, escôlha de sigla partidária, praxes comumente seguidas para obtenção de votos, temas de campanha, proveitos dêstes temas, recursos dispendidos para campanha, financiamento, verbas, etc., tipos de propaganda utilizados, pessoas que auxiliaram o planejamento e desenvolvimento da campanha (se remuneradas ou não), porque, se é praxe ou não os candidatos contarem com staff, apoio eleitoral, "camada" social, amigos, adversários, razões da vitória ou fracasso, base eleitoral. Este item permitia a análise dos esquemas gerais de condução das eleições locais e a observação das orientações principais seguidas nas campanhas.

IV - Orientações Políticas: os grupos políticos mais ativos em Rio Claro, descrição, mudanças, em que período e porque, influência sôbre a política rioclarenses, como, mudança sôbre "modos de pensar" depois de participar na política, por exemplo, sôbre leis, problemas políticos mais importantes no Brasil, São Paulo e Rio Claro; êste item nos dava a visão geral dos candidatos sôbre a vida política além de nos fornecer possibilidade de observação das opiniões sôbre as expectativas legais e o comportamento político concreto, etc.

Regra geral, como é comum no interior, a entrevista terminava com um cafézinho e com um "bate-papo" onde eram contadas estórias "para não serem escritas". Respeitávamos esta imposição do candidato, porém estas estórias serviam para que compreendêssemos com minúcia a fina tessitura de relações de poder e influência que compreende o sistema de dominação no mercado.

A tabulação e interpretação dêste vasto material orientou-nos no sentido de que, o ordenamento institucional, expectativas e normas ideais exercem certa modelagem do comportamento político concreto. Entretanto, esta modelagem compreende uma obediência formal, senão aparente, àquelas normas. É neste sentido que existem partidos políticos registrados, que êles se designam em relação à sigla partidária, que existem atas de convenções municipais, etc.

Por outro lado a ressonância local das tendências políticas populares no Estado ou no Brasil, exerce um papel condutor mais importante no sentido de condicionar, de certa maneira os tipos de propaganda, slogans, discursos etc. Além das tendências políticas, são mais importantes, no sentido da condução da política local, bem como das campanhas, as posições assumidas pelo governador do Estado, como também pelos líderes populistas mais cotados. Desta forma, o grupo dominante local procura estabelecer vínculos e ligações com estes elementos que representam um polo na definição do comportamento político concreto.

Finalmente, as expectativas tradicionais do eleitorado local vão constituir o segundo polo na definição do comportamento político concreto, na escolha <sup>das</sup> técnicas para obtenção de votos, para propaganda, etc.

Em resumo, podemos afirmar que o arcabouço institucional do sistema de dominação emergente composto pelas normas e expectativas legais diferem das praxes e padrões comumente observados no comportamento político concreto. A organização e funcionamento dos sistemas de dominação emergente apoia-se, portanto, num conjunto dinâmico de ajustamentos entre as exigências formais e os interesses concretos no exercício do controle político social. Embora historicamente não haja oposição entre as normas e os interesses maiores na manutenção do statu quo por parte da classe dominante em seu conjunto, a manutenção de um grupo dominante no poder, como em Rio Claro, exige por parte deste grupo todo um esforço de adaptação em relação às condições sociais concretas.

Nesse sentido o sistema de dominação emergente caracteriza-se basicamente pela utilização por parte do grupo dominante de técnicas e esquemas de ação política que, num sentido mais amplo, lhe asseguram não apenas a manutenção do poder mas, principalmente, criam condições favoráveis à permanência ou continuidade do grupo dominante.

O material empírico investigado permite ainda o estabelecimento de algumas generalizações sobre o comportamento político do grupo dominante em Rio Claro: em primeiro lugar, os padrões de relacionamento entre classes em - prestam sentido especial não só à participação dos membros do grupo, como igualmente dos membros entre si. De certa forma, o grupo dominante discrimina aqueles indivíduos que, membros

da classe operária, não se subordinam à orientação política que os demais componentes do grupo pretendem ministrar-lhes. Por outro lado, a permanência de componentes tradicionais na estrutura social, bem como entre os membros do grupo dominante, cria entraves no sentido de favorecer o surgimento de uma oposição local de bases mais amplas. As relações entre o grupo dominante e o eleitorado não são assim explicitadas, no sentido das relações de dominação que lhe são subjacentes, ou relações de classe, mas sim, permanecem em certo sentido subjacentes a esquemas que vicejam no sistema de dominação tradicional como o paternalismo sob nova forma, ou clientelismo.

Neste sentido, o golpe de 64 veio criar condições especiais de explicitação das relações de dominação subjacentes, desmascarando a natureza fundamental das relações internas à estrutura do poder. Embora muito próximo para tentarmos uma interpretação daquele movimento, os reflexos locais em suas manifestações mais concretas foram incluídos neste trabalho por representar um momento raro em que os membros do grupo dominante explicitam claramente o poder de controle sobre o todo social que detém utilizando neste caso da discriminação ideológica como critério para exercê-lo.

Enfim, neste trabalho a preocupação fundamental foi a de análise do comportamento político dos grupos dominantes na sociedade tradicional e na emergência, após 30, de um novo grupo dominante o qual guarda semelhanças e vínculos tanto nas formas assumidas pelo comportamento político quanto na composição interna com o que lhe antecedeu no tempo.

Por outro lado, a ação política do grupo dominante representou para nós a maneira mais clara de interpretar o sistema de dominação e através deste o sentido da estrutura do poder na sociedade capitalista.

As etapas percorridas por nossas indagações em torno destes objetivos marcaram definitivamente este trabalho. A ordem dos capítulos, assuntos e discussões persegue no tempo e na infra estrutura, o sentido mais profundo do sistema de dominação. Encerramos esta busca com o golpe de 64 e subjacente discriminação ideológica.

## CAPÍTULO I

### PODER E SOCIEDADE TRADICIONAL

.....  
"A gente ganha sapato,  
Ganha roupa de algodão  
Come frango, come pato,  
Quando é dia de eleição.

F'ra vancê sê visitado  
Nus dia de eleição,  
É preciso sê alistado,  
Se aliste, primo Bastião"

Autor desconhecido+  
Poesia Popular

O primeiro período republicano no Brasil caracteriza-se, de certa maneira, pelos padrões de comportamento político desenvolvidos pelas oligarquias agrárias então dominantes. No sul, por exemplo no interior de São Paulo, que constitui nosso objetivo de estudo, o comportamento político dos coronéis, fundado nos padrões patriarcais de mando, revelava-se quase absoluto e, regra geral, discordante com os dispositivos e normas institucionais então em vigor. Em resumo, revelava-se uma contradição entre o comportamento político concreto na estrutura do poder (1) do período e as normas institucionais vigentes.

Nesta contradição desempenhou papel importante o idealismo do legislador, chamado às pressas para desempenhar-se da tarefa de construir a República. Este legislou à sua própria imagem e pretendeu, com o estatuto legal, não somente ordenar a sociedade política como também criá-la ou torná-la semelhante àquela que lhe servira de modelo ou inspiração.

Na forma então assumida pelo esquema de manutenção da estrutura de poder no período, refletiu-se conseqüentemente esta inadequação entre a ordenação político-jurídica republicana, cujas raízes se fundavam no mundo urbano, e a sociedade tradicional, predominantemente agrária.

Pelo rigorismo jurídico alienado à realidade agrária e tradicional do Brasil, o legislador pretendeu a transformação do trabalhador rural em cidadão integrado num mundo complexo e mais amplo que a rede de dependências e fidelidades do pequeno círculo da comunidade local. Por outro lado, pretendeu igualmente restringir o uso do poder ou pautá-lo segundo normas mais ou menos racionais, porém alienadas da estrutura da sociedade tradicional patriarcal, onde o exercício autoritário do poder por parte dos coronéis era decorrência de sua própria posição no sistema. Em resumo, como diz Sérgio Buarque de Holanda, "da coerência das leis dependia a perfeição dos povos e governos" (2).

O esforço idealista resultou nulo, ou quase, e a república, originalmente vinculada aos interesses do mundo urbano, instalou-se como sustentáculo dos interesses da burguesia agrária exportadora sobre o complexo urbano em formação. Observou-se a manutenção dos padrões tradicionais vinculados ao meio rural, economicamente dominante, sobre o meio urbano incipiente.

De sorte que, notadamente a legislação eleitoral, ponto nevrálgico da organização política da democracia representativa, permaneceu uma quase letra morta, embora promovesse de início algumas modificações tendentes a estabelecer, no nível racional, a relação política fundamental entre o eleitor e governo (3). Ao cabo de pouco tempo, entretanto, já os setores tradicionais rurais haviam-na adaptado às condições concretas de interesse.

Nesta adaptação, que possibilitou a manutenção das oligarquias no poder, foram aos poucos excluídos, de certa maneira, mesmo aquêles setores da intelectualidade, classes médias urbanas e forças armadas, nos quais a república tivera seu nascedouro como "política de idéias" ou como forma a mais radical de represália ao Império.

Na realidade, a república apenas deslocaria o centro de decisões para o Sul, onde a abolição não desorgani-

zara a estrutura tradicional, apenas "aliviando-a de alguns freios tradicionais", como diz Sérgio Buarque de Holanda, permitindo ao coronel a dominância nos centros de poder.

Aos coronéis o poder é garantido sem obstáculos, enquanto permanecem os entraves tradicionais; entretanto, o próprio ordenamento legal da sociedade política, ou mais especificamente, os ideais operantes da democracia liberal burguesa serviam de elementos aliciadores das classes urbanas em formação, criando obstáculos à livre manifestação dos liames tradicionais.

As várias reformas institucionais marcadas pelo idealismo do legislador distinguiam-se, como veremos em outro capítulo, ao aprimoramento institucional, especialmente na esfera eleitoral. Ora, à medida em que se promove tal aprimoramento, criam-se paralelamente melhores condições para a manifestação política do eleitorado urbano, que, justamente, era mais independente do poder direto do coronel, de sua liderança pessoal, patriarcalista, vinculada às condições especiais do meio rural. Assim, as normas institucionais atingiam fins que, à primeira vista, eram diferentes daqueles para os quais deveriam servir, ou seja, favoreciam a formação de uma oposição constituída por camadas da população urbana de certa forma independente dos coronéis. Em resumo, à medida em que o aprimoramento institucional se efetivava, distanciava-se de certa forma dos interesses concretos da classe detentora do poder, a burguesia agrária, e, em contrapartida, mais se afastava o comportamento efetivo da estrutura do poder das normas institucionais. Voltaremos ao assunto no capítulo IV.

Por outro lado, paralelamente, ao desenvolvimento urbano, o qual chega no final do período a predominar sobre o rural, ampliam-se aquelas categorias sociais exteriores ao complexo do coronelismo (4) pressionando seu esquema de manutenção numa série de adaptações, as quais traduzem as contradições sociais subjacentes ao período.

Nestas circunstâncias, o coronel tradicional procura manter sua posição dominante, no complexo de poder da organização republicana representativa, especialmente junto ao eleitorado urbano em emergência e cada vez mais sensível ao poder aliciador das normas institucionais.

Tal esforço de manutenção do poder representou,

portanto, um processo integrativo, em que as formas assumidas pelo comportamento político concreto do coronel ante o agravamento das tensões sociais implicavam adaptações ou expedientes que correspondiam às novas expectativas sociais em emergência.

Neste capítulo teremos como objetivo a análise do desenvolvimento deste processo na sociedade local, focalizando especialmente o tipo de dominação em relação às condições concretas de um eleitorado crescentemente urbano. Assim, podemos apontar três fases mais ou menos distintas (5).

A cada uma destas fases corresponde um momento da legislação eleitoral - das várias reformas efetuadas - um momento da infraestrutura econômica em sua transição da cultura cafeeira para a industrialização e conseqüente predomínio do urbano sobre o rural. E, finalmente, uma das formas especiais de dominância política, as quais foram condicionadas pelos fatores acima apontados e se caracterizam igualmente por um maior ou menor desvio das normas institucionais.

É preciso, entretanto, na focalização das fases não se perder de vista o processo que é realmente nosso objetivo. Para clareza de exposição, julgamos de bom alvitre apresentar cada fase em sua identidade própria, como se tratassem de momentos distintos, embora representem etapas contínuas de um mesmo processo.

Primeira Fase: A participação política de Rio Claro, desde os primórdios do movimento republicano em São Paulo, esteve condicionada não apenas pela proximidade da cidade com centros do republicanismo no Estado, como Campinas e Piracicaba (6), mas também - e talvez este seja o principal fator - pelas ligações que os membros do movimento naquelas cidades, respectivamente, Manuel de Campos Salles (7) e Manoel de Moraes Barros (8) mantinham com elementos da política local (9).

Já em 1872, encontra-se o partido republicano local organizado, mantendo contactos com a Comissão Permanente sediada em Campinas, com o Partido do Rio de Janeiro (10). No ano seguinte, 1873, envia representante ao 1º Congresso Republicano Provincial, realizado em São Paulo (11). Em 1879, elegem-se o segundo diretório (12) e em 1880, elementos republicanos concorrem, com êxito, às eleições municipais (13).

Compunham o partido republicano, profissionais liberais, os grandes fazendeiros, os coronéis ansiosos do poder que o Império não lhes favoreceu. Dois dêles, especialmente, Joaquim Augusto de Salles e Marcello Schmidt, dominariam o ambiente político local: eram ambos fazendeiros. O primeiro irmão de Campos Salles, o que lhe garantiu acentuado prestígio e rápida ascensão. O segundo, embora de família tradicional local, desenvolveria um esquema de manutenção da liderança política, em si bem distinto daquele, geralmente descrito sôbre os coronéis.

De sorte que, nestes momentos iniciais do republicanismo no Brasil, o partido republicano já representava um dos mecanismos institucionais de adaptação, mais importantes, promovendo a vinculação entre as fidelidades e dependências rendidas ao coronel, e o comportamento político partidário. Assim, o partido Republicano, embora com dissensões internas, representava conseqüentemente, neste ambiente tradicional, rural, a superposição da democracia liberal burguesa e urbana, à rêde de ligações tradicionais entre o chefe político e seus dependentes. O conteúdo ideológico, em tais circunstâncias, era substituído pela fidelidade pessoal, pela vontade pessoal do coronel nos limites da comunidade e fora dêles e obediência ao poder constituído. Em resumo, permaneciam sob a nova organização, os partidos, a rêde de relações de poder e dependência do complexo patriarcal tradicional (14).

Se no aspecto de formalização das correntes de opinião não houve alterações substanciais, permanecendo as distinções tradicionais, o mesmo não se verificou, pelo menos no plano formal, no tocante aos mecanismos institucionais voltados à formação de um poder constituinte: como vimos em páginas anteriores, o legislador da república dedicou especial atenção ao sistema eleitoral; pretendia-o capaz de anular os efeitos da estrutura social patriarcal e nisto demonstrou certa ingenuidade. Resultaram nulas as providências tomadas e, especialmente nos primeiros anos do regime, a vontade absoluta dos coronéis falava mais forte que a simples aritmética das eleições.

A Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892, foi a primeira lei eleitoral sob a vigência da Constituição Republicana e estabeleceu várias modificações às disposições decreta-

das anteriormente (15). Mantinha, porém, várias falhas anteriores como por exemplo, a condução do processo eleitoral permanecia sob responsabilidade do corpo político anteriormente eleito, o que representava não somente um apoio ao coronelismo dominante, como igualmente favorecia o governismo de que tanto se alimentou a primeira república.

Sob vigência desta lei, seis eleições são importantes e servem perfeitamente aos objetivos de análise que in tentamos:

a) eleição para deputados e senadores do Congres so do Estado, em 1895 (16);

b) eleição presidencial de 1º de março de 1898, que garantiu a Campos Salles e Francisco de Assis Rosa e Silva, respectivamente, a presidência e vice-presidência da República;

c) a eleição de 30 de outubro de 1898 para vereadores e juizes de paz, que permitiu a ascensão dos "sallistas" - perrepistas - ao poder municipal;

d) eleição de 16 de dezembro de 1901, para vereadores e juizes de paz, quando os "Sallistas" encontraram a oposição já formada dos "Históricos", embora estivesse no auge o seu poder;

e) eleição de Hermes, a 1º de março de 1902, garantida em Rio Claro pelos "sallistas";

f) eleição de 30 de outubro de 1904, que assegurou ao Partido Republicano Histórico a ascensão ao poder municipal.

Estas eleições nos permitem observar tanto a dinâmica do estatuto legal posto em função, como principalmente a ascensão e declínio dos chefes mais tradicionais em Rio Claro: de 1895 a 1898 a oligarquia Salles forma-se no poder - um irmão como Presidente da República e o outro chefe político em Rio Claro - em 1901 a 1904, observa-se, então, o declínio rápido, como fôra a ascensão.

Conforme a legislação em vigor, para a eleição de 1895 - Deputados e Senadores ao Congresso do Estado (17) - o município foi dividido em seis secções (18) pela Câmara Municipal e foram nomeadas as comissões de alistamento para estas secções, às quais incumbia, a lei, o registro eleitoral e o preparo das listas a serem utilizadas pelas mesas recepto--

ras. Os presidentes destas secções e o presidente da Câmara Municipal compunham uma Comissão Municipal de Alistamento, à qual eram dirigidos os recursos contra as decisões das comissões seccionais; desta comissão havia possibilidade de apelar, em última instância, para a Junta Estadual (19). Estes recursos numerosos, entre os documentos, são dirigidos por eleitores, isoladamente, ou por agentes eleitorais, peça fundamental no processo de arregimentação (20).

O mais importante recurso à Comissão Municipal de Alistamento, que figura nesta eleição de 95, refere-se a uma acusação de fraude e foi apresentado por um membro da própria comissão contra a ação de um agente eleitoral, do partido contrário, pedindo a exclusão de 108 eleitores; segundo o texto, estes eleitores "apareceram em nomes, sem nunca terem requerido justificação, sendo que, além disso, muitos outros requerentes não sabiam ler nem escrever e cujos requerimentos foram escritos por outrem (...) e requer que sejam excluídos da lista de eleitores todos aquêles que foram alistados por aquê le modo" (21).

Os processos de exclusão, embora fôsem legais e aparentemente justos, pretendiam, quase sempre, cortes no eleitorado oposto. Tal praxe era facilitada pela vinculação do processo eleitoral ao corpo político constituído. Desta forma, a oposição local estava constantemente sujeita a "surpresas" dêste tipo, principalmente naquelas secções onde se concentravam seus eleitores e onde, conseqüentemente, a mesa agia mais discricionariamente, embora houvesse amparo legal sob forma de recursos, contra as arbitrariedades.

No exemplo citado, os 108 eleitores contra os quais se interpusera o recurso, tinham sido agenciados pelo candidato da oposição local, o Dr. José Pinto Cezar, que, como vereador da Câmara, participava da mesa. A esta caberia decidir em última instância se o recurso seria aceito, ou se ainda deveriam votar os eleitores, em separado. A Comissão da Câmara decidiria finalmente sôbre a inclusão ou não dêstes votos no cômputo geral.

Estes eleitores só poderiam votar, terminada a votação dos eleitores inscritos nominalmente nas listas fornecidas pela comissão Municipal. Dizem as referências que, chegada a oportunidade, o Dr. José Pinto Cezar pediu a palavra e,

munido de documentos, demonstrou que

"deverão ter direito de votar cento e tantos cidadãos cujos diplomas forão em tempo requeridos e acintosamente negados pelo Presidente da Comissão Municipal. Argumentou dizendo que tendo o agente eleitoral de São Paulo dado provimento a cêrca de 170 recursos de eleitores que forão criminozamente não incluídos no alistamento proveniente que foi dado no dia vinte e sete do corrente e chegado nesta cidade no dia vinte e oito, forão requerido os diplomas e negados sem que o Presidente da comissão tivesse alegado outro fundamento a não ser que forão requeridos fora do prazo; que êssés eleitores protestarão em juízo contra tal procedimento, requerirão à meza que o mesmo fundamento com que a junta eleitoral decidiu o seu recurso devia a meza deferir que votassem patente como ficou o impedimento oposto a tirada dos seus diplomas, fazendo outras considerações que legitimavam o requerido..." (22).

As "outras considerações" provocaram início de incidente que terminou com a presença do Delegado de Polícia e o juiz de Direito "o qual em vista da decisão da junta de São Paulo assistiu aos eleitores o direito de votar", porém os votos foram tomados em separado.

Apesar dos protestos e incidentes, êstes votos que figuraram nas atas não foram considerados na apuração final (23). Pode-se concluir, portanto, que os membros das mesas enfeixavam grande poder nos trabalhos eleitorais. Além da possibilidade de selecionar o eleitorado, como vimos no exemplo acima, tinham igualmente o poder de elaborar as atas de apuração (24) sôbre as quais seria procedida a apuração final e reconhecimento dos eleitos.

Enfim, o processo eleitoral prestava-se às mais variadas formas de fraude, expressando, ao final das contas, apenas a rivalidade entre coronéis.

Disse-nos um informante, cujo pai fôra cabo eleitoral de um dos coronéis de Rio Claro:

"- Política, se é hoje, naquela época era mesmo um negócio de nós com nós. E sabe? Era bem mais divertido! Os coronéis faziam e desfaziam tudo: escolhiam cabos importantes, gente com mando p'rás mesas, dividiam direitinho a cidade, cada um com seus eleitores; enfim tudo direitinho. O resultado era o que êles queriam... dava briga, mas era divertido..."

Neste sentido, as eleições republicanas no âmbito municipal eram luta aberta entre coronéis: nelas se revelavam seus eleitores e se mediam suas fôrças e influências. É

exatamente esta rivalidade com colorido pessoal que transparece nas eleições citadas em parágrafo anterior.

Por exemplo, documentos de 1898, referentes às eleições municipais daquele ano, denunciam irregularidades nos títulos eleitorais, bem como a eliminação de perto de 152 eleitores, os quais estavam incluídos nas listas "preparadas" pelas mesas recebedoras, embora constassem do alistamento geral do município (25). Estes eleitores, ao que tudo indica (26), constituíam votos certos do Coronel Schmidt, enquanto as preferências locais estavam com Joaquim Salles, irmão do presidente da República (27).

Recursos como êste são freqüentes e constituíam, como dissemos alhures, um padrão aceito na ética política dos coronéis. A ofensa, pelo que se pode observar, refletia-se no chefe político e não especialmente no eleitor preterido. Desta forma, a fraude representa primeiramente um recurso de vitória sôbre o outro candidato e não um ultraje ao eleitorado: ela só refletirá um expediente contra a opinião eleitoral quando esta se encontra pròpriamente em desenvolvimento, isto é, em concentração urbana.

Assim, à base do esquema de manutenção dos coronéis neste período, encontram-se os laços de dependência pessoal do eleitor a seu chefe político, que é, também, o dono da terra onde trabalha, e a quem deve favores, sobretudo, o "favor" de um emprêgo (28).

Ao eleitor do povo, portanto, pouco importava realmente o resultado da eleição. Seu voto, êle cedia a um ou outro candidato por questões alheias à problemática política: constituíam fatores concretos desta opção, a dependência em que dêles vivia no meio rural, ou as vantagens - sapatão, camisa de baieta. Bem verdade que ela era feita anteriormente ao dia da eleição e, no mais das vêzes, estava decidida por contingência de trabalho, nesta ou naquela fazenda, por êste ou aquêle coronel.

A existência de currais eleitorais é prova desta inconsciência: eram ali alimentados os eleitores vindos da fazenda, na tarde anterior ao dia da eleição; à noite eram êles "passeados" por capatazes, na zona da prostituição da cidade. E no outro dia, pela manhã, votavam; todos juntos, em fila, seguidos por um "homem de confiança" do coronel. Se voltavam

ou não, imediatamente após ao voto, para a fazenda, era decisão do coronel que lhes pagara as despesas de hospedagem e "passeios". Regra geral, ficavam, para comemorar, com cerveja e pinga, o resultado das eleições (29).

Para o eleitor, portanto, o "cabresto" representava dependência ou favores, dinheiro, presentes. Seu voto era mercadoria de troca e não a expressão de uma posição política formada. A eleição assumia, nestas condições, o caráter de uma festa, um acontecimento social que o poeta anônimo (30) cantou:

"- Muita gente na cidade ?  
 - Nem se fale, primo Bastião.  
 Mais é de tud'as qualidade  
 Tenha gente na eleição.  
 Fiquei meio atrapaiado  
 P'rá votá c'O Coroné+  
 Qui pagô dotô formado,  
 Qui curô minha muié.  
 Quando chegô nhô Travasso++  
 P'rá quem devo treis favô  
 E me pegando p'rô braço  
 disse: "êste é meu eleitô.  
 Votei co'êele, que fazê ?  
 Mais porém n'outra eleição  
 O coroné há de vê  
 Q'eu tô no seu bataião.  
 De tardinha, quando subi  
 Qu'ia havê cervejada  
 Na casa grande do clubi  
 Fui p'rá lá vê a rapaziada.  
 'Ota povo, mais que terno  
 Tudo ali era bem tratado  
 E o tar baruio do inferno  
 Fiquei meio turtuviado..."

.....

Assim se desenvolviam as eleições neste primeiro período republicano, cuja característica principal é a dominação dos padrões rurais sobre o centro urbano. E, também, durante a vigência da Lei nº 35, que sobe ao poder federal Campos Salles, inaugurando a "política dos governadores", o domínio do "café com leite", do perrepismo, cujos reflexos em

---

+ Coronel Joaquim Salles.

++ Cesário Travassos de Desealvado, eleito Deputado Estadual pela Zona de Joaquim Salles em 1910.

Rio Claro se acentuam por ligações de família.

A posição do coronel na estrutura tradicional predominantemente agrária assegurava-lhe, como dono das terras, o contróle da principal agência de trabalho. Dêste fator fundamental decorriam os demais que lhe asseguravam a formação de liames de dependências, objetivos e subjetivos (31), reforçando-lhe a autoridade sôbre seus liderados.

Desta forma, os padrões sociais do mundo rural estendiam-se para o centro urbano - em fase incipiente de formação - não havendo nenhum poder local que desafiasse o do coronel, tão sôlidamente constituído.

Como assinala Vitor Nunes Deal, "o coronelismo é "uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual, os resíduos do nosso ambíguo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa" (32).

Portanto, da relação entre a estrutura social tradicional predominantemente agrária e a organização do Estado Republicano, resultou uma das principais (senão a principal), instituição política brasileira, o coronelismo. Abrangendo toda a série de padrões de comportamento vinculados aos mecanismos institucionais de formação de um poder constituinte, o coronelismo encerrou um significado especialmente dinâmico: integrativo e adaptativo.

Êste aspecto se revela concretamente à medida em que se tornam significantes, politicamente falando, as categorias sociais exteriores ao complexo agrário, intensificando e concidionando alterações no coronelismo.

A manifestação do fenômeno esteve condicionada, num plano geral, pela posição estrutural do coronel no sistema da agricultura de exportação e, especialmente em Rio Claro, pelo sucesso limitado da cafeicultura no município:

Rio Claro não foi como outras cidades da Paulista um centro de cafézais; ao contrário, a implantação dêste produto na vida municipal esteve muito mais vinculada ao transporte, que pròpriamente em função da grande produção da rubiácea.

Documentos de 1886 (33) apresentam uma produção de 9 000 000 kg de café - esta produção, depois do sensível aumento (34), entra em declínio nos anos que se seguiram; no

tocante ao número de pés, um relatório de 1926 descreve a situação:

"devido ao cansaço da terra cultivada e a falta de terras novas apropriadas para maior expansão da cultura, foi ela declinando (...) e hoje, em virtude da idade avançada dos cafeeiros, da sua pequena produção, os senhores fazendeiros não comprometem no custeio dos cafezais capital necessário a um bom trabalho. A cultura está pois, visivelmente em decadência. No ano de 1890 existia no município 17 000 000 de cafeeiros; em 1900, 15 000 000; em 1920, 13 000 000 e hoje (1926), 10 000 000." (35)

Os fatores apontados, o tipo de solos (36) e a falta de investimentos (37) foram, portanto, responsáveis pelo declínio da economia cafeeira no município, antes da grande crise. Verificam-se, em contrapartida, mudanças na infraestrutura econômica, que se revelam no loteamento de fazendas (38), na substituição do café por cereais, no êxodo de agricultores para outras regiões do estado e na concentração de interesses na área urbana.

Mas o café dominaria na área política, pelo menos até 1904, quando se dá a ascensão ao poder na esfera municipal do "coronel de cidade". As crises internas do café refletiam-se, portanto, na estrutura de poder local; e disto é testemunha a reunião da Câmara Municipal, a 14 de junho de 1902, quando seu presidente, Coronel Joaquim Salles, justificava uma representação municipal ao governo estadual, falando da "situação grave que se acha a lavoura de café, por motivo da extraordinária baixa no mercado de consumo", em vista da qual não podem os vereadores se ausentar, pois o assunto "se impõe pela própria natureza (...) e nosso próprio interesse e instinto de conservação"...

Participa a Câmara Municipal da apreensão geral pela super-produção, logo após a safra de 1901-1902: a indicação, aprovada por unanimidade, inclue-se na exigência de medidas protecionistas para valorização do produto, as quais passaram a ser adotadas no governo de Rodrigues Alves, eleito no mesmo ano. O texto, que citamos na íntegra, da manifestação rioclarense, apoia os planos de Quintino Bocaiuva (39):

"esta corporação, hoje reunida em sessão extraordinária para o fim especial de discutir e resolver sobre uma medida que possa, sendo adoptada, trazer benefícios suavizando e melhorando as tristes condições a que chegou a lavoura de café, represente em officio ao Governo do Estado sollicitando a sua val

liosa collaboração no sentido de concorrer com o prestígio político, que exerce sobre todos os Estados da União, e mais por ser este Estado o mais interessado na resolução de tão grande problema, pois que é também de todos elles o maior produtor de café, afim de que brevemente, tal como exigem nossas apertadas circunstâncias, possa tornar-se uma realidade de salvadora o plano que sobre a materia bem architetoou o Exm<sup>o</sup> Snr. General Quintino Bocayuva, illustre Governador do Estado do Rio de Janeiro, sa la das sessões, 14 de junho de 1902. Joaquim Augusto de Salles" (40).

Por outro lado, além dos fatores geográficos acima expostos, a própria natureza da lavoura cafeeira implica ampla relação com o centro urbano, facilitando a formalização de interesses nesta área e condicionando desta forma sua ampliação.

Tal relação entre o café e o centro urbano constituiu-se num segundo fator, êste de natureza estrutural, responsável pelo caráter adaptativo do coronelismo.

A respeito das vinculações entre o fazendeiro de café e o centro urbano, diz Singer:

"Ao contrário do "barão do açúcar" da primeira metade do século XIX, que se encontrava à testa de uma unidade fundamentada em economia de subsistência, para a qual o açúcar vendido é apenas um excedente da produção, é o fazendeiro do café acima de tudo um empresário comercial. Tanto quanto a fazenda de açúcar, é a de café um conjunto híbrido composto por um setor de subsistência e um de produção para o mercado, com a diferença, no entanto, de que o peso específico dêste último é muito maior no segundo tipo de fazenda do que no primeiro. O café, a planta comercial, domina a atividade produtiva e condiciona a atividade de subsistência. De modo que, para o fazendeiro de café, a comercialização de seu produto é pelo menos tão importante quanto sua produção, se não o é mais. É por isso que êle não pode se fechar na fazenda, mas precisa estar junto às fases decisivas de comercialização, isto é, na cidade" (41).

Portanto, embora a cúpula do poder municipal em Rio Claro tivesse seus interesses voltados para a economia agrária de exportação, não independiam êsses interesses do centro urbano que preenchia as condições de embarque do produto, financiamento, etc.. Mesmo porque, Rio Claro constituia centro de entroncamento de vias férreas (42).

Desta forma, o município como produtor, - embora não um dos primeiros - e ao mesmo tempo centro de escoamento da produção agrícola regional (43) desenvolvia, colateralmen-

te a concentração de interesses no meio urbano.

A cidade tornou-se desde logo um polo de atração, quer pelo comércio, indústria extrativa ou mesmo pelos transportes. Já em 1887 havia 300 casas de comércio e várias oficinas mecânicas, cuja principal era a da própria Companhia de Estradas de Ferro, a Oficina Mecânica da Companhia Rioclarense, a qual, já nesta época, empregava 307 pessoas (44). Antes para o imigrante que para o liberto, ou mesmo para os trabalhadores rurais, estas oportunidades de trabalho eram atrativos que os traziam para a cidade.

Os imigrantes, especialmente, desempenharam um duplo papel nas transformações neste período: de um lado, promoveram mudança na economia agrícola da região, adquirindo os pequenos lotes em que se fracionavam várias fazendas de café (45), substituindo aquela cultura por cereais; e de outro, diversificaram e ampliaram as atividades comerciais e industriais do centro urbano e mesmo nelas se integraram como mão-de-obra.

O negro percorreu o caminho que lhe destinou a sociedade brasileira de brancos "sem preconceitos": votou com os coronéis, formou bairro quilombo, que constam em referências de 1922 (46). Inserindo-se na sociedade de classes, não ultrapassou em regra geral, o estágio de vendedor de força de trabalho. Até hoje, reside meio afastado da cidade, frequenta clubes exclusivos; o clube que festejou "democraticamente" sua libertação (47) não o aceita como sócio ou frequentador (48). Mas até hoje é eleitor cobiçado, base eleitoral segura e disputada (49).

Êstes elementos acrescidos do êxodo do trabalhador rural que acompanhava a dissolução das fazendas de café não mais lucrativas contribuíram decisivamente na composição de um eleitorado urbano, o que veio permitir que as bases do poder e prestígio dos coronéis se deslocassem do meio rural exclusivamente e se localizassem tanto em um como em outro polo da economia local.

Nêste desenvolvimento, o coronelismo como um processo integrativo encontra os primeiros obstáculos. Embora fôge se o fazendeiro de café nas últimas décadas do Sec. XIX "um tipo mais citadino que rural (...)" para quem a propriedade agrícola constitui em primeiro plano um meio de vida e só oca-

sionalmente local de residência ou recreio" (50), não estava plenamente apto a desenvolver padrões de liderança necessários para enfrentar as categorias sociais que se formavam em contradição ao complexo rural. Tornava-se, entretanto, imperiosa a adaptação do esquema autoritário tradicional sob ameaça de perda da liderança.

Em 1961, alguns meses antes da eleição, irrompe, em Rio Claro, a primeira greve dos ferroviários de que temos notícia (51). Tratava-se de um movimento de reivindicação salarial (52). Todavia, refletiu-se na esfera política, uma vez que os chefes da Companhia Paulista, responsáveis pela repressão policial, tinham vinculações com o chefe político, então dominante, Coronel Joaquim Salles. Um jornal (53) que fazia, na época, discreta oposição aos sallistas, comentava dois dias após, na secção sob o título "Alfinetadas":

"Porque motivo, qual o direito, com que provas intitula-se anarquista a um pobre operário e aponta-se como tal ?

Porventura um anarquista sujeita-se a carregar sacas de café das 6 da manhã às 9 1/2 da noite ?

O rancor contra um indivíduo não pode chegar a tanto e a auctoridade policial parece-nos, foi creada para distribuir justiça e não para servir de eviltante instrumento de quem quer que seja..."

Manifestava-se, por outro lado, a oposição local, fundando mais tarde o Partido Municipal (54), composto por elementos do Partido Republicano Histórico, então fora do poder. Tratava-se de um partido sui-generis, cujo "fim único e exclusivo", segundo a declaração publicada (55) era "eleger cidadãos para a administração municipal. Os eleitores votarão nos candidatos de sua preferência sem preocupação com as crenças políticas de cada um (...)." Os eleitores não teriam "com promissos com partido algum".

O Partido Municipal que se tornou conhecido pela antiga denominação de "Históricos" ou "Jacobinos" iniciava sob liderança do Coronel Marcello Schmidt a oposição aos sallistas ou "governistas". Era o primeiro passo dado no sentido de arrebanhar o eleitorado urbano, embora não cortasse a nova agremiação com as "boas graças" da polícia local, fiel membro do Partido Republicano governista, segundo declaração do delegado e subdelegado locais (56).

Apesar desta circunstância bastante desfavorável, os candidatos do Histórico obtiveram boa votação (57). No côm

puto total dos votos, Joaquim Salles ultrapassava seu opositor, embora este, Marcello Schmidt, tivesse sido eleito vereador (58).

Instalava-se, desta forma, a oposição municipal contando com as preferências do eleitorado urbano, cada vez mais numeroso.

Em 1902, surgem as primeiras referências ao Círculo Socialista Internacional 1º de Maio, agremiação operária que antecedeu à fundação da Liga Operária, em Rio Claro. A primeira conferência, realizada por Cantídio Bretas na data da fundação (1º de maio), teve, como temas principais, uma crítica aos partidos burgueses e a Necessidade de Organização do Partido Socialista Brasileiro (59).

Assim, denunciava-se uma classe operária urbana que estabelecia as primeiras etapas do movimento operário. Embora sejam reduzidos os documentos, pode-se aventar a hipótese de que também o proletariado rural, tanto como o urbano, fizesse esforços no sentido de assumir um papel de reivindicação. Infelizmente sobre o assunto só nos foi dado encontrar uma notícia de jornal, já de 1902, referindo-se a uma greve de colonos na Fazenda Morro Grande, próxima da cidade, para onde se dirigiram o delegado de Polícia, o auxiliar e o Representante Consular da Itália (60). Por outro lado, pode-se pensar também no papel de liderança que nestes movimentos desempenharam os imigrantes, não apenas pela presença do representante consular no movimento rural, como também pelos locais onde se realizavam as reuniões do Partido Socialista: salão do senhor Martinho Hummell (61) e Hotel Eschevarria. Voltaremos ao assunto em páginas seguintes.

Enfim, já por esta época, faziam-se sentir necessárias modificações no comportamento político dos coronéis face às novas expectativas sociais em emergência, à medida em que o centro urbano, que lhes dera origem, tornava-se cada vez mais independente da propriedade cafeeira.

As alterações promovidas no esquema de dominação, especialmente por Marcello Schmidt - que ocupava a liderança da oposição local - foram de natureza a que se possa denominar o produto como um autêntico "coronelismo de cidade", inaugurando, assim, uma segunda etapa, do processo adaptativo, integrativo do coronelismo ante o agravamento das tensões entre

o tradicional e o urbano, que passamos a analisar.

Segunda Fase (1904 - 1922): Duas tendências principais identificam esta segunda etapa do processo de adaptação da sociedade tradicional à organização institucional republicana: de um lado, esforço empreendido pelo legislador no sentido do aprimoramento das normas institucionais com o objetivo explícito de "moralização dos pleitos"; de outro, o esforço empreendido pelo coronelismo no sentido de manter a liderança política junto ao eleitorado urbano em crescente ampliação. Destas duas tendências resulta o "coronelismo de cidade" uma forma política intermediária, entre tipos políticos atuais, como os líderes populistas, os políticos de clientela, e o antigo "coronel tradicional" (62).

O aprimoramento das normas institucionais constituiu objetivo explícito para o qual tendiam as medidas legais adotadas tanto pelo Estado, como pela União (63).

Todavia, as modificações processadas objetivando a lisura dos pleitos atingiram apenas a superfície do problema da fraude, sem resolvê-lo. Em uma primeira etapa, com a Lei Rosa e Silva, mantinha-se ainda o processo eleitoral quase inteiramente ligado ao corpo político constituído, embora somando-se uma série de formalidades, intentando-se uniformizar o processo eleitoral. Em uma segunda etapa, com a legislação Bueno Paiva (65) novas mudanças foram tentadas, ampliando-se a responsabilidade da justiça no processo eleitoral, sem entretanto restringir-se o poder das mesas eleitorais que continuavam a ser responsáveis pela apuração dos votos.

A legislação, embora tendesse a evitar a fraude, e a promover a livre expressão da vontade eleitoral, não atingia completamente seus objetivos. Vários expedientes se mantiveram devido às oportunidades conservadas pela lei: as atas falsas, o falseamento no reconhecimento dos eleitos, a apuração fraudulenta dos votos, etc. (66).

Desta forma, os obstáculos legais ao poder dominante do coronel não eram de porte a impedi-lo em sua manifestação. Era-lhe, ainda, facultada a ação sobre as mesas eleitorais e especialmente sobre os eleitores dele dependentes. Os obstáculos à sua atuação discricionária surgem, portanto, com o eleitorado urbano independente de seu domínio direto. As circunstâncias, a partir de então, passam a exigir uma atuação

política por parte do coronel, em adequação aos interesses urbanos; surge a necessidade de formação de uma "base eleitoral". Embora fôsse ainda o voto a descoberto, tornava-se necessária a aproximação do coronel ao eleitorado que, não estando sob sua dependência completa, deveria aceitá-lo como líder e não como patrão ou chefe. Em resumo, tratava-se de conquistar um eleitorado e não mais de mandá-lo executar uma tarefa.

Em consequência das duas tendências apontadas e, especialmente, da emergência do eleitorado urbano, operam-se, como dissemos, modificações profundas no comportamento político do coronel, surgindo o "coronelismo de cidade".

Podemos citar a eleição municipal de 30 de novembro de 1904 (67), como o início do "coronelismo de cidade" em Rio Claro, assinalando com a ascensão ao poder do Partido Republicano Histórico, chefiado por Marcello Schmidt, que vai ser responsável pela instalação em Rio Claro deste novo esquema de manutenção do poder.

A partir de então, a política municipal tenderá cada vez mais, a assumir um tom urbano, mais que rural. Nos anos que se seguem, lutam os "sallistas" infaustamente para recobrar o poder, todavia, o centro urbano tornava-se cada vez mais o polo de atração da economia local e, conseqüentemente, o eleitorado urbano era dominante.

Um primeiro traço que denuncia o substrato urbano do "coronelismo de cidade" é a utilização da imprensa local como veículo de formação de opinião pública. Surge a propaganda política voltada para o eleitor: procuram, ambos os chefes locais - Marcello Schmidt e Coronel Salles - conduzir a opção do eleitor em tórno de seus nomes e nesta tentativa distinguem-se pelos recursos utilizados.

Os "sallistas" mantiveram durante a campanha de 1904 e nas demais o uso dos comunicados, apresentando os candidatos aos eleitores do partido, exaltando-lhes a ascendência bandeirante. São "honrados paulistas" e pretendem "a regeneração política desta cidade". O Coronel Joaquim Salles aparece representando o "homem bom" e justo, magnânimo; enfim, o chefe tradicional, patriarcal...

Ao contrário, a propaganda "marcellista" tem um cunho popular: ironiza o adversário, diminui-lhe a estatura

política, criticando e desmascarando sua "honradez" ou atingindo sua inatacabilidade tradicional, como demonstra este "epitáfio":

"Joaquim Salles: Aqui jaz quem foi feitor/ De escravos e do "pujante"/ Sem saber ler (oh! que horror)/ Foi deputado constante/ canos... cobras... aos milhares/ Do povo enguliu - que guellas/... Mas apesar de ser Salles/ O Marcello poz-lhe sellas ..."  
(68).

Há diferenças fundamentais entre os dois esquemas: enquanto o primeiro impõe o coronel patriarcal tradicional ao eleitorado principalmente urbano, o segundo aproxima o candidato do eleitor e, desta aproximação, o voto representa uma troca de favores entre candidato e eleitor: há de permeio um emprêgo e mesmo um conselho, amizade.

A noção do voto representando a retribuição de um favor recebido encontra-se quase sempre presente como base das relações entre eleitor e candidato (69). Desta noção é bom exemplo o seguinte trecho:

"Um eleitor correto, estabelecido com uma indústria de futuro, precisa da quantia de um conto de réis a juros razoáveis pelo prazo de seis meses, para o fim de melhorar o seu estabelecimento industrial e comercial e não fazendo questão de votar com o partido político que o auxiliial-o afim de permanecer nesta cidade.

Quem quizer auxiliial-o dirigir-se a rua 7, número 33" (70).

O mesmo transparece em algumas "declarações de voto", igualmente publicadas na imprensa local, como a que segue:

"Declaro que de hoje em diante abandono completamente o partido chefiado pelo Sr. Cel. Joaquim Salles, porque estou cansado de ouvir promessas que nunca são cumpridas. Votarei sempre nos candidatos do Partido chefiado pelo Coronel Marcello Schmidt chefe estimado e que sabe reconhecer em todos os tempos o valor dos seus companheiros.

O Sr. Salles é um moço que promete muito, mas não cumpre o que promete. Os taes empregos encantados que fiquem para os araras que ainda elle consegue embrulhar.

Rio Claro, 31 de janeiro de 1913. a) José Mendes de Oliveira" (71).

As declarações de voto ou "declarações políticas" foram igualmente recurso largamente utilizado pelos "marcellistas": o tom em que são vasadas variou: algumas, como a anterior, destinam-se, especialmente a desacreditar o adversário

rio, apontando-o como um mau pagador pelo voto, desmoralizando-o, enfim; outras, ao contrário, destinam-se a emprestar respeitabilidade tradicional ao coronel de cidade. É evidente que a destinação destas propagandas é distinta: enquanto as primeiras visam o eleitor comum, as segundas destinam-se a atingir eleitores distribuídos socialmente; estas, não fazem da crítica ao adversário ponto central do texto, mas, sim, acentuam os laços de amizade entre os que assinam e elementos ligados ao Partido Republicano Histórico, os quais "representam hoje os antigos e grandes defensores da idéia republicana" (72), ou ainda, justificam a posição tendo em vista certas qualidades previstas para a nova administração, como se observa no seguinte trecho (73):

"Os abaixo-assinados, eleitores que pertenceram ao partido dominante neste município declaram que d'ora em diante, passam a pertencer ao Partido Republicano Histórico, chefiado pelo prestigioso chefe Tenente Coronel Marcello Schmidt.

Se assim procedem os abaixo-assinados, é por que entendem que este partido é o único capaz de salvar o município da bancarrota e trazer a felicidade deste povo oprimido pelos excessivos impostos que pagam, sem resultado para o mesmo município.

Rio Claro, 28 de julho de 1904

Domingos da Costa Junior  
 Sebastião Costa  
 Francisco B. da Costa  
 Joaquim Leite Penteado  
 Francisco Modesto".

O sistema de domínio do coronel de cidade apresenta algumas diferenças quando comparado ao do coronel rural: enquanto o primeiro procurou acentuar o sentido popular de sua política, o segundo firmou-se nos laços de dependência vigentes no meio rural, mas em desaparecimento no meio urbano; por outro lado, o coronelismo de cidade, enquanto esquema basicamente conciliatório, valeu-se igualmente das relações sociais primárias entre candidato e eleitor, mantidas num nível de familiaridade que caracterizaram, segundo nossos informantes, o comportamento político de Marcello Schmidt. Tal não parece ter sido o comportamento de Joaquim Salles: segundo consta, as relações sociais mantidas entre eleitor e candidato, neste caso, ficavam em nível mais distante, nem sempre os favores prometidos eram cumpridos, e não se preocupava o coronel rural em visitar em suas casas seus eleitores, como era de praxe do coronel de cidade.

Face ao coronel rural, o coronelismo de cidade, assumindo características populares, representou um esquema adaptativo às condições urbanas em formação. Cumpre acrescentar, entretanto, que entre ambos os coronéis não havia diferenças básicas quanto aos interesses em jogo: ambos objetivaram o controle do poder. Conseqüentemente, deve-se encarar o coronelismo de cidade como uma adaptação do esquema do poder do coronel rural às já apontadas condições urbanas; esquema essencialmente conciliatório, cuja manutenção foi garantida por um certo período.

A manutenção de tão vacilante esquema dependeu, como dizíamos, de dois artifícios: 1) a utilização da fraude, no sentido de impedir os efeitos moralizantes da legislação eleitoral em vigor e a restrição da expressão de forças políticas em oposição; 2) a elaboração de uma política personalista e de esquemas de conciliação. Ambos os artifícios voltados fundamentalmente à manutenção do "statu quo" tradicional sobre as condições sociais de emergência da sociedade urbana industrial.

Estes dois artifícios compõem os mecanismos básicos que nos permitem considerar o "coronelismo de cidade" como uma etapa de um processo adaptativo das forças tradicionais de dominação personificadas no coronel, ante o surgimento do eleitorado urbano, cujo comportamento político obedece a novas formas tendentes aos modelos da sociedade industrial.

A fraude, portanto, passa a representar não apenas uma luta entre coronéis, mas também um artifício a ser usado contra a vontade eleitoral, na seleção dos candidatos, na convenção, no arranjo dos resultados eleitorais de forma a manter constante a composição do grupo dominante.

Se por um lado o objetivo explícito do legislador fôra o de moralizar o processo eleitoral, os desvios fraudulentos encontravam a conivência dos grupos dominantes, pois não se pode esquecer que da manutenção do coronelismo de cidade dependia, também, a manutenção do P.R.P., dos interesses da burguesia agrária, então detentora absoluta do poder. Este é um aspecto fundamental da estrutura do coronelismo que se acentua à medida em que se avança para o final deste segundo período, tornando-se crucial a partir de 1922. Assim, considerá-lo com mais cuidado ao tratarmos do terceiro período

e no próximo capítulo.

O segundo artifício, a elaboração de uma política de conciliação e personalista, prendeu-se a dois fatores fundamentais: a) à gradativa preponderância econômica do centro urbano sobre o rural; b) à conseqüente ampliação do eleitorado urbano e, principalmente, do surgimento de um proletariado urbano cujos movimentos reivindicatórios se refletiam diretamente no balanço de forças nos centros de poder.

O desenvolvimento do complexo urbano, como vimos em páginas anteriores, deu-se em profunda relação com a economia rural: eram atividades vinculadas ao transporte, beneficiamento e financiamento do café, as que primeiramente surgiram. Enquanto isso, o meio rural, especialmente na região de Rio Claro, logo perdia as possibilidades de atração para a mão-de-obra: o café passava pelas primeiras crises e os pequenos lotes de terra não eram ao alcance de qualquer bolsa. O centro urbano constituía um polo de atração, especialmente para o imigrante que, mudando-se para a cidade, desenvolvia ali atividades comerciais e mesmo industriais.

O capital aplicado na indústria era muitas vezes o produto de uma segunda poupança, sendo a primeira aplicada na compra de pequenas propriedades agrícolas.

Fora o capital acumulado por imigrantes, os próprios fazendeiros aplicavam, nas indústrias em formação, parte de seus lucros, principalmente, nas companhias de Estradas de Ferro, metalúrgicas e fábricas de cerveja, que eram as maiores indústrias na época.

Desenvolvia-se a burguesia industrial no município, em íntima relação com a burguesia agrária que, por esta época, já não se constituía exclusivamente de senhores do café.

Esboçavam-se na conjuntura as contradições fundamentais entre capital e força de trabalho; todavia, muitas eram as pequenas indústrias de organização familiar: os operários contratados recentemente eram integrados naquela trama de relações pessoais, algo paternalista que os impedia assumir posição de classe (74) mais definida.

Indústria e agricultura coexistiam, portanto, lado a lado, sem grandes antagonismos (75): a aplicação de capital auferido com o café na indústria era negócio subsidiário,

estabelecido mais por segurança "para os filhos" do que a expressão de uma "ideologia industrialista". Muitos são os espólios dos velhos senhores de café em que figuram ações da Companhia Paulista, hoje desvalorizadas, "mas sempre era possível vendê-las, foi pensando nisso que meu pai as deixou para mim", afirmou-nos um informante.

Relatos de 1906 demonstram esta ligação entre agricultura e indústria. Naquela época contava a cidade com 64 indústrias, das quais a maior parte era de transformação de materiais agrícolas, principalmente alimentícios, bebidas e bens de consumo - produtos manufaturados de baixo preço para atendimento do consumidor rural, apenas duas de maquinário: uma de máquinas agrícolas e outra de carros, vagões (76). Na relação de proprietários figuram, lado a lado, antigos fazendeiros do município, tradicionais coronéis do café e comerciantes, agentes de câmbio, êstes os verdadeiros donos do capital financeiro e de origem imigrante. As relações entre a burguesia mercantil, financeira, agrícola e industrial, são, pois, intrincadas, uma trama de relações, interesses, amizades e laços de família, que ainda hoje persistem (77).

Êste quadro de tensões e acomodação, e diversidade de interesses reflete-se, portanto, na diversificação e na ampliação do contingente urbano do eleitorado. Obviamente êste foi um processo cuja gestação antecedeu ao período que agora consideramos; assim, no ano de 1896 o eleitorado municipal distribuído por categorias profissionais apresentava a seguinte composição:

#### QUADRO I

Eleitorado do Município de Rio Claro, por categoria profissional+, referente a 1896.

P R O F I S S Ã O	Nº	%
Lavradores	284	37,4
Operários	26	3,4
Demais profissões	448	59,2
T O T A L	758	100,0
Eleitorado urbano 62,6%		

+ Fontes: Eleitores Municipais do Município de São João do Rio Claro, 1º Alistamento em 1896, Rio Claro, Typographia do "Diario do Rio Claro", 41 páginas. (M.R.C.)

Os dados permitem observar a importância das profissões vinculadas ao mundo urbano 62,6% quando comparadas às rurais. Por outro lado, certos indícios, como a greve de 1901, permitem igualmente uma noção, embora geral, sobre as condições de composição urbana do eleitorado local. Os movimentos grevistas repetem-se, com maior intensidade, em 1906, influenciando desta vez, decisivamente, na elaboração de uma política conciliatória e personalista.

Portanto, ao eclodir a greve de 1906 entre os ferroviários, o coronelismo redefinido às condições urbanas de seu eleitorado principal, pretende dominar os movimentos que são inteiramente antagônicos à estrutura que representa: "não estando em condições de desenvolver um comportamento político face ao operariado", e mesmo "não detendo em suas mãos os meios administrativos e políticos destinados a objetivar os alvos das reivindicações operárias", como diz Ianni (78) tenta a conciliação, apoiando os movimentos operários, "orientando-os" e mesmo apadrinhando-os e, através desta conciliação, mantém seu prestígio e sua base eleitoral.

As greves operárias tornaram-se, portanto, objeto de luta entre os coronéis. P.R.H. e P.R.P., "marcellistas" jacobinos e "sallistas" enfrentam-se através dos operários, utilizando-se desde a conciliação à força, como técnica de manutenção do poder. Estes padrões de relacionamento de classes são patentes no desenrolar da greve de 1906.

Duas preocupações fundamentais caracterizavam os movimentos operários em Rio Claro, na época: a primeira era de inspiração notadamente universalista e tinha pequena penetração, se bem que bastante organizada. São exemplos da atuação deste grupo, os comícios de protesto contra a política czarista, em 1905, promovidos pelo Círculo Socialista Internacional de Rio Claro (79). A segunda, voltada às condições locais de trabalho, tinha maior penetração. Representava-a a Liga Operária de Rio Claro. Partiu deste grupo a orientação da greve de 1906 dos ferroviários da Companhia Paulista. A Liga fora fundada em 1905, contava com poucos recursos, mas uma boa organização. Parte da atuação da Liga - exigiam as condições - era secreta.

A 20 de maio de 1906, a Liga, tendo declarado greve, face às condições de trabalho, distribuiu o seguinte

comunicado:

"Liga Operária aos Operários e ao Povo de Rio Claro.  
Companheiros: Mais uma noticia de vitoria acabamos de receber que deve encher de júbilo os nossos corações. Está plenamente confirmada a Greve Geral na Cia. Mogiana e sabemos que os operários das Cias. Ramal Ferreo Campineiro e Ramal Funilense também se declaram em greve, como prova de solidariedade com os empregados da Cia. Paulista na justa causa que defendem. Companheiros. Coragem e Solidariedade. A Vitória será infalivelmente nossa - Hoje as 7 e meia hora da noite haverá reunião pública no Theatro Phenix.

Rio Claro, 20 de maio de 1906  
A Liga Operária de Rio Claro" (80).

A opposição local ("sallista") aproveitou-se do movimento para atacar o Partido Histórico; criar divisões internas no movimento e, ao mesmo tempo, forçar o término da greve que seria do interêsse, visto que muitos eram acionistas da Companhia Paulista.

A reunião no Teatro Phenix foi tumultuosa. No dia seguinte distribuia o P.R.P. o seguinte impresso:

"À classe Operária  
Companheiros.

Eis-nos chegados ao termo da nossa luta.

A intervenção nefasta da política jacobina, só vemos o fracasso da causa sacrossanta que defendemos. Foram os discursos insultuosos ao governo do Estado, proferidos pelo academico Sr. Antonio Covello, que não se cansava de exaltar os nossos companheiros aconselhando criminosamente o emprêgo de dinamites contra a Cia. Paulista, e os discursos anarquistas do Sr. Libero Braga (fiscal do governo), Dr. José Ignácio de Figueredo (juiz de paz (?)), Tenente Soares e a má fé do nosso advogado Dr. Joaquim Teixeira das Neves Júnior (que nos vendeu covardemente) os únicos motivos que determinaram, aqui, a enérgica intervenção da polícia e consequentemente a perda irremediável da nossa causa.

Companheiros.

O nosso advogado Dr. Teixeira Júnior não ignorava pelas conferências secretas e contínuas que tinha com a polícia que os nossos companheiros Sorelli, Castro, Peres e Fortunato deveriam serm (sic) presos na reunião do Theatro na noite do dia 22, S.S. não ignorava, também, que elles seguiriam imediatamente presos para São Paulo, e no entanto simulando surprehendido com a prisão dos nosos companheiros - foi requerer uma ordem de habeas corpus, quando tinha a plena certeza que elles já estavam em caminho de São Paulo.

Companheiros. O advogado da Liga Operária de Rio Claro - Dr. Teixeira Júnior - enganou-nos vilmente. Aonde estão os valliosos offerecimentos do Sr. Cel. Marcello Schmidt, o Chefe Jacobino e Presidente da

Câmara ?

O povo nos abandonou, porque vê que estamos sendo joguete de exploração política nas mãos d'esses miseráveis Jacobinos que hoje também nos abandonam as perseguições da polícia.

Abaixo, pois os vendilhões do nosso Direito.

Abaixo os Judas do Partido Jacobino, que só pretendem explorar a nossa classe.

Companheiros. O pacto de solidariedade que existia entre nós para defeza commum dos nossos Direitos, acha-se quebrado pela intervenção dos elementos extranhos e nefastos que acima vos relatamos, e, que só nos queriam explorar - resta-nos, pois, o dever de aconselhar a todos, - que desprezemos esses vís exploradores, e, sem quebra da nossa dignidade, voltamos de novo ao trabalho certos de que, muito breve, o eminente conselheiro Dr. Antonio Prado nos fará justiça do seu motivo próprio.

Abaixo os exploradores da Liga Operária.

Os operários Conscientes" (81).

As prisões citadas foram verdadeiras: conforme Everardo Dias, a polícia local prendera os operários. Envolvendo a luta na política local e estadual, provocava o "sal-lismo" - "jagunçada" - a repressão policial mas, principalmente, retirava a simpatia provocada pela atitude conciliatória dos "jacobinos" - "marcellistas" - que se haviam apressado na conciliação e apoio ao movimento, oferecendo advogado, participando da assembléia, e mesmo concedendo licença para sua própria realização.

Os operário encontravam-se, desta forma, às voltas com as lutas políticas e foi para desfazer dúvidas que publicou a Liga Operária outro comunicado:

"Companheiros.

A Companhia Paulista mudou de tática agora. Percebendo que com as violências praticadas pela polícia contra os nossos companheiros nada ella conseguia, resolveu então adotar o systema de que se serviu em Jundiahy espalhando boletins mentirosos e infames como infames são os que o escreveram.

Não deis credito a esses canalhas, a esses vendilhões que nos querem arrastar para o abysmo.

Ninguem compareça ao trabalho enquanto não forem atendidas as nossas reclamações.

Seria uma vergonha para o proletariado do Rio Claro se comparecesse ao serviço quando os nossos companheiros de Jundiahy, Campinas, Capital Rio e outros e de outros operários continuam firmes e solidários comnosco.

A Liga operária de Rio Claro não se envolve em política. Ella quer simplesmente a reivindicações dos direitos dos operários conspurcados pelos potentados da Companhia Paulista.

Os operários que forem ao trabalho serão considera

dos Judas da classe e seus nomes apontados ao des-  
preso publico.

Companheiros

A nossa lucta deve continuar. Esperamos movimentos  
de solidariedade no Rio e em diversas Companhias  
Ferroviárias.

O apoio que temos é de toda a população de Rio Cla-  
ro que admira a nossa calma e perseverança.

O Sr. Dr. Joaquim Teixeira das Neves que desinte-  
ressadamente se collocou ao lado dos operários para  
a defesa dos seus direitos, continua a merecer in-  
teira confiança da Liga Operária.

Calma e a postos, sempre firmes e despresemos os  
boletins desses bandidos que assignaram - Operários  
Consientes.

Daremos notícias do que houver aos nosso companhei-  
ros.

Rio Claro, 25 de Maio de 1906.

A Liga Operária de Rio Claro" (82).

Everardo Dias (83) relata o final do incidente:

"a 31 de maio de 1906, na cidade de Rio Claro mal-  
tas de agentes, acompanhados de soldados armados, in-  
vadem os lares dos ferroviários em greve, esbordoan-  
do mulheres e crianças e prendendo os homens, que  
são depois espancados nos xadrezes e enviados sob  
escorta as oficinas e depósitos da Cia. Paulista o-  
brigados a trabalhar. A Liga Operária de Rio Claro  
tem sua sede invadida e fechada pela polícia, sendo  
seus móveis e biblioteca removidos para São Paulo".

Pelo que se observa, o coronelismo de cidade man-  
tém um sentido profundo de dominação tradicional, na medida  
em que tornou possível a manutenção dos componentes tradicio-  
nais da estrutura do poder, não obstante a ampliação das cate-  
gorias sociais urbanas exteriores ao complexo de poder rural  
tradicional.

Como dissemos em página anterior, o coronelismo  
de cidade não representou o rompimento dos padrões tradicio-  
nais de manutenção do poder. Ao contrário, o que lhe empres-  
tou configuração própria foi justamente a adaptação daqueles  
padrões às condições urbanas. Desta forma, o coronelismo de  
cidade foi um ajuste político circunstancial conduzido com  
êxito durante o período de 1904 a 1922, aproximadamente, em  
Rio Claro. Nele estava presente, como componente inovador, a  
conciliação entre os interesses da burguesia agrária e do elei-  
torado urbano emergente. Também foram inovadoras as técnicas  
de liderança política utilizadas, a familiaridade entre chefe  
político e eleitor a propaganda de cunho popular.

Convém, entretanto, não esquecer que, embora o  
coronelismo de cidade explicitamente tendesse à formalização

de uma conciliação de interesses, suas raízes o ligavam a um lastro de relações e ligações pessoais entre chefe político e eleitor, troca de favores concedidos e amizades de cunho tradicional. Por outro lado, convém igualmente frisar que, no ajuste político circunstancial promovido pelo coronelismo de cidade, não se pretendeu a solução das contradições sociais subjacentes àquele esquema. Ao contrário pretendeu-se o mascaramento das contradições sociais subjacentes com fim à manutenção dos coronéis no poder.

A emergência de um proletariado urbano forçou o esquema do coronelismo no caminho conciliatório, entretanto, à medida em que o proletariado urbano demonstrava maior capacidade de reivindicação, desfazia-se a fórmula conciliatória, explicitando-se as contradições; como nos disse um entrevistado, relatando fatos semelhantes e referindo-se à célebre greve de 1906:

"Dona, êles, aquêles que lutaram p'ra formar o sindicato, apanharam foram presos, até os familiares apanhavam. Eu já sou mais nôvo, comecei bem depois, mas êles me contavam: a gente não podia nem ter uma associação. Tinha que ser da associação que a Diretoria tinha fundado. A gente se reunia em segredo, a gente conspirava..."

O período que se segue, até 1922, caracteriza-se pela manutenção do coronelismo de cidade, até a manifestação de uma oposição de raízes urbanas, que termina com a Revolução de 30.

Deste desenvolvimento final do coronelismo de cidade ocupar-nos-emos na análise do terceiro período.

Terceira Fase (1922 - 1930): Pelo que vimos nas páginas anteriores, pode-se concluir que, neste período, a contradição entre cidade e o campo, entre a burguesia agrária, até então dominante, e as camadas urbanas, em ascensão, atingia um ponto que tornava irreversível o processo.

Na sociedade brasileira, o esforço encetado pelas elites tradicionais para manterem-se no poder, não obstante a emergência do complexo urbano industrial, atingia uma fase crítica: os processos integrativos, as formas adaptativas, como assinalamos ser o coronelismo de cidade, tornavam-se falaciosas, perdendo, pouco a pouco, a capacidade conciliatória.

Dois fatores profundamente interligados haviam contribuído decisivamente para esta resultante final: em pri

meiro lugar, o surto industrial de 1914-18, provocado pela 1ª Guerra Mundial. "São Paulo, particularmente, foi beneficiado, pelo nôvo surto industrial, tendo-se expandido principalmente a indústria de tecidos, calçados e chapéus" (84). Em consequência, principiam-se a se fazer sentir, nos centros de poder, as pressões políticas de uma classe industrial em formação. Dois argumentos são utilizados para fundamentar a importância desta burguesia industrial em suas lutas:

"Sua importância como contribuinte do fisco, numa administração onde os deficits orçamentários eram constantes, e a necessidade de dar trabalho a um contingente não desprezível da população, principalmente num período em que se começava a agitar a questão social" (85).

A partir de 1914-1918, até 1930, verifica-se, na sociedade brasileira, a formação e ascensão de uma burguesia industrial que, embora ligada à economia de exportação agrária (86), pressiona as elites tradicionais, objetivando igualmente o controle do poder. Nesta luta, seu amparo, como se percebe no trecho acima citado, é o descontentamento do proletariado urbano. A expressão do proletariado urbano será um segundo fator a ser apresentado no agravamento de tensões, responsável pela decadência das lideranças tradicionais. Segundo José Honório Rodrigues (87):

"Por volta de 1920 havia no Brasil cerca de 13.569 estabelecimentos industriais e cerca de 300.000 trabalhadores industriais, sem contar os assalariados no transporte e no comércio"

As greves registradas entre 1914 e 1929 e a violência de que se revestiu a repressão, como aliás ocorreu em 1901 e 1906 em Rio Claro, demonstram "a persistência dos padrões patrimoniais de mando" (88), inadequados às exigências da situação.

Em resumo, neste último período da Velha República, registram-se os choques cada vez mais graves, resultantes da "inadequação política gerada pela coexistência de duas estruturas econômico-sociais distintas: a agrário-comercial, que se estiola, e a urbano-industrial, que emerge paulatinamente" (89).

Dêstes choques, o movimento da Reação Republicana, chefiado por Nilo Peçanha e J. J. Seabra, constitui, talvez, a mais aguda demonstração de luta contra a oligarquia dominante. A êle se refere Afonso Arinos de Mello Franco, como:

"a mais feroz campanha de imprensa a que já assisti tira a República" (90)

apontando-o mesmo como

"a luta que iria sacudir o Brasil e liquidar a Primeira República" (91).

Em realidade o Movimento de Reação Republicana não representou um retôrno aos antigos ideais republicanos, mas expressava antes, idéias liberais de raízes urbanas, voltadas especialmente para reformas de caráter social e eleitoral. Neste sentido, embora o movimento tenha sido influenciado pelos ideais expressos por Rui, em sua memorável campanha civilista, pretendia a Reação objetivos mais práticos que uma, por assim dizer, reforma moral adotada por Rui; enquanto a plataforma de 1910 apontava como tarefa ideal do presidente a obrigatoriedade do cumprimento da lei, visto que, segundo Rui, aquêle que

"dêste regime exterminasse os abusos cuja invasão o tem desacreditado, ou lograsse do mesmo encaminhar sèriamente por essa estrada o govêrno teria feito praticamente muito mais pelos nossos direitos, pelas nossas liberdades, pela tranquilidade, pela civilização e pela honra nacional, do que o autor das mais auspiciosas reformas legislativas semeadas num terreno vicioso onde os melhores movimentos embebem logo na corrupção antiga" (92).

Nilô Peçanha, por outro lado, acalentava bem mais concretos, como a industrialização no Norte e Nordeste, melhorias na situação do operariado (93) em São Paulo, etc.; além das críticas ao sistema oligárquico imperante, aos abusos do poder e desrespeito às normas legais do país (94).

Estas idéias de grande penetração nos centros urbanos, implicavam

"na morte da política dos governadores, baseada no patronato eleitoral e, portanto, na morte de todo o sistema político vigente, apoiado no tradicional binômio mineiro paulista, que era, afinal o binômio do café" (95).

A análise dêste terceiro período da Velha República evidencia novos aspectos do balanço de fôrças: 1) o movimento formalizado de oposição, com ampla cobertura da imprensa e que, atingia especialmente os setores urbanos da sociedade brasileira, onde encontrava o aplauso das classes populares e militares (96); 2) a substituição do coronelismo de cidade pela fraude sem peias e pelo contrôle rígido, ostensivo, por parte do grupo dominante.

Em relação ao primeiro aspecto, é necessário notar que, quanto mais aperfeiçoados foram os mecanismos institucionais, abrangendo no Estado o eleitor urbano, menos corresponderam aos interesses profundos da classe que os promovera - a burguesia agrária. Neste sentido, observa-se um processo de heteronomia das normas institucionais do qual saía beneficiária, embora não vitoriosa nas eleições fraudulentas, a burguesia urbana.

Em contrapartida, a fraude, já de longa data em uso, e que atingira proporções consideráveis na eleição de Hermes (97), torna-se o único recurso utilizável para conter a oposição na esfera eleitoral, enquanto a repressão policial e o controle rígido se destinavam não somente a conter a oposição como igualmente o eleitor, o que era criticado acerbamente pela oposição.

Enfim, este terceiro período se caracteriza pelo declínio da oligarquia perrepista do café e do comércio exportador. Esta tendência geral da sociedade brasileira se reflete nas tramas de relações de poder em Rio Claro: paulatinamente, o antigo Partido Republicano Histórico perde a popularidade adquirida nos idos de 1904. E, embora tivesse apoiado Rui Barbosa, em 1910 (98), logo encontrou uma forma de vincular-se ao Hermismo e, a partir de então, prosseguiu na vantajosa posição governista.

Ao iniciar este terceiro período, o Partido Republicano Histórico já se tornara alvo de críticas ferrenhas e perdera, igualmente, vários de seus membros. Em 1921 iniciara-se, em Rio Claro, a publicação diária de "O Fígaro"; este jornal desempenhou, no processo de decadência do Partido Republicano Histórico, papel de extrema importância, no tocante à formação de uma opinião eleitoral contrária ao mandonismo perrepista. Desde o primeiro número, dedica-se, aquele diário, à crítica ao partido governista, quer em um plano pessoal, comentando atitudes dos homens do diretório e, especialmente, lembrando aspectos desabonadores do caráter de certos membros escolhidos como candidatos, etc., quer utilizando-se de uma exposição de princípios da democracia liberal e do regime republicano, para apresentar os aspectos falhos da situação política local, especialmente, comentar onde nas praxes de controle do poder na época, aqueles princípios eram desrespeita-

dos e como deveria o povo reagir àquele estado de coisas.

As críticas, como se pode concluir, visavam um eleitorado urbano, capaz de reagir ao cabresto que, segundo o próprio Fígaro, o partido dominante apressava-se a colocar. Estes apelos à análise do sistema político vigente expressavam não uma intenção revolucionária, ou mesmo reformista, mas ao contrário, demonstravam crença no sistema institucional legal, embora descrença no comportamento político dos grupos dominantes.

"... no nosso Diretório (do P.R.P.) faltam homens de mais critério e de mais espírito de justiça, de mais responsabilidade, e o povo bem vê e tanto clama já há tempos, mas, em vão que a sua voz não é ouvida, de modo que, para ser atendido tem de ser pela reação e esta, naturalmente não tardará muito a manifestar-se nas urnas. Somente, então o seu clamor de povo será ouvido e atendido" (99).

A crença no recurso do sufrágio permanecia, como se vê, inalterada para os mentores da oposição local. Crença esta que se estendia igualmente aos mecanismos legais institucionais do regime republicano de 1891. Trata-se de uma posição jurídica e idealista próxima de legalismo de Rui (100). Para a oposição, a crise da primeira república não assumia caráter estrutural, mas sim o de falência moral, consubstanciada no desrespeito às leis e dos princípios do regime, cujo sustentáculo estava na eleição direta, no livre sufrágio popular.

O movimento de Reação Republicana via na oposição

"o brado de civismo e o facho da justiça de um punhado de heróicos de olhos feitos na sagrada imagem da pátria (...) os homens por ella escolhidos para levarem avante a obra gigantesca de regeneração da pátria, irão triunfar na eleição de Março, porque o povo, o Exército, os brasileiros que alçam a pátria acima das conveniências particulares e não attendem aos acenos corruptores da politicalha, assim o desçam, com tôdas as forças das suas vontades, agora congregadas para a salvação do Brasil..." (101).

Em todo o período da campanha da Reação (102), em Rio Claro, somam-se às centenas no jornal "O Fígaro" artigos no mesmo estilo, traduzindo o idealismo utópico de seus autores: quer se refera a eleições municipais (103) que antecedem ao pleito presidencial de março, quer em relação a eleição de deputado estadual, juntamente com a eleição presidencial, as críticas são ferrenhas e idealistas por excelência:

"Nós não aceitamos a arrogância dos senhores do "republicano histórico" dizendo que serão vereadores e prefeito, os cidadãos escolhidos na intimidade dos políticos deste "partido". Nós não aceitamos as "coisas como as coisas são", nós queremos as coisas, como ellas devem ser" (104).

As eleições presidenciais, realizadas a 1º de março, vieram contudo demonstrar a falácia do programa de idéias levado a cabo pela Reação Republicana ante os mecanismos concretos de manutenção de contróle utilizados pelo perrepismo.

Aos chefes do Partido Republicano Histórico, carecia, já nesta época, o apoio das classes urbanas; tal não se verificava com o eleitorado dos distritos, nem era possível ao funcionalismo público municipal independência de voto. De sorte que, a apoiar o Partido, restava o eleitorado distrital, sempre alimentado com promessas de empregos na sede, com melhorias - estradas, luz, água, etc. e, na cidade, especialmente os funcionários públicos municipais ou, ainda, aqueles elementos direta ou indiretamente dependentes dos favores dos membros do partido. A opôr-se ao partido dominante setores das camadas médias urbanas e operárias (105): os novos contingentes eleitorais não vinculados à economia agrária e comercial, mas originados da expansão do centro urbano e industrial.

O Partido Republicano Histórico, ou o "Brechado", como o designava a oposição, representa, no panorama político, a tradição, a aristocracia do café (106), a classe alta tradicional. Ao eleitor urbano estas distinções de classe são apontadas pelos jornais da oposição desmistificando as aproximações de última hora, entre eleitor e candidato. Um destes artigos, pelo seu profundo conteúdo crítico, merece ser citado na íntegra (107):

"O "Brechado", fazendo da partida de futebol realizada no domingo, entre o Rio Claro F. Clube e o C. A. Paulistano, um meio de propaganda política, andou passando o mel nos lábios dos operários e fez dos jogadores rio-clarenses, meros joguetes dos seus designios politiqueiros.

Essa gente situacionista entumescida nas altas culminâncias do mando, sempre arredada da plebe, a quem despresou e despreza, percebendo que tôdas as sympathias se evaporam à incandescência da sua podridão política, quiz agarrar-se aos operários, num supremo esforço de naufrago, e, a contra gosto, condescendeu em descer do solio carunchoso, esplendente de europeus, para introduzir-se entre os homens

do trabalho, e captival-os com sorrisos enganosos.

Fundo em acção um seu devotado representante, pessoa maneirada que engasopa os membros do "Rio Claro" com lérias e palmadinhas nas costas, (...) arranhou o jogo Paulistano-Rio Claro, ou melhormente "Brechado Rio Claro versus Paulistano".

Os do "Brechado", está visto, não puzeram as canelas ao leão, mas fizeram cousas mais proveitosas e commodas. Paparam o banquete, andaram de auto e dançaram na Philarmonica, excluindo do baile de homenagem ao Paulistano, os denodados moços do Rio Claro F. Clube, vencidos e esfalfados em pról do seu prestígio em decadência.

Tudo se sacrificou em proveito do "brechado" esterrotante - vaidade, orgulho e soberania, mas o reducto da rua 5 esquina da avenida 5, resistio á profanação, ao contacto plebeu. As poltronas de trez decennios, estalaram de indignação, a alvura das paredes annuviou-se e o zelador ameaçou trajar-se de luto caso os rapazes do "Rio Claro" puzessem o pé na Philarmonica. Os politiqueiros do "brechado", também achavam que já bastava de condescendencias, opinaram pela exclusão dos mesmos da lista de convites, e só muito contrariados, permitiram a entrada de alguns directores, nos luxuosos salões da sociedade aristocratica.

Os futebolistas rio-clarenses, enquanto os seus colegas paulistanos fochtroteavam furiosamente, ficaram nas calçadas entristecidos, sem mesmo poderem dansar nesta, que a policia, caso tal fizessem, os prenderia á ordem dos "brechados" a quem não comvinham notas dissonantes.

Nós achamos algumas razões nos escrupulos das cadeiras paredes e zelador da Philarmonica, tão ciosa dos seus foros de grandeza e tradições; achamos mesmo, que gente educada embora, se sentiria deslocada em meio de tantas magnificencias mas havia um modo de se harmonisar os elementos distinctos da sociedade com e gente que é honrada, porque trabalha e cumpre o seu dever.

A Philarmonica sentia nauseas em receber a mais util classe social, por lembrar-se que ella traja roupas engraxadas, nos dias uteis em que trabalha para o bem estar de todos o progresso geral? Pois bem, os salões do Gremio lá estavam promptos a receber a mistura provisoria de onde alfim, cada corpo tornaria ao seu elemento próprio. Contentava-se a todos, não haveria essa selecção degradante se os frequentadores da Philarmonica suportam as proximidades do povo em os campos de futebol, porque não torelal-o num salão de baile, aonde se evitam os inconvenientes das transudações com perfumes estoñtantes?

Nós cremos que os frequentadores da Philarmonica condescenderiam em dansar no Gremio, mas os chefes do "brechado", cheios de preconceitos, intolerantes e intransigentes, nem pensaram, quando da organização do baile, nos moços futebolistas, que ao festival apoliticalhado iriam emprestar o seu concurso valioso.

Que attendam bem os espiritos de facil convencimento nessa nova mostra de gratidão patenteada pelos senhores feudaes desta terra.

Ella retrata-lhes bem as attitudes politicas, tão intrinsecas nas suas personalidades, que mau grado o seu mentiroso desejo de tolerancia, democracia e amisade, ellas os traem no campo da realidade."

O descontentamento demonstrado no artigo acima citado aumenta violentamente com a vitória Bernadista. A partir de então, as contradições existentes na sociedade brasileira atingem um ponto crítico cuja explosão se daria em 1930. Os movimentos de 1922, 24, 26 são indícios da emergência de uma "nova ordem", cujo fulcro é o meio urbano, e cuja base é a burguesia urbana industrial em ascensão.

A institucionalização daquele descontentamento generalizado dá-se com a formação da Aliança Liberal (108) expressão de luta da burguesia urbana contra a política perre--pista e situacionista. As pretensões da Aliança Liberal foram, segundo João Neves:

"1º) medidas de paz política com anistia e ausência de leis de fôrça; 2º) o cumprimento da constituição; 3º) Reforma Eleitoral com um sistema escolhido livremente pela Nação com todos os matizes de opinião; 4º) autonomia municipal" (109).

O partido teve penetração nas classes médias e, liderando o descontentamento operário, neste segmento encontrou apoio. Evidenciava-se, neste processo, a conciliação de interesses entre burguesia e proletariado. Esta posição conciliatória caracterizava a linha conservadora em que se formava o partido. Aliás, havia carência de programas, de objetivos concretos; quanto ao regime de votação, por exemplo, dizia João Neves:

"Não temos predileção nem programas fundamentais neste particular - secreto, a descoberto, semi-secreto ou conforme qualquer inventiva que o espírito especulativo encontre qualquer forma nos serve, desde que seja da maioria de opinião" (110).

Em suma, a revolução de 30 pode ser caracterizada pela expressão de interesses e descontentamento de setores urbanos da burguesia nacional. Nisto ela marca a ascensão ao poder dos grupos que a promoviam tendo como slogan o descontentamento popular e operário.

Todavia, a burguesia nacional por condições histórico-estruturais não surge no panorama político como grupo homogêneo: de sorte que, a pressionar, no círculo de deci-

sões, a diversidade de interesses ligados às classes, obriga um esquema de conciliação de interesses fundamental à própria sustentação do poder. Ainda mais que as metas apontadas pelo governo provisório se chocavam necessariamente, com alguns destes interesses representados no poder.

Em seu discurso de posse perante a Junta Governativa naquela data, Vargas declarava:

"O trabalho de reconstrução que nos espera, não admite medidas temporizadoras, implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos"

e mais adiante explicita as novas diretrizes do governo, as quais êle considera:

"oportunas e de imediata utilidade: educação pública, principalmente ensino profissional, a formação do Ministério de Instrução e Saúde Pública. Assistência técnico-científica para planejamento da ação estatal, remodelação das forças armadas, reforma eleitoral, reorganização da justiça, eleição de Constituinte, autonomia estadual, racionalização da burocracia civil, incremento à produção agrícola, reforma tributária amparando a produção nacional, criação do Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, amparo e defesa do operariado, incremento à pequena propriedade produtiva, planejamento e organização das redes de transportes" (111).

Do programa de metas, duas preocupações são evidentes: a erradicação do perreppismo, adotando política econômica voltada para a indústria, com planejamento da produção, e reforma eleitoral popularizando o governo, ao mesmo tempo em que contribuía de forma decisiva para a mudança da ordem anterior.

Obviamente, ambas voltavam-se direta ou indiretamente contra a burguesia agrária o que a levou a tentar uma retomada de posição em 1932.

Estabelecia-se, em 30, no Brasil, uma "nova ordem", cuja tendência central era a adoção de esquemas conciliatórios em cuja base germinava o populismo.

As reformas eleitorais, por seu turno, pretendiam a extinção do esquema tradicional, o coronelismo. E a legislação trabalhista criava condições para relativa independência da classe operária, em relação ao capital, embora vinculando-a pela estrutura sindical ao Estado, confundindo na pessoa do governante.

O novo Código Eleitoral foi aprovado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o voto feminino; baixou para 18 anos a idade legal de votos; deu segurança efetiva ao sigilo do sufrágio; confiou o alistamento, apuração, reconhecimento e proclamação dos eleitos à justiça eleitoral. Como sistema de representação adotou o de dois turnos simultâneos: proporcional no primeiro, através dos quocientes eleitoral e partidário, e majoritário, no segundo.

O projeto de reforma eleitoral do qual resultou o Código Eleitoral, adotou as seguintes medidas: 1ª) o processo eleitoral foi entregue

"a uma magistratura especial independente tanto quanto possível do arbítrio do governo de caráter administrativo;

2ª) sendo a função judicante mesmo em matéria eleitoral distinta da técnica e administrativa, haverá tribunais e juizes especiais para exercerem a primeira e repartições e funcionários especiais para o desempenho das segundas;

3ª) os juizes e tribunais estabelecidos embora a título provisório, até a reconstituição definitiva do regime, gozarão das garantias próprias da magistratura. Os magistrados eleitorais dirão judicialmente da qualificação e de todas as contendas que se travarem a respeito do direito eleitoral, desde o alistamento dos eleitores até a proclamação final dos eleitos;

4ª) ao lado, anexo e subordinados a essa magistratura, funcionários, técnicos e repartições adequadas serão encarregadas da identificação dos eleitores, da sua inscrição, do arquivo eleitoral e de todo o processo referente ao serviço eleitoral, em uma e em outra das referidas fases" (112).

Após uma série de críticas e supressões, os organismos criados foram chamados: Tribunal Superior, Tribunais Regionais (Juizes Eleitorais), Secretarias Anexas aos Tribunais e Cartórios Eleitorais (113).

De conformidade com essa legislação, realizaram-se as eleições a 3 de maio de 1933, em que se escolheu a representação popular da 2ª Constituinte Republicana. A representação profissional, que também figurou na Assembléia, obedeceu, como era de se esperar, a outras normas. As críticas do Código Eleitoral, suscitadas pelos pleitos de maio de 33 e de 34, motivaram a promulgação de outra lei, a de nº 48, de maio de 1935, que introduzia poucas alterações e vigorou o Golpe de 1937 (114).

Perderam as mesas receptoras, nos Códigos de 32

e 35, a atribuição de apurar os votos, bem como a contagem passou a ser feita pelos Tribunais Regionais e, nas eleições municipais, pelas Juntas apuradoras compostas de juizes vitalícios. O sigilo do voto, apesar de proclamado várias vezes na legislação anterior, era, então, burlado por diferentes processos. O Código de 32 e a reforma de 35 prevendo abusos, sancionava, com a nulidade, o voto identificado, como também, a simples possibilidade de identificação. No que diz respeito à apuração dos votos, também criaram as legislações de 32 e 35 medidas para impedir a fraude.

Tôdas as modificações legislativas, entretanto, não foram suficientes para impedir a coação direta ou difusa dos partidos, dos chefes políticos, bem como não foram de modo a impedir o governismo. Mas êstes males não resultavam da legislação (115).

O período que se segue a 30 foi igualmente conturbado. O esquema de conciliação não permitiu a estabilidade do poder: em 35 o descontentamento operário provoca o levante comunista, e o Brasil a partir daí entra em estado de sítio, do qual sai no Estado Novo, após o movimento integralista de 37.

Concluindo: a revolução de 30 teve como consequência mais imediata e importante, a definição da sociedade brasileira nos rumos da industrialização, e a adequação do ordenamento legal do Estado às condições urbanas.

Todavia, resta a contradição entre a liberação dos freios tradicionais sob impacto da industrialização e a permanência dêste mesmo tradicionalismo nas formas concretas assumidas pelo processo político. É desta contradição que se reflete o desvio sistemático das normas institucionais como característica do comportamento político concreto que constitui objeto dêste estudo.

Vimos as condições de estabelecimento do coronelismo na sociedade local. Observamos, igualmente, as adaptações que se fizeram necessárias ao esquema de manutenção do coronel no poder, na emergência do centro urbano e da sociedade de classes. As modificações que se operaram objetivavam, como observamos, a manutenção das praxes tradicionais, nas novas condições em emergência.

Com a revolução de 30 e o estabelecimento da "no

va ordem" industrial, novas adaptações se fazem necessárias para a manutenção do poder. Estas, decorrentes das condições assumidas pelo desenvolvimento industrial e emergência da estrutura de classes.

NOTAS AO CAPÍTULO I

- (1) Não que haja desaparecido a discrepância entre o comportamento político concreto e as normas institucionais, ao contrário, ela permanece como característico do comportamento político, como um desvio sistemático das normas legais. Desvio êste que o eleitor reforça, em accitando certas práticas, mais ou menos, ilegais, mas até corriqueiras. Faremos dêstes aspectos, assunto principal em capítulos que se seguem.
- (2) Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956, 3ª Edição, p. 263.
- (3) Vide Capítulo IV.
- (4) Vide página 3 e seguintes.
- (5) A primeira fase iniciando-se propriamente em 1889, estendendo-se até 1904; a segunda, desta data até 1922 e a terceira, de 1922 a 1930.
- (6) Antiga Constituição.
- (7) Eleito mais tarde Presidente da República.
- (8) Irmão de Prudente de Moraes Barros, candidato eleito pelo PRP para Deputado Estadual, pelo 8º Distrito Eleitoral, incluindo Rio Claro, e posteriormente eleito Presidente da República.
- (9) Manoel Ferraz de Campos Salles era irmão do Coronel Joaquim Salles, dono da fazenda Cafezál, em Rio Claro, e líder político local.
- (10) George Bocherer referindo-se às declarações de apoio recebidas pelo Partido Republicano, do Rio, no ano de 1872 cita que "entre as mais importantes, encontram-se as de Rio Claro, onde setenta e três pessoas assinaram um manifesto, em seguida a um comício no qual falou Manoel Ferraz de Campos Salles".  
George C.A. Bocherer, "Da Monarquia à República" in História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889), Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Imprensa Nacional, 1954, p. 14.
- (11) AH MHPABV RC Na segunda sessão do 1º Congresso Republicano Provincial, realizado de acôrdo com a resolução da Convenção de Itu ( 19 de abril de 1873), em São Paulo, nos dias 1º a 3 de julho de 1873, estavam presentes, representante o Clube Republicano de Rio Claro, o dr. José Alves de Cerqueira Cezar, advogado residente em Rio Claro. Naqule mesmo congresso foi eleito Manoel F. de Campos Salles como membro da Comissão Permanente do Congresso Republicano da Província de São Paulo; a cidade de Campinas, residência de Campos Salles, passa a ser, desde então, a sôde de reuniões da Comissão e dela partem os propagandistas para todo interior. Rio Claro estava incluído no círculo de influência de Campos Salles, cujo irmão, Joaquim Salles, iria, como se verá, dominar a política riclarensense até 1904.  
A. Brasiliense, Os Programas dos Partidos e o 2º Império, São Paulo, Typographia de Jorge Seklor, 1878, pp.89 a 205.
- (12) Compôsto por: Cerqueira Cezar, Antonio Francisco de Paula Sousa, Joaquim Teixeira das Neves, João Manoel de Lina e Silva, Agostinho Prado, Cândido Valle, Antonio de Souza Campos e Ignacio Batista de Almeida.

AH MHPABV RC Album de Rio Claro, 1922

- (13) "Em Rio Claro (...) o partido achava-se dividido, um grupo, dirigido por Carqueira Cezar, obteve 69 votos; o outro, sob chefia de Joaquim Teixeira das Neves, alcançou 182, o bastante para eleger Neves e mais dois candidatos adicionais".  
in George C.A. Boshner, op. cit., pp.91 e 92.
- (14) Sobre o emprêgo da expressão "complexo patriarcal tradicional", neste trabalho, vide Introdução.
- (15) Podemos citar: Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889 - considerando eleitores todos os cidadãos brasileiros que estivessem em gozo dos seus direitos civis e políticos e que não fôsse analfabetos; decreto 227A e 277E, de 1890 - alistamento e eliminação de estrangeiros. BTJ - SP.  
in Francisco Branco Filho - Direito Eleitoral, Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho Editôra, 1945.
- Além destes, são considerados por Vitor Nunes Leal, como os mais importantes sobre matéria eleitoral, dois decretos:
- o primeiro, nº 200A, de 8 de fevereiro de 1890, regulava a qualificação eleitoral, a qual deveria ser procedida por "comissões districtais" compostas pelo juiz de paz mais votado, do subdelegado da paróquia e de um cidadão alistável, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal. A estes, competia realizar o alistamento, em primeira instância. Ao eleitor a lei obrigava apresentar prova de residência no distrito e a prova de "saber ler e escrever" (requerimento de próprio punho). Organizadas as listas, eram elas submetidas às "comissões municipais", compostas pelo Juiz Municipal de Termo, pelo Presidente da Câmara e pelo Delegado de Polícia. O alistamento era procedido arbitrariamente; regra geral, eram alistados os correligionários dos componentes da mesa. Todavia, contra a arbitrariedade, cabia recurso ao Juiz de Direito da comarca, o que pouco adiantava.
- A circular do Palácio do Governo esclarece alguns pontos:
- Circular  
Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, em 28 de Fevereiro de 1890, 2ª Secção.
- A qualificação dos eleitores que têm de votar nos deputados à Assembléa Constituinte Nacional, será preparada em cada districto da República por uma comissão districtal organizada definitivamente em cada município por uma comissão municipal, de cuja deliberação haverá recurso, voluntário e sem efeito suspensivo, para o juiz de direito da comarca, tudo na forma prescripta no Regulamento approved pelo Decreto nº 200A, de 8 do corrente, publicado em supplemento do jornal O Estado de S. Paulo, de 14 deste mês.
- As comissões districtaes serão compostas: 1ª, do juiz de paz mais votado, como presidente; 2ª, do subdelegado de polícia; 3ª, de um cidadão com as qualidades de eleitor, residente no districto, nomeado com a necessaria antecedencia, pelo presidente da camara ou intendente municipal.
- Por Aviso de 26 do corrente foi designado o dia 7 de Abril proximo futuro para a reunião das comissões districtaes neste Estado, a qual deve preceder edital dos respectivos presidentes com antecedencia de dez dias, indicando o lugar previamente escolhido pelo presidente da municipalidade, funcionando as comissões durante vinte dias successivos, exceptuados os domingos, começando as sessões invariavelmente ás dez horas da manhã e terminando ás quatro da tarde.
- O que vos communico para vosso conhecimento e devidos effectos, e especialmente para que cumprais e façais cumprir fielmente o ci

tado Regulamento, expedindo immediatamente copia desta circular aos juizes de paz mais votados dos districtos desse municipio, e fornecendo os livros e mais objetos necessarios para os trabalhos do alistamento dos eleitores.

Saúde e Fraternidades

assignado - Prudente J. Moraes Barros

Aos Cidadãos Presidente e Membros da Intendencia de Rio Claro.

AH MHP/AV RC.

O segundo decreto, apontado por Vitor Nunes Leal, é o nº 511, de 23 de junho de 1890 - Regulamento Alvim - Dispunha sobre o processo eleitoral, formação, composição das mesas e apuração. "A mesa eleitoral em cada distrito compunha-se de cinco membros. No distrito sede do município era presidida pelo Presidente da Câmara, que designava os quatro mesários: dois vereadores e dois eleitores. Ao Presidente da Câmara competia: nomear todos os membros das demais seções do município e arbitrar por maioria de votos da mesa sobre possíveis incidentes na composição das mesas! Competia à mesa também, a apuração dos votos, "lavrar a ata respectiva e enviar as atas e votos apurados em separado para as Câmaras Municipais ou Assembléas dos Estados", órgão aos quais competia a apuração final, à vista das cópias das atas. A eleição obedecia a critério de maioria relativa.

Vitor Nunes Leal - Coronelismo, Enxada e Voto, Rio de Janeiro, Editora da Revista Forense, 1948, p.164 e seguintes.

Ou, conforme, circular do Palácio do Governo:

Circular

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo,

15 de Julho de 1890. 2ª Secção

Cidadão:

Junto remetto-vos, para serem distribuidos aos presidentes das mesas eleitoraes d'esse municipio, alguns exemplares do Regulamento mandado observar pelo Decr. nº 511, de 23 de Junho proximo passado, na eleição do primeiro Congresso Nacional, a que se tem de proceder, em Toda a Republica, no dia 15 de Setembro futuro.

Recommendo-vos a exacta observancia das disposições d'esse Regulamento, chamo particularmente a vossa attenção para as importantes attribuições que vos são conferidas por elle, que são, além de outras, as seguintes:

Fazer, com a maior antecedencia possivel, a divisão dos districtos de paz em seções, numerando estas e designando os edificios em que devem funcionar, os actos que serão publicados por editaes, convidando os cidadãos qualificados a darem seus votos, com indicação do dia e hora da eleição e o número de nomes que o eleitor deverá incluir em suas cédulas para deputados e para senadores (art. 82 e 92);

Designar dois membros da corporação, de que sois presidente, e dois cidadãos eleitores para, sob vossa presidencia, comporem a meza eleitoral no districto de paz, sede d'esse municipio; designar o presidente e os quatro eleitores que deverão constituir as mesas eleitoraes nos outros districtos de paz e nas respectivas seções (art. 13);

Fazer publicar por editaes e pela imprensa, sendo possivel, com antecedencia de 30 dias, as mencionadas designações, que deverão ser comunicadas por officio aos cidadãos nomeados (art. 14);

Fazer extrahir, com antecedencia de 20 dias, do alistamento geral do município e remetter aos presidentes das mesas elei-

toraes copia da parte do mesmo alistamento relativa aos respectivos districtos de paz e secções (arts.18 e 19).

O governo confia no vosso zelo e dedicação pela causa publica, e espera que dareis todas providencias tendentes á fiel e inteira execução do citado Regulamento, afim de que corra com a maxima regularidade o processo da eleição do primeiro Congresso Nacional, por ser mais importante do que todas as eleições a que se tem procedido em nosso paiz.

Saúde e Fraternidade.

Prudente J. de Moraes Barros

Ao cidadão Presidente do Conselho de Intendencia Municipal do Rio Claro. AH MHP/ABV . . . RC

- (16) A data das eleições era determinada pela Secretaria dos Negócios do Interior ou Ministério, se Estadual ou Federal - a qual expedia circular às Câmaras Municipais. A divisão dos districtos eleitorais era procedida por uma Comissão de Vereadores e de seus immediatos em votos, os quais procediam a designação de cinco membros efetivos e suplentes nas comissões seccionais.
- (17) 5 de junho de 1895. "Ata da 5ª Secção Ordinária da Câmara Municipal do Rio Claro em 5 de junho de 1895, Presidencia do Dr. Blach Scorrar", in Livro de Atas da Câmara Municipal de Rio Claro, nº 23 p.11 e verso. ACM RC
- (18) A divisão em secções feita pela Câmara Municipal a 5 de junho de 1895 para que se procedessem as eleições a Deputados e Senadores ao Congresso do Estado, era a seguinte:
- 1ª secção: Câmara Municipal sala do jury votão os eleitores do quarteirão nº 1 ao quarteirão nº 4. 2ª secção : Câmara Municipal sala secreta do jury votão os eleitores do quarteirão nº 8. 3ª secção: predio onde funciona a escola publica do sexo masculino sito na rua 2 casa nº 3 votão os eleitores do quarteirão nº 9 ao quarteirão nº 15. 4ª secção predio onde funciona a escola publica do sexo feminino a rua 2 casa nº 5 votão os eleitores do quarteirão nº 16 ao quarteirão nº 24. 5ª Secção Annapolis, predio onde funciona a escola publica votão os eleitores do quarteirão nº 25 ao quarteirão nº 26. 6ª Secção Morro Pellado, prédio onde funciona a escola pública votão os eleitores do quarteirão nº 27.
- (19) Composta em cada estado: pelo juiz federal, seu substituto e pelo Procurador Seccional da República.  
Vitor Nunes Leal, op. cit., p. 164 e seguintes.
- (20) O agente eleitoral era geralmente um bacharel em direito, ligado por dependência de serviços profissionais aos senhores de café, a cujos interesses defendia com a lei, ou apesar dela. Cabia-lhe a tarefa de regularizar a situação do eleitor junto às mesas, recorrer à comissão de Alistamento em caso de arbitrariedade ou, em última instância, à Junta Estadual. Desta forma, preparava-se, todos os documentos necessários ao recebimento do "diploma eleitoral", inclusive aquêles necessários à naturalização do eleitor imigrante. No acervo do Museu Histórico de Rio Claro acumulam-se centenas destes documentos, dos quais, parte de duas centenas são requerimentos de "próprio punho", prova de alfabetização, datados de 1898, todos com a mesma caligrafia, distinguindo-se apenas pela assinatura, geralmente garatujas desenhadas por anal-fabetos.

- (21) AH MHPABV RC. Livro nº 32 Atas das Reuniões da Comissão Municipal de Alistamento (16-6-1895 a 29-6-1899).

No livro faltam 31 páginas, rubricadas por Scorrar, presidente da Câmara Municipal, na época. Não há termo de abertura ou encerramento.

- (22) AH MHPABV RC. Livro de Atas Eleitorais (23-3-1893 a 19-4-1902) - Acta da Assembléa Eleitoral, pp.19 a 21 verso.

- (23) AH MHPABV RC. Livro de Atas da Câmara Municipal, nº 23, pp. 22 e 23.

- (24) Não tivemos recursos para investigação da veracidade ou não das atas consultadas. Todavia, causou-nos estranheza os resultados tão rivelmente equilibrados, e a abstenção em nível altíssimo, logo seguida por 100% de presenças. Por exemplo: na eleição provincial de 1894 figuravam inscritos na 1ª secção eleitoral, 102 electores. Os resultados foram para presidente; 102 votos para Dr. Prudente de Moraes Barros e 102 votos para Dr. Manoel Vitoriano.

- (25) AH MHPABV RC. Consta na Ata de Apuração Geral dos votos que:

Na somma dos votos acima declarados estão incluídos de direito cédulas da 1ª secção, oito da 2ª secção trinta e três cédulas da 3ª secção, sessenta e oito da 4ª secção, vinte e cinco da 6ª secção, cédulas essas que pelas respectivas mesas seccionais foram tomadas em separado. Os votos em separado, porém, foram neste acto sommados e apurados por entender a Câmara que só contra a lei poderiam ser tomados em separado pelas mesas seccionaes, como o foram: porquanto eram de electores qualificados legalmente pelas comissões seccionaes de alistamento e depois pela comissão municipal, lidas e confrontadas neste acto. Esses electores, em numero avultado (...) estavam e estão incluídos como electores na lista organizada, publicada e distribuida pela comissão municipal do alistamento, tendo todos ellos comparecido ás urnas munidos dos seus diplomas, pelo que não era licito tomar os seus votos em separado (...) Acresce que as mesas seccionaes fizeram as chamadas dos electores, no dia 30 de Outubro passado por listas particulares, sem nenhuma authenticidade e sem cunho algum de legalidade, organizadas, segundo consta, por pessoas estranhas, e acceitas sem exploração plausível pelas mesas que as adoptaram: quando é certo que a chamada devia ter sido feita pelas listas que foram organizadas e fornecidas pela comissão municipal, unico poder competente para organizal-as, (...).

Câmara Municipal de São João do Rio Claro, Eleição Municipal Acta da apuração geral dos votos na eleição para vereadores, effectuada no dia 30 de outubro proximo passado, neste municipio de São João do Rio Claro - copia Authentica - (impresso copia dirigida a São Paulo).

- (26) A validade do poder do Coronel Schmidt foi posta em dúvida justamente pelo número de votos anulados da 2ª e 5ª secção eleitoral. Em parecer exarado sobre o fato, consta:

AH MHPABV RC.

Contados os votos das mais secções eleitoraes onde não se deram taes irregularidades e cujos votos são incontestavelmente legitimos e levados a urna com a liberdade e garantias concedidas pela lei, somos de parecer que devem ser reconhecidos os poderes dos Vereadores T.te Coronel Marcel

lo Schmidt e Cap, Eduardo Ribeiro Leite, porquanto estes dictos Vereadores obtiveram, o 1º 336 votos e o 2º 333 votos, maioria relativa de votos nas eleições do 30 de Outubro de 1898.

Rio Claro, 2 de Janeiro 1899

Jm Texeira

Ignacio Mesquita Correa

(A votação total asseguraria a Marcello Schmidt, 572 votos e a Eduardo Ribeiro Leite, 569).

(27) Manoel Ferraz de Campos Salles, eleito a 19 de março de 1898, segun do Livro de Actas Eleitoraes da 19 Secção do Distrito Eleitoral de São João do Rio Claro (23/3/1893 a 14/4/1902).

(28) Apesar das formas capitalistas em que se davam as relações entre dono da fazenda e colono - a existência de salário, por exemplo, o que permitiu mesmo a existência de uma poupança para investimento, especialmente entre imigrantes - permaneciam os traços de dependên cia entre as partes. Dependência esta que se estabelecia a partir do enquadramento do empregado em sistema de relação de trabalho sob contrôle exclusivo do coronel. A respeito, diz Caio Prado Júnior:

O direito privado de propriedade transborda ali para o terreno das relações públicas", e assume feições e um caráter público exercido por um particular(...) O mais puro salarizado, em termos de relação econômica de trabalho, poderá coexistir, como efetivamente coexiste(...) prôpriamente com relações sociais em que a parte das relações econômicas - que são as relações específicas do empregador e assalariado - se insinua a subordinação e sujeição pessoal do trabalhador.

Caio Prado Júnior - "Nova contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil", in Revista Brasileira, nº 43, São Paulo, 1962, setembro/outubro, pp. 11 a 53.

(29) Um tipo curioso de fraude era a do "agente visitador" cuja especialidade era infiltrar-se no "curral" adversário com melhores promessas e presentes para o voto, diminuindo assim a base eleitoral do coronel adversário. Tais foram as proporções dêste tipo de fraude que os "currais" passaram a ser vigiados por homens de confiança e, posteriormente, deixaram de existir: não compensavam os gastos. Por outro lado, a existência dos "currais eleitorais" não se verificou apenas no período analisado; ao contrário, a prática não desapareceu ainda, em algumas regiões do país.

(30) A "poesia" é um retrato fiel das eleições na época; em outros trechos dêste capítulo a utilizamos. Conseguimo-la de uma informante de 62 anos que a recitava quando criança, em família familiar, com acentuado sotaque caipira. A intenção, longe de ser crítica, é pro pagandista.

(31) Como indicamos em nota anterior, êstes liames de dependência têm origen nas relações econômicas, estendendo-se às políticas, onde se revestem de caráter de profundo acatamento a autoridade ou paternalista do coronel. Ainda hoje, de certa forma, persistem estas relações, embora, na maioria dos casos, mescladas em apadrinhamento ou como sequelas do antigo sistema tradicional.

(32) Vitor Nunes Leal - op. cit., p. 8.

(33) I P G E RC Comissão Central de Estatística: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, São Paulo, Le-roy King Bookwater, 1888.

- (34) IBGE - RC. Sylvio Souza Campos - Estudos dos Fatores da Produção nos Municípios Brasileiros e Condições Econômicas de cada um - Estado de São Paulo, Município de Rio Claro - Rio de Janeiro, 1928, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola.
- (35) AH - MHPABV - RC. Documentos da coleta de café de 1896 a 1898 apresentam os seguintes totais:
- |               |             |
|---------------|-------------|
| 1896. . . . . | 284.220 kg. |
| 1898. . . . . | 842.010 kg. |
- Não se trata de resultados totais, entretanto. Existem outros documentos referentes à coleta de café que, infelizmente, não trazem data. Mesmo assim, é possível observar-se um aumento das safras na queles dois anos.
- Coleta de Café - 1896 a 1898, por Antonio Vieira da Costa  
Coleta de Café - por Sylvio Amancio Rodrigues.
- (36) A área compreende terrenos de rochas sedimentares estratificadas e arenito essencialmente argiloso. A cidade encontra-se sobre uma camada de arenito basáltico que resistiu à erosão graças à elevação do terreno. Manchas de basalto são encontradas nos limites da região e frequentemente, aproveitadas para o plantio. O desflorestamento para plantios consecutivos e, principalmente, café, sem adubação, tornou o solo mais pobre que originalmente.  
 Sylvio Souza Campos, op. cit.
- (37) A falta de capital que atingia os cafeicultores - como demais lavradores - inclinavam-se a recorrer às casas comissárias para empréstimos a juros de 1% ao mês e sob penhora de safra. Além disso, cobravam para venda na praça de Santos a taxa de 3% sobre o líquido da venda, mais as despesas do produto em Santos.  
 Segundo Sylvio Souza Campos, op. cit.
- (38) Jornais da época falam de uma tendência acentuada ao fracionamento.
- (39) Embora criticados no Parlamento, os planos visando a valorização do café foram aplicados: a Lei de 30 de dezembro de 1905, garantia várias práticas de valorização e com o Tratado de Taubaté (25 de fevereiro de 1906), assinado pelos presidentes dos Estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.  
 Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d., pp. 415 e seguintes.
- (40) O documento é parte da "Acta da 102 Sessão extraordinária da Câmara Municipal de São João Baptista do Rio Claro, em 17 de Julho de 1902", Presidência do cidadão Joaquim Augusto de Salles, in Livro de Atas nº 26. ABCM - RC
- (41) Paul Singer, Desenvolvimento Econômico sob o prisma da Evolução Urbana. Tese de Doutorado apresentada à Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1966, p.8.
- (42) IBGE - RC. Eram as seguintes estradas já em 1887: Estrada de Ferro da Companhia São Paulo. Do porto de Santos a Jundiá (atual estrada Santos-Jundiá) 139 km, à qual ligava-se, desde Rio Claro, Estrada de Ferro da Companhia Paulista de Rio Claro a Jundiá (134 km); Estrada de Ferro da Companhia Rio Claro: da cidade de Rio Claro à Vila de Araraquara (127 km) e da Estação de Visconde de Rio Claro à Vila de Jahú (114 km). Comissão Central de Estatística, op. cit., 1888.

- (43) IBGE RC. Comissão Central de Estatística, op. cit., 1880.
- (44) IBGE RC. Comissão Central de Estatística, op. cit., 1880.
- (45) Tornaremos ao assunto em páginas seguintes.
- (46) José Romeu Ferraz, Album do Rio Claro, São Paulo, Typographia Henrie Irmãos, 1922.
- (47) ASFR RC Sociedade Filarmônica Rioclarense, Livro de Atas, vol. II (1888-1897).
- (48) Há casos raríssimos em que o critério desaparece. Preferimos, por motivos éticos, não identificá-los.
- (49) No carnaval de 1967, o "mestre-sala" de uma das escolas de samba locais, constituída exclusivamente por negros, carregava um distico de "Homenagen" a um político local.
- (50) Sérgio Buarque de Hollanda, op. cit., p. 254.
- (51) AGL RC "Greve", in Alpha, nº 59, anno I, de 17 de setembro de 1901, p. 1.
- (52) As condições de trabalho são apresentadas no mesmo artigo do Alpha:  
 "(...) pelo trato mnatido receberiam eles (operários) 3\$500 por dia de serviço e mais 1\$000 quando o trabalho atingisse até as 8 horas da noite (...). Os domingos e feriados seriam pagos na proporção de 3 dias de serviço. Acontece, porem que a companhia ou alguem por ella (...) faziam-n'os (aos operários) trabalhar até às 9 hs e muitas vezes 9 e tanto da noite, sem mais acrescimo de gratificação além daquele mingoado mil réis e contando o domingo apenas como dois dias.(...)"  
 Os operários exigiam aumento de salários e um "regulamento" em relação a sobretempos.
- (53) AGL RC Embora "sallista", o Alpha contava com editorialistas bem críticos que se ocultavam no anonimato ("Zé da Rua", "Barba Azul", por exemplo) para fazer certos comentários acres, sôbre a política local. O texto citado é um exemplo:  
 Zé do Alfinete, "Alfinetadas", in Alpha, nº 61, anno 1, de 19 de setembro de 1901.
- (54) AGL RC A reunião para fundação do Partido realizou-se dia 6 de outubro de 1901, na Sociedade Dançante "Noites Recreativas" (hoje desaparecida); constituíram o diretório:  
 Presidente: Jorge Schmidt  
 Secretário: sr. Tenente Raphael Minervino  
 e senhores Joaquim Teixeira das Neves e Tenente Coronel Marcello Schmidt.  
 Estavam presentes à reunião, mais ou menos, 200 pessoas, segundo a crônica da época.  
 in Alpha, nº 79, anno 1, de 7 de outubro de 1901.
- (55) AGL RC in Alpha, nº 79, anno 1, de 7 de outubro de 1901.
- (56) AGL RC "Solidariedade Política", in Alpha, nº 82, anno 1, de 10 de outubro de 1901.
- (57) AH MHPABV RC Na 1ª secção eleitoral, por exemplo, os resultados revelaram, 119 votos para o Coronel Joaquim Salles e 96 para Marcello Schmidt.  
 "Acta da Assembléa Eleitoral", in Livro de Actas Eleitorais da 1ª Secção do Distrito Eleitoral de São João do Rio Claro (23-3-1893 a

14-4-1902), p. 75 e verso.

- (58) ACM RC. Os resultados gerais apurados figuram na ata de apuração geral dos votos "dia 26 do mez de Dezembro de 1901", Livro de Actas nº 26, de 6-4-1901 a 5-4-1904, pp.29 a 30 verso.

Mais tarde, alegando "as faltas (duas em sessões ordinárias e duas em sessões extraordinárias) do vereador Marcello Schmidt provocaram a declaração de vaga". "Acta da sétima sessão extraordinária da Câmara Municipal de São João do Rio Claro, em 15 de Março de 1902, Presidência do cidadão Col. Joaquim Salles", in Livro de Actas nº 26, de 6-4-1901 a 5-4-1904, p. 52.

- (59) AGL RC in Alpha, nº 271, anno 1, de 12 de maio de 1901

- (60) AGL RC in Alpha, nº 275, anno 1, de 5 de maio de 1901

- (61) Talvez fôsse um bar ou barbeiro. Não encontramos maiores detalhes.

- (62) Vide referência a êstes tipos e em especial ao político de cliente la, nos Capítulos IV e V.

- (63) Vide Capítulo IV.

- (64) Lei Federal nº 1 269, de 15 de novembro de 1904, também chamada "Lei Rosa e Silva". Matéria: substituiu a Lei nº 35, estendendo o processo de alistamento, que passou a ser feito por uma comissão composta por três cidadãos eleitos entre os membros efetivos da Câmara Municipal e mais quatro maiores contribuintes: dois do impôsto predial e dois do impôsto rural ou industrial. O presidente era a autoridade judiciária ou juiz de direito com o voto de qualificação. Os recursos para as decisões desta comissão deveriam ser encaminhados para a junta estadual, composta por Juiz Federal, seu substituto e mais o Procurador Geral do Estado, ou para o Supremo. O número de deputados por distrito eleitoral foi elevado para cinco; manteve-se a lista incompleta e associado o voto cumulativo. As mesas eleitorais passaram a se compôr de cinco membros efetivos e cinco suplentes. Cada grupo de trinta eleitores podia indicar um membro, desde que fôssen obedecidas algumas formalidades. Não havendo indicação e havendo lugares vagos, êstes seriam preenchidos por escolha de uma junta especial, constituída pelos membros efetivos da comissão de alistamento com respectivos suplentes e, ainda, com direito a voto, do primeiro suplente substituto do juiz federal e do Procurador da República. Cada membro da junta votava em três nomes; se a eleição fôsse de tôda a mesa, consideravam-se membros efetivos os votados em 1º, 3º, 5º, 4º e 2º lugares; os demais, suplentes.

Os mesmos critérios prevaleciam na eleição parcial da mesa, presidido pelo Presidente da Câmara e com voto de qualificação do juiz de Direito. A contagem de votos continuou prerrogativa das mesas.

A Lei Rosa e Silva auxiliou a expressão das minorias, ao contuendo, impedir a fraude.

O decreto 5 391, de 12 de dezembro de 1904, deu instruções para o alistamento de eleitores conforme o disposto na Lei 1 269, de 15 de novembro de 1904 e o Decreto 5 493, de 6 de fevereiro de 1905 dá instruções para as eleições federais.

A Lei 1 269 foi adotada pela Lei Estadual nº 956, de 26 de setembro de 1905, art.12 para alistamento eleitoral do Estado. Ficaram assim revogadas, a Lei nº 679, de 14 de setembro de 1899, que dispunha sobre a qualificação eleitoral, e o respectivo Decreto Regulamentar nº 761, de 24 de março de 1900.

As instruções contidas no Decreto 5 493 foram adotadas exclusiva-

mente para eleições federais, tendo-se em vista que o Estado dispunha de legislação para eleições estaduais.

Vitor Nunes Leal, op. cit.

- (65) A Reforma Bueno Paiva constou de duas leis: Lei 3 139, de 2 de agosto de 1916 e Lei nº 3 208, de 27 de dezembro de 1916. A primeira, a Lei 3 139, foi regulamentada pelo decreto nº 12 193, de 6 de setembro de 1916, versava sobre alistamento eleitoral, desconhecendo a competência dos Estados para regular o alistamento estadual e municipal. Dava, também a lei, extrema importância à participação do judiciário: nos municípios e distritos-sede, as mesas eleitorais ficavam sob responsabilidade dos cartórios, serventuários de justiça e juizes de direito. Regulava com minúcias o processo de indicação de componentes das mesas, e além disso, mantinha a indicação de fiscais pelos candidatos. Apenas juizes de direito decidiam o processo de qualificação; cuidava a lei, igualmente, do processo de apuração dos votos. Os pedidos de qualificação podiam ser feitos em qualquer dia útil do ano, cabendo recurso para uma junta estadual, composta pelo juiz federal, seu substituto e pelo procurador geral da justiça local. Nos municípios em que não houvesse juiz de direito municipais, apenas preparavam os processos.

A segunda lei mantinha o sistema anterior de votação por distritos, com cinco deputados, voto cumulativo. A apuração geral passava a ser feita nas capitais e não mais nas sedes de distritos, por uma junta apuradora, composta pelo juiz federal, seu substituto, e pelo representante do ministério público junto ao tribunal local de segunda instância.

Esta segunda Lei (nº 3 208, de 27 de dezembro de 1916) foi instruída pelo Decreto nº 12 391, de 7 de fevereiro de 1917 e retificada pelo Decreto nº 3 424, de 9 de dezembro de 1917.

A Reforma Bueno Paiva permaneceu até quase o final da Primeira República, sofrendo alteração, especialmente, pela Lei nº 4 253, de 20 de dezembro de 1920 e pela Lei nº 4 226, de 30 de dezembro de 1920 e mais pelo Decreto nº 14 631, de 19 de janeiro de 1921.

Vitor Nunes Leal, op. cit., pp.165 a 167.

- (66) Vide a respeito, Vitor Nunes Leal, op. cit., entre outros, o neste trabalho, Capítulo IV.
- (67) A eleição de 30 de outubro de 1904 realizou-se segundo instruções contidas no Decreto 1 240, de 3 de outubro do mesmo ano. Embora o Decreto tenha movido algumas alterações no processo eleitoral, não se pode afirmar, sem risco de engano, que sejam as mudanças pro-cessadas, fatores responsáveis pela vitória do Partido Republicano Histórico, em Rio Claro. Segundo resultados publicados em o Alpha, de 19 de novembro de 1904, "os oposicionistas (marcellistas) venceram por dois votos na 1ª secção, 34 na 3ª, 12 votos na 4ª, 37 votos na 5ª e 41 votos em Santa Cruz. Os governistas (sallistas) venceram em Morro Pellado (zona rural) por 27 votos; em Itaquary (zona rural) por 74 votos e na 2ª secção por 13 votos.
- (68) AP Barreto
- (69) A mesma noção parece constituir a base do clientelismo político, como teremos oportunidade de discutir no Capítulo IV.
- (70) "Secção Alhoia", in Alpha, Rio Claro, 11 de outubro de 1904.
- (71) AP Barreto

- (72) Sebastião da Cunha Bueno, "Declaração Política", in Alpha, nº 1 033 Rio Claro, de 2 de setembro de 1904.
- (73) in Alpha, nº 1 005, Rio Claro, de 29 de julho de 1904.
- (74) "Nós saímos de Jaboticabal, da fazenda do coronel...chegamos em Rio Claro que você nem pode imaginar: sujos, cansados, não falávamos uma palavra de português. Só meu pai que falava um pouco. Precisamos de trabalho, procuramos algum patrício (alemão) e o Coronel Marcello Schmidt que era político em Rio Claro, conseguiu emprêgo na Metalúrgica. Lá a gente trabalhava bastante, mas dava p'rá viver. Foi um alívio, nós estávamos acostumados a uma vida boa na Alemanha, o que encontramos aqui, de comêço, Deus na livre".
- (75) Dentre outros, Fernando Henrique Cardoso, em Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico (1964) e Juarez Rubens Brandão Lopes, em Sociedade Industrial no Brasil, (1965) analisam as implicações d'este tipo de estrutura de indústria nas relações de classe. Ambas as obras citadas são publicações da Difusão Européia do Livro, coleção "Corpo e Alma do Brasil".
- (76) A energia elétrica em Rio Claro foi inaugurada em 18 de maio de 1884 pela Real Portela. Mais tarde formou-se uma Companhia Mecânica Industrial Rioclaronse, que instalou uma usina no rio Corumbataí, mas a tentativa fracassou. Em 1900 a firma Teodder Wille e Cia., de Santos, assinou contrato com a Câmara para explorar por 20 anos: estava formada a Central Elétrica de Rio Claro. Entretanto, a utilização desta na indústria, em 1906, era bastante reduzida: "2 motores elétricos na fábrica de cerveja, 2 nas bombas de abastecimento de água, 1 na oficina Meyer, 1 no sanatório, 1 em uma padaria, 1 em uma máquina de arroz, 1 em uma tipografia".  
Krettlis, Almanac' do Rio Claro, Typographia Conrado, 1906.
- (77) AP Barreto Dados de Conrado L. Krettlis, Almanach do Rio Claro, Anno I, 1906, Typ. Conrado - movida a tracção electrica - Rio Claro.
- (78) Octavio Ianni, Industrialização e Desenvolvimento Social do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.  
Ver do mesmo autor, "Condições Constitucionais do Comportamento Político Operário", in Revista Brasiliense, nº 36, julho-agosto, São Paulo, 1961, pp.16 a 44.
- (79) Everardo Dias, História das lutas sociais no Brasil, São Paulo, Editora L.B., 1962, p. 251. Encontramos notícias d'estes comícios em arquivos particulares, bem como a êles se referem antigos líderes sindicais.
- (80) AP Barreto
- (81) AP Barreto
- (82) AP Barreto
- (83) Everardo Dias, op. cit., p. 259.
- (84) Nícia Villela Luz, A luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, p. 145.
- (85) Nícia Villela Luz, op. cit., p. 146.
- (86) Vide Capítulo II.
- (87) José Honório Rodrigues, Conciliação e Reforma no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 83 e 84.
- (88) Octavio Ianni, op. cit., p. 21.

- (89) Octavio Ianni, op. cit., p. 22.
- (90) Afonso Arinos Mello Franco, Um Estadista da República, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, volume II, s/d, p.1 003.
- (91) idem, idem,
- (92) Luiz Delgado, Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1945, p. 145.
- (93) Nilo Peçanha teria dito aos operários, em Campos:  
 "Confiai em vosso futuro. O Brasil saiu das academias, mas o Brasil de amanhã sairá das oficinas",  
 Discurso de 18 de janeiro de 1924, citado por  
 Brígido Tinoco, A vida de Nilo Peçanha, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1962, p. 243.
- (94) Brígido Tinoco, op. cit., pp. 252 a 256.
- (95) Afonso Arinos Mello Franco, op. cit., p. 1 053.
- (96) O movimento de Reação Republicana não deve ser confundido com o movimento das forças armadas em apoio ao marechal Hermes: embora ambos tivessem uma origem semelhante, a oposição às medidas arbitrárias e pitacistas não foram, contudo, movimentos conjugados. Um, de Nilo, era de caráter político e eleitoral; o outro, das forças armadas, militarista, e se propunha, não uma mudança constitucional dos grupos dominantes, mas sim, uma tomada de poder manu militari.  
 Ver a mesma distinção, entre outros, em Afonso Arinos Mello Franco, op. cit., pp. 1 009 e 1010.  
 Hélio Silva, 1922 - Sangue na Areia de Copacabana, Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira SA., 1964.
- (97) AH MHPABV RC / respeito da fraude na eleição de Hermes, Rui Barbosa preparou um texto realmente significativo, onde analisa o sistema representativo brasileiro da época. Trata-se de um documento muito interessante inclusive pelos dados apresentados.  
 Vide: Rui Barbosa, "Eleição. Presidencial Realizada em 1 de março de 1910 - Memória Apresentada ao Congresso Nacional", Diário do Congresso Nacional, suplemento, Rio de Janeiro, julho de 1910, pp.23 e seguintes.
- (98) Segundo o Album de Rio Claro.
- (99) Vox Populi, "O caso do Diretório e a Prefeitura", in O Fígaro, nº205, anno 1, Rio Claro, 7 de janeiro de 1922.
- (100) O legalismo de Rui, segundo Luiz Delgado, compreendia dois momentos: o cumprimento exato da lei existente e o recurso à lei como processo único de qualquer mudança nas instituições e na sociedade (...). Na verdade (sua) doutrina da legalidade reconhecia "a superioridade da lei, a da Constituição e a do poder judiciário".  
 Luiz Delgado, op. cit., pp. 142 a 144.
- (101) "O Triunpho da Reacção", in O Fígaro, nº 203, anno 1, Rio Claro, 11 de janeiro de 1922, p.1.
- (102) Janeiro a março de 1922.
- (103) Realizadas a 14 de janeiro de 1922 para preenchimento de uma vaga de vereador na Câmara Municipal.
- (104) "As eleições de Hoje", in O Fígaro, nº 211, anno 1, Rio Claro, 14 de janeiro de 1922.

- (105) O partido Republicano Paulista acusou, através de seus órgãos de imprensa, o movimento de Reação Republicana de haver obrigado o operário, especialmente da Companhia Paulista, a votar com a dissidência. Acusação esta que o Comitê da Reação desmente com violência no artigo "Montira que Enoja", in O Fígaro, nº 254, anno 1, Rio Claro, 7 de março de 1922, p.1 .
- (106) Vários fazendeiros da região eram membros do Partido, dentre outros: Ignacio Mesquita, Irineu Penteado, A. Almeida Prado (este do Jahu, município extinto, entretanto, no 89 distrito eleitoral no qual figurava também Rio Claro).
- (107) "O Futebol Político: A Gratidão do "brechado" - A Philharmonica para uns e o noio da rua para outros", in O Fígaro, nº 284, anno 1, Rio Claro, 11 de abril de 1922, p.1 .  
O reduto referido no artigo é o clube tradicional da cidade: Filarmônica Rioclarense, clube este que conserva até hoje seu status tradicional.
- (108) Constituíam-na o Partido Democrático Paulista e elementos do Partido Republicano Mineiro. Finalmente, ingressaram nela o Partido Riograndense e Libertador.
- (109) Paulo Nogueira Filho, Ideais e lutas de um Burguês Progressista, São Paulo, Anhembí SA., 1958, volume I, p. 159.
- (110) Idem, idem.
- (111) Gotúlio Vargas, A Nova Política do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938, volume I, p. 73.
- (112) O trabalho foi elaborado pela 19ª Subcomissão da Comissão Legislativa. Eram membros da Comissão: Assis Brasil, Mario Pinto Serva o Presidente, João Cabral. Nos trabalhos de revisão figuram ainda, sob presidência de Maurício Cardoso, Ministro da Justiça, Antonio de Sampaio Dória (SP), Juscelino Barbosa (MG), Mario Castro (PE), Bruno de Mendonça Lima e Sérgio Ulrich de Oliveira (RS), Ademar de Faria e Otavio Kelly (RJ).  
Dr. Homero Pinho, Curso de Direito Eleitoral, Rio de Janeiro, Tribunal Eleitoral da Guanabara, Centro de Estudos Políticos, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 63.
- (113) Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 2 076, de 24 de fevereiro de 1932), 3ª Edição, 1934, por João C. da Rocha Cabral, in Homero Pinho, op. cit., p.44.
- (114) Vitor Nunes Leal, op. cit., pp.167 a 171: "Descriminava a lei as incompatibilidades e preferências para o exercício da função de mesário e permitia que o trabalho das mesas fôsse inspecionado pelos fiscais e delegados de partido. As mesas receptoras seriam compostas de um presidente, 1º e 2º suplentes, todos nomeados pelo juiz eleitoral e de dois secretários escolhidos pelo presidente da mesa".
- (115) Vide Capítulo IV.

## CAPÍTULO II

### EFEITOS LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O rompimento do complexo tradicional verificou-se gradativamente em Rio Claro: na área rural pela substituição do café por cereais - processo desenvolvido por imigrantes, já donos das terras - e, na área urbana, pela predominância, que assume o centro urbano como fulcro dinâmico da economia, com ampliação dos setores originariamente relacionados com o café - transportes, serviços urbanos, comércio - e, finalmente, com a proliferação das pequenas indústrias.

No princípio do século já se faz notar a importância do centro urbano - industrial na economia, explicitando-se as forças de mudança na configuração da estrutura de classe. As contradições entre a ordem tradicional e as mudanças ainda não consubstanciadas podem ser inferidas, senão em outros momentos, na ascensão do P.R.H. ao poder em 1904 (1).

Neste período, a classe tradicional, diretamente ligada à economia de exportação, compõe no esquema das forças, um dos polos das contradições sociais em emergência. Sua posição no sistema de produção garantia-lhe a dominância no plano político. Entretanto, já nesta época, outra categoria social se insinua, emergindo da decadência da economia de exportação, ligada ao capital financeiro. Em qualquer caso, a classe tradicional compõe-se, neste período, daqueles que detém a direção da economia de exportação: agricultores, capitalistas, agentes de importação e exportação (2).

O coronel de café se tornou um "coronel de cidade", como vimos no capítulo anterior; entretanto, a base de sua liderança encontrava-se, originariamente, no campo, entre seus dependentes. É a partir da predominância da cidade sobre o campo, e com o aparecimento de novo mercado de trabalho com

melhores oportunidades, que a liderança do coronel entra em declínio e, como recurso, utiliza-se êle dos esquemas conciliatórios e, na falência dêstes, de expedientes mais coercitivos.

Típicamente, sua liderança foi patriarcal e nem por isso menos violenta. Assentava-se na autoridade, na responsabilidade, no nome de família, na palavra. Pelo menos foi esta a imagem que êle procurou difundir entre seus liderados procurando inspirar segurança, confiança, amizade, coragem e temor. Um papel deveras importante neste processo esteve reservado à família, principalmente à espôsa: o atendimento maternal e carinhoso aos filhos dos eleitores e a suas famílias; o batismo, a crisma e o financiamento das festas religiosas, das tradicionais quermesses (3).

Sua liderança revestiu-se, portanto, de alguns traços que lembram a do senhor de engenho (4); entretanto, na esfera política, as circunstâncias exigiam do coronel a ampliação de seu eleitorado à custa das classes urbanas em formação. Enfim, tornou-se necessário, para sua manutenção no poder, a utilização de técnicas de contrôle político, quer em relação aos membros de sua própria classe, como em relação às novas classes emergentes: a classe média, de composição bastante diversificada e o operariado. Neste maneirismo êle, o fazendeiro de café, o coronel, tornou-se mestre.

Como membro da classe tradicional e dominante na vida política, bem outra é a descrição que se pode fazer do coronel, bem diferente desta que traçamos, que se destinava, sobretudo, ao aliciamento do eleitorado. Neste sentido, sua imagem se caracteriza exatamente pelas distâncias originadas da posição de classe assumida na conjuntura social. Em realidade a classe tradicional, composta da burguesia agrária e mercantil existia como classe, não em relação a si mesma, mas em relação às demais que se lhe opunham. Esta consciência dos caracteres distintivos de classe estava presente em todos os aspectos da vida cotidiana, desde a construção da casa à educação dos filhos (5). Foi ainda a consciência das distinções de classe que determinou as já referidas manobras na liderança política.

A partir do momento em que, no plano político, cinde-se a classe tradicional - P.R.H. contra P.R.R. - verifi-

ca-se também a ascensão do imigrante. E é principalmente em relação a este novo elemento, cuja condição de mobilidade fôra a posse do capital ou da terra, que se explicita a consciência de classe do grupo tradicional.

Em resumo, a classe tradicional em Rio Claro, no início do século, já compreende em si categorias sociais bastante diversas. Como traço distintivo das demais classes, ela detém o poder, mantendo-o à custa, cada vez mais, do eleitorado urbano em formação, graças ao esquema conciliatório do coronelismo de cidade, como vimos no capítulo anterior.

A importância do centro urbano sobre o rural, a dependência cada vez maior deste com relação àquele, o surgimento de larga faixa de atividade assalariada na área urbana e o princípio de industrialização, foram fatores que, somados, conduziram à formação e ampliação das classes médias. A estes acrescenta-se o êxodo rural do imigrante e o papel decisivo que este grupo desempenhou na estrutura de classes (6).

Incluem-se na classe média elementos que gravitavam em torno da burguesia-agrária, comercial, financeira, intelectuais ou profissionais liberais. Gozavam, os elementos deste grupo, de grande prestígio, especialmente os advogados, médicos, jornalistas. Tal prestígio, originava-se da ligação destes profissionais com a classe dominante e da condição de diferenciação de status conferida pela diploma. Incluem-se ainda nesta classe elementos de dois outros setores de atividade: o pequeno comércio e a burocracia civil. Em seu conjunto, a classe média foi a verdadeira base de sustentação e apoio do sistema de poder durante certa fase do período.

Nesta classe vai se integrar o maior contingente de origem imigrante. Desta forma, ela será base para ascensão social e também servirá de alvo para aquêles que vinham da zona rural. Neste sentido, a classe média na época compunha-se de grupos diversificados, dos quais alguns passaram mais tarde a compor a elite local (7).

A relação desta classe com a dominante, embora fator de status, fundamentava-se na dependência, senão da classe, pelo menos de alguns segmentos, dos favores da outra. Favores traduzidos em emprêgo, em causas a defender, etc.. Empreguismo, favoritismo e apadrinhamento, foram recursos utilizados para se manter na classe média, galgar a ela, ca dela

ascender a níveis mais altos. Este aspecto do comportamento da classe média, do qual pululam os exemplos em Rio Claro, pode ser interpretado como uma tendência nítida à mobilidade, à identificação com estratos superiores. Neste sentido a dependência implícita no empreguismo, favoritismo, etc., transforma-se em recurso para conquista de status que se mascara ao nível da consciência pela mobilidade conseguida.

Tal raciocínio não se aplica, contudo, à classe média em seu conjunto. Embora a mobilidade fôsse alvo da classe em geral, para os novos setores em emergência os recursos foram outros: ligados diretamente ao complexo urbano em formação, impulsionando a industrialização, o comércio, e dispondo da agricultura de cereais, compunha-se este setor da classe média, em oposição aos setores mais conservadores da classe tradicional, formando a base eleitoral responsável pela mudança da liderança política no plano municipal do P.R.R. para o P.R.H., e posteriormente responsável pelo movimento local da Reação Republicana (8).

Estão latentes neste setor da classe média novos critérios na apreciação de status e prestígio, expressos principalmente quando a mobilidade se verifica de um para outro dos termos fundamentais do processo de produção: de vendedor da força do trabalho para detentor do capital. Mobilidade expressa em critérios econômicos, na posse de capital ou dos meios de produção, tal como descrevemos para o imigrante ou descendente que ascendeu à classe dominante local. As mudanças, que este setor de classe expressa, acentuam-se com os anos, impondo-se e se consolidando a partir da revolução de 30.

Com relação à exteriorização de seu comportamento como classe diferenciada, outros aspectos, além dos já descritos, podem ser citados: especialmente a valorização da cultura européia (9), caráter distintivo dos componentes da nova classe média, e a perspectiva individualista da vida, algo bem próximo a um "salve-se quem puder".

O mundo da classe média era, em resumo, um mundo aberto, dinâmico, diferenciado pelos critérios visíveis da posse de coisas, lucros, e critérios sensíveis de status e prestígio. Sua existência era percebida em relação às demais camadas. Embora não existisse diferenciada como unidade para seus

componentes, dadas as diversidades internas, era contudo perfeitamente distinguida das camadas inferiores - da classe operária e trabalhadores rurais - classes de origem, como também do grupo ao qual procurava continuamente se aproximar: a classe tradicional dominante.

A classe operária teve origem semelhante à classe média: ampliou-se à medida em que se instalava definitivamente no complexo urbano com a industrialização. Dadas as características deste processo em Rio Claro (10) não assumiu a classe grandes dimensões. No início do século, movida pelas péssimas condições de trabalho, movimentava-se em busca de melhorias. São principalmente os ferroviários que atuam nestes movimentos; nas pequenas indústrias da época, os demais, regra geral, aceitavam a dominância paternalista da burguesia industrial.

O comportamento do operariado como classe restringiu-se a reivindicações imediatas. Apesar de representar largo contingente do eleitorado não levou a atuação política além da de classe média: apoiar o P.R.H., aceitando inclusive conciliação e liderança deste partido em seus movimentos. Embora atuante, o operariado negava-se a fazer política num sentido mais amplo; interessavam-lhe apenas as reivindicações de ordem salarial ou por melhores condições de trabalho.

A substituição gradativa do coronelismo de cidade pela repressão da década dos vinte tornou evidente a incapacidade dos círculos dominantes tradicionais em se adaptarem e fazerem frente às pressões oriundas das condições criadas pelo surgimento das classes urbanas vinculadas à nova ordem industrial.

A revolução de 30 veio intensificar aquelas mudanças em curso na infra-estrutura econômica com a definição da sociedade brasileira nos rumos da industrialização. Entretanto, se a partir desta data o Estado chama a si a tarefa de facilitar o processo, assumindo uma "deliberada política de industrialização", como observa Ianni (11), não representou a ação governamental um esforço planejado no sentido da integração nacional através da industrialização.

Os centros urbanos que, já àquela época, desempenhavam função de centros industriais, ampliam suas dimensões passando a liderar decisivamente a indústria nacional. Conse-

qüentemente, "as demais regiões se envolvem sucessivamente numa divisão de trabalho tipo campo-cidade", assinala Singer (12), "com êste núcleo privilegiado, que passa a ter o resto do país como mercado para os produtos de sua indústria". Nestas condições, o centro urbano torna-se "o palco da industrialização em sua fase superior, drenando das demais, recursos e mão de obra" (13).

Ainda, segundo Singer, "um dos efeitos do desenvolvimento não planejado é precisamente... concentrar especialmente a indústria e especializar a agricultura" (14), como ocorreu com a capital e com o interior de São Paulo. Incontestavelmente, processou-se o desenvolvimento da economia brasileira, considerando-a em seu conjunto; entretanto, a reinversão do excedente (15), acentuando as linhas gerais em que se instalou o processo, originou desequilíbrios regionais.

Assim, os efeitos das peculiaridades do processo de desenvolvimento refletiram-se especialmente nos setores industriais existentes no interior do Estado. Encontrando-se em São Paulo fatores decisivos para a industrialização (16), as relações da Capital com o interior assumiram características de uma força centrípeta atraindo o capital industrializante e mão-de-obra, enquanto que, ao mesmo tempo, influiu na atividade agrícola no sentido de promover o fornecimento de matéria prima para transformação industrial e gêneros alimentícios.

Em Rio Claro, como vimos no capítulo anterior, o café facilitara a concentração de interesses na área urbana e, com o declínio da produção do café na região, tornaram-se aquelas atividades urbanas - comércio, indústria, negócio imobiliário - o fulcro dinâmico da economia local.

Com o desenvolvimento industrial de São Paulo e Campinas, após 30, Rio Claro perde sua posição anterior de centro urbano de uma região agrícola. A pequena indústria local fica, por conseguinte, em função do mercado consumidor interno, explorando as oportunidades de demanda próximas, incapacitada - pelas suas pequenas proporções e reduzida oferta de capitais de financiamento - a competir com os grandes centros.

Em consequência, três processos têm curso, redefinindo as direções da economia local:

Em primeiro lugar, o crescimento industrial nas

décadas de 40 - 60 (17), ocorreu principalmente naqueles setores fora das faixas em competição com os grandes centros, na produção de materiais para consumo industrial ou bens de consumo, em demanda da comercialização nos centros industriais do país.

Fora êstes casos que, como veremos a seguir, são relativamente raros, proliferam na cidade as pequenas indústrias cuja produção em pequena escala destina-se ao mercado consumidor próximo (18). (Vêr QUADRO I)

Para elaboração dêsse quadro, mantivemos como base para classificação dos estabelecimentos industriais - grandes e pequenos - o critério utilizado pelo I.B.G.E. considerando estabelecimentos grandes aquêles que empregam 5 ou mais operários, e pequenos os que empregam menos de 5 operários. Julgamos ser êste critério bem apropriado à realidade rioclarense.

Nesse quadro, podemos notar, primeiramente, que no curso dêstes 20 anos houve por assim dizer, um processo de refinamento do complexo industrial local. As 93 grandes indústrias existentes em 1945 aumentaram para 128 em 1965, ao passo que diminuem os pequenos estabelecimentos industriais (de 335 existentes em 45, para 247 em 1965). Portanto, a diminuição global de 53 estabelecimentos prende-se ao desaparecimento de 88 pequenos estabelecimentos, dos quais 53 estão incluídos atualmente na categoria "grandes".

Todavia, a aglutinação de pequenos estabelecimentos não se processou em todos os ramos industriais existentes. Observando-se cada ramo de per si, podem-se notar ainda duas outras tendências, conforme apresentamos no QUADRO II: a) Regressão do Setor; b) Expansão ou Aparecimento do Setor.

O processo de aglutinação revela-se pela diminuição das pequenas indústrias, quer como nos primeiros cinco ramos apontados onde houve um acréscimo de novos estabelecimentos, quer como no ramo de construção e montagem de material de transporte em que houve manutenção dos grandes.

Êstes setores ligados ao aproveitamento de matéria prima agrícola, como nos casos 1, 2 e 5, ou ligados à ampliação da burocracia em Rio Claro (Editoriais e Gráficas) estabilizam-se no período citado. Entretanto, deve-se notar que

QUADRO I - Número de estabelecimentos industriais existentes em Rio Claro, nos anos de 1945 e 1965 (+)

Nº ORD	R A M O	ESTABELECEMENTOS			
		GRANDES		PEQUENOS	
		1945	1965	1945	1965
1	Transformação de minerais não metálicos	26	19	48	68
2	Extrativas de produtos minerais	1	1	-	4
3	Extrativas de produtos vegetais	2	4	8	1
4	Metalúrgicos	-	8	1	20
5	Mecânicas	8	2	16	4
6	Mat. elétrico e Mat. comunicação	-	1	4	4
7	Const. montagem mat. transporte	4	4	23	1
8	Madeira	-	5	-	8
9	Mobiliário	4	15	19	29
10	Papel e papelão	-	2	-	-
11	Couro, peles e similares	3	4	1	1
12	Químicas e farmacêuticas	1	11	3	6
13	Texteis	5	6	3	5
14	Vestuário, calçados e tecidos	11	8	66	18
15	Produtos alimentares	7	21	105	61
16	Bebidas	2	7	4	3
17	Editoriais e gráficas	4	7	7	4
18	Construção civil	6	-	5	-
19	Serv. Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	-
20	Perfumaria, sabão e vela	-	-	7	2
21	Materiais plásticos	-	-	-	1
22	Embalagem	-	-	3	-
23	Artigos para fumantes	1	-	-	-
24	Combustíveis e lubrificantes	-	-	1	-
25	Materiais para Ind. alimentação	-	-	3	-
26	Transporte ferroviário	(7)	1	-	-
27	Diversas	1	2	8	7
T O T A L		93	128	335	247

Número de Estabelecimentos em 1945: 428

Número de Estabelecimentos em 1965: 375

(+) Fontes: Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (exclusive o Município da Capital). São Paulo: Departamento Estadual de Estatística. 1947 I.B.G.E., Agência Municipal - Arquivos.

QUADRO II - Ramos Industriais em que se observa Aglutinação de Pequenos Estabelecimentos Industriais. (Rio Claro - 1945 e 1965)

R A M O S	ESTABELECIMENTOS				AGLUTINAÇÃO	
	GRANDES		PEQUENOS		GRANDES	PEQUENOS
	1945	1965	1945	1965		
a)1-Extr. de Prod. Vegetais	2	4	8	1	2	7
2-Prod. Alimentares	7	21	105	61	14	44
3-Editoriais e Gráficas	4	7	4	3	3	1
4-Diversas	1	2	8	7	1	1
5-Bebidas	2	7	4	3	5	1
b)6-Constr. e Mont. Mat. Tr.	4	4	23	1	M+	22
T O T A I S	20	45	58	-76	25	-76=-51

QUADRO III - Ramos Industriais que se expandiram ou surgiram durante o período

R A M O S	ESTABELECIMENTOS				EXPANSÃO	
	GRANDES		PEQUENOS		GRANDES	PEQUENOS
	1945	1965	1945	1965		
a)1-Mat. Elétr. e Comun.	-	1	4	4	1	M+
2-Couros, Peles e simil.	3	4	1	1	1	M
b)3-Metalúrgicos	-	8	1	20	8	19
4-Quím. e Farmacêuticas	1	11	3	6	10	3
5-Texteis	5	6	3	5	1	2
6-Mobiliário	4	15	19	29	11	10
7-Extr. de Prod. Minerais	1	1	-	4	M	4
T O T A I S	14	46	31	69	32	38=70
APARECIMENTOS: ESTAB. GRANDES E/OU PEQUENOS					APARECIMENTOS	
8-Madeira	-	5	-	8	5	8
9-Materiais plásticos	-	-	-	1	-	1
10-Papel e papelão	-	2	-	-	2	-
T O T A I S	-	7	-	9	7	9

tal estabilização não traduz em todos os casos a ampliação do setor em seu conjunto: haja visto o sexto ramo apontado, onde o reduzido mercado consumidor - trata-se da construção de charretes - permite a manutenção de apenas aquelas indústrias suficientemente "fortes" para tanto, ou aquelas que, reduzindo a produção e mão-de-obra, conseguem sobreviver.

Nos ramos apontados no QUADRO III verificou-se, por outro lado, a expansão de 86 estabelecimentos dos quais 16 não existiam anteriormente. São setores ligados ao aproveitamento de matéria prima agro-pecuária, como no caso 2, ou que se destinam a suprir mercado industrial nacional (3, 4, 5 e 7). No caso 3, trata-se da produção de peças para indústrias de Limeira, Campinas e A.B.C.; as indústrias químicas destinam-se ao fornecimento de anilinas, ácido fórmico para indústria nacional e outras à fabricação de detergentes para mercado de consumo próximo: Rio Claro e cidades vizinhas.

Das três últimas, apenas a indústria de mobiliário se destina ao consumo local e mesmo nacional; as demais colocam seus produtos nos grandes centros. Em contrapartida, os ramos que surgiram são aqueles inclinados ao atendimento dos setores em expansão, quer fornecendo matéria prima - madeira - quer preparando a embalagem dos produtos industrializados.

Finalmente, os ramos que regrediram são aqueles que entraram em competição com a produção industrial dos grandes centros. Mantém-se aqueles estabelecimentos que, regra geral, têm sua clientela e cuja pequena produção encontra portanto colocação imediata. Todavia, processa-se nestes setores, a grosso modo, a proliferação de pequenos e enexpressivos estabelecimentos industriais.

Apesar de terem sido promovidos em Rio Claro vários movimentos "pró-industrialização" no curso destes anos (19), não surtiram grandes efeitos (Vêr QUADRO IV). As indústrias locais mais expressivas são poucas, não atingindo uma dezena e, regra geral, fazem parte de complexos industriais mais amplos, de âmbito nacional, nos quais, as indústrias sediadas em Rio Claro são peças menos importantes. Por outro lado, os industriais rioclarenses, ao que parece, não adotam como norma o reinvestimento de capital na própria indústria (20); conseqüentemente permanece o complexo industrial riocla

QUADRO IV - Ramos Industriais que regrediram durante o período indicado

R A M O S	ESTABELECIMENTOS				REGRESSÃO	
	GRANDES		PEQUENOS		GRANDES	PEQUENOS
	1945	1965	1945	1965		
a)1-Mecânicos	8	2	16	4	6	12
2-Vest.Calçados e Tec.	11	8	66	18	3	48
c)3-Perf., Sabão e Vela	-	-	7	2	-	5
4-Embalagem	-	-	3	-	-	3
5-Art. p/ fumantes	1	-	-	-	-	-
6-Combust. e Lubrif.	-	-	1	-	-	1
7-Mat.p/Ind.Alimentação	-	-	3	-	-	3
8-Constr. Civil	6	-	5	-	6	5
T O T A I S	26	10	101	24	-16	-77=-93
Proliferação de Pequenas c/ Regressão do Setor:						
9-Transformação de <u>Mine</u> rais não metálicos	26	19	48	68	-16	+20=+4

rense relativamente estacionário (21).

Nestas condições a capacidade de absorção da mão-de-obra disponível (22) é relativamente reduzida, como o demonstra o QUADRO V.

Por êste quadro, observa-se que, nestes 20 anos, houve aumento de 4,7 operários na média de operários empregados nas indústrias rioclarenses. Ou melhor dizendo, êste aumento correspondeu a 58,4 novos operários por ano. Por outro lado, embora a capacidade de absorção das grandes indústrias tenha sido global 49,7 por ano, pela utilização de nova tecnologia - o que caracteriza indústria em expansão - houve, ao longo dêstes anos, uma redução de 3,9 na média de operários utilizados, contando-se, nesta redução, o acréscimo de 35 novos estabelecimentos considerados grandes, ocorrido no mesmo período.

Em contrapartida, embora o número de pequenas indústrias tenha sido reduzido em 88 estabelecimentos, a média de operários utilizados pelas pequenas indústrias duplicou-se nestes anos.

Em resumo, pode-se concluir, pelos dados acima expostos, que são pequenas as dimensões do complexo industrial local. Note-se, igualmente, que, exceto 9 ramos industriais, os 18 restantes empregavam em 1965 menos de 20 operários, o que permite uma visão mais clara, embora generalizada, do que convencionamos chamar "grande indústria", em Rio Claro.

Em tais condições, a oferta de mão-de-obra supera - como veremos a seguir - a capacidade de absorção da indústria - sendo êste um dos principais aspectos para caracte-rizar o complexo <sup>industrial</sup> local (23). Uma primeira consequência das pequenas dimensões do complexo industrial e da grande oferta de mão-de-obra reflete-se no tratamento que merecem os operários em Rio Claro por parte da classe patronal. Parece mesmo constituir-se em norma, que bem denota o tradicionalismo ainda arraigado na classe industrial local, o não pagamento do salário mínimo, os contratos fictícios, a dispensa do operário antes que êste atinja estabilidade - sem aviso prévio -, o emprêgo de menores nas indústrias - os quais ao atingirem a maioridade, são dispensados (24) - o atraso de salário por dois, três ou mais meses. Estas são algumas (25) das praxes largamente utilizadas e consideradas como "naturais" por parte da

QUADRO V: Número e Média de Operários ocupados por Setor Industrial e Tamanho da Indústria (1945 e 1965)<sup>+</sup>

R A M O	OP. UTILIZADOS				MÉDIA DE OP. UTIL.			
	GRANDES		PEQUENOS		GRANDES		PEQUENOS	
	1945	1965	1945	1965	1945	1965	1945	1965
1-Transf. minerais não metálicos	497	263	85	148	18,0	13,8	1,7	2,1
2-Extr. Prod. Minerais	-	16	-	6		(16) <sup>+</sup>	-	1,5
3-Extr. Prod. Vegetais	18	170	11	4	9,0	42,5	1,3	(4) <sup>+</sup>
4-Metalúrgicas	-	257	-	42	-	32,1	-	2,1
5-Mecânicas	108	23	20	9	13,5	11,5	1,2	2,2
6-Mat.Elet.e Mat.Comun.	-	7	2	6	-	(7) <sup>+</sup>	0,5	1,5
7-Const.Mont.Mat.Transp	33	43	20	3	5,0	1,7	0,9	(3) <sup>+</sup>
8-Madeira	-	49	-	13	-	9,8	-	1,6
9-Mobiliário	36	128	20	53	9,0	8,5	1,0	1,8
10-Papel e Papelão	-	49	-	-	-	24,5	-	-
11-Couro, Peles e simil.	25	37	3	3	8,3	9,2	(1) <sup>+</sup>	(3) <sup>+</sup>
12-Químicas e Farmacêut.	6	469	1	11	(6) <sup>+</sup>	42,6	0,3	1,8
13-Texteis	1076	225	3	8	215,2	37,5	1,0	1,6
14-Vest., Calçados e Tec	180	221	43	36	16,3	27,6	0,6	4,5
15-Prod. Alimentares	75	261	66	127	10,7	12,4	0,6	2,0
16-Bebidas	313	830	10	7	156,5	118,5	2,5	2,3
17-Editoriais e Gráficas	31	57	10	9	7,7	8,1	1,4	2,2
18-Construção Civil	59	-	6	-	8,5	-	1,2	-
19-Serv. Ind. Util. Púb.	-	-	-	-	-	-	-	-
20-Perf., Sabão e Vela	-	-	10	5	-	-	1,4	2,5
21-Materiais Plásticos	-	-	-	3	-	-	-	(3) <sup>+</sup>
22-Embalagem	-	-	8	-	-	-	2,6	-
23-Artigos p/ fumantes	28	-	-	-	(28) <sup>+</sup>	-	-	-
24-Combust. e Lubrif.	-	-	4	-	-	-	(4) <sup>+</sup>	-
25-Mat. p/ Ind. Aliment.	-	-	2	-	-	-	0,6	-
26-Transp. Ferrov. (1)	1575	1492	-	-	223,5	213,1	-	-
27-Diversos	15	472	7	12	(15)	236	0,87	1,7
T O T A I S	4075	5069	331	505				

(+) Total de operários empregados pela única empresa.

(1) São 7 oficinas da mesma empresa.

Operários empregados 1945 = 4404

Op. empregados 1965 = 5574 - Aumento média p/ ano 58,4

Média de operários ocupados em 1945 = 10,2

Média de operários ocupados em 1965 = 14,9 - aum: 4,7

Média de operários ocupados: grandes - 45 = 43,8

Média de operários ocupados: grandes - 65 = 39,9 - -3,9

Média de operários ocupados: pequenos - 45 = 1

Média de operários ocupados: pequenos - 65 = 2 - 1

Aumento da média anual - grandes = 49,7

Aumento da média anual - pequenos = 13,7

classe patronal, e suportadas pelos operários, uma vez que a procura de mão-de-obra é escassa.

No setor industrial refletem-se igualmente as mudanças ocorridas na economia agrária regional, após 1930. Como nos referimos em páginas anteriores, com a expansão dos grandes centros e a concentração espacial da indústria, promove-se na zona rural do interior a especialização da agricultura com o fim de suprir a demanda do polo industrial em dois setores especialmente: a) de matéria prima de origem agrícola para consumo industrial e b) gêneros alimentícios.

Em Rio Claro, processou-se a substituição da produção diversificada pela especialização da agricultura em cana-de-açúcar e, mais recentemente, a expansão de atividades horti-granjeiras.

Ambas as tendências têm profundos reflexos no setor industrial, não somente na expansão de alguns ramos, como Bebidas, Produtos Alimentares, etc., como igualmente na ampliação da mão-de-obra por circunstâncias que passaremos a analisar:

A partir de 1953 a cultura de cana na região de Rio Claro recebe grande impulso; desde então supera em muito as culturas anteriormente existentes, como cereais, frutas, etc.. Já em 1955, instalou-se uma usina de cana na região que concorreu para dar maior incremento ainda àquela cultura.

Rapidamente, torna-se, a cultura de cana e, conseqüentemente, a produção de açúcar, aguardente e álcool, os produtos básicos da zona rural rioclarense. Entretanto, a regra geral consiste na industrialização da cana em outras cidades, principalmente em Piracicaba. Desta forma, o agricultor rioclarense apenas fornece a matéria prima. Desde o princípio do surto canavieiro, tornou-se prática corrente na região, o arrendamento das culturas pelas usinas. Atualmente, as pequenas propriedades em grande maioria estão arrendadas, enquanto as fazendas maiores igualmente plantam cana, vendendo a produção para as usinas. Desta forma, notam-se já problemas ligados ao excesso de produção, atraso de pagamentos sobre a produção, etc..

A pecuária sofre também no período oscilações; passa a decrescer a partir de certo momento, 1956, a criação de bovinos: de 42.000 cabeças, para 35.000, enquanto a produ-

ção de cana-de-açúcar continúa em ascensão. Assim, as fazendas de gado passam a plantar cana, produto considerado mais lucrativo, enquanto o gado leiteiro se transforma em gado de corte. A avicultura projeta-se a partir de 60 a 61 decisivamente (26), destinando-se ao abastecimento de grandes centros.

Na zona rural rioclarense domina, portanto, a cana-de-açúcar enquanto a área paulatinamente vai perdendo seu poder de retenção da população, pela deficiência e fragilidade do sistema, pela falta de oportunidades de trabalho e pela própria natureza da cultura que não exige a permanência dos elementos no meio rural. A mão-de-obra ou vai para a cidade, atraída pelas suas condições ou vai compôr a mão-de-obra móvel, dependendo das safras, que reside na zona urbana ou suburbana e que por ser em grande parte analfabeta não é um fator tido como importante no processo político.

Na análise das condições de desenvolvimento da infra-estrutura econômica em Rio Claro, pode-se constatar que se trata de um complexo econômico de pequenas proporções cuja tendência dirige-se para o desenvolvimento do setor industrial; o centro urbano continua a exercer sua atração sôbre a população rural. Desta forma, a cidade cresce, amplia-se o centro urbano, minguando-se o rural, como se pode observar pelos dados censitários. (Vêr QUADRO VI)

Ora, êste fluxo da população não encontra nas oportunidades abertas pelo mercado de trabalho industrial local uma fonte de aproveitamento. Contudo, em que pese ao desengano de muitos, o processo não extingue. É de se perguntar, portanto, quais as fontes de aproveitamento desta mão-de-obra e quais são, afinal de contas, as implicações destas circunstâncias na estrutura de classe emergente e, em decorrência, na composição e comportamento do eleitorado.

Distingamos, em primeira instância, dois aspectos do êxodo rural em Rio Claro: primeiramente nem sempre o campo foi abandonado por carência de ocupação, mas - e êste fenômeno é geral na sociedade brasileira (28) - pelas próprias condições precárias de vida. Neste caso, o elemento chgado é, em princípio, mais um em demanda de colocação dentro das pequenas possibilidades do sistema em aproveitar esta mão-de-obra disponível. Em segundo lugar, o êxodo rural se dá em

QUADRO VI: Distribuição da População em Rio Claro  
(1940 - 1964)\*

Área correspondente à da Sede Municipal, em 1940 (27)

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO	Z O N A S					
		U R B A N A		S U B U R B A N A		R U R A L	
		POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
1940	33.384	22.029	65,84	1.293	3,87	10.062	30,14
1950	45.125	33.614	74,49	1.375	3,04	10.136	22,46
1960	58.522	47.137	80,54	1.729	2,95	9.656	16,49
1964	62.129	49.863	80,25	2.894	4,65	9.556	15,37

Mudanças Globais na População (1940 - 1964)

TOTAL	Z O N A S	
	U R B A N A	S U B U R B A N A
+28 745	+27 834	+1 601
		- 506

\* Fontes: Recenseamento Geral de 1940 - Censo Demográfico do Estado de São Paulo - IRGE. Recenseamento de 1950; Recenseamento Geral de 1960 e Censo Escolar de 1964-Agência Municipal de Estatística. IBGE.

conseqüência das transformações por que passou a zona rural no município: com a substituição de produtos que requerem maiores cuidados, pela cana que não exige a presença constante do proprietário, êste prefere arrendar suas terras à usina subtraindo-se dos cuidados e aborrecimentos ligados ao mister. Neste caso, êle, ao chegar à zona urbana, integrará uma parcela da população que detém um rendimento fixo, e cuja poupança será aplicada em setores da economia que lhe exigem menor energia, o imobiliário, por exemplo, ou fornecerá seu dinheiro a juros altos, que é um bom negócio em Rio Claro.

Êste fluxo constante de novos elementos é porém compensado pelo número cada vez maior de êxodo de mão-de-obra para os grandes centros. Dêste segmento da população, uma parte permanece ligada a Rio Claro, inclusive compondo o eleitorado, e outra, integra-se definitivamente nos grandes centros industriais.

Estas mudanças na população refletem-se decisivamente em sua distribuição por categorias profissionais com implicações profundas na estrutura de classes, como dizíamos acima. Os dados de 1940 e 50, relativos à ocupação, permite-nos uma visão mais clara (vide QUADRO VII).

Observa-se em tal quadro a ocupação da mão-de-obra nos seguintes setores: indústria, comércio, transportes e comunicação, serviços e atividades sociais e atividades domésticas. Em compensação, diminuem as condições inativas, pressupondo-se maior utilização da mão-de-obra ociosa como igualmente está previsto no setor agrícola.

O setor que apresenta maior ampliação compreende a prestação de serviços de alojamento, alimentação, higiene pessoal, conservação ou reparação - construção civil - atividades domésticas remuneradas, ensino público e particular, previdência, assistência e beneficiência, culto, etc.. Embora possamos considerar a ampliação como decorrente de deformação censitária (29), é incontestado que não se pode minimizar a importância destas atividades vinculadas à ampliação do centro urbano. Observa-se também ampliação significativa na utilização de mão-de-obra industrial.

Por êstes dados pode-se até certo ponto deduzir que paralelamente ao êxodo rural, o centro urbano torna-se polo de atração, ampliando-se as oportunidades naqueles setores

QUADRO VII: RIO CLARO - Categorias Profissionais da População  
(1940 e 1950)+

Nº ORDEM	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	A N O S			
		1 9 4 0		1 9 5 0	
		POP.	%	POP.	%
1	Agricultura, Pecuária e Silvicultura	7.790	22,43	4.278	11,93
2	Indústrias extrativas e de Transformação	3.027	8,71	4.866	13,57
3	Comércio de Mercadorias, de imóveis e Valores Imobiliários, Crédito, Seguros e Capitalização	1.181	3,40	1.491	4,15
4	Transportes, Comunicação e Armazenagem	2.103	6,05	2.952	8,23
5	Administração Pública, Legislativo, Justiça, Ensino Público, Defesa Nacional e Segurança Pública	529	1,52	250	0,69
6	Profissões Liberais, Culto, Ensino Particular e Administração Privada	198	0,57	139	0,38
7	Serviços e Atividades Sociais++	1.088	3,13	3.132	8,73
8	Atividades Domésticas e Escolares (discentes)	15.501	44,64	16.518	46,06
9	Condições Inativas, Atividades não compreendidas nos demais ramos, Condições ou Atividades mal definidas ou não declaradas	3.304	9,51	2.239	6,24
T O T A I S		34.721		35.865	

+ Fonte: I.B.G.E.

++ Prestação de Serviços: compreendendo serviços de alojamento e alimentação, de higiene pessoal, de conservação e reparação, diversões, atividades domésticas remuneradas, etc. Atividades Sociais: compreendendo o ensino público e particular, previdência e assistência, beneficiência, culto, etc.

que conduzem à emergência de um contingente de população urbana que irá engrossar, com o passar dos anos, os segmentos médios da estrutura de classes. Nesta linha de pensamento convém assinalar que nos anos que se seguiram, até 1967, várias foram as repartições públicas estaduais e federais que se estabeleceram em Rio Claro, a mesma coisa ocorrendo com as agências bancárias, o que vem coincidir com a ampliação da classe média urbana.

As mudanças ocorridas em Rio Claro após 1930, em relação à composição e distribuição da população em categorias profissionais consubstanciam-se na emergência de novas classes urbanas. Entretanto, dadas as características do processo de industrialização em Rio Claro, as quais analisamos em páginas anteriores, não se processou um completo rompimento com os padrões e expectativas do complexo tradicional rural. Ao contrário, sucedeu a coexistência dos componentes tradicionais com aqueles emergentes da industrialização.

A efetividade destas polarizações consideradas em termos de condicionamento social evidenciam-se claramente em Rio Claro no comportamento político e na própria composição da classe operária, como veremos.

Assim, o período posterior à revolução de 30 é visto por alguns como "tempos modernos", significando evoluídos, bons, democráticos; ou por outros, como "os dias de hoje" significando confusão, falta de moral e de educação. Por exemplo, dizia-nos uma informante: "Hoje não se vê mais carrocinhas de verduras pelas ruas da cidade, não se vê mais a fartura que havia antes, frutas, verduras, tudo mais gostoso. Até p'ra comprar é diferente: se a gente não tiver cuidado o verdureiro xinga a gente. Antes, não, todo mundo era educação. O povo agora é desconfiado e explorador. No meu tempo, não. Hoje a gente tem que ir no mercado e é tudo mais caro. A culpa é dos exploradores. Ninguém quer saber de trabalhar". Todavia esta mesma informante, embora critique o que ela chama de "tempos de hoje", muda de atitude quando inquerida sobre a estrutura de classes: ela mesma ascendeu graças ao desenvolvimento industrial, mas tendo na família elementos ligados à classe tradicional de Rio Claro, diz que eles "são todos uns entojados, orgulhosos".

Quanto ao próprio desenvolvimento, as opiniões

divergem também. Um líder religioso nos afirmou: "eu conheço Rio Claro e esta gente. Quando vim para cá havia só uma paróquia e poucas instituições. A política ainda era do tipo a permitir esclarecimentos e desenvolvimento para a população; o povo acatava os meus conselhos. Fui o centro no desenvolvimento de tudo isso. As escolas que eu queria aqui, para cá vinham... E com isso a cidade foi crescendo, só não se desenvolveu a administração. Paralizaram-se as quatro colunas básicas: energia elétrica, água, esgoto e estrada. Se houve depois de 30 um surtozinho de progresso é porque Rio Claro tinha luz elétrica. Mas o povo não evoluiu, desde o momento em que os bons rioclarenses, homens dignos deixaram o poder aconteceu o que aí está: grupos se degladiam, êste ambiente de desconfiança, qualquer um se candidatando, sem a visão que possuíam os antigos e grandes políticos locais" (30). Por outro lado, para aquêles setores de classes emergentes, o crescimento de Rio Claro, "é muito acomodado, não dá entrada de dinheiro como em outras cidades, Araras por exemplo, e as nossas melhores terras estão com o Hôrto Florestal, impedindo o desenvolvimento, a agricultura. Há muitos professôres, viajantes e aposentados aqui em Rio Claro, o que impede a mudança, ficando tudo assim... Além disso, o desenvolvimento cultural é médio, isto tem muita relação com o desenvolvimento da cidade (1). Mas nestes dez anos para cá tem havido melhoras, é o processo do tempo. Rio Claro é centro pobre, as maiores organizações são particulares e não houve participação. Por exemplo: PREMA, gente de fora; Quimanil, também; Fábrica de Telhas, também. Os próprios rioclarenses não cooperam, não investem em Rio Claro".

A consciência que os setores mais elevados das classes emergentes têm da superação das classes tradicionais, da existência dos componentes tradicionais, transparece em várias oportunidades. Recentemente um líder político local propunha levantar o leão do Brasão de Rio Claro alegando que esta "estória de ficar deitado não resolve. Precisamos levantar-nos e agir, industrializar". Contudo não deu prosseguimento à campanha; parece não haver interêsse em ampliar o complexo industrial, embora haja consciência da superação gradativa dos componentes tradicionais.

A ampliação da antiga classe média e ascensão de

setores desta classe vieram transformar a antiga classe tradicional nela se incluindo os primeiros industriais de Rio Claro e descendentes dos antigos imigrantes do P.R.H.. Entre êstes e os mais novos, recém chegados - burguesia agrária e mercantil e a burguesia industrial urbana - de descendência imigrante, existe uma tênue linha divisória que se mostra mais rígida no convívio íntimo que no simples trato social. Um diploma universitário parece permitir o trânsito entre êstes setores e inclusive facilitar o casamento das mocinhas casadoiras... "Elas não devem estudar aqui, vão para São Paulo depois de concluído o curso clássico, e lá fazem uma Faculdade - Sedis, Curso de Línguas ou Ciências Sociais ou ainda a Ladeira - O importante é conseguir um marido de fora (rico) e educado. Fulana fêz isso, êle é primo dela. Quando Fulano chegou aqui, eu já sabia que êle era da família Tal; minha tia telefonara avisando... Antes de me casar eu gostei de outro, mas eu não teria coragem de entrar na Filarmônica com êle. Êle nunca foi de lá."

Podem ser apontados alguns grupos nesta classe alta tradicional: "a nobreza esquecida" e a "elite endinheirada" já referida, e, além dêstes que compõem setores da burguesia agrária comercial e industrial, incluem-se, nesta classe, vários profissionais liberais - advogados, médicos, principalmente, e funcionários burocráticos.

A antiga classe alta tradicional em sua grande parte não reside mais em Rio Claro: tem suas fazendas, passa aqui algum fim de semana, mas está completamente desligada da comunidade. Representa a grande burguesia agrária e comercial nacional. Outros, contudo, mantêm seus interesses no município.

Refletindo-se da classe alta tradicional, poderíamos apontar a classe média alta - igualmente dividida. Seus componentes chamam a si o papel de classe alta, representando o bem demais, com excesso de detalhes. Nas distinções internas a êstes grupos, o tempo de moradia em Rio Claro é importante; mais importante porém é a conta bancária ou o diploma universitário - de preferência médico, advogado ou engenheiro. É neste setor da classe tradicional que se encontra maior número de profissionais liberais e burocráticos; quase sempre o prestígio é do nome de família. Até há poucos anos, o "me-

lhor" (31) clube da cidade, o Filarmônica, mantinha todo o formalismo que a média alta tradicional deseja para si mesma. Mantinham-se "contactos interessantes" e "boas amizades". Quando a diretoria do tradicional passou à mãos de elementos do "outro setor" houve uma transformação: foram restringidas as formalidades (32) e o grupo jovem passou a freqüentá-lo, o que antes não ocorria.

A atitude dos setores desta classe que estão mais ligados à urbanização e industrialização com relação aos setores mais tradicionais é bem agressiva: consideram-nos como superados "só têm pose. Representam um grupo tradicional, desde a maneira de comportar... não fazem nada, são a veneranda sociedade rioclarense. É um grupo que perdeu o prestígio: tudo começou com a chegada do Getúlio e com o Estado Novo fazendo aflorar uma outra mentalidade, mais democrática". Esta chamada mentalidade "democrática" não é contudo, muito democrática, como o demonstra o mesmo informante: "Antigamente o prestígio era de família, tradição, etc., mas veja você, se os antepassados eram lá grande coisa, eles tinham até mesmo gente de côr. Antigamente o povo se submetia a essa gente porque seus interesses estavam ligados a eles mas depois que nós temos eleição, qual o patrão que diz que você vai votar em Fulano e o sujeito obedece. É bem verdade que há a fôrça do dinheiro, mas é tudo mais democrático".

Esta atitude agressiva da nova burguesia comercial e industrial com relação à classe tradicional exarcebava-se ao comentar a decadência da classe tradicional, a qual, diga-se de passagem, eles imitam em tudo: "aquela gente é a turma da panca, só gosta de aparecer, fazer cartaz. Não tem fôrça política, nem nada. Eu os conheci na decadência. Quando eles perderam tudo. Queriam até vender o sítio para meu pai".

O comportamento contraditório - agressão e identificação - dêste setor da classe média com relação à classe alta tradicional pode ser explicado em parte pela proximidade espacial em que se dá o convívio social de ambas, por exemplo: o mesmo clube; e pela distância social imposta pelos tradicionais, que formam um grupo fechado. Por outro lado, a inserção dêstes novos elementos no complexo industrial urbano não se deu com a emergência de uma nova mentalidade, e o desejo de mobilidade que alimentavam não encontrou no complexo ur

bano de Rio Claro possibilidades de se realizar. Logo, a ascensão social se deu com relação a uma sociedade estratificada e apoiada em critérios tradicionais que não lhes permitiu a ascensão total. Em realidade foram tolerados, porém, não aceitos. Contudo, a emergência de uma sociedade urbana e até certo ponto industrial em Rio Claro e, conseqüentemente, a atuação dos já citados fatores de ampliação da classe média, conduziram a que se formassem paralelamente às classes tradicionais os novos segmentos não tradicionais.

Os segmentos de classes não-tradicionais mais elevados compõem a burguesia comercial, financeira e industrial local, profundamente ligada ao complexo industrial. Contudo, a mentalidade predominante, embora se possa comparar à do modelo nacional, não se caracteriza por uma oposição brusca aos componentes tradicionais da estrutura social. Houve, a bem dizer, uma superação do tradicional, sem que estas novas classes ou segmentos <sup>mudassem</sup> essencialmente os padrões ideais de conduta. Isto se deve à própria vida de comunidade e ao nível de relacionamento primário mantido. A superação do tradicional se deu no nível de comportamento efetivo sem que deixasse de ser tradicional o padrão ideal de comportamento.

Este pautamento da conduta por padrões tradicionais conduz no relacionamento social, a uma conduta dupla tipo "Comendador Ventura por fora e por dentro". Referimo-nos à dicotomia "o que é" o comportamento e "o que deveria ser". Para as camadas médias desta estrutura "o que deveria ser", ou seja, o padrão ideal, corresponde não ao modelo da sociedade industrial, mas sim ao modelo da sociedade patriarcal: O trabalho da mulher será talvez um exemplo: as camadas tradicionais o aceitam com relativa facilidade e, principalmente, quando êste trabalho se realiza sob o signo de um título universitário, mas não o aceitam as novas classes médias não tradicionais. Durante a pesquisa que precedeu a êste trabalho, ouvimos várias vêzes coisas semelhantes a esta: "a senhora fazendo trabalho de política? Coitadinha. A senhora devia lecionar, só"... Ou então, "mas a senhora é professora e faz estas coisas (entrevistas), mas isto não é trabalho para mulher, eu sei que a mulher deve trabalhar hoje, mas em coisa mais suave..." Ambos os testemunhos foram colhidos em entrevistas com industriais locais, que mantêm em suas fábricas mulheres que

trabalham mais de oito horas por dia; todavia, "elas são diferentes", dizem êles. Por outro lado, tais elementos também têm filhas fazendo universidade. Com esta duplicidade de perspectivas, redefinem-se, em termos locais, os modelos da sociedade global.

Resumindo o que foi dito até agora sobre a posição relativa das classes em Rio Claro: a classe alta tradicional mantém sua posição de liderança social, embora a tenha perdido no plano político, como reflexo do desenvolvimento industrial. Compõe-se pelos descendentes das famílias tradicionais e por aquêles segmentos da classe média anterior a 30 que, com a industrialização, ascenderam à posição social dos fazendeiros de café. Ligados a ela as classes média-alta tradicional e não-tradicional, disputam-lhe a posição e liderança social: freqüentam os mesmos clubes e têm para com a classe alta tradicional atitudes agressivas.

Separadas das classes tradicionais, as novas classes emergentes do desenvolvimento industrial compõem um mundo até certo ponto à parte. Freqüentam outros clubes - Ginástico e Grêmio - êste dos ferroviários. Compreendem a grande e pequena burguesia comercial e industrial e a classe média de desenvolvimento posterior a 1930. A estrutura é bem mais flexível, sendo a mobilidade medida pelo comportamento exteriorizado, pela posse de bens, ou pela posse de capital. Os critérios fundamentais para a ascensão à camada mais alta, como já nos referimos são o "sucesso na vida" enriquecimento e projeção política.

Entre a alta não-tradicional e a média não tradicional uma camada mais ou menos fluida de profissionais liberais, funcionários públicos e professores; e entre a camada média e o proletariado, outra área não tão fluida composta por escalões inferiores do funcionalismo público e comerciários "white collar" e o operariado especializado. Ou, como êles mesmos se designam, "funcionários da Companhia Paulista", ou ainda, "empregados da Companhia Paulista e "empregados" das fábricas locais.

A classe média surge ligada ao capitalismo industrial urbano e à burocratização; contudo, o caráter inflacionário da economia brasileira mantém-na em constante tensão pela perda da posição social. Êste aspecto torna-se bem mais ex

plícito num meio como Rio Claro, em que os contactos se dão em nível primário exigindo um constante esforço de aparência. Aqui os crediários alimentam o comércio e os próprios comerciantes alimentam o crediário (33), e os bens adquiridos mantêm a posição social: roupas, carros, etc..

A classe média internamente diversificada tem existência em relação às demais classes. Julga seus valores e categorias de apreciação do mundo universais. Aqui mais uma vez se demonstra o caráter duplo e contraditório da mentalidade da classe média: moralizante e tradicional no estabelecer padrões ideais universais de conduta, mas designando seu comportamento pelo individualismo do "salve-se quem puder". A mobilidade adquirida por quaisquer meios é racionalizada ao nível da consciência individual pela expressão: "venci pelo meu esforço" (34).

A identificação com as classes mais altas, o temor da proletarização, a crença no esforço individual, constituem fatores de filiação política destas classes no plano nacional e em Rio Claro. São os chefes dos partidos políticos os condutores de campanhas, os promotores da opinião pública, que procuram centralizar todo processo político e social do Brasil na pessoa de um líder. "Acreditam que a decência e a austeridade burguesa e não as reformas essenciais são os remédios para a crise brasileira" (35).

É bem verdade que um pequeno grupo comportando principalmente intelectuais e estudantes "parece disposto a vencer as barreiras sociais e a ligar-se a operários e lavradores na luta pelas reformas econômicas e sociais que modifiquem a estrutura econômica e social" (36); contudo, em Rio Claro, este grupo é extremamente reduzido para não dizer nulo. Houve realmente ligação, todavia com finalidade exclusiva de manter a posição política, rompendo logo que surgiu a primeira oportunidade - abril de 64 - tal ligação com "gente tão simples e ignorante".

As condições abertas pela Legislação Trabalhista, a existência do peleguismo, o processo de mobilidade combinam-se, além da situação política presente, em fatores determinantes da ausência de consciência política da classe operária. Acrescente-se a estes fatores as condições peculiares do desenvolvimento industrial em Rio Claro: a proliferação de

pequenas indústrias de padrões patriarcais nas relações de trabalho, a ampliação de algumas poucas ou de uma especificamente, cuja organização abrange todo o Estado: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O complexo urbano industrial para o trabalhador, em Rio Claro, apresenta duas alternativas: ou o engajamento se fará numa organização complexa, industrial, já elaborada e que transcende os limites da comunidade - Companhia Paulista - ou em fábricas locais, algumas delas razoavelmente grandes, mas cujo tipo de organização e relações de trabalho se apoia em padrões tradicionais, patriarcalismo e paternalismo, quando não na violência simplesmente.

A primeira cisão do proletariado rioclareense se dá neste nível. A partir daí tomam os setores da classe operária segmentos bastante distintos.

Houve há anos tentativa de união do proletariado através dos sindicatos e da ligação aos universitários. O esforço falhou totalmente: aos estudantes da época pareceu estranho que sindicatos se unissem a êles em reivindicações especiais (37) e entre os operários também a idéia não foi muito popular. De qualquer forma os sindicatos, com exceção dos ferroviários, são órgãos quase totalmente inexpressivos. Suas funções são assistenciais, beneficentes e nada mais.

Mesmo assim são vistos como "agentes da subversão e corrupção da ordem" pela burguesia local. Seus líderes constantemente ameaçados e perseguidos. "Os operários, dona, não entendem o que é sindicato, êles pensam que é só p'ra tratar de processos na justiça, p'ra conseguir licença..." O controle da burguesia local sôbre o operariado foi além da simples violência: a criação e construção do Circulo Operário, das Associações Benéficas, das Creches, Escolas, etc., pela própria burguesia, visou a conduzir diretamente o comportamento operário, tornando-o dependente, amarrado, alienado. "Mas o seu Fulano é muito bom, dá festa no fim do ano na fábrica, convida todo mundo, dá presente de natal". O seu Fulano, dono de uma fábrica, que em 1962 contava com 352 operários deixa de pagar salário mínimo a muita gente. Êste e muitos outros fatos são relegados em vista da "bondade do seu fulano".

Entre os ferroviários, já treinados em lutas ope

rárias, liderando mesmo os movimentos no Estado de São Paulo desde 1902, a instituição do sindicato é vista como algo exterior a eles próprios. Alguns não são e, como dizem, "nem querem ser sindicalizados". De qualquer forma, a participação do sindicato como órgão de classe sempre foi no sentido de reivindicação salarial. Como posição política nunca tomou atitude.

A partir desta cisão interna a classe operária em Rio Claro - operários e ferroviários - que se dá pela forma de engajamento, outras se seguem. No que diz respeito à composição, uma elevada porcentagem de mulheres e menores incluídos entre os operários torna ainda mais fraca a possibilidade de êstes assumirem posições políticas. Há que se notar que entre as expectativas de comportamento para a mulher, traçadas na sociedade tradicional - e já insistimos na existência de componentes tradicionais - não se inclui absolutamente a liderança político-sindical. Encontramos uma somente, aliás foi cassada sua suplência à vereança, depois de abril de 64 (38).

Como fator de maior importância, a aceitação das categorias burguesas e a padronização da conduta por estas categorias conduziram à alienação da situação de classe, expressa por uma identificação aos estratos médios da sociedade industrial urbana.

A condição básica, a posição no processo de produção como vendedor da força de trabalho, tornou-se, há muito, para aquêles segmentos da classe que gozam de maior prestígio socialmente, uma condição esquecida.

Os segmentos do proletariado industrial <sup>local,</sup> <sup>média:</sup> distinguem-se pelos mesmos critérios definidos pela classe posse de bens de consumo, exteriorização de padrão de vida: são os ferroviários, os que mais adquirem televisores e geladeiras em Rio Claro. Entre os ferroviários, o "pessoal de trens e estação goza de mais prestígio que o das oficinas. Nestas, ainda o pessoal técnico que o pessoal não qualificado ou algumas categorias burocráticas. Contudo, o pessoal burocrático designa-se por "funcionários da Companhia" e não como ferroviários.

Depois dos ferroviários seguem-se, na escala de prestígio, os demais operários, embora se definam como "empre

gados da fábrica tal". A designação "operário" lhes é estranha, jamais a utilizando a não ser em registro oficial, quando muitas vezes a preferência recai em "industrialário". Há uma separação nítida entre a administração das fábricas e o operariado, tal separação e diferenciação de status - a administração tem mais prestígio - se aplica mesmo no sentido inverso ao montante dos salários percebidos.

Na última categoria situam-se os operários - muitas vezes qualificados - das pequenas indústrias de "fundo de quintal" e o pessoal contratado para serviços e para tarefas. Aliás, a contratação por tarefa é praxe usual, mesmo na Companhia Paulista.

O clube ferroviário é o Grêmio - um clube bem situado, contando com enorme sede social e praça de esportes, inclusive piscinas, etc.. De todos os clubes da cidade é o mais majestoso. Sua arquitetura é cópia melhorada do clube da classe não tradicional: o Ginástico. Há certa distinção na frequência: os moços de classe média e mesmo alta - tradicional ou não - freqüentam os dois clubes.

As moças freqüentam somente o Ginástico e Filarmônica; vão ao Grêmio só em ocasiões especiais, com grupo de amigos, preferencialmente. As moças do Grêmio freqüentam o Ginástico, porém não a Filarmônica, o mesmo se dando com os rapazes. Um outro clube, o Cidade Nova, goza de menos prestígio ainda que o Grêmio; sendo freqüentado apenas pelos rapazes dos outros clubes, não se verificando, normalmente, a relação inversa.

As implicações da estrutura de classes no eleitorado são profundas: em primeiro lugar, a integração da população rural conduz à manutenção dos padrões e expectativas vinculadas ao mundo rural nas condições urbanas. É sabido que surgem conflitos vários e sérios neste processo de adaptação, contudo por êstes conflitos, pela necessidade de colocação, empregos e, também, pelo condicionamento tradicional anterior, é êste contingente o que mais corresponde às praxes tradicionais de controle político - à compra de votos, ao mandonismo, ao favoritismo, etc.. Aquêles segmentos vinculados ao complexo industrial tenderiam a espelhar seu comportamento nas posições políticas assumidas pelas classes em âmbito nacional. Contudo, fatores já apontados, especialmente as oportunidades sur

gidas pela mobilidade, a estreiteza do complexo industrial em Rio Claro e os desníveis existentes dentro a própria classe operária, são fatores que interferem neste espelhamento, condicionando a que amplos setores dessa classe sirvam de base eleitoral a candidatos tradicionais.

Assim, tudo parece se concentrar na forma de uma grande base de clientela, emergindo um eleitorado facilmente manipulável por políticos tradicionais. Dêste, um contingente aparentemente importante, ou mesmo decisivo no jogo político-eleitoral constitui a grande classe média de Rio Claro, que se diferenciando mais por critérios qualitativos e prestígio que pela posse efetiva de distintivos concretos como renda (39), e a qual não está consciente de sua proletarização, dadas as oportunidades de ampliação do poder aquisitivo concretamente pequeno, vincula-se às tendências conservadoras, tendendo à aceitação dos políticos tradicionais que lhe acenam com soluções individuais para emprêgo e à sempre desejada mobilidade.

Em resumo, a estrutura de classes em Rio Claro expressa os característicos do complexo industrial local, reflexos das condições especiais em que se opera a transição agrário-industrial, assumindo, como vimos, a transição emergente, as dimensões implícitas a uma fase de completamento do processo.

Neste momento de transição, o relacionamento de classes caracteriza-se por um processo de redefinição tradicional dos padrões de comportamento importados da sociedade global e pela permanência dos critérios e padrões tradicionais.

A permanência destes critérios, padrões e expectativas de comportamento político vinculados à estrutura tradicional de dominação, é garantida, inclusive pela integração constante de elementos da zona rural no mundo urbano e pelo êxodo de um eleitorado mais integrado às expectativas da sociedade industrial para os grandes centros.

Todavia, o eleitorado rioclarense, em que pese a estas tendências tradicionais, representa parcela significativa da população local, como se pode observar, nos dados disponíveis, apresentados no QUADRO VIII.

As oscilações de comparecimento e conseqüentemen

QUADRO VIII: População e Eleitorado<sup>+</sup>

ANOS	POPULAÇÃO	ELEITORADO	COMPARECI- MENTO	ABSTENÇÃO	% DO ELEIT. S/ A FOP.
1951	48.850	12.827	9.988	2.835	26,25
1955	53.950	15.252	11.022	4.230	28,27
1959	59.479	20.151	16.830	3.321	33,87
1963	60.681	21.888	19.707	1.975	36,07
1966	68.000	27.990	26.102	1.888	41,16

+ Fontes: I.B.G.E. - Agência Municipal de Estatística. Arqui-  
vos.

Cartório Eleitoral - 110ª Zona - Comarca de Rio Cla-  
ro.

te abstenções podem não significar pròpriamente um interêsse maior pelas eleições em si, mas refletem-se das normas legais rigorosas estabelecidas com a Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955 (Código Eleitoral) e legislação posterior (40), criando condições de maior obrigatoriedade do desempenho da atividade eleitoral. Mesmo assim, pode-se afirmar ante o nível realmente baixo das abstenções em 1963, um interêsse maior despertado.

Por outro lado, como se pode concluir, embora o eleitorado não alcance nem a 50% da população, representa por centagem relativamente elevada principalmente nos últimos anos. Esta taxa foi ampliada com a obrigatoriedade do voto feminino, em 1966: em 1965, Rio Claro contava com 22.297 eleitores; já em 1966, depois da obrigatoriedade, êste número se elevou para 27.990.

Entretanto não foi incluído no eleitorado rioclarense um contingente dotado de tendências distintas daquelas já existentes. Ao contrário, considerando-se a dimensão do papel feminino na sociedade tradicional, sua dependência do espôso, pode-se concluir que esta inserção significou, em linhas gerais, o reforçamento das tendências conservadoras do eleitorado local.

Concluindo, procuramos neste capítulo delinear as mudanças observadas na estrutura social de Rio Claro sob impacto da industrialização e urbanização.

As condições especiais em que se desenrolou o processo de mudança refletiram-se também na esfera política, na manutenção de componentes do sistema tradicional paralelamente às praxes<sup>de</sup> controle político inauguradas após 30 e, especialmente, após 45 com o estabelecimento do processo eleitoral. O mesmo ocorre, conseqüentemente, em relação à composição interna do grupo dominante e nas tendências expressas no processo de atuação do grupo dominante local, como se verá no próximo capítulo.

NOTAS AO CAPÍTULO II

- ( 1 ) Vide Capítulo anterior.
- ( 2 ) Segundo informações obtidas em entrevistas com antigos moradores de Rio Claro, bem como, dados obtidos pela consulta de jornais, etc. Para maiores esclarecimentos sobre a base empírica, vide Introdução.
- ( 3 ) O hábito não desapareceu. Ainda hoje, no interior, são convidados para festeiros das quermesses os grandes fazendeiros locais - ou simplesmente fazendeiros dispostos a doar um "boizinho" para churrasco... - bem como, são convidados para festeiros aqueles elementos mais destacados, quer na indústria, comércio, como também no funcionalismo público.
- ( 4 ) Vide a respeito da liderança política do senhor de engenho, dentre outros: Fernando de Azevedo, Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, 2ª Edição, volume XI.
- ( 5 ) A classe tradicional em Rio Claro, a "aristocracia do café" construiu grandes sobradões próximos de onde deveria ser construída a estação da estrada de ferro (Avenida 1, entre Ruas 7 e 11). Como a construção foi feita em outro local, (Avenida 1, Rua 1), os sobradões se espalharam também naquelas imediações. Na época que descrevemos, contudo, já rivalizavam aquelas construções com outras mais modernas e algumas amiores, revestidas de azulejos portugueses ou construídas em meio a um jardim com pequeno chafariz. Eram sobrados dos "novos tradicionais", muitos deles de origem imigrante, dentre os quais destacava-se o do chefe Marcello Schmidt, que detinha o poder político local no início do século. Quanto à educação dos filhos, era praxe e ainda o é - para os descendentes de imigrantes alemães, o estudo na Escola Alemã, atualmente Ginásio Koelle; após o Colégio, preparavam-se os rapazes com um professor local, para o ingresso em alguma Escola Superior - geralmente, ou Faculdade de Direito de São Paulo, Medicina do Rio de Janeiro, ou Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz", em Piracicaba. Quanto às moças (católicas), estudavam com professores locais ou, então, iam para colégios de freiras, fora de Rio Claro.
- ( 6 ) Os primeiros imigrantes italianos para Rio Claro vieram entre 1870-1880. Dentre os que vieram havia um grupo numeroso, que passou a exercer o comércio no município. Mais tarde, 1881-1900, chegou à cidade grande leva de imigrantes para o núcleo de colonização do Cascalho, na Fazenda Ibicaba, propriedade do Senador Vergueiro. Desta época para cá, a colônia italiana, em Rio Claro, ampliou-se, ~~destando~~ — se seus descendentes em todos os setores de atividades, especialmente indústria e comércio. O mesmo processo se verificou em relação à imigração alemã e austríaca. Para que se tenha idéia da importância dos descendentes de imigrantes nos círculos dominantes locais, julgamos suficientes os seguintes dados: o movimento constitucionalista de 1932 foi liderado em Rio Claro por um Cartolano. A maior indústria pertence a um Scarpa; os maiores colégios

particulares; Bilac, Kocilo e Alem. Não só isso, no período de 1962-63, durante os trabalhos de pesquisa por nós desenvolvidos para localização e análise do grupo dominante em Rio Claro, selecionamos, conforme técnica exposta na Introdução, 164 nomes. A participação de descendentes de antigos imigrantes neste grupo é preponderante, como se pode observar no quadro abaixo:

Categorias	GRUPO DOMINANTE		
	Nº total pessoas citadas	Descendentes de imigrantes austríacos alemães	italianos
Influência nos Grupos Tradicionais	25	3	10
Influência Social e Política	31	-	15
Antiga influência política	6	1	2
Influência mais ou menos generalizada	5	-	2
Influência pelo dinheiro	8	1	5
Influência pelas Associações	15	2	7
Posição política fora do RC	7	-	2
Participação política em 1963 (menos votado)	9	2	-
Participação política em 1963 (mais votado)	14	1	6
Participação política em 1963 (suplentes)	14	-	9
Legislativo Municipal em 1963-1964	20	1	9
Executivo (candidatos)	10	2	4
T o t a i s	164	13	71

- (7) As conclusões expostas em relação à estrutura de classes em Rio Claro neste Capítulo, como no seguir deste trabalho, apoiam-se em material de entrevistas, das quais 462 informais e 69 formais, bem como em consulta de jornais, documentos, etc.  
Vide a respeito a Introdução.
- (8) Vide Capítulo I.
- (9) Neste sentido foi preponderante o papel desempenhado pela Sociedade Italiana fundada em 10 de outubro de 1894. Além de manter cursos (gratuitos) de italiano, promoviam, seus diretores, saraus artísticos; traziam companhias italianas para se apresentar em Rio Claro, etc. Em 1942 a Sociedade foi impedida de continuar suas atividades devido à guerra. Reaberta em 1950, com o nome de Sociedade Italiana do Brasil, mantém esta agremiação um Instituto Italo-Brasileiro de caráter cultural. Hoje a Sociedade Italiana desempenha papel preponderante em todas as iniciativas culturais e artísticas de Rio Claro.
- (10) Vide páginas 5 e 11 deste Capítulo.
- (11) Octavio Ianni, Estado e Capitalismo, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1965, p. 67.
- (12) Paul Singer, Desenvolvimento Econômico sob o prisma da Evolução Urbana, Tese de Doutorado apresentada à Cátedra de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1966, p.II.

- (13) idem, idem.
- (14) idem, idem.
- (15); idem, idem.
- (16) Segundo Singer, "a localização industrial obedece, em princípio, aos seguintes critérios: proximidade do mercado consumidor, da fonte de matérias-primas e dos mercados de fatores. No caso da indústria brasileira é preciso acrescentar: proximidade da sede do governo, já que ela depende, em boa medida, da política econômica governamental" - in op. cit., p. 30.
- (17) Não nos foi possível encontrar dados relativos à economia de Rio Claro na década de 30. Assim sendo, tomamos como ponto de referência a década de 1940.
- (18) Há casos em que estas indústrias de "fundo de quintal" dispõem de vendedores - um, dois ou três, no máximo - geralmente, membros da família, os quais lotam Kombis com a produção e vão colocá-las nas praças de Paraná, Minas Gerais ou Santa Catarina. São porém, exceções.
- (19) O mais recente (1963-64) - em torno da Vigorelli que, segundo informantes, por motivo da política interna local terminou por se instalar no município vizinho, de Santa Gertrudes.
- (20) Segundo fomos informados, preferem, os industriais de Rio Claro, aplicá-los em terrenos ou sítios próprios.
- (21) Seria extremamente interessante completarmos as informações apresentadas com dados referentes ao valor da produção, produtividade etc. Todavia, não nos foi possível obter os referidos dados. Eles sequer existem, discriminados na agência do IBGE local.
- (22) Não nos foi possível obter dados quantitativos que nos permitissem estabelecer comparações mais precisas entre a mão-de-obra disponível e a utilizada.
- (23) Devido a inexistência de dados, aliás anteriormente apontada, deixamos de comparar a capacidade média de absorção de mão-de-obra pelas indústrias locais, que nos anos de 45 a 65 aumentou de 4,7 com aumento de população nas faixas de idade condizentes com a categoria "mão-de-obra".
- (24) Em 1962, em 1876 operários empregados em Rio Claro, 412 eram menores, segundo dados de Margarida Maria Penteado, A Função Industrial em Rio Claro (inédito).  
Por outro lado, as praxes citadas constituem material de entrevistas.
- (25) Algumas indústrias, segundo informantes, adotam praxes típicas do Século XIX, como por exemplo, jornada de trabalho de 15 ou 16 horas, sem pagamento de extras; são, entretanto, extremos...
- (26) IBGE RC. Dados dos arquivos da Agência Municipal de Estatística.
- (27) O município de Rio Claro abrangia em 1940 os Distritos de: Corumbataí, Ipejuca (atualmente Ipeúna) e mais Santa Gertrudes. Os Distritos de Corumbataí e Santa Gertrudes foram desmembrados de Rio Claro na década de 40. Neste mesmo período de anos, foram elevados a categoria de Distritos os antigos bairros de Assistência e Ajapi.

Em 1950 o Município de Rio Claro contava, pois, com o Distrito-séde e mais os Distritos de Assistência, Ajapi e Ipeúna. Já nos anos de 1960 e 1964 constavam do Município de Rio Claro apenas dois Distritos, Ajapi e Assistência, visto que, o de Ipeúna fôra elevado à categoria de Município naqueles anos.

De sorte que, a área abrangida pelo atual Município de Rio Claro corresponde, aproximadamente, ao Distrito-séde em 1940. Assim sendo, nossos cálculos em relação à população do Município, tomam por base esta correspondência.

- (28) Vide a respeito, dentre outros:  
 Juarez Brandão Lopes, Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
- (29) Em 1940 alguns destes setores estão incluídos em itens anteriores, como por exemplo, ensino público. Por outro lado, já mencionamos o desmembramento de distritos no período de 1940 a 1950. Infelizmente nos foi totalmente impossível, pela ausência de dados, corrigir tais deformações.
- (30) O grifo, obviamente, é nosso; pretendemos assim, representar o sentido depreciativo emprestado pelo informante à expressão.
- (31) Melhor aqui no sentido de mais tradicional. O adjetivo lhe é dado pelo consensus na comunidade.
- (32) Permitiu a nova diretoria, por exemplo, que os sócios se sentassem no chão em bailes de carnaval, que tocassem violão no clube à noite e que mudassem as cadeiras de lugar. Apesar de ridículas estas eram imposições seriamente consideradas.
- (33) É interessante notar que todos os comerciantes sabem o dia de pagamento das principais agências de trabalho local; a tal ponto que, se se vai pagar alguma dívida antes do "dia" vem invariavelmente a pergunta: "por que não espera odia do pagamento?"
- (34) Em nossas entrevistas foi frase mais comum para exprimir nobilidade.
- (35) José Honório Rodrigues, Conciliação e Reforma no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira SA., 1965, p.123.
- (36) idem, idem.
- (37) Na época, melhores condições de estudo.
- (38) Vide Capítulos IV e V.
- (39) Entre professores primários, operários da Companhia Paulista e bancários, não existiu, em 1963, diferenças de renda. Contudo, os primeiros representam classe média, enquanto os operários da Paulista - que ganham mais - representam classe popular, com status inferior.
- (40) Por exemplo: Lei nº 4 109, de 27 de julho de 1962; Lei nº 4 115, de 12 de agosto de 1962.

### CAPÍTULO III

#### PODER E GRUPO DOMINANTE

Nos capítulos anteriores procuramos analisar em linhas gerais o processo de desagregação do complexo político tradicional em Rio Claro. Com este objetivo procuramos demonstrar a decadência do coronelismo. À medida em que o núcleo urbano ganha autonomia política e econômica, as categorias sociais a ele vinculadas, constituindo-se gradativamente em parcelas significativas do eleitorado, forçam ajustes por parte do coronelismo. As formas conciliatórias de controle político assim emergentes justificaram-se durante certo tempo; entretanto, não subsistiram no agravamento das contradições sociais.

O rompimento de um tal esquema prende-se às consequências da revolução de 30, que assinala no Brasil a supremacia da sociedade urbana industrial sobre a rural tradicional.

A composição do grupo dominante (1), emergente de após 30, em Rio Claro, define-se, portanto, a partir de dois fatores fundamentais: a) o ímpeto das forças de mudança social; b) a permeabilidade da estrutura tradicional às tensões sociais emergentes no momento histórico.

Em relação ao primeiro fator apontado, observamos, já em capítulo anterior, que as mudanças ocorridas após 30 não se refletiam na estrutura social de Rio Claro de forma a dominar completamente os componentes tradicionais do sistema. Ao contrário, as condições especiais de que se revestiram a urbanização e industrialização local, permitiram a manutenção de segmentos sociais tradicionais paralelamente àqueles que emergiram na nova ordem. De sorte que, na composição interna do grupo dominante local, refletiu-se a polarização já apontada entre o complexo industrial em desenvolvimento lento

e o tradicional remanescente.

Compõem o polo tradicional aquêles elementos mais antigos na cidade, aquêles cuja participação política se iniciou antes de 30, estendendo-se ao longo dos anos, graças à habilidade em conciliar interêsses contraditórios, em congregar o "povo" em tôrno de suas pessoas.

Nesta flexibilidade do grupo tradicional, ante as tensões sociais em contradição, reside o segundo fator responsável pela permanência do grupo na posição dominante: permeável às novas exigências, o grupo tradicional favorece, dentro de certos limites, a inclusão no grupo dominante, de elementos representantes das classes urbanas emergentes, especialmente operários, cuja participação política de certa forma apadrinham. Conseqüentemente, dêste esquema conciliatório surge certa troca de favores - especialmente políticos - certa identidade de interêsses, que permite ao grupo tradicional manter-se na liderança da política local.

Embora não ostensivamente, exercem um tipo de liderança personalista, enquanto ao mesmo tempo, e especialmente para certos grupos, representam o poder influência e prestígio das antigas famílias, dos párocos e dos coronéis.

Os elementos não tradicionais que passaram a compôr também o grupo dominante, participam da política local mais recentemente. Regra geral, são apadrinhados por elementos tradicionais ou, então, pelos poucos grandes industriais locais. Representam alguma base eleitoral importante, são membros de associações que gozam de grande influência, ou ainda, ocupam cargo de destaque. No plano político local, exercem certa oposição ao grupo tradicional; entretanto, como já apontamos, entre os dois grupos não existem diferenças básicas quanto às técnicas utilizadas para contrôle político: como teremos oportunidade de observar (2), ambos se valem de técnicas tradicionais, do paternalismo, favores, etc., mantendo, com os eleitores, vínculos de natureza tanto política quanto pessoal.

Em realidade, existe certa identidade de interêsses entre os elementos que compõem o grupo dominante, especialmente com relação aos elementos mais distinguidos do grupo. Esta identidade de interêsses é fator básico que dá origem às coalisões na Câmara, entre situação e oposição.

As coalizões representam portanto a manifestação de uma certa similaridade de interesses entre os elementos mais distinguidos do grupo dominante, interesses estes vinculados à posição de classe. Torna-se possível, desta maneira, uma unidade de ação em torno de certos pontos fundamentais, como ocorreu após o movimento de 64 (3).

Embora, como condição de manutenção do grupo dominante, faz-se necessária certa permeabilidade do grupo às contradições sociais, o que conduz à inclusão de elementos novos vinculados às classes populares; não se rompe a similaridade de interesses que caracteriza os círculos dominantes. Isto porque a inserção de elementos das classes populares nestes círculos se dá em duas alternativas: na primeira, como elemento de ligação entre o grupo e as camadas mais amplas; na segunda, como um processo anunciado de "renovação": incluem-se realmente elementos representativos dos segmentos populares, os quais procurarão forçar, em determinado nível, as alternativas políticas traçadas pelo grupo dominante.

No primeiro caso, os elementos incluídos, apesar de participarem da política local, são considerados pelos membros do grupo dominante simplesmente como um elemento de ligação: "êle é o nosso elemento no sindicato...", disse um informante, referindo-se a um operário nesta posição. O "novato" procura participar do grupo já antigo, imitando os demais em todos os aspectos, principalmente nas posições políticas assumidas, e mesmo na maneira de conversar ou de se comportar nas rodas de chope - sanduiche após as sessões da Câmara, num dos bares famosos de Rio Claro.

O segundo caso corresponde a um risco necessário no processo de manutenção da estrutura do poder e, como tal, assumido, por exemplo, em 1963, época em que se desenvolvia com maior intensidade o movimento operário; as lideranças sindicais foram convidadas a participar dos partidos políticos controlados pelo grupo dominante. Não se tratava, no caso, de estabelecer "elementos de ligação", mas sim, de tornar o partido popular no meio sindical, bem como de obter apoio para o candidato ao executivo. Os líderes sindicais, que foram eleitos, não desenvolveram, na Câmara, atuação política que se coadunasse com os interesses dos círculos dominantes; ao contrário, formaram um pequeno grupo de oposição, que teve seus

mandatos cassados em abril, inclusive as suplências.

Desta forma, o grupo dominante local valeu-se, quando necessário, da popularidade das lideranças sindicais, excluindo-as, quando as condições históricas propiciaram. Nesta dinâmica interna à composição do grupo dominante resulta pois, de fundamental importância, a manutenção de certa unidade interna, garantida pelo interesse comum na defesa do statu quo, ao mesmo tempo em que para a garantia da posição desfrutada, torna-se necessária certa diversidade de interesses representada por elementos de posição social diversa, controlados e orientados em suas manifestações pelo círculo dominante.

Em resumo, a dinâmica interna do grupo dominante estabelece-se por uma trama de relações e interrelações de poder, dinâmica, multilinear, que reflete da estrutura social as posições de classe, padrões e expectativas de comportamento político. Esta estrutura de relações do grupo dominante compreende as relações dos membros entre si, bem como, permite a extensão do controle político exercido pelo grupo.

Dentre os elementos que compõem o grupo dominante aqueles indivíduos que desfrutam as posições mais destacadas, que representam os mandatários ou chefes no processo político, ou que ocupam posição igualmente destacada na estrutura de classes compõem um grupo hierarquicamente distinguido.

Dêles dependem as decisões mais importantes no plano político, especialmente as que se referem à condução da política local. A este grupo designamos elite (4).

A elite em Rio Claro congrega elementos vinculados tanto aos segmentos tradicionais da estrutura como aos não-tradicionais. São elementos que detêm poder político quer na cidade como fora dela, especialmente na esfera estadual; industriais, agricultores, líderes de associações locais ou de âmbito nacional. Regra geral, contudo, os elementos que compõem a elite exercem um tipo especial de controle político, "por trás do trono", como se diria: uma política de bastidores suficientemente forte para eleger um deputado, para trazer para Rio Claro ou daqui afastar uma indústria, etc.. Aquêles membros da elite que, pela participação política, ou outro fator, tornam-se conhecidos compõem geralmente um pequeno grupo, algo como um "círculo dos eleitos" no consensus da comuni-

dade. Privar com êste grupo, ou com elementos dêste grupo, constitui fator de mobilidade, embora a elite do poder em Rio Claro não se restrinja a êstes elementos conhecidos e citados.

Participar, portanto do grupo dominante e consequentemente estabelecer relações com membros da elite, ou como o povo os designa, "os manda-chuva" locais, constitui fator de ascensão social. Um informante, da classe popular, dizia-nos a respeito de um dos membros da elite: "Seu Fulano? Conheço, é meu amigo, eu falo com êle e pode deixar que êle quebra o galho...", "Eu ajudei seu Fulano na campanha, sabe? Êle é meu amigo..." Em realidade a amizade de seu Fulano cresce na época de eleição. Todavia, nosso informante vangloria-se do fato de o seu "Fulano recebê-lo na varanda de sua residência e de haver mandado plantar uma árvore bem em frente de sua casa.

O nível de relacionamento primário existente é fator que possibilita a efetividade destas relações e, principalmente, garante-lhes o significado. Assim, operários aceitam entrar "por amizade" nos partidos mais conservadores; outros promovem movimentos populares pela candidatura do "seu Fulano" que posteriormente irá contribuir para que lhe cassem o mandato, e assim por diante. Parece que "amizade", conhecimento, resolvem tôdas as contradições sociais, além de serem vistos como ascensão social.

Do que foi dito nos últimos parágrafos, pode-se concluir que a posição de classe é fator condicionante da inserção de um elemento na estrutura do poder de maneira mais ou menos específica.

Portanto, a trama de relações do grupo dominante se caracteriza no plano político pela expressão de semelhança entre grupos ligados por interêsses afins, relações pessoais, sejam ou não oficiais (5), bem como, num sentido mais amplo, pela relação entre grupos ou indivíduos de classes sociais diferentes. No conjunto, a estrutura do poder expressa o relacionamento de classes na sociedade capitalista.

Assim, variam segundo critérios de estratificação social internos à estrutura social local os tipos de influência e poder exercidos, bem como as circunstâncias de que se reveste a participação política de um dado elemento.

Os elementos da classe tradicional <sup>que</sup> são considera participantes considerados da elite do poder em Rio Claro, exercem influência sobretudo entre os de sua própria classe. Trata-se de pes soas de prestígio e destaque, descendentes de tradicionais famílias brasileiras ou de Rio Claro, bem como descendentes de famílias imigrantes que aqui se fixaram no século passado, alçando-se logo para as classes mais altas (6).

A influência que exercem tais elementos, embora não se restrinja exclusivamente ao campo político - e alguns deles não exercem atividades políticas - reafirme-se nesta área pela projeção da família, dos antigos chefes, como já apontamos em páginas anteriores. Em 1962, várias pessoas eram apontadas como exercendo tal tipo de influência; entretanto, somente os mais velhos é que a detinham realmente: os demais, filhos, primos ou sobrinhos dos "chefes", apenas a representavam, graças aos laços de parentesco.

Dado o caráter pessoal de tal tipo de influência, o falecimento das pessoas em causa (ou, se por acaso, mu dam-se de Rio Claro) desintegra o esquema, como de fato ocorreu entre 1962 e 1966.

Por outro lado, circunstâncias da vida particular das pessoas pode abalar sensivelmente este tipo de influência: o rompimento com a esposa, um casamento posterior, fa lência, etc., fatores que logo chegam ao conhecimento público (7), embora não signifiquem perda da posição ocupada, refletem-se negativamente no prestígio pessoal do elemento. Nessas fontes, alimenta-se a agressividade das classes médias (8), cujos componentes, embora comentem bastante sobre "a novidade", não deixam de acatar distinguidamente o elemento. Ec davia um êxito, especialmente no campo financeiro, pode apa-gar tais lembranças.

Politicamente, a influência dos elementos tradicionais se dá pelo parentesco, como expusemos, pela liderança de um grupo político assumida pelo próprio elemento na cidade ou pelas relações que o elemento venha a estabelecer com participantes da política estadual ou federal. São outros fatores de influência, também, o cargo que a pessoa venha a exercer ou exerça e, de maneira especial, a ligação de um elemento às agências de comunicação, como jornais, rádio, televisão.

O jornalismo, principalmente, torna-se uma forma especial de exercer influência e poder. Basta, para tanto, imaginar, no período de desenvolvimento das campanhas políticas, o papel assaz importante desempenhado pelos comentaristas políticos. Em Rio Claro, embora elementos tradicionais sejam os donos dos jornais locais, bem como da rádio, a função de comentarista é exercida por um elemento que, embora não pertença de origem ao grupo, está a êle decisivamente ligado desde o início de sua carreira, expressando desta forma as opiniões políticas do grupo.

Na trama de relações que constitui a estrutura do grupo que detém o poder em Rio Claro, um tipo especial de influência é exercido pelos gerentes de banco, corretores, agiotas e endossadores. Os gerentes de banco e endossadores são as figuras, por assim dizer, melhor aceitas, tanto entre os tradicionais como fora de tal grupo. Aliás, vários gerentes dos bancos locais participam dos círculos tradicionais. Cultivar a amizade dêstes elementos é considerado muito importante, principalmente porque uma forma de prejudicar um inimigo é cortar-lhe ou dificultar-lhe o crédito bancário, o que é possível extra-oficialmente, quando o gerente é "amigo do peito". Disse-nos um informante: "os gerentes de banco facilitam muito ou muito pouco a vida da gente, é tudo dentro das possibilidades dêles. O banco que facilita mais é o de Fulano". Pelo depoimento, percebe-se que o banco, como institui-ção, personaliza-se na figura de seu gerente: "Vou ao Fulano", "Vou ao Sicrano", etc., são as formas utilizadas para dizer que se vai a êste ou àquele banco. "O banco dá crédito de 5% a 10% do que a pessoa tem. Até NCr\$ 200,00 você tira em qual quer lugar. Se você é correntista pode tirar, senão não. É norma geral. Agora, se você é amigo do gerente êle dá um "jeiti-nho". Há mesmo uma discriminação entre pessoas importantes pa-ra o banco e as outras pessoas". As importantes não são aque-las que têm maiores contas; as que são consideradas mais im-portantes são as que dão ao banco maiores rendas, as que têm várias propriedades, indústrias, etc., e que dão endôssos (9) no banco. O endôssos custa dinheiro, é claro, mas por fora.... "Êles" são conhecidos, ajudam o banco a fazer negócios, são muito relacionados e se chegam num bar p'ra tomar café nin-guém deixa que paguem. Todo comércio e indústria precisa dê-

les e os chefes políticos tratam êles muito bem".

A esta influência mais ou menos generalizada dos gerentes, corretores, elementos acatados e conceituados na comunidade, contrapõe-se a influência também generalizada dos "fofoqueiros" - como são chamados. Estes elementos são influentes na medida exata da fôrça de difusão de seus mexericos. Sensível ao "diz-que-diz" e dêle fazendo seu divertimento preferido, Rio Claro - ou pelo menos as classes média e média alta, tradicionais ou não - dedicam uma reverência tôda especial, misto de mêdo e respeito, a certos elementos freqüentadores assíduos de determinados pontos das vias centrais, sugestivamente designados por "esquina do pecado" ou "caldeirão". De lá, estas pessoas, controlam casais, namorados, casamentos, adultérios, falências, desfalques, crimes e castigos. São os melhores informantes sôbre o tema "relações sexuais extra-conjugais numa comunidade do interior paulista", além de serem também, sôbre a política de bastidores, situação econômica das emprêsas privadas, fundo bancário de particulares, etc.; de modo geral todos os assuntos desde que sejam privados.

A influência dêstes elementos não está restrita à classe média e média tradicional; entretanto, são destas classes as figuras mais representativas. Este grupo avocou o juízo sôbre a vida privada de todos. Convém dizer que, embora seja tal comportamento criticado na cidade, o grupo é imitado por todos que têm oportunidade. Este é um componente de extrema importância na análise da consciência política dominante.

Em resumo, dos círculos sociais tradicionais, centros, clubes, grupos de jôgo, etc., de caráter mais ou menos exclusivo, participam certos elementos que, embora internamente ao grupo gozem de grande conceito e sejam considerados influentes, fora daqueles círculos não gozam das mesmas prerrogativas. Aliás, nos grupos tradicionais têm influência, além dos elementos acima citados, outros que, embora não tradicionais de origem são politicamente influentes, ou ocupam cargo ou função considerados influentes no grupo, ou ainda elementos que participam ativamente de associações locais, igualmente respeitadas pelos tradicionais.

A inserção das classes não tradicionais no grupo dominante local se dá por meio das seguintes variáveis: posse

de capital, ou mediação, cargo ou função exercida; posição política fora de Rio Claro ou ligações com pessoas influentes; ou ainda, pela participação em associações.

A posse de capital na indústria ou agricultura não é considerada socialmente como fator de prestígio nos meios tradicionais; por outro lado, quem detém propriedade e capital em Rio Claro não pertence às classes tradicionais, nem adquire status que é consagrado a estas. As fortunas da cidade, citadas em 1962 - quando iniciamos a pesquisa - permanecem em 1966, sem que se tenha verificado mudança ou surgimento de outra. Desta forma, a hierarquia de status, principalmente nos níveis mais elevados, permanece estável, mantendo-se a importância reservada aos tradicionais.

Os donos das firmas de maior porte, os quais mantêm sua posição de status e prestígio, participam, e às vezes lideram <sup>várias</sup> associações e, principalmente, chegam a dominar a esfera política. Foi o que aconteceu em 1959 (10), com a eleição para prefeito de um grande industrial de Rio Claro e que mais tarde foi eleito Deputado Federal.

A posição deste industrial bem como dos elementos a êle ligados, como também de alguns funcionários de sua firma, projetou-se bastante. Mais tarde, verificou-se o rompimento entre êle e o atual prefeito. Em decorrência, a firma passou a emprestar menor colaboração à prefeitura para as promoções municipais; outras firmas passaram, portanto, a colaborar no que a primeira se negara, havendo, em consequência, a elevação de prestígio de seus gerentes de relações públicas, tal como acontecia anteriormente com a outra indústria. Isto porque, tais funcionários passam a controlar através de seu cargo interno às firmas, as promoções na cidade e decisões, inclusive políticas. Entretanto, o prestígio do industrial - fora da esfera política - permaneceu.

Outro caso, ainda de poder econômico, é dos agiotas que, embora podendo ser comparado ao dos gerentes de bancos ou corretores, pela extensão das relações abrangidas, é em si, bastante diferente segundo nossos informantes, pela conotação social que lhe é emprestada. São elementos da classe média e que embora mantendo contactos freqüentes com os elementos das classes tradicionais não pertencem a êstes círculos, nem são por êles considerados. Isto se explica não sômen

te porque a classe tradicional não detém o capital na cidade, como também porque dêle necessita para manter seu tipo de vida e seu status.

Fazem-se nestes círculos algumas distinções entre aquêles que detém a posse do capital, embora não tradicionais - industriais, fazendeiros - e aquêles que representam o capital - corretores e agiotas. Por exemplo: os primeiros, embora influentes e como tal considerados, são indicados depreciadamente: "Fulano?... êle só tem dinheiro e dinheiro não é tudo..." Quanto aos segundos, nas entrevistas, a designação de "corretor" ou "agiota" aplicada discriminadamente indicava a aceitação social do elemento: corretores são os agiotas aceitos socialmente ou pelo menos respeitados (11).

Como citamos acima, o cargo ou função desempenhada pelo elemento na comunidade pode vir a se constituir fator decisivo de sua inserção no grupo dominante. A influência que então o elemento passa a exercer não se restringe à órbita de sua autoridade; ao contrário, assume um caráter mais ou menos generalizado. O caso da magistratura é típico: a influência exercida é generalizada, abrangendo não exclusivamente o cargo, mas, principalmente, a pessoa; por outro lado, é velada, quase não se fazendo notar principalmente na esfera política. Transparece em círculos reduzidos, mas aí adquirindo todo o seu pêsso e dêstes círculos se estendendo e generalizando. De modo geral, as pessoas que ocupam cargos, como Delegado, Promotor, Juiz, etc., adquirem o status inerente ao cargo de prestígio e influência. Todavia, estabelece-se uma escalação no consensus da comunidade na qual mais que a posição da carreira ou cargo, transparece a posição da pessoa no consensus.

A participação em associações na cidade e a liderança nestas associações caracteriza um tipo de influência que se distingue dos demais pelo trânsito livre em várias esferas e círculos sociais como também, por se realizar em alguns casos, em uma órbita própria e especial. É o caso peculiar das sociedades secretas: Maçonaria, Amorc., etc., e de alguns clubes como Clube dos 21, Rotary, Lions. Com relação aos dois últimos, em que pese à atividade implícita aos trabalhos realizados, pois se dedicam, em grande parte, à propagação norte-americana, são clubes que reúnem setores da classe média-alta e média, de influência política indireta. A atividade de propa-

ganda é variável interveniente no processo de formação de uma consciência nacional, e de grande importância nas condições específicas em que é desenvolvida em Rio Claro, considerando-se o nível de relacionamento primário existente e a possibilidade de aliciamento que detêm os membros dos referidos clubes; desde que envolvem a propaganda em campanhas beneficentes e pseudo-desenvolvimentistas.

No caso específico da Maçonaria não se restringe à influência social e política mas estende-se à participação política propriamente dita, não sendo esta restrita a sua órbita de ação ou a uma sigla partidária em especial, mas, ao contrário, estendendo-se para outros partidos, outras associações e classes. Verifica-se uma rede de influência que controla, dirige a maior parte dos assuntos da cidade. De tal forma que ser maçom - há duas Lojas em Rio Claro - significa, no consensus, "ter influência".

Os vários maçons figurantes na estrutura do poder em Rio Claro indicam a importância da associação na determinação da rede de influência e poder. A trama de relações que a partir daí se estabelece é difusa, estendendo-se quase sem discriminação a todos os setores de atividades e, principalmente, à área política.

Os sindicatos e a liderança sindical que poderiam ser um tipo de influência em iguais proporções, em realidade não são. Embora participando politicamente, as lideranças sindicais podem ser compreendidas em três casos especiais de poder e influência: a) um pequeno grupo militante que, embora ligado à burguesia local, não se encontrava a serviço da burguesia e que foi atingido pelo Golpe de Abril; b) um grupo ligado à burguesia local que serve de elemento de ligação entre proletariado e burguesia; c) um grupo pequeno não atingido pelo Golpe, mas cuja militância se tornou impossível depois de 64. As condições internas à classe operária em Rio Claro e à própria estrutura sindical no Brasil são fatores determinantes desta configuração. Enquanto a Maçonaria, como instituição da burguesia, encontra em Rio Claro meio ótimo de desenvolvimento e de penetração no proletariado e mesmo considerada como degrau de mobilidade para os não tradicionais; os sindicatos são associações inexpressivas - exclusão feita ao Sindicato dos Ferroviários, mas que recebe coordenação de Campi-

nas. Todavia, a liderança sindical é fator importante na rede de relações de poder e influência, de onde se compreende a ligação que o grupo dominante estabelece com os meios operários.

Convém retomarmos o exposto sobre as relações internas na estrutura do grupo que detém o poder em Rio Claro, a fim de fazermos uma diferenciação fundamental entre maneiras específicas de atuação de seus componentes.

Os elementos que exercem influência na estrutura do poder são aqueles que, de certa forma, encaminham as decisões a serem tomadas, sejam elas de caráter político ou não. Quer valendo-se de sua posição social, do capital que dispõem ou de seu cargo, imprimem um certo sentido às decisões. São, portanto, elementos cujas opiniões pesam nos rumos do processo político, sem que eles próprios participem efetivamente da vida política local.

Por outro lado, aqueles que detêm poder, especialmente os membros da elite, são os que realmente decidem entre as várias alternativas possíveis para a solução de um problema ou questão política. Os critérios levantados para a decisão, embora geralmente sejam influenciados pelos elementos influentes, são, em última instância, critérios pessoais de quem exerce o poder (12).

Obviamente não se trata de uma diferenciação exclusiva. Ao contrário, um elemento pode influenciar uma decisão em determinado assunto político e, ao mesmo tempo, decidir sobre outro e, portanto, exercer poder e influência concomitantemente. Aliás, entre os membros da elite é o mais comum.

Entretanto, entre os elementos que compõem a maior parte do grupo dominante o mais comum é o exercício de influência sem que possam decidir realmente sobre determinado assunto: é sempre necessário consultar "seu Fulano", "Beltrano", etc..

Por outro lado, a participação política de um elemento, vereança ou candidatura à vereança, por exemplo, não significa que o elemento detenha influência ou poder. Como se verá em outro capítulo, dentre os componentes da política local, a maior parte é constituída por elementos que são convidados a se candidatar por serem bastante conhecidos ou por

terem família numerosa o que sempre traz alguns votos a mais para o partido... Tais elementos, embora contem com uma pequena base eleitoral, não exercem influência ou poder na estrutura, ou melhor, raramente podem influir sobre qualquer decisão.

Portanto, entre estes participantes da política local, sejam candidatos, eleitos ou suplentes, e os membros do grupo dominante, inclusive a elite do poder, estabelece-se uma rede de relações e interrelações de poder e influência, cabendo a direção da política local principalmente àquele grupo que detém o poder na comunidade, especialmente, à elite.

Os deputados, estaduais ou federais, que, em Rio Claro têm sua base eleitoral, exercem sobre esta rede de relações influência decisiva. A bem dizer são eles que realmente conduzem a política local, embora nem sempre ostensivamente.

Algo semelhante acontece com a Maçonaria, como aliás já indicamos. O controle ou "vigilância" desta associação sobre a política local é grande, talvez a maior na medida em que a ela empresta apoio decisivo à eleição dos já referidos deputados. Contudo, não podemos afirmar se esta atuação tem suas raízes exclusivamente nas Lojas de Rio Claro ou se ela é apoiada por outros centros maiores. Julgamos mais provável a última hipótese (13).

Em resumo, a política local é conduzida através de um sistema complexo de relações e interrelações de poder e influência exercidos, quer por elementos internos ao grupo político local, quer indiretamente por elementos externos àquele grupo. Esta trama de relações que designamos estrutura de relações do grupo dominante, assume, portanto, no sistema político, significado especial, na medida em que a definição da política local resulta ser, portanto, decisão deste grupo diferenciado, cujas características básicas, conforme aludimos em páginas anteriores, são: uma certa permeabilidade, ou flexibilidade às contradições sociais emergentes na área política e a similaridade de interesses e idéias voltados à manutenção do statu quo, conseqüentemente à permanência do próprio grupo no poder. Sendo este seu objetivo básico, como igualmente já fizemos referência.

Em outras palavras, a trama de relações do grupo dominante conduz a integração política do município na con

juntura política nacional e, especialmente, estadual, de maneira a assegurar no decorrer de tal processo o atendimento dos objetivos colimados por aquêles círculo.

Assim procedendo, o grupo dominante orienta seu comportamento político segundo alguns fatores, dos quais <sup>se</sup> destacam: 1) as tendências políticas observadas na sociedade política global, especialmente no âmbito estadual; 2) as condições peculiares do eleitorado rioclarense; 3) as normas e exigências legais institucionais.

Na Introdução a êste trabalho discutimos as relações entre a estrutura social global e inclusiva. Salientamos, naquela oportunidade, a importância desta relação na mudança das tendências do comportamento político local. Assim, num nível mais geral, podemos considerar a permeabilidade e aderência da estrutura de poder local com relação às tendências expressas na política estadual e federal, como reflexo da "pressão orientadora" desenvolvida pela sociedade global como fulcro de mudança sôbre a local em transição.

Em atendimento a estas pressões, o grupo dominante reorganiza-se internamente, de forma a corresponder às expectativas e liderança da cúpula nacional e estadual, atendendo ao mesmo momento as expectativas do eleitorado, atingido pela propaganda de massa.

Paula Beiguelman, analisando o processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito (14), refere-se, embora não especificamente, à "pressão orientadora" sôbre o eleitorado rural. Diz a autôra:

"Transcendendo o âmbito urbano, o apêlo populista atingia a massa rural e fazia vir à tona uma insuspeitada potencialidade de desintegração das estruturas locais de poder político, até então dominadas pelos detentores do poder sócio-econômico, distribuídos eleitoralmente entre PSD e UDN: delineava-se uma latente diferenciação política no sentido vertical, uma vez que o estrato inferior revelava uma disposição para identificar-se com o populismo getulista".

Acresce ainda a autôra, que "a expressão concreta dessa potencialidade dependia naturalmente de que não fôsem apostos obstáculos intransponíveis à sua manifestação por parte do senhor rural." (15).

Em Rio Claro (16); os elementos mais representa-

tivos do grupo dominante na época, como hoje, eram, como ainda são, os remanescentes das famílias tradicionais de antes de 30, que, à primeira análise, encarnam a figura do "senhor rural" e controlam tanto o partido populista, PTB, quanto os demais. No pleito ao Executivo Municipal, em 1947, venceu o PSD, elegendo por 41,91% dos votos um antigo comerciante local (17).

Desta maneira, conduzindo em Rio Claro as tendências políticas da sociedade global, mantém-se o grupo no poder, não importando realmente qual a sigla partidária ou mesmo, até certo ponto, o significado que possa ter o partido em âmbito nacional.

Na raiz deste processo, encontra-se a dependência do município em relação ao Estado e à União. Dependência de verbas, favores, auxílios, etc.. Não cabe aqui levantar a questão, tão discutida, da autonomia municipal (18), ~~entretan~~ to, naqueles municípios como Rio Claro, em que as rendas próprias são reduzidas ante as despesas necessárias, um "bom" prefeito é aquele que consegue facilmente os favores do Estado ou da União. Ou melhor dizendo, os fatores, empréstimos do "seu amigo governador". Eis porque, também por fatores de ordem institucional, torna-se importante a ligação da estrutura do poder local com os grupos políticos no poder estadual ou federal. Obviamente, sendo Rio Claro uma cidade que conta com número relativamente grande de eleitores, como vimos no capítulo anterior, estabelece-se uma "troca de favores" entre os dois grupos: de um lado, liberação de verbas, etc.; de outro, apoio eleitoral nas próximas eleições, etc..

Finalmente, para os elementos do grupo dominante local, constitui fator de elevação de prestígio as ligações que possam obter com os círculos dominantes estaduais. Assim, aqueles elementos que podem, por laços de amizade, estabelecer uma ligação direta e pessoal com altos representantes da burocracia Estadual ou Federal, ou aqueles que gozam de livre trânsito nos círculos políticos ligados ao poder constituído, assumem grande importância na política local.

Geralmente, estas relações de amizade têm sua origem nos bancos da Universidade, especialmente, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ou então, nas sociedades secretas, especialmente, a Maçonaria.

Estas relações, mantidas pelos elementos do grupo dominante local, são importantes não apenas como fator de prestígio e influência, mas constituem base fundamental do clientelismo (19), da política personalista dos líderes locais: a anuência de elementos dos poderes constituídos é necessária para as "nomeações", comissionamentos, emprêgos, despachos favoráveis, etc., tóda a gama de favores pessoais, através dos quais os deputados da região mantêm ou conseguem mesmo seus votos, assim acontecendo com os líderes políticos locais.

Desta forma, é importante o fato de ser amigo de quem está no poder. Neste sentido, muitos "janistas" tornaram-se "carvalhistas" e, rapidamente transformaram-se em "ademaristas". Dando origem a dois fenômenos típicos da política rioclarense, quiçá nacional: o governismo e seu decorrente, "adesismo".

Por governismo entenda-se a relação entre a política local e estadual - principalmente. Independentemente da posição política, os círculos dominantes, como assinalamos, necessitam do apoio do govêrno estadual, e desta forma, congregando, entre seus componentes, indivíduos ligados a tódas as siglas ou grupos partidários, quando ocorre uma mudança na esfera política estadual - como em 1962, com a mudança de Carvalho Pinto para Adhemar - observa-se internamente à estrutura do poder algumas flutuações de prestígio, sem que se altere basicamente o grupo dominante. Note-se que o mesmo elemento que ascendeu à Prefeitura Municipal no período Jânio Quadros, repetiu a façanha no período Adhemar de Barros. Nos dois períodos a política municipal, constituída basicamente pelos mesmos elementos foi "situacionista" ou "governista" (20).

Por "adesismo" entenda-se a decorrência do governismo: alguns elementos - não os chefes políticos, regra geral, pois êstes precisam manter seu prestígio junto aos eleitores que constituem seus pontos de apoio - simplesmente aderem ao nôvo partido que ocupa o govêrno. Vários aderem públicamente, outros nos bastidores; a regra geral, entretanto, é a "passagem" para o partido situacionista (21).

Uma rápida análise nos resultados eleitorais, em Rio Claro, no período de 1946 a 1963, permite observar mais claramente as tendências governistas locais. Em 1947 elegeu-

se para a Prefeitura um antigo comerciante local apoiado pelo PSD, como dissemos em páginas anteriores. O prefeito eleito, entretanto, vinculou-se, logo ao governador do Estado, na época, Adhemar de Barros. Em 1950, a coligação PTB-PSP que apoiou Lucas Nogueira Garcez, recebeu em Rio Claro 48,75% dos votos; o mesmo partido, PSP, elegeu outro membro dos grupos tradicionais em 1951 por 40% dos votos. Jânio Quadros, em 1954, recebeu 34% dos votos, apoiado pelo PDC, PSB e PTB. Os mesmos partidos elegeram para a Prefeitura, em 1955, por 64,4% dos votos, um autêntico representante dos grupos tradicionais, aliás, descendente do antigo coronel do PRH, Marcellino Schmidt. Carvalho Pinto, em 1958, recebeu, em Rio Claro, 48,5% dos votos e, em 1959, a elite do poder local elegeu um industrial de projeção, por 71% dos votos. O esquema de apoio do industrial coligava PDC, PL, PRP, PSB, PTN e UDN (22).

Na última eleição municipal, em 1963, houve quebra na praxe governista anterior: elegeu-se para o executivo, com apoio no PSB, PTB e PTN, o mesmo eleito em 1955. Aliás, Adhemar obteve, em Rio Claro, 37,8% dos votos, contra 43,1% da dos a Jânio Quadros. Nesta última eleição municipal, a Maçonaria desempenhou papel decisivo nas manobras políticas; em primeiro lugar, apoiando tanto o Deputado Estadual da região que aliás fôra líder no govêrno Carvalho Pinto, e êste, do PDC, emprestou seu apoio ao candidato da coligação, como elaborando o próprio esquema eleitoral do candidato eleito; em segundo lugar, a Maçonaria estabeleceu forte oposição ao candidato do PSP, antigo vigário local (23).

De qualquer forma, porém, os elementos que conduzem a política local, controlam, como já dissemos, as lideranças partidárias ou influem sôbre os partidos, de forma a manter-se no poder. Nestas manobras, embora se valham dos apêlos e "slogans" da propaganda política de massas, não deixam de corresponder às expectativas tradicionais do eleitorado local, as quais, aliás, alimentam e cuja correspondência constitui um segundo fator na determinação do comportamento do grupo dominante, como, de resto, já citamos.

No capítulo anterior, quando fizemos menção às condições internas do eleitorado local, afirmávamos a sensibilidade dêste eleitorado ao apêlo personalista, aos favores, empregos e demais praxes do político tradicional. Assim, as

eleições desenrolam-se num clima em que, apesar da agressividade dos candidatos em competição, sobressaem-se as relações pessoais entre eleitores e candidatos.

Desta forma, os partidos não são os elementos mais importantes em uma eleição, Delas êles participam na medida em que a colocação de um elemento de suas fileiras, por exemplo, na Prefeitura local, represente uma conveniência, quer para os interesses mais amplos do partido em âmbito estadual ou federal, dado o número de eleitores de Rio Claro, quer para a projeção do grupo dominante local. Para a associação partidária no âmbito estadual ou nacional não é portanto de muita importância quem esteja na prefeitura rioclarense, desde que possa, através do candidato a prefeito, garantir seus interesses eleitorais no município.

Por exemplo, o prefeito de Rio Claro, eleito pelo PSP, em 1951, garantiu, no município, 34,8% dos votos para Adhemar de Barros nas eleições presidenciais de 1955, contra 25,5% dados a Juarez Távora, 24,1% a Plínio Salgado e 12,4% a Juscelino Kubitschek (24).

Nestas circunstâncias, os partidos, no âmbito municipal, sofrem um esvaziamento ideológico servindo principalmente como esquemas de apoio para os líderes políticos locais, participantes ou orientados pelo grupo que detém o poder em Rio Claro.

Nas campanhas que são, regra geral, orientadas pelos círculos dominantes locais, a sigla partidária é utilizada especialmente como apoio ao candidato escolhido, não importando realmente se há ou não afinidade entre as posições políticas assumidas pelo candidato e aquelas que o partido representa no plano estadual ou nacional. Todavia, na medida em que a pessoa do candidato assume conseqüentemente importância fundamental no processo de arregimentação de votos, as qualidades pessoais do elemento escolhido, seu prestígio na cidade, ou conhecimento que possa ter, são fatores essenciais para a vitória partidária.

O partido passa a ser, portanto, uma entidade vista através dos representantes locais, escolhidos pelos elementos que compõem o grupo dominante, na medida em que êste grupo controla direta ou indiretamente todos os partidos - segundo critérios de prestígio, influência e conhecimento na ci

dade.

A falta de sentido partidário sobressai também quando se examina a campanha promovida pelos candidatos: mesclam-se, então, os recursos de propaganda política de massas e as praxes tradicionais. De um lado, o candidato utiliza-se de faixas, emblemas, comícios pelo rádio, em horário gratuito ou não - alguns até apresentam um plano de ação, que fazem publicar nos jornais locais - de outro lado, mantém a praxe das visitas aos eleitores "para um cafèzinho", o bate-papo na porta do bar, as promessas, presentes, e finalmente a compra de votos (25).

Para os candidatos à reeleição, a tradição constituida pelos seus feitos passados é fator manipulado frequentemente e com êxito. As audiências e entrevistas são outro tipo de propaganda utilizada pelo candidato, quando êste consegue estabelecer um contacto direto com o eleitor, transformando-se no amigo que com poder nas mãos o ajudará nas soluções exigidas para cada caso.

Na realidade, não vai interessar a êsse eleitorado, regra geral, se a ideologia do partido existe, se é válida ou não, mas é importante a posição que o partido defende na política vigente. O líder local, acoberto em sua ação por um partido forte, é quem preencherá as expectativas de grande parte do eleitorado, através de suas ligações com o poder.

Os moldes seguidos pelas campanhas traduzem todo o efetivo funcionamento de uma relação pessoal nas opções políticas. A mudança de estrutura agrária para industrial trouxe modificações no processo político rioclarense não determinando porém, a anulação de tal esquema. O que mudou foram as expectativas, os tipos de favores exigíveis e passíveis de serem concedidos. Ampliou-se a estrutura partidária participante, mas não se alterou basicamente a relação dos partidos com o eleitorado. A classe média e a burguesia emergentes trouxeram à tona expectativas diferentes daquelas compatíveis com uma estrutura agrária, mas, na estrutura do poder o político de clientela, substituiu o coronel na mesma relação pessoal com os eleitores. Sobreviveram as características tradicionais de uma relação política baseada em alternativas pessoais.

Esta sobrevivência das praxes políticas tradicionais que se verificou pelas condições em que se deu o desen-

volvimento industrial local constitui o aspecto fundamental na compreensão dos mecanismos efetivos de controle político utilizados na estrutura do poder em Rio Claro. A sensibilidade do eleitorado local aos favores pessoais, aos presentes, ao bate-papo, etc., é reforçada pelos candidatos e elementos componentes do grupo dominante local, garantindo a formação de certos vínculos pessoais de reconhecimento, gratidão ou amizade, as quais frutificam em votos obtidos.

Contudo, o eleitorado local é também sensível à propaganda política de massas. Também assiste na televisão à programação política, lê jornais, etc.. Conseqüentemente, na estrutura do poder local repercutem, como aliás já mencionamos, as alternativas políticas vinculadas ao populismo. Entretanto, são elementos escolhidos ou aceitos pelo grupo dominante aqueles que vão representar em Rio Claro na política municipal os líderes populistas nacionais. Desta forma exerce o círculo dominante local um controle direto ou indireto no processo de opção eleitoral, estabelecendo em conchavos os limites da ação daqueles líderes, ou os orientando diretamente na campanha e posteriormente, se eleitos, no exercício do mandato.

De certa forma, portanto, a trama de relações do grupo dominante procede uma "redefinição" em termos locais das alternativas políticas levantadas na sociedade política brasileira. Neste processo de redefinição (26) - através do qual a integração do município na conjuntura política nacional é conduzida pelo grupo dominante - são predominantes as praxes políticas tradicionais que constituem a base dos mecanismos efetivos do controle político exercido pelo grupo que detém o poder.

O governismo, o adesismo e o clientelismo, fenômenos aos quais já nos referimos, são aspectos no conjunto dos mecanismos efetivos de controle. Através deles, os elementos dominantes mantiveram-se no poder, independentemente da desagregação do complexo político tradicional do coronelismo, embora as vinculações que detêm estes elementos com aquele esquema.

Como se pode concluir, a substituição do coronel na estrutura do poder pelo político de clientela, que caracterizou o processo de manutenção da elite do poder em Rio Cla-

ro, foi processo sutil, cuja viabilidade estêve assegurada pelas próprias condições em que em Rio Claro se operaram a urbanização e industrialização. Mantendo-se, em certa medida, os componentes tradicionais na estrutura social (27), as formas políticas populistas coexistem com aquelas tradicionais, exercendo, estas, predominância no significado daquelas. Assim, observa-se, em Rio Claro, o descendente de um antigo coronel ser eleito pelo PTB, graças a seu alto valor moral - como assinalava a propaganda - ao prestígio e tradição de sua família, ou, mais exatamente, aos favores concedidos, às amizades, visitas, cafèzinhos, emprêgos e votos comprados.

A manutenção de tais formas de comportamento político dependeu também, em última instância, da permanência de um nível primário de relacionamento social consubstanciando a existência de um vínculo pessoal entre candidato e eleitor, assegurando o tom personalista das campanhas e lideranças.

Na medida em que a pessoa do candidato assume significado especial no conjunto das relações de poder e, especialmente, nas campanhas eleitorais, no pequeno mundo da comunidade, a classe social do candidato constitui fator de peso na aceitação do elemento, ou, como assinalamos, fator condicionante da inserção do elemento no grupo dominante, de maneira mais ou menos específica.

Em resumo, o grupo dominante, através de uma trama de relações e interrelações de poder e influência que o sustenta, conduz a integração do município como unidade política, na conjuntura política nacional e, especialmente, estadual. A orientação imprimida pelos grupos dominantes ao processo político envolve o contrôle das lideranças partidárias ou a influência - direta, indireta - sôbre os partidos, uma redefinição local dos slogans e temas políticos populistas e, especialmente, a correspondência às expectativas tradicionais do eleitorado local alimentadas e reforçadas pelo grupo dominante.

Desta forma, o contrôle da política local é exercido pelo grupo dominante atendendo às tendências políticas da sociedade nacional e, especialmente, às tendências estaduais, e às condições peculiares do eleitorado local, que constitui o atendimento a dois fatores básicos na determinação de

comportamento dos grupos dominantes, ou seja: a) às tendências políticas observadas na sociedade político-global, especialmente no âmbito estadual e, b) às condições peculiares do eleitorado rioclarense. Principalmente, o contrôle da política local se dá consoante ao objetivo básico do grupo dominante, ou seja, os interêsses concretos no exercício do poder e, conseqüentemente, a manutenção da posição dominante.

Um informante, referindo-se a êste contrôle político exercido pela elite do poder, disse-nos: "Êste pessoal decide tudo antes de todo mundo; se você não concorda com as escôlhas feitas por êles você vota em branco ou anula seu voto. Anula sua opinião, mas nunca você vota totalmente contra êles".

Concluindo, procuramos, neste capítulo discutir nos dois aspectos acima apontados o comportamento político do grupo dominante em Rio Claro, bem como analisar sua composição interna.

O último aspecto da caracterização do comportamento político do grupo que detém o poder em Rio Claro, ou seja, em relação às normas e exigências legais institucionais do após 30, constituirá objeto do próximo capítulo.

NOTAS AO CAPÍTULO III

- ( 1 ) A expressão grupo dominante é usada neste trabalho no sentido já tratado na Introdução, ou seja, referindo-se àquele conjunto de indivíduos que, na estrutura do poder, dirigem direta ou indiretamente os assuntos e decisões políticas locais. É o grupo que exerce a dominação política em Rio Claro, ou melhor, é o grupo que congrega elementos que detêm o poder ou influência na comunidade, especialmente na esfera política. No mesmo sentido, utilizamo-nos da expressão círculo dominante ou círculos dominantes.
- ( 2 ) Vide Capítulos IV e V.
- ( 3 ) Vide Capítulo V.
- ( 4 ) Utilizamo-nos do conceito elite no sentido apresentado na Introdução, ou seja, para designar um pequeno círculo interno ao grupo dominante local, composto por elementos que realmente decidem os assuntos locais, especialmente aqueles de caráter político.
- ( 5 ) É digna de menção, embora seja caso extremo, a influência, obviamente extra-oficial, de algumas mulheres nas decisões políticas dos respectivos ~~compartimentos~~. Segundo nossos informantes, não se trata de regra geral, mas sim de vários casos.
- ( 6 ) Vide Capítulos I e II.
- ( 7 ) Como se verá, existem pessoas em Rio Claro cuja ~~distração~~ principal consiste em divulgar notícias deste tipo. Vide página 6, deste Capítulo.
- ( 8 ) Vide Capítulo II.
- ( 9 ) Os elementos que "dão endosso" são aqueles que, geralmente, possuem propriedades, etc. e que, responsabilizam-se pela retirada bancária de outra pessoa. Segundo informantes, os elementos que geralmente fazem este tipo de "favor" recebem de 5 a 10% da importância retirada. Por outro lado, eles próprios encaminham a pessoa que necessita de crédito a um ou outro banco, e, desta forma, favorecem os negócios de uma ou outra agência bancária. Contam os informantes que também os gerentes de bancos recebem alguma importância para aceitar ou não "seu Fulano" como endossante. Tudo se reduz, portanto, a uma combinação anterior entre quem vai sacar a importância do banco, endossante e gerente da agência bancária.
- (10) Vide Capítulo IV.
- (11) A distinção entre corretor e agiota é vinculada, principalmente, à aceitação social do elemento. Como dissemos no texto: aqueles indivíduos que emprestam dinheiro a juros, e que são aceitos ou respeitados, principalmente nos círculos sociais tradicionais são designados por corretores; os que não são aceitos por aqueles grupos, são designados como agiotas. Segundo informantes, tanto pelos chamados agiotas como pelos corretores, a taxa de juros cobrada em 1966 era de 5 a 7% ao mês, mais 5% de corretagem sobre o valor total da importância. Para o desconto de cheques com data antecipada a taxa era a mesma, exceto os 5% de corretagem.
- (12) A diferença essencial entre influência e poder, no sentido utilizado neste Capítulo, bem como nos demais, pode ser tomada em senti

do geral como a que existe entre "decision-maker" e "policy-maker". A primeira expressão refere-se àquela indivíduo que decide entre várias alternativas políticas, uma que julga ser a melhor. Esta decisão é raramente contestada pelos demais membros do grupo dominante, mesmo porque, estes elementos, regra geral, pertencem à elite de poder local. Quanto à segunda expressão, refere-se a um tipo especial de poder, ou seja, à possibilidade de influenciar as decisões a serem tomadas, de controlar aquelas decisões para um caminho ou outro. No Brasil usamos muito a frase: "vou dar um jeito, falar com Fulano, ele é meu amigo e tem muita influência sobre o Dr. Sicrano. Você vai ver que se um amigo pedir, o Dr. Sicrano despacha favoravelmente o seu papel". A idéia subjacente à frase não é a de que "meu amigo" vá decidir o assunto, mas sim a de que vai influenciar o "Dr. Sicrano" a decidir favoravelmente, tem "influência" enquanto o "Dr. Sicrano" detém o poder. "Meu amigo" seria um "policy-maker" enquanto o "Dr. Sicrano" um "decision-maker". Foi este o sentido usado para diferenciar influência e poder, neste Capítulo.

- (13) Seria um estudo à parte a influência da Maçonaria na política local. Não nos foi possível sequer iniciá-lo. Nossa condição de mulher foi, a bem dizer, um obstáculo intransponível para entrevistas sobre o assunto, já que a Associação no Brasil, não permite a admissão de membros do sexo feminino em seus quadros. Contudo, várias informações pudemos obter, as que somos gratas à colaboração emprestada por alguns membros da Ordem.
- (14) Paula Beiguelman, "O Processo Político Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito", in Pequenos Estudos de Ciência Política, São Paulo, Editora Centro Universitário, 1967, p. 79.
- (15) Paula Beiguelman, op. cit., p. 80.
- (16) Não podemos afirmar que o processo tenha sido o mesmo em todo o interior do Estado, embora o suspeitemos.
- (17) Conforme dados coletados no Cartório Eleitoral de Rio Claro e no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
- (18) Vide sobre o assunto, dentre outros: Vitor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto, Rio de Janeiro, Editora Revista Forense, 1948.
- (19) Vide Capítulo V.
- (20) Em 1955 o candidato eleito recebeu 7 102 votos, compondo 64,40% do total e em 1963, 6 989 votos perfazendo 35,50% do total. Conforme dados obtidos no Cartório Eleitoral de Rio Claro. Em ambas as eleições o referido candidato recebeu apoio integral da Maçonaria.
- (21) De certa forma este procedimento empresta um prestígio especial à oposição que mantém, um grupo mais ou menos homogêneo com o qual torna-se necessário ao Executivo entrar em acordo.
- (22) Dados obtidos no Cartório Eleitoral de Rio Claro e no Tribunal Eleitoral Regional de São Paulo.
- (23) Vide Capítulo IV.
- (24) Conforme dados obtidos no Tribunal Eleitoral de São Paulo.
- (25) Vide Capítulos IV e V.
- (26) Vide Capítulos IV e V.
- (27) Vide Capítulo II.

## CAPÍTULO IV

### COMPORTAMENTO POLÍTICO E NORMAS INSTITUCIONAIS

Não constitui objeto dêste capítulo uma análise do direito eleitoral no Brasil. Menos pretencioso, nosso objetivo é tão somente observar as relações entre as normas legais e o comportamento político concreto em Rio Claro. Considerando-se o conjunto de normas legais como destinadas à padronização e racionalização do comportamento político segundo idéias, crenças e interesses endossados pelos grupos dominantes, aos quais esteve conferida a tarefa de elaborar as leis, interessa-nos observar até que ponto o comportamento político concreto do grupo dominante em Rio Claro reflete êste processo de racionalização ao qual, a grosso modo, destinam-se as leis.

A êste respeito, como dissemos no primeiro capítulo, a primeira legislação eleitoral republicana revelou-se ineficiente. Principalmente porque o legislador na pretensão de racionalizar as relações políticas fundamentais entre indivíduo e Estado, objetivou: a) integrar o trabalhador rural num mundo mais complexo e amplo que a rêde de dependências da comunidade rural, e b) restringir o uso do poder pelo senhor rural, ou, pelo menos, pautá-lo segundo normas disciplinadoras pretensamente racionais (1). Obviamente o legislador, neste período, pretendeu não somente ordenar uma realidade política, mas também, criá-la à fôrça das leis.

À primeira vista, portanto, os autores da legislação eleitoral do primeiro período republicano assemelham-se àquela imagem de legislador <sup>assista</sup> por A. Tocqueville, como o "homem que traça seu caminho em meio dos mares. Pode assim dirigir o navio que o leva, porém não poderia mudar sua estrutura, criar os ventos nem impedir ao oceano elevar-se sob seus

pés" (2). Todavia, é preciso situá-los embora idealistas, como representantes das classes dominantes no período. Desta forma, a não obediência aos dispositivos legais - que vimos, no primeiro capítulo, ser uma praxe durante o primeiro período republicano - significava também uma forma, e a mais comum, de se elegerem os mesmos legisladores...

Assim, a uma legislação considerada idealista, fundamentada na formação alienígena dos seus mentores, cujos interesses se voltavam aos sistemas e idéias européias e americanas - esperando que a simples transformação daquêles princípios em leis destinadas à realidade nacional lograsse a solução dos problemas políticos brasileiros - correspondia, na realidade um grupo dominante voltado principalmente para o "lado prático" das leis, pouco se importando com o espírito destas ou seus objetivos, mas especialmente interessado na adaptação daquelas leis à prática do contróle político social, e, através dêste, na defesa de seus interesses.

É nesta linha de pensamento que Rui Barbosa, um dos considerados mentores idealistas da legislação eleitoral brasileira, dirige-se ao Congresso Nacional, criticando a fraude da eleição presidencial de março de 1910.

"Se a República é o voto, que ficará ella sendo, quando o voto e a fraude se confundem, se identificam, se substituem, como substituíram, identificaram e confundiram nessas maiorias imaginárias do triumpho militar na última eleição presidencial ?

O voto é a fraude. Mas a República é o voto. Logo a República é a fraude.

Não somos nós os que assim a qualificamos. São os vossos actos. É a vossa política. É o pacto monstruoso, que se vai consummar, por vós e convosco. Até agora, ao talante das facções, quando os interesses lh'o dictavam, triumphava a fraude nas eleições para as municipalidades, para as assembleas dos Estados, para o Congresso Nacional. Desta vez triumphou, e vae acabar de triumphar na eleição do Presidente da República. (...)

Porque vós tereis sido os seus eleitores. O paiz, não.

O marechal Hermes não podia ser eleito, nem o foi. Não o podia ser, porque é inelegível.

Não o foi; porque a sua inculcada maioria se compõe de suffragios demonstradamente nullos" (3).

Ao longo de sua oração, Rui analisara inúmeras praxes fraudulentas que permitiram forjar os resultados oficiais. Obviamente tôdas infringiam as disposições da Lei Federal nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, também chamada Lei

Rosa e Silva (4), a qual, diga-se de passagem, destinava-se a coibir a fraude, que, segundo opinião do autor da lei, era de vida à legislação eleitoral anterior (5). Aliás, no Estado de São Paulo (6) permanecia em vigor o capítulo IV da Lei nº 21, de 27 de novembro de 1891, cuja matéria - Disposições Penais - é votada igualmente a coibir a fraude, estabelecendo penalidades à maioria das praxes fraudulentas largamente utilizadas.

Existia, subjacente a tal estatuto legal, uma concepção bem clara de crime eleitoral, nesta se incluindo de litos como: compra de votos ou ameaça para obtê-los, venda de voto, votar ou tentar com título de outro eleitor ou fornecer o próprio título para fraude, votar mais de uma vez, impedir reunião da mesa, fazer tumulto, portar armas, violar o escrutínio, rasgar ou inutilizar os livros e papéis do processo eleitoral, extraviar, roubar ou inutilizar o título do eleitor, falsificar o alistamento, alterar a votação, falsificar atas, reunir-se a mesa eleitoral ou a junta em local diferente do anunciado para eleição, deixar de receber votos, alterar o dia da eleição, "induzindo por êste meio os eleitores a êrro", fazer parte ou concorrer para a formação de mesa ou junta eleitoral ilegítima, deixar de comparecer sem justificação à mesa eleitoral, deixar de cumprir, o secretário da Câmara Municipal e das mesas de alistamento, os deveres que lhes impunha o serviço eleitoral, deixar o juiz de paz ou presidente da mesa de alistamento eleitoral de enviar à mesa livros, listas de chamada ou quaisquer outros papéis que haja recebido da Câmara Municipal ou ocultá-los... Práticas estas correntes no sistema eleitoral de então e algumas no atual; contudo, as penas iam da reclusão ou prisão celular de um mês a três anos. Sendo as práticas mais graves como falsificação e tumulto, bem como o não recebimento de votos, passíveis da pena de perda de direitos políticos por dois anos, além de multa até dois contos de réis.

Realmente, não importou neste período o número de leis, decretos, etc., destinados à "moralização" dos pleitos. A fraude decorria das condições estruturais da sociedade brasileira, predominantemente agrária, onde o poder de coronel, ou do senhor rural, impunha-se pela violência ou pelos amistosos laços de dependência estabelecidos com o eleitorado no campo ou na cidade. E esta situação favorecia os próprios

legisladores na medida em que eram êles os candidatos eleitos fraudulentamente e à custa dos liames patriarcais (7).

Assim, o esforço do legislador, se o considerarmos idealista, resultava nulo. Pela legislação eleitoral não poderia êle eliminar os laços de dependência que mantinham o homem do campo vinculado ao senhor rural, nem restringir o poder patriarcal dêste de indicar ou forçar seus dependentes apadrinhados a votar num determinado candidato.

Em resumo, como diz Sérgio Buarque de Holanda, "as palavras mágicas: liberdade, igualdade e fraternidade, sofreram interpretações que pareceram ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais e as mudanças que inspiraram foram mais de aparato que de substância" (8).

Como assinalamos no Capítulo I, as reformas institucionais, destinadas a aprimorar o sistema representativo, só passam a frutificar na medida em que, paulatinamente, amplia-se o eleitorado urbano, que de certa forma independia do poder direto dos coronéis. Em Rio Claro, como vimos, o processo refletiu-se no esquema de manutenção do coronelismo obrigando êste a adaptação e conciliação tendentes a manter no meio urbano as formas patriarcais de liderança.

Todavia, no agravamento das contradições sociais, subjacentes ao período e a tal tipo de controle político, o esquema conciliatório do "coronelismo de cidade" mostra-se em tôda sua falácia.

No movimento de Reação Republicana o coronel de cidade defronta-se com um eleitorado urbano cujas expectativas políticas não pode corresponder. A fraude passa a ser, portanto, uma forma de conter as tendências urbano-industriais da sociedade brasileira.

A relação entre o comportamento efetivo dos grupos dominantes e as normas e expectativas institucionais locais durante o primeiro período republicano, caracteriza-se, portanto, pelo desvio crescente dêste em relação àquelas: já no final do período não somente da fraude eleitoral utilizavam-se os grupos dominantes tradicionais, como também da violência armada. As normas institucionais haviam se tornado, portanto, heterônomas com relação aos interesses da burguesia agrária tradicional que as elaborava, na medida em que o sistema representativo possibilitava a manifestação das classes

urbanas emergentes.

Na eleição presidencial de 1º de março de 1930 as contradições entre o urbano e rural, no Brasil, atingem um clímax. Na sessão de reconhecimento dos eleitos no Congresso, a 21 de maio de 1930, o senador João Neves, da Aliança Liberal (9), afirmou da tribuna:

"A contenda de março - podem estar certos e fique a Nação segura - foi a última eleição presidencial que, com tais leis e com tais processos, se realizou no Brasil. Depois daquilo a que assistimos, só um santo, colocado na suprema magistratura da República, deixaria, que fôsse derrotado, por um movimento de opinião, o escolhido das suas simpatias e só um egresso do manicômio pleiteará mais sua candidatura, em oposição à vontade do poder federal! (...) Testemunhamos, senhores, o fim de uma época. Presenciamos o naufrágio de um regime. Marcamos com a nossa reunião, a agonia de uma lei feita para cavi-lação, para a fraude e para a deturpação da vontade popular"<sup>(10)</sup>.

Não cabe nos limites dêste trabalho uma análise da Revolução de 30. Todavia, nas críticas ao grupo dominante levadas a efeito pelos grupos revolucionários, aponta-se, como um dos fatores mais importantes, o desrespeito à opinião eleitoral durante o pleito de 30.

Liderando o descontentamento popular, Getúlio Vargas, no manifesto de 4 de outubro de 1930, descreve a situação do país como um "infinito saara moral" (...)

"O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político".

Mais adiante, afirma:

"Entreguei ao povo a decisão da contenda, e êste, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer" (11).

Já nesta oportunidade assemelha-se o futuro presidente ao político democrata, como caracterizou Marx (12), o vínculo entre o líder e a ação política estabelece-se a partir dos interesses do povo, o qual, como que outorga o direito de agir em seu nome. A ação política proposta apresenta-se, pois, como a defesa dos interesses dos oprimidos contra os opressores. Algo paternalista, eminentemente política e centralizada na pessoa do líder, êste tipo de liderança populista se adapta às condições urbanas de massificação.

Como fizemos menção no Capítulo I, a Revolução

de 30 teve como consequência primordial o estabelecimento de uma "nova ordem", liderada por setores da burguesia urbana e agrária, que passam desde então a revesar-se no poder, na defesa de interesses contraditórios, com apoio das forças armadas.

Assim, as camadas urbanas concentradas nos centros de maior desenvolvimento industrial passam a compôr a extensa base eleitoral, cujas reivindicações isoladas das origens de classe se transformam nas metas das campanhas eleitorais dos líderes populistas.

Reflete-se tal processo (13), como assinalamos no capítulo anterior, na estrutura do poder local, na redefinição das técnicas de manutenção do poder.

Enfim, a partir de 45, com a normalização do sistema representativo, a relação entre o comportamento político e as normas institucionais estabelece-se em outro sentido. Não mais em desrespeito frontal às normas, mas sim como ajustamento dos interesses concretos às disposições legais. O controle político necessário à manutenção dos grupos dominantes é exercido através de uma trama de relações e interrelações de poder, mantendo, entretanto, a obediência formal às normas.

De resto, a Justiça Eleitoral, criada em 34 e ressuscitada em 45, aplicou-se em aprimorar o processo eleitoral, mantendo disposições anteriores relacionadas a matérias de fundamental importância como o alistamento eleitoral, voto secreto, magistratura especial - não em todos os níveis - legislação relacionada aos partidos políticos, criando-os compulsoriamente nacionais. Houve paralelamente ao zelo desenvolvido nos assuntos relacionados diretamente ao desenvolvimento do pleito, a preocupação de racionalizar o sistema eleitoral, criando a simplificação de várias normas.

Apesar do rigorismo crescente das normas institucionais voltadas ao aperfeiçoamento de nossa democracia constitucional, prevalece no plano do comportamento político concreto a distorção da norma legal através de expedientes práticos de controle efetivo, quer sob a falsa aparência de obediência à norma, quer forçando a criação de novas posturas legais atendendo aos interesses dos círculos dominantes. Neste ritmo, a diversidade entre lei e o comportamento efetivo acentua-se.

A partir do Código de 1950 o sistema de representação proporcional sofre alterações no sentido de, através de um sistema mais perfeito, promover-se melhor representatividade: adota-se para a distribuição de lugares o critério do quociente eleitoral (14) art. 56 e, para a distribuição das sobras - cadeiras não preenchidas com o quociente eleitoral - o das maiores médias (15). Embora tenha sido um avanço no sistema representativo, as medidas adotadas não solucionaram vários problemas decorrentes não da lei, mas da realidade concreta do país. Mister se fazia, portanto, elaborar modificações na lei visando maior objetividade de critérios e validade nas fórmulas, protegendo a regularidade do processo eleitoral, mas que, sobretudo, não alterasse as categorias estabelecidas do eleitorado.

A Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955, alterando os dispositivos do Código Eleitoral promove uma série de medidas atinentes à perfeição do pleito. Suas características principais são: a consideração do voto como obrigatório, o estabelecimento de sanções penais para o seu não cumprimento, prevendo, outrossim, as isenções legais, ampliação da função de juízes eleitorais no julgamento de exclusão de eleitores, estabelecimento da fôlha individual de votação, criação de mesas receptoras em estabelecimentos de internação coletiva e dando outras providências, principalmente, regulamentando a propaganda partidária. Seguiram-se a esta lei, outras, inclusive a nº 2.582 instituindo a cédula única, bem como decretos, regulamentos, resoluções, etc..

O objetivo da legislação eleitoral foi e tem sido nestes mais recentes anos o de racionalizar o pleito, combater a fraude e mesmo através de uma neutralidade jurídica - embora sob pressão - torná-los mais representativos. Vimos quão improdutivos foram os esforços neste sentido nos anos anteriores a 30. Depois de 45 a legislação eleitoral tornou possível a veracidade dos pleitos; todavia, os esforços empreendidos no sentido de institucionalizar uma representação política efetiva através dos partidos nacionais foram baldados. É neste plano, principalmente, que se faz sentir a ação dos grupos dominantes. Todavia, "Para nós brasileiros a natureza dos partidos políticos já não oferece mais problemas (...) eles são pessoas jurídicas de direito público interno, qualidade

que adquirem com o registro pelo Tribunal Superior Eleitoral-Código Eleitoral, art. 132".

A utilização destas "pessoas jurídicas de direito público interno" no sistema representativo brasileiro tem sido, principalmente, congregando setores da burguesia brasileira, mais ou menos diferenciados por interesses concretos no exercício do poder político. Neste sentido os partidos políticos brasileiros têm sua existência garantida, como instituições políticas, justamente pelo papel que desempenham, em contradição aberta ou não, com relação às normas institucionais fixadas em lei, atendendo, contudo, a finalidade de barganha que possibilita ao grupo dominante controle ou revesamento no controle da sociedade política. Em resumo, como diz Singer (16), no Brasil "a estrutura partidária é em parte o resultado do esforço deliberado do legislador a serviço da burguesia industrial, para a qual a democracia representativa é, antes de mais nada, uma projeção, no campo político, da livre concorrência econômica".

Para Prado Kelly, contudo, os partidos nacionais em sua atual organização legal surgem como decorrência do desmoronamento das "coligações provinciais" e do surgimento do estado representativo federal, identificando-se, desta forma, ao modelo federal centralizado, o "jôgo das facções". Assim, "O Estado Liberal reclama o concurso de certos fatores para identificar-se". Um destes fatores seria - como no caso brasileiro - a institucionalização do partido. Todavia, reside na institucionalização do partido um risco bastante acentuado para as próprias instituições do Estado: a medida em que o modelo liberal do Estado entra em crise, o que há é um processo de identificação de partido e classes. Estes podem rivalizar-se às próprias instituições do Estado Liberal e assumir o poder (17).

Assim, conclui o autor, que a forma de impedir o "perigo" citado é manter nos partidos a problemática regional e orientá-los, não para uma correspondência às posições de classe, mas sim aos problemas comunais. Manter a institucionalização em órbita nacional, porém fragmentar interiormente os partidos em torno de problemas comunais, seria a tática correta para assegurar o sistema representativo nos moldes do Estado Liberal e, ao mesmo tempo, impedir a ascensão do proleta

riado ao poder. Está contida, na lição de Prado Kelly, a orientação da política da burguesia no Brasil nestes últimos anos. Por outro lado, demonstra-nos os objetivos implícitos na legislação partidária no Brasil - manter a situação de domínio sob a aparente correspondência às normas institucionais. Conseqüentemente não é a realidade partidária brasileira avêssa aos interesses do grupo dominante. Ao contrário, a pequena aderência entre norma e realidade concreta é o grande fator na conjugação de fôrças que lhe permite manter no centro do poder político a sua posição.

Em realidade a estrutura política partidária brasileira ressent-se, em linhas gerais, dos vícios de sua formação - os quais, como vimos, constituem aspectos positivos na visão de Prado Kelly. Conforme aponta Octavio Ianni (18) estes vícios de formação resultam em dois problemas fundamentais:

1) "Os partidos políticos brasileiros ainda não são efetivamente nacionais a despeito de que o sejam de direito";

2) "êles não se acham estruturados de modo a corresponder às tendências da estrutura de classes em formação".

Os partidos políticos brasileiros surgiram após 45 por fôrça de uma coersão legal que os instituiu de âmbito nacional, e dentro de certas disposições básicas de caráter ideológico (19). Desta forma, a estrutura partidária brasileira serviu de arcabouço institucional para a competição de segmentos da burguesia nacional pelo poder em igualdade de condições, ou seja, sem outros competidores, os quais pudessem constituir em elementos dissonantes - como no caso do PCB arrebatando as massas proletárias - no conjunto dos interesses burgueses em rivalidade pelos favores do poder público e pelo voto popular.

Por outro lado, a defesa da democracia e, principalmente, do capitalismo, veio a constituir, portanto, um vínculo e talvez, o único a ligar os vários grupos políticos na diversidade regional brasileira. Conseqüentemente, os descompassos do processo de desenvolvimento nacional que se refletem nos desequilíbrios regionais se refletem nos partidos políticos comprometendo-lhes a unidade ideológica e obviamente, programática (20).

Felas condições expostas, decorre também o segundo aspecto apontado por Ianni, ou seja, na medida em que os partidos nacionais surgem em atendimento às imposições institucionais para funcionamento do sistema representativo, mas, ao mesmo tempo, em atendimento aos interesses dos grupos dominantes da burguesia brasileira em competição pelo poder, não são eles vinculados às "tendências da estrutura de classes em formação", mas sim, destinados a possibilitar uma política partidária para arrebanhar votos das classes em formação, notadamente das classes populares.

Resumindo, neste trabalho, interessa-nos ressaltar três aspectos principais dos partidos políticos no Brasil:

Em primeiro lugar, a similaridade dos postulados políticos defendidos, os quais se vinculam aos interesses burgueses predominantes na estrutura do poder nacional (21). Todavia, cumpre reconhecer certas diferenciações entre os partidos, as quais têm cunho especialmente regional (22). A emergência de tais diferenciações coincide com o agravamento das contradições sociais na sociedade brasileira ao longo dos anos de 45 a 64, e com a formação de um movimento de esquerda. Assim, poder-se-ia apontar como constituindo um grupo basicamente conservador e elitista, partidos como PSD, UDN, PR e PL. Do outro lado, os partidos tipicamente populistas, como PTB, PTN e PSP. Constituíram caso especial, partidos como PSB e outros grupos políticos de esquerda, como POLOP, PC, PCB, etc..

Em segundo lugar, na medida em que os partidos políticos brasileiros surgem para atender às exigências de um sistema representativo - que, conforme indicamos, destina-se a possibilitar a competição pelo poder ou favores do Estado, por parte de setores da burguesia nacional - o aparelhamento e linha de ação de tais organizações políticas orientam-se no sentido de arrebanhar os votos das camadas populares, principalmente aquelas eleitoralmente mais significativas pelo índice de alfabetização, que se concentram nos centros urbano-industriais. Como dissemos acima, a política partidária nestas circunstâncias é elaborada para uma realidade política em rápido desenvolvimento industrial, e não emergente da atividade política das classes em formação (23).

Em resumo, os partidos são, pois, no Brasil, quer

nas linhas de ação seguidas, quer nas perspectivas apontadas para os problemas nacionais, facetas da ideologia burguesa no Brasil e, como tal, estão obviamente ligados aos interesses da burguesia dominante. É ainda, como subproduto da estrutura do poder, não importa, regra geral, o aspecto reformista de seu ideário, destinam-se, em última instância, a manter o statu quo.

Neste sentido, os partidos trabalhistas, por exemplo, objetivam a aglutinação das massas operárias segundo certos expedientes fundamentalmente práticos: a vinculação das massas a um determinado líder que passaria, portanto, com o apoio do contingente eleitoral, a exercer pressões sobre o Estado, considerado basicamente assistencial, paternalista. As lutas e reivindicações operárias, desta forma, desviar-se-iam das relações intrínsecas do sistema capitalista em fase de expansão para se concretizar em exigência de favores estatais. Obviamente, em que pese à "destinação" operária de tais partidos o objetivo colimado na praxis é submeter o proletariado urbano a esquemas alienatórios, constituindo-se desta forma, as massas urbanas no contingente eleitoral básico à sustentação da estrutura do poder. Embora por natureza ligados ao Brasil urbano, industrial, isso não impede aos partidos trabalhistas assumirem, em algumas ocasiões ou regiões, posições as mais conservadoras. A antinomia, partidos conservadores elitistas e partidos trabalhistas, não corresponde, portanto, a linhas de ação, apesar das circunstâncias históricas de surgimento dos partidos trabalhistas (PTB, PTN, PST e MTR).

Num panfleto publicado em 1950 (24), tornam-se explícitas as diretrizes do trabalhismo brasileiro e em especial as do PTB. Pretendem tornar efetivas e concretizadas as "conquistas da legislação social", ou seja, a institucionalização das forças produtivas através de categorias burguesas. O objetivo do trabalhismo é a organização da sociedade de tal forma que se assegure a crescente eliminação da "usura social" compreendida como "exploração do homem pelo homem". A solução do que Marx situa como raiz do capitalismo e designa pelo conceito de "mais valia", para o trabalhismo brasileiro é apenas uma questão de "boa vontade". Esquiva-se de enfrentar o problema das relações de produção no sistema capitalista, abrindo alternativa dentro do próprio sistema,

através de mobilidade pessoal. Neste receio em enfrentar o problema e, principalmente, nas alternativas abertas, encontra-se o pacto firmado da burguesia nacional e trabalhismo.

O PTB, enquanto doutrina, considera-se uma doutrina social e, quanto aos meios de procedimentos, uma técnica econômica que se distancia do socialismo. É "politicamente o trabalhismo é um movimento de opinião tendente a obter a consecução de seus objetivos através dos poderes do Estado" (25). Os objetivos da classe operária, portanto, passam a ser reivindicados frente ao Estado, cuja função precípua, segundo o trabalhismo, "é a realização da justiça social" compreendida como equitativa distribuição de riquezas, mediante a participação de cada um no acervo dos bens produzidos, de acôrdo com o valor social de seu trabalho. Depreende-se pois, que os ideais operantes do trabalhismo seriam justiça social, e, através dela, a distribuição de renda pela valorização do trabalho e reinvestimento dos excedentes. Tudo dentro dos preceitos constitucionais do Estado Democrata <sup>liberal</sup> Burguês. Ao operário seria oferecida possibilidade, nesse mecanismo de Estado burguês assistencial, de ascender na escala social, não como classe, evidentemente, mas individualmente através da intensificação do processo de mobilidade social pela elevação do poder aquisitivo.

Embora figurem iniciativas como a criação de um fundo social de financiamento para as classes trabalhadoras e pequenos proprietários, embora figure o respeito pela sindicalização, até mesmo incentivo à organização do proletariado, não se destina o PTB a representar o proletariado como classe. Destina-se a mantê-lo organizado de acôrdo com os ideais burgueses, que são, em essência, os ideais do partido.

Os demais partidos trabalhistas têm a mesma linha do PTB, contudo, se alguma diferença houver, é de atenuação de agressividade. Assim, o PTN propõe, como linha de ação, dignificar o trabalho num regime de dignidade democrática e de respeito à dignidade da pessoa humana, de forma a se obter o bem estar da coletividade nacional, com o desenvolvimento econômico equilibrado num ambiente de justiça social e viva consciência brasileira como figura nos estatutos do partido (26).

O PRT, antigo partido republicano trabalhista e depois rural trabalhista, pretende representar os interesses da pecuária e agricultura, contra a política de desinteresse rural e defender a reforma agrária só depois do Estado ter garantido o trabalho no campo. Trata-se de um partido em defesa não do operário agrícola, mas dos proprietários agrícolas (27).

O MTR (28) e PST (29) são linhas dissidentes do PTB, o segundo mais agressivo que o primeiro e o Movimento com toda característica de política de classe média, preocupado com a moralização política.

O intermédio, entre o trabalhismo e os partidos da burguesia conservadora, o PDC (30), pretende ser um partido renovador dentro da linha da burguesia esclarecida. Se o compararmos com o PSP e UDN, é um partido quase revolucionário, todavia é conservador (31). Sua linha de inspiração é o capitalismo, não alterando as condições básicas da exploração, mas permitindo adaptações que visam, sobretudo, a criar efeitos psicológicos e satisfazer as exigências da burguesia ligada ao processo de racionalização de produção. É um partido ligado ao desenvolvimento, o que não impede compreendê-lo como conservador. Pretendendo apoiar e responsabilizar mais o governo local e grupos sociais (família, escola, sindicato, cooperativas, empresas), sugere a formação de uma pluralidade de centros de poder e decisão o que conduziria a um equilíbrio de forças e a uma democracia mais autêntica. Muito já se falou do utópico sistema de equilíbrio de forças e já se mostrou a pouca validade do esquema que termina por incrementar a formação de núcleos de poder econômico e a formação de clãs políticos, acentuando o poder das atuais elites.

O partido define nos estatutos e em outros documentos (32) os pontos básicos da posição assumida: a democracia cristã constitui-se numa terceira força, distinta do liberalismo e do marxismo, e "luta pela instauração de uma ordem social que realize a justiça sem destruir a liberdade", através de um programa de conciliação entre propriedade privada e interesse social. O partido é reformista por natureza. Na XIXª Convenção Nacional, em Curitiba, foi aprovado um programa base, do qual fazem parte a reforma agrária, a lei anti-truste, a reforma da estrutura de empresa, o municipalismo,

reforma e defesa da legislação trabalhista, descentralização administrativa, moralização dos pleitos. Em outra convenção, na Guanabara, em 1962, figuram, além dos pontos já fixados, outros tais como: nacionalismo, lei da remessa de lucros, reforma constitucional, difusão das empresas estatais e outros.

Enfim, o ideário do partido "afirma como geral o que é a possibilidade de pessoas isoladas na fase de formação do capitalismo industrial" (33) como bem o demonstra uma das linhas de ação que é a "transformação do proletariado em proprietário", criando condições de retardamento do processo de luta de classes, embora não alterando em essência, a natureza do sistema vigente.

Em resumo, podemos considerar os partidos políticos brasileiros, no tocante ao segundo aspecto anteriormente citado, como grupos de interesse ideologicamente orientados, no sentido da manutenção do statu quo. Como discutimos, embora sem a pretensão de estabelecer uma análise final - o que nem nosso trabalho comportaria - mesmo os partidos intitulados "trabalhistas" escapam a esta orientação básica.

Finalmente, constitui aspecto importante na estrutura dos partidos políticos brasileiros especialmente daqueles acima indicados "trabalhistas" a linha de ação política na formação de um contingente eleitoral urbano. Como fizemos menção, o expediente básico para consecução de tal objetivo, utilizado por estes partidos, é o estabelecimento de um vínculo basicamente político entre o chefe político ou o líder e o eleitor, componente da massa. Tal vínculo, nas condições especiais em que se estabelece, constitui aspecto essencial do populismo que caracteriza o comportamento político das massas urbanas nos centros industriais do Brasil.

No populismo, a ligação entre o líder e a massa é a própria imagem do líder a quem se atribui capacidade de "resolver problemas". Esta capacidade geralmente substitui até certo ponto o pensamento ideologicamente orientado; contudo, a mensagem do líder populista dirigida ao povo em poucos aspectos difere dos sistemas de ideais operantes dos partidos políticos brasileiros. No mesmo plano em que os partidos políticos propõem soluções com o fito de ganhar popularidade sem atentar seriamente para a origem estrutural de cer-

tos problemas, o líder populista também aliena as condições sociais concretas, dirigindo-se sempre ao povo considerado como realidade uniforme e ahistórica.

Weffort, analisando esta tendência característica das áreas mais industrializadas, distingue-a do coronelismo, identificando coronelismo como a relação entre o chefe e seguidor circunscrita "aos limites sociais e econômicos sob o domínio do senhor rural; deste modo estes contactos são apenas uma dimensão inseparável da dependência social geral do eleitor, não se constituindo, portanto, uma vinculação plenamente política" (34). Já no populismo, para o mesmo autor, "a adesão da massa ao líder, supõe que os indivíduos estão livres de qualquer forma de coerção econômica e social daquele tipo (específico do coronelismo), a relação política é essencial em todos os casos e freqüentemente é a única" (35).

Em ambas as manifestações - populismo ou coronelismo - o personalismo político foi e é a constante. Neste sentido, o sistema de ideais operantes dos partidos vinculase à expressividade do líder e à sua capacidade de vencer no jogo pela dominância política. Este traço personalista que caracteriza nossas eleições ultrapassa as disposições regimentais e estatutárias dos partidos políticos, bem como ultrapassa os esforços da justiça eleitoral no sentido de racionalizar o processo político brasileiro. Em resumo, é a figura do líder populista que, regra geral, empresta significado ao comportamento eleitoral brasileiro (36). Como dizia Afonso Arinos, "nas cidades a população vota nos chefes e no interior, com os chefes" (37).

A proeminência do traço pessoal sobre as disposições estatutárias, bem como sobre as de caráter ideológico, é fenômeno essencial na compreensão do comportamento político em Rio Claro. Aliás, já mencionamos este aspecto no capítulo anterior. Dizíamos naquela oportunidade que o grupo dominante local se organiza no sentido de estabelecer vínculos políticos necessários com as cúpulas partidárias nacionais e estaduais, e, ao mesmo tempo, corresponder em certo sentido, às expectativas do eleitorado local que, embora conservando expectativas tradicionais, é de certa forma sensível à propaganda política de massas e, portanto, às lideran-

ças populistas.

Neste sentido, refletem-se no comportamento político local as características apontadas para a estrutura partidária brasileira. Assim, o comportamento político local pauta-se em certa medida pelas disposições institucionais, bem como pelos mecanismos efetivos de controle político vigentes nos centros industriais do país e, finalmente, corresponde às tendências tradicionais presentes no eleitorado local.

Em outras palavras, em Rio Claro, onde, como vimos, opera-se lentamente a transição agrário-industrial, a ressonância da ordenação político-institucional exerce uma certa pressão orientadora no comportamento político no sentido de uma racionalização no estabelecimento dos vínculos entre cidadão e Estado, bem como na constituição e funcionamento dos partidos políticos. Portanto, formalmente são obedecidos os estatutos dos partidos e igualmente os programas de ação. Mas, por outro lado e, principalmente, registra-se a ressonância local das formas de relacionamento político que se mostraram eficientes na sociedade urbana industrial, em relação ao controle político de massas, embora redefinidas às condições locais. Assim, observam-se, igualmente em Rio Claro, certas praxes políticas aproximadas ao populismo. E, finalmente, no comportamento político em Rio Claro permanecem as formas de controle pré-existentes na sociedade rural tradicional, as quais se mantêm eficientes para a consecução dos objetivos e interesses concretos do grupo que detém o poder.

Conseqüentemente, o comportamento político concreto em Rio Claro, obedece aparentemente às disposições institucionais legais, registrando-se porém entre êste e aquelas disposições um desvio sistemático compôsto pelos mecanismos efetivos de controle político, os quais, possibilitam atendimento mais perfeito aos interesses concretos do grupo dominante.

Regra geral, os partidos políticos animam-se como organismos de arregimentação política sômente quando representam possibilidade institucional para a ascensão ao poder. Naturalmente ao falarmos de partidos referimo-nos não só estatuto legal, mas sim ao organismo social dominado pe-

lo grupo dominante ou a êle servindo de instrumento. Êste momento é o período - às vêzes dois ou três meses - que antecede às eleições. Nos centros urbanos as eleições assumem características de uma grande promoção publicitária, recorrendo os candidatos à tôdas as técnicas de propaganda aplicáveis. Em cidades como Rio Claro, em transição lenta para a industrialização, mesclam-se, como já dissemos, as formas de propaganda utilizadas nos grandes centros industriais com as técnicas ligadas ao meio tradicional. Em princípio, portanto, a eleição municipal é uma rivalidade entre amigos e conhecidos, na qual, para vencer, tanto amigos como conhecidos, utilizam-se dos mais diferentes recursos de propaganda. Neste ambiente, o partido como organização política pesa muito pouco. Mais importante é a figura do concorrente, os recursos que êle usará para mostrar que êle e seu partido representam a melhor escôlha. Assim, centralizada nas pessoas e não nos partidos pròpriamente, a eleição municipal adquire significado principalmente na disputa pelo executivo: o candidato a prefeito é a grande vedete. Ninguém lhe arrebatam as palmas ou o brilho; tampouco, ninguém é mais visado que êle ou êles para as críticas.

Até êste ponto, portanto, o partido passa a se constituir a partir de seu candidato ao executivo: seu ideário, seu programa, seu sentido nacional, como pretendem as leis, fica relegado a segundo plano; o candidato a prefeito definí-los-á de acôrdo com as exigências locais, que não são outras senão as condições criadas pelos seus opositores. Nestas condições compreende-se a permeabilidade dos partidos políticos às condições sociais emergentes.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, em 1959, ano em que iniciamos a pesquisa para êste trabalho, competiram pela preferência eleitoral em Rio Claro, um descendente de família tradicional da cidade e um cidadão de indústria local. Em tôrno dêste último concentraram-se as preferências dos círculos dominantes locais, os quais cultivavam esperanças de que êste elemento, uma vez eleito, impulsionasse a industrialização de Rio Claro. Os resultados eleitorais asseguraram ao capitão de indústria a vitória. Teve êle capacidade para dividir as opiniões conservadoras, criando rivalidades e, ao mesmo tempo, criando, com títulos endos

sados, fidelidade em grupo bem grande de "engavetados" (38). Exerceu seu mandato até 1962, quando foi eleito para a Câmara Federal.

O período que se segue caracteriza-se por uma luta entre antigas correntes políticas aliadas do poder em 60 e as que a êle ascenderam naquele ano. Nestas circunstâncias, vários fatores, alguns exteriores à área propriamente política, contrabalançavam as opiniões; e pesavam as possibilidades de alternativas para candidatura aos cargos eletivos municipais em 63. Nos parágrafos seguintes, faremos rápido exame destes fatores, aos quais voltaremos, forçosamente, quando examinarmos as técnicas de manutenção de poder, dentre as quais situamos as campanhas e propagandas.

Em 1962 foi eleito, para govêrno do Estado, Ademar de Barros, e, conforme indicamos no capítulo anterior, o PSP, partido do então governador do Estado, contava com a tendência governista durante as eleições municipais de 1963, em Rio Claro.

Ao PSP com o trunfo governista, opunham-se o PL e PDC, partidos em oposição estadual. Um dos chefes do PDC, deputado estadual por Rio Claro e de grande importância na conjuntura política local, tinha relações com o grupo do industrial, cuja candidatura apoiou, embora êste se candidatasse por outra legenda. Os partidos coligados (PL-PDC) lançaram nomes de políticos locais que se sobressaíam na legislatura anterior. A vantagem em contralalançar o governismo estava em que ambos os elementos se caracterizavam por ser bastante populares em Rio Claro, ao mesmo tempo que, embora de recursos, eram pessoas não ligadas às classes tradicionais; o PSP tinha como fundamento a ligação Rio Claro-Govêrno do Estado, não somente o "ademarismo" de alguns membros de seu diretório, mas, principalmente, relações de amizade entre o chefe do PSP local - político antigo e da família mais tradicional - com o ex-governador. Êste fato, foi visto como a "volta dos políticos tradicionais na política rioclarense" o que para as classes não-tradicionais era bastante negativo.

Os demais partidos que concorreram ao pleito (PSD, PR, PTB, PTN, MTR, UDN e PSB) tiveram suas opções em relação a candidatos motivadas não somente pela situação local, mas também pela repercursão do movimento operário sindi

cal na esfera nacional influenciando em greves em Rio Claro. Em função do clima nacional, as cúpulas partidárias, compostas por elementos já apontados como pertencentes aos grupos que detêm o poder em Rio Claro, tomaram decisão com relação aos nomes indicados.

Nesta tomada de decisão a Maçonaria - reunidas as duas lojas - teve papel ativo: a organização, como nos informaram vários entrevistados, "pretendia renovar os quadros da política rioclarense, elegendo bons elementos, capazes, etc." Mas a organização "teve por princípio aplicar a democracia e eliminar as pessoas com propensão ao comunismo de qualquer entidade". Neste esforço de democratização, organizou-se a Maçonaria em partido político, o PR "partido conservador mas com idéias republicanas avançadas" e de certa forma foi lembrado um nome com condições de vencer os demais esquemas: um autêntico coronel de cidade, parente do antigo chefe republicano histórico. A indicação deste nome não foi oficial pela Maçonaria, correndo por conta de representação popular. Em torno dele reuniram-se: PSD, PTB, PTN e PSB. Os demais partidos, MTR e UDN, escolheram candidatos de seus próprios quadros. Embora a coligação PSD, PTB, PTN e PSB existisse para a candidatura de prefeito, o PTB e PTN apresentaram candidatos para a vice-prefeitura, o que fez também o PR.

Nestes fatos, sumariamente relatados, torna-se clara a relação evidenciada no capítulo anterior, entre partidos políticos e os grupos dominantes em Rio Claro. Em realidade, a extensão de controle não se limita a política de bastidores, como no caso da Maçonaria em 1963, é atuante e dominante. Nestes termos as instituições políticas - no caso, partidos - tornam-se instrumentos de poder da classe dominante.

Assim, o sistema partidário submetido ao ordenamento jurídico legal passa a se constituir em mecanismo hábil para controle social a ser trabalhado pelo grupo dominante, já que implícitamente ao sistema, o ordenamento legal fôra planejado para atender aos interesses de dominação. Portanto, a partir do momento em que o sistema partidário se coloca como possibilidade de controle, a inventiva da classe dominante volta-se para torná-lo hábil aos fins por ela de-

sejados. É neste momento que os partidos têm de se tornar permeáveis às condições sociais concretas. Neste esforço da estrutura de poder, o sistema partidário brasileiro torna-se seu instrumento na mistificação dos interesses de classe.

Nas eleições de 1963, em Rio Claro, o processo indicado acima pode ser demonstrado em três etapas diferentes: primeiro, pela composição em classes e profissões dos candidatos; segundo, na forma pela qual os candidatos são escolhidos e na preocupação e critérios dos partidos na escolha destes candidatos; terceiro, na comprovação pelos resultados eleitorais e na forma como são de certa maneira "preparados" estes resultados a fim de se assegurar os objetivos previstos.

A composição profissional e de classes - que está implícitamente compreendida na primeira é fator importante na penetração <sup>popular</sup> de um partido. Em 1962 este fato foi notado por analistas do processo eleitoral em vários Estados da Federação, sendo mesmo que em alguns Estados certos partidos davam preferência pela indicação da profissão do candidato à própria legenda partidária (39). A possibilidade de que tal procedimento signifique índice de racionalização mais elevado faz sentido quando a profissão do candidato está em relação às atividades que vai exercer em seu mandato, por exemplo: engenheiro, administrador de emprêsas, para o cargo executivo, etc.. Outra possibilidade é a tão falada representação profissional mal experimentada em 34, mas que não tem hoje significado tão importante. Todavia, tais hipóteses foram por nós afastadas com relação ao legislativo rioclarenses, tendo em vista depoimentos dos próprios dirigentes partidários: o procedimento tem por objetivo, na maioria dos partidos conservadores, em Rio Claro, torná-los de livre trânsito no contingente operário, que é o maior veio eleitoral do município. Assim, as preferências recaem sobre operários ou pequenos comerciantes ligados à classe e profissões de classe média, viajantes comerciais, bancários, técnicos em contabilidade e uma série de profissões assalariadas.

As tentativas de enquadramento dos candidatos em categorias profissionais, entretanto, merece uma observação: aqui consideramos não somente a profissão - título profissional - como, principalmente, atividade profissional de-

envolvida pelo indivíduo para localizá-lo em determinado nível. Isto pôsto, os níveis arbitrários que figuram no quadro abaixo representam o ajustamento entre estas duas variáveis e têm significado não exclusivo de escalonamento profissional. Procuramos adaptar êste escalonamento ao consensus sobre profissões e atividades profissionais na comunidade, o que nos foi possível testando o escalonamento em entrevistas formais e informais.

QUADRO I : Candidatos ao Legislativo em 1963 e Profissões.

P R O F I S S Õ E S	P A R T I D O S	
	PTB-PTN-PSB MTR	PSP-PSD-PDC PL-UDN-PR
<u>NÍVEL 1</u> Profissões liberais, industriais, grandes comerciantes, etc.	3 - 5,6%	25 - 19%
<u>NÍVEL 2</u> Funcionário público, comércio de imóveis, técnicos.	16 - 30%	61 - 48%
<u>NÍVEL 3</u> Pequeno comércio, semi-especializa ção, artífices	5 - 9,4%	22 - 17%
<u>NÍVEL 4</u> Operário, funções assalariadas	29 - 54%	18 - 14%
TOTAL DE CANDIDATOS: 179, sendo:	53	126

Os dados possibilitam as seguintes afirmações:

a) As profissões de nível 3 e 4, que correspondem a escalonamento inferior no consensus da comunidade, atingem número significativamente menor nos partidos conservadores, que naqueles ditos trabalhistas; a representatividade de todos os grupos <sup>profissionais</sup> torna-se desta forma aparentemente mais democrática, nestes partidos que nos demais, fator utilizado em campanhas explorando o sentido democrático de tal procedimento. Por outro lado, a representação operária nestes partidos teve como finalidade arrebanhar determinado número de votos para os partidos e não propriamente, para o candidato: "eram Joana D'Arc, iam pr'á fogueira salvar a pátria do partido".

b) As profissões de nível 2 e 1, correspondendo a escalonamento alto e médio no consensus, representam o grosso da representação profissional, sendo que nelas figuram elementos ligados à política sindical, porém não ligados aos partidos trabalhistas.

Estas incoerências <sup>subjacentes</sup> ao quadro indicam que na tentativa de ganhar penetração no eleitorado, tanto os partidos conservadores convidam candidatos ligados às classes operárias, como por outro lado, os partidos trabalhistas procuram emprestar às suas chapas de candidatos, o cunho de ligação profunda à classe. Desta forma, a profissão do candidato é fator de popularidade para o partido. Considerando-se que as cúpulas partidárias - mesmo nos partidos trabalhistas - são compostas por profissionais liberais ou outras profissões de igual conceito, temos que as profissões dos candidatos de determinada chapa são elementos importantes no manejo de aspectos a tornarem os partidos políticos e, conseqüentemente, o sistema partidário, instrumentos favoráveis aos desígnios do grupo dominante.

Com relação à classe social dos candidatos, o quadro de profissões pode servir para algumas primeiras e rudes inferências - predominam elementos <sup>de classe</sup> média e média-alta não tradicionais, entre os candidatos a cargos do legislativo, enquanto entre os candidatos ao executivo predominam elementos tradicionais. Os elementos de classes mais baixas são geralmente "convidados" a fazer parte das chapas, enquanto os de classe média e níveis elevados são "indicados". No "convite" está implícito a não participação do elemento nos círculos de amizade ou político dos chefes partidários, enquanto na "indicação" dá-se o contrário. Esta diferenciação nos conduz à consideração do segundo aspecto, apontado como indicativo <sup>da trama</sup> de mecanismos efetivos de controle político social, desenvolvidos pelo grupo dominante a fim de tornar o sistema partidário um instrumento de seu controle: a forma pela qual os candidatos são escolhidos e os critérios dos partidos nestas escolhas.

Antes de entrar na consideração deste aspecto, algumas observações, relacionadas ao encaminhamento desta parte da pesquisa, devem ser feitas: embora o número total de candidatos ao legislativo no pleito municipal de 63 fôsse

179 pessoas, era para nós impossível, com os recursos de que dispúnhamos, entrevistar a todos. Foi levantada uma amostra (40) de 80 pessoas, as quais foram visitadas e destas nos foi possível formalizar 55 entrevistas. Os restantes 25 impedimentos - salvo casos de morte ou mudança, pouco numerosos - foram bastante significativos, embora não tenha sido possível formalizar a entrevista (41). Os dados apresentados no correr dêste capítulo referem-se, portanto, aos 55 candidatos ao legislativo, entrevistados. No que respeita aos candidatos ao executivo - dez elementos - foi possível entrevistar todos. Em três casos - dois de morte e um de mudança do município - já dispúnhamos de entrevistas anteriores com tais elementos, entrevistas, estas, realizadas para investigação da estrutura de poder em Rio Claro, as quais puderam ser aproveitadas.

Em Rio Claro, em 1963, dez partidos concorreram às eleições, sendo que nove apresentaram candidatos a prefeito e o décimo - PR - apenas ao cargo de vice-prefeito.

Quanto à escôlha para a vice-prefeitura não é tão importante; contudo é preciso harmonizar bem as duas figuras. Geralmente, combina-se um homem de idade, ou como soi dizer-se "um homem de experiência administrativa" com outro de igual ou menor "experiência administrativa". Harmonizam-se partidos, ou, simplesmente, "personalidades". Dois partidos, em Rio Claro, não apresentaram candidatos à vice-prefeitura, embora o fizessem para a prefeitura - UDN e MTR.

A escôlha do candidato para os cargos executivos é, portanto, a mais importante decisão dos partidos; entretanto, não são os nomes lembrados em convenção e muito menos em reuniões de diretório: são nomes lembrados em rodinhas de bate-papo, em conversas informais, das quais muitas vêzes saem os elementos com incumbência de convocar reunião do diretório para "indicar" fulano; ora, quando a palavra "indicação" é utilizada significa que não só a pessoa em causa já foi consultada, como também, ja aceitou. É claro que as exigências formais, convenção, reunião de diretório, etc., são praxes seguidas posteriormente.

Os fatores que, ao entender das cúpulas partidárias, garantirão a vitória do candidato, são pesados neste primeiro processo de escôlha; o partido, que então depende dos resul-

tados conseguidos pela pessoa do candidato, aprimora a análise das possibilidades eleitorais do escolhido. Fatores como classe, popularidade, recursos, conceito na cidade e na <sup>zona</sup> rural e outros tantos são devidamente pesados. Sendo os integrantes das cúpulas partidárias elementos com interesses semelhantes (interesse no controle político social pelos bastidores), sendo aproximadamente da mesma classe e, conseqüentemente, tendo uma perspectiva mais ou menos comum do processo em causa, os candidatos escolhidos mantêm, entre si, alguns traços semelhantes, alguma homogeneidade. Claro que são às vezes escolhidos elementos como "protesto" (42). O sentido do protesto está justamente nas diferenças entre o elemento escolhido e os demais concorrentes. O quadro abaixo demonstra algumas das afirmações:

QUADRO Nº II : Candidatos ao Executivo em 1963 - Base 10

CARGOS PARTIDOS VOTOS	C L A S S E					IMPEDI MENTOS	TOTAL
	TRADICIONAL		NÃO TRADICIONAL				
	alta	média alta	alta	média alta	média		
Prefeito							
PSD-PTB-PTN	1	-	-	-	-	-	1
PSB: 6.989							
MTR: 3.157	-	-	-	-	1	-	1
PSP: 2.702	1	-	-	-	-	-	1
UDN: 2.452	-	1	-	-	-	-	1
PL-FDC 3.256	-	1	-	-	-	-	1
Vice-Prefeito							
PSP: 1.809	-	-	-	1	-	-	1
PTB: 3.383	-	-	-	1	-	-	1
PR: 2.916	-	1	-	-	-	-	1
PTN: 2.058	-	-	1	-	-	-	1
PL-FDC 6.744	-	-	1	-	-	-	1
T O T A L	2	3	2	2	1	-	10

Como afirmamos alhures, a escolha de elementos do executivo recai sempre sobre elementos de classe tradicional média ou média-alta, sendo que para a vice-prefeitura, elementos de classe não-tradicional, desde que profissionais liberais, como são os casos em pauta ou, ainda, que sejam <sup>em</sup> pessoas ligadas às classes tradicionais. O único caso que não se aplica a regra foi o tipo da candidatura "protesto".

Afora estas semelhanças de classe, outras podem ser traçadas: os dois candidatos ao executivo, de classe tradicional, são também dois políticos tradicionais. O primeiro está na política rioclareense desde 1929, quando foi indicado pelo diretório do Partido Republicano Histórico para substituir o Coronel Marcello Schmidt que falecera naquela época. Bem depressa aprendeu a técnica do político democrata, como diz Marx: "a falar em nome do povo" a conciliar os interesses da área urbana e rural, a se fazer amigo do povo. "Sempre tive vocação de ser útil à coletividade", disse-nos êle. É amigo de todos, a todos cumprimenta, faz visitas às fazendas, é padrinho de casamentos. Por seu intermédio foram convidados vários operários para concorrerem no pleito de 1963. O segundo, um padre ligado pelo confessorário e sacristia, è família do capitão de indústria, prefeito em 1960. Disse-nos êle que a própria indicação do antigo prefeito passou pela sua aprovação "eu achei que êle não dava p'ra coisa, mas êle era um bom menino apesar de ciumento, depois eu continuei ajudando no que podia. Dava conselhos, indicava nomeação para a prefeitura, dizia o que devia ou não fazer, depois parei..." Tanto o primeiro candidato quanto o segundo estão na política de Rio Claro, há, pelo menos, 25 anos - época em que o padre veio para a cidade.

Os dois candidatos a prefeito de classe média alta tradicional, têm também, semelhanças: um é dono de um colégio local, família abastada, pessoa tida como "cultura". O segundo, descendente de um dos primeiros industriais locais. Ambos têm, em comum, a agressividade política no jornalismo e em outras atitudes públicas, a descendência imigrante que os situa em um grupo específico das classes tradicionais; são ambos elementos da elite de poder local, foram sucessivamente amigos e inimigos do capitão de indústria, ambos desenvolvem um tipo específico de política de clientela: um entre seus alunos e leitores, outro nos bairros operários da cidade.

Os candidatos a vice-prefeito constituem grupo mais diferenciado; todavia têm traços em comum: a situação de classe, participação em associações - principalmente em diretorias - penetração em grupos operários, quer como advogado trabalhista e membro do PTB, quer como fundador de asso

ciação de operários aposentados. Com exceção de um sòmente, são todos políticos antigos e "experimentados", como se diz; contudo, a vitória coube àquele indicado pelo deputado estadual de maior penetração na região de Rio Claro.

Escolhidos os candidatos para o executivo, põem-se os partidos à caça de candidatos para o legislativo. Este momento é também, decisivo - dêle dependerá não sòmente o resultado final da legenda, como também possibilitará a existência ou não de um ponto de apoio na Câmara para os diferentes sub-grupos dos círculos dominantes em Rio Claro.

O processo, todavia, difere um pouco da criteriosa escôlha de candidatos para o executivo. Duas ordens de fatores contribuem para esta diferença: a primeira, de ordem institucional, é a existência de vários partidos pouco diferentes entre si, o que exigia para um partido a apresentação de uma chapa completa de 25 membros, em Rio Claro; ora, multiplicando-se êste número pelo de partidos concorrentes, em 1963, temos o resultente, elevado, de 250 elementos, o que impossibilitava, segundo as pessoas entrevistadas, escôlha mais criteriosa: "a senhora sabe que em Rio Claro, em quese tôda a esquina havia um candidato a vereador? Era impossível a gente escolher melhor, os partidos nem escolhiam, caçavam, pegavam candidatos". A outra ordem é a da necessária permeabilidade do partido às condições sociais concretas: a escôlha deveria recair sôbre elementos de tôdas as classes, de tôdas as profissões para emprestar às organizações partidárias o caráter democrático ou melhor, o sucesso eleitoral. Em outras palavras, para o partido conseguir votos de tôdas as classes, principalmente em eleições municipais tem que escolher elementos de tôdas as classes.

A primeira resultante destas duas ordens de fatores é o desaparecimento dos ideais partidários; êstes, contudo, existem apenas em papel, ou como nos afirmou um candidato "no âmbito municipal êstes ideais não contam, porque a função é meramente administrativa". Entretanto, os ideais não desaparecem nas campanhas - como veremos em outro capítulo - são apenas representados pela diretriz "ideológica" do candidato a prefeito; e, inclusive, podem ser apresentados como o slogan "menos idéias e mais administração".

A escôlha dos candidatos a vereadores resulta

QUADRO Nº III: Legislativo: Eleitos, Suplentes, 1º e 2º Grupos

PARTIDOS E VOTOS	C L A S S E S								IMPE DIMENTOS	FORA DA AMOSTRA	T O T A L	
	TRADICIONAL				NÃO TRADICIONAL							
	ALTA	MEDIA ALTA	MEDIA		ALTA	MEDIA ALTA	MEDIA	MEDIA BAIXA				OPERARIA BAIXA
- P S P -												
Eleitos: 312 a 287	1				1	1						3
Supl.: 241 a 181	1				1	1						3
1º Grupo 158 a 55		1	1									10
2º Grupo 54 a 8									1	8		9
- P T B -												
Eleitos: 1003 a 334					1			1				2
Supl.: 105 a 95						1		1				2
1º Grupo 83 a 38								1	1	3		5
2º Grupo 29 a 3								1		4		5
- P S D -												
Eleitos: 279 a 238							1	1				2
Supl.: 177 a 159							1	1				2
1º Grupo 109 a 36							1			7		8
2º Grupo 25 a 1									1	7		8
- P D C -												
Eleitos: 393 a 248				1	1					2		4
Supl.: 242 a 254		1					1	1		1		4
1º Grupo 150 a 62										6		8
2º Grupo 60 a 0										7		8
- M T R -												
1º Grupo 150 a 13									1	3		4
2º Grupo 3										3		4
- P R -												
Eleitos: 348 a 213					1	1						2
Supl.: 152 a 151		1			1	1						2
1º Grupo 148 a 77					1	2				5		8
2º Grupo 64 a 14			1			1				5		7
- U D N -												
Eleitos: 522 a 272						1	1		1			2
Supl.: 238 a 166						1	1		1			2
1º Grupo 69 a 33							1		1	5		7
2º Grupo 30 a 0									2	5		7
- P T N -												
Eleitos: 379							1			1		1
Supl.: 205												1
1º Grupo 87 a 43							1			4		5
2º Grupo 41 a 1							1		1	3		5
- P L -												
Eleitos: 484 a 306		1			1			1				2
Supl.: 203 a 173					1			1				2
1º Grupo 163 a 31							1		1	6		8
2º Grupo 23 a 1							1		1	6		8
- P S B -												
Eleitos: 248												1
Supl.: 187 a 103									1	2		2
1º Grupo 159 a 41									1	6	1	8
2º Grupo 39 a 8									5	3		8
T O T A I S	2	4	2	1	10	19	8	9	25	99	179	

QUADRO Nº IV : Partidos e Eleitorado Rioclarense - 1963 - Legislativo

PARTI DOS	CANDI DATOS	VOTOS	% vo- tação s/ o total	Eleitos e Suplen- tes imediatos		G R U P O I		G R U P O II				
				Nº VOTOS	%s/P	Nº VOTOS	%s/P	Nº VOTOS	%s/P			
P S P	25	2885	16,5	6	1256	43,5	9	1046	36,2	9	334	11,4
P T B	14	1975	11,3	4	1525	77,2	5	330	16,7	5	105	5,3
P S D	20	1461	8,2	4	853	58,4	8	427	29,2	8	80	5,4
P D C	24	2894	16,6	8	1952	67,5	8	720	24,9	8	218	7,5
P R	19	2121	12,1	4	864	40,7	8	787	37,2	8	326	15,4
U D N	18	1592	9,1	4	1198	75,3	7	291	18,3	7	101	6,4
P T N	12	1057	6,0	2	584	55,3	5	332	31,4	5	140	13,2
P L	20	1813	10,4	4	1166	64,2	8	564	31,1	8	83	4,5
P S B	19	1363	7,8	3	608	44,6	8	595	43,6	8	160	10,9
M T R	8	225	1,2	-	-	-	4	209	93,7	4	11	4,8
10	179	17386	99,2	39	10002	52,7	70	5092	36,8	70	1547	80,0
							66	6301	46,2	66	1558	84,8

ser menos criteriosa; mesmo assim ela se faz em duas "peneiradas": na primeira, são indicados os candidatos do partido; na segunda, são convidados os candidatos para o partido.

Isto exige que se aclarem os critérios que presidiram às escolhas de 1963, em Rio Claro. Vários elementos nos afirmaram que o "partido não faz seleção alguma, vai quem quer"; entretanto, o número maior de depoimentos são acordes em determinados critérios: popularidade e conhecimentos na sociedade local parecem ser o primeiro ponto favorável desde que esta popularidade seja positiva, porque "esta história de estar bebericando em bar todo o dia não ajuda ninguém em eleição", como nos definiu sugestivamente um membro de diretório. "Cultura" parece não ser aspecto muito favorável: "os candidatos devem, na falta de cultura, saber disfarçar bem, e eu, modéstia à parte, sei", afirmou-nos, orgulhoso, certo político. Entretanto, "cultura" e responsabilidade foram critérios apontados em propaganda de candidatos do PR - partido das lojas maçônicas - e, segundo alguns, "foi por isso que eles não ganharam".

Segue-se uma lista de outros critérios, talvez menos importantes para o legislativo que para o executivo: moral do candidato, o fato de não ser conhecido como "brigão", "mulherengo", ou que tenha mais de uma mulher: segundo algumas informações, este critério não é muito aplicado, ou pelo menos não o foi nas eleições de 63. Produtividade e êxito profissional, estes parecem ser fatores decisivos para determinados grupos partidários. Beleza, juventude e ser do sexo feminino não são fatores influentes; entretanto, exercer liderança em qualquer grupo de eleitores é fator decisivo, como também, é bastante influente o fato do candidato ter família extensa, e, conseqüentemente, muitos eleitores.

A primeira "peneirada" de escolha, contudo, é feita a partir de duas determinantes essenciais: ser amigo dos dirigentes do partido, o que não implica conhecer o ideário da organização e, muito menos, ter posição ideológica definida; ter tido alguma participação política ou contar com base eleitoral certa - família, grupo liderado, amigos, conhecidos, etc.. Aquêles que preenchem estas exigências são indicados como candidato do partido: são os primeiros nos comícios e contam com o apoio do grupo para a sua campanha.

A segunda peneirada seleciona os convidados como candidatos para o partido, quer dizer, para o partido ganhar as eleições: são "Joanas D'Arc". Representam, contudo, em uma chapa, funções extremamente importantes: trazem votos para a legenda, popularizam o partido, seus "novos amigos", dirigentes partidários e o candidato a prefeito. Os critérios para escôlha dêstes nomes são bastante engenhosos e implicam certa "pesquisa de opinião" nas fábricas, nos grupos de bar, nos bairros. Difícilmente êstes elementos suplantam os demais em número de votos e muitos confessam francamente, que entraram para o partido para "ajudar seu Fulano" - outro vereador - ganhar a eleição". Quanto maior fôr o número dêstes elementos mais certa será a eleição de "seu" Fulano ou Sicrano.

Os fatores determinantes das escôlhas partidárias transparecem nos resultados eleitorais, como poderemos observar no quadro abaixo. Note-se que os partidos que apresentaram maior número de candidatos, de segunda peneirada, foram os que elegeram maior número de candidatos indicados.

Como se pode observar pelo arranjo do QUADRO Nº IV, o selecionamento de dois grupos - além dos critérios de escôlha repercutirem na eleição dos candidatos - ponderam também nos resultados eleitorais: geralmente os elementos convidam para entrar nas eleições por determinado partido, para ajudar o partido, como se diz, são os menos votados. O desnível, entre êstes elementos e os demais, é bastante evidente no que respeita a número de votos obtidos e correspondente em vários casos a diferenças de classe.

Embora classe não figure como critério na escôlha, predominam no legislativo elementos das classes não tradicionais e a regra se aplica quase que de modo geral àqueles com os quais não foram feitas entrevistas formais e que figuram no QUADRO Nº III, na coluna de "impedimentos" ou "fora da amostra". Outro critério não figurante, mas que deu margem a interpretação foi a côr do candidato: não há - e pelo que nos conste - não houve vereador negro em Rio Claro, embora os clubes de negros sejam alvo de verdadeira disputa entre vereadores locais, sendo que dois dêles - adversários, por sinal - são geralmente convidados à coroação as principais de côr e a patrocinar festas nos referidos clubes. Tal-

vez, seja a razão pela qual nenhum elemento de côr foi "convidado" por partido: sua candidatura dividiria a base eleitoral de certos elementos mais ou menos considerados vitalícios na Câmara Municipal.

Sob indicação "1º Grupo" e "2º Grupo", no QUADRO Nº IV, figuram, na quase totalidade, elementos "convidados" pelos partidos, ou seja, de segunda peneirada. Entretanto, nos partidos trabalhistas o sistema não resultou no esperado: os operários convidados, principalmente pelo candidato a prefeito e apoiado pelo PTB, saíram-se com boa votação sendo que um dêles foi o mais votado. O mesmo, em menores proporções, sucedeu no PSB; contudo, êstes elementos foram cassados.

Pelo que foi visto sôbre as formas pelas quais se compõem os partidos políticos e como concorrem nas eleições municipais, podemos chegar a uma visão primeira dos mecanismos efetivos utilizados na extensão do contrôle político por parte do grupo dominante. Como observamos, os fatores predominantes na escôlha de candidatos, tanto no Executivo, quanto ao Legislativo, são advindos de situações sociais concretas que possibilitam maior penetração eleitoral. Neste sentido, os partidos se envolvem numa disputa cujo objetivo é o voto popular e a conseqüente manutenção ou ascensão ao poder. Disputa essa na qual se pontificam os laços de amizade, favores, a troca de interêsses e pactos. A tudo isso se sobrepõe a figura do líder e vinculações políticas com esferas maiores como a Estadual e Federal, seus traços pessoais, suas idéias.

As normas institucionais legais do sistema representativo constituem, portanto, neste contexto, um quadro de referência formal para o comportamento político. Longe estão elas de promover a racionalização daquele comportamento, especialmente no nível da comunidade. Embora o atendimento aos dispositivos legais seja um dos aspectos do comportamento político, não é êste que lhe empresta significado e efetividade. Realmente o comportamento político concreto se define pelo desvio sistemático em relação às normas institucionais, desvio êste constituído pelas praxes, táticas ou técnicas de contrôle. Ou como dizíamos em outros pontos dêste trabalho, pelos mecanismos efetivos de contrôle político social

vinculados a situações concretas de interesse.

A forma pela qual os diferentes participantes da política local encaram as expectativas legais institucionais e, mais especialmente, a maneira como as encaram em relação aos seus próprios esquemas de ação, constitui um segundo aspecto na análise da relação entre comportamento político e normas legais institucionais. A êle nos ateremos considerando-o sob quatro prismas diferentes e complementares:

- a) perspectiva histórica;
- b) motivações dos candidatos para a vida política;
- c) traços considerados importantes para o político militante;
- d) como encaram os políticos militantes locais o sistema partidário e, principalmente, os partidos políticos como organização.

Aqui, introduziremos apenas esta análise conduzindo-a ao longo do próximo capítulo.

Entre os candidatos ao pleito de 1963, em Rio Claro, muitos estão na vida política há mais de trinta anos. Seus depoimentos deixam entrever a opinião de que as mudanças na legislação criaram dificuldades e terminaram por selecionar inversamente os elementos; pretendem fazer crer que o tempo do PRH foi o período heróico da política rioclareense. Aquêles mais tradicionais insistem em afirmar que a revolução de 1930 foi o grande mal para subverter valores. "Os partidos valiam por seus chefes que eram honrados e sérios"; parecem ver na política atual muito maquiavelismo que não enxergam nas eleições fraudadas e outras práticas antigas. Antigos líderes sindicais criticam a atividade política atual da classe e garantem "que o operário só pensa em dinheiro" e que "os partidos ficam só incensando os sindicatos". "Nós fomos procurados por um partido, êles achavam que a gente devia lutar por candidatos dêles, êles eram safados e a gente também; nós fomos, mas no fim, política é só safadeza". O descrédito da política atual soma-se à dúvida lançada sobre a política antiga. Os depoimentos parecem indicar que quase todos os candidatos estão conscientes do jôgo de roda em que entram e no qual absolutamente não confiam.

Aquêles que já estavam na vida política e que em 63 se candidataram à reeleição, reconhecem que "quem entra na política se acostuma e depois fica". Alguns entraram aceitando convites "p'ra ajudar" e, porque havia laços de amizade ligando-os às pessoas que faziam o convite. Um se justificou: "êele (um chefe político local) era meu padrinho de casamento, tinha me dado bom presente, eu não podia negar...". Outros afirmam que entraram na política "para fazer alguma coisa por Rio Claro", ou mesmo "por idealismo de moço" e que depois foram ficando embora saibam "que pouco se pode fazer". Os mais jovens na política justificam-se em termos de qualidades pessoais: vocação, "espírito de liderança"; um dêles pediu-nos segrêdo com relação a sua queda, pela evidência, "adora receber palmas, estar no palco e mesmo que não queiram, acabo em evidência..." Encontramos apenas alguns depoimentos de participação política de caráter ideológico "entrei, porque se a gente de classe média não ajudar o pobre, o rico esmaga"; êste elemento acha que a política "tem que ajudar e proteger os de classe pobre"; trata-se de um profissional liberal cujas "convicções ideológicas" estão próximas da assistência social. Dois casos, entretanto, são bem característicos: primeiro, a participação de líderes sindicais, que pretendendo não somente representar o bairro onde moram, na Câmara, como desejavam os elementos que os convidaram, mas sim defender, em certo nível, a classe operária; e, segundo, os candidatos do PR, maçons, cuja finalidade se prendia a "defesa da democracia contra o comunismo" dos agitadores (operários).

O descrédito dos partidos e do próprio sistema político-partidário é, entretanto, geral: "política é imundície", disse-nos um entrevistado. Outros afirmam que tanto os partidos como a própria política não funcionam como deviam, mas que "no Brasil é assim mesmo", justificam. Percebe-se pelos depoimentos que não só os candidatos estão conscientes do papel do político-militante com relação às instituições políticas, como também, as encaram como um esquema necessário para o poder. Pautam seu comportamento político aparentemente dentro das normas, procuram <sup>não</sup> torná-lo em discordância clara com as expectativas legais, mas se preocupam com o conteúdo destas instituições: reconhecem-nas como es-

quem, simplesmente.

Os aspectos apontados evidenciam-se nos traços considerados de importância para um político profissional: os depoimentos são acordes em afirmar a necessidade de o candidato saber cultivar o eleitor: "espírito público e despreendimento são coisas do passado, hoje é preciso manobrar a situação, prometer mesmo que não saiba e não possa cumprir". Um depoimento, pela sua rude franqueza e algum cinismo, impressionou-nos bastante, principalmente, considerando-se que êle vem de um dirigente partidário reeleito em 1963: "Importante é hipocrisia pura e simples" ... "O indivíduo tem que mentir e aproveitar-se da ingenuidade alheia, descobrir preferências e prometer ser vereador de acôrdo com aquêles interesses. O eleitor vota gozando a sensação de ser enganado. É ma-soquismo do eleitor, mas as promessas por isso criam simpatias..."

Concluindo êste capítulo, julgamos que o esforço do legislador em traçar um caminho para o comportamento político resulta nulo, diante do esforço desempenhado pelo grupo dominante em manter sua posição de domínio. No próximo capítulo analisaremos os esquemas de ação utilizados para manter o contrôle político social.

NOTAS AO CAPÍTULO IV

- ( 1 ) Dizemos serem as normas "pretensamente racionais" durante o período analisado, no sentido de que, plagiando Mannheim, a série de medidas organizadas de forma a levar ao objetivo previamente definido ou seja, à constituição de um sistema representativo - apoiado na livre expressão política pelo voto - no regime republicano, recebendo todos os elementos daquelas medidas uma posição e um papel condizentes com o atendimento dos objetivos colacionados. Todavia, a racionalização assim pretendida, através da "rigidez, impermeabilidade (e) perfeita homogeneidade da legislação", pareceu-nos, como diz Sérgio Buarque de Holanda, "constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social". Desta forma, as normas, embora vinculadas a preceitos de racionalização, destinaram-se, entretanto, à manutenção das práticas tradicionais patriarcais que constituíam a essência do sistema social. É neste sentido que consideramos "pretensamente racionais" aquelas normas porque "em verdade o racionalismo excedeu os seus limites(...)quando, ao erigir em regra suprema os preceitos assim aquilatados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, ahistórico".
- Trechos citados:
- Karl Mannheim, O Homem e a Sociedade, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962, p.63.
- Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956, pp.262 e 263.
- ( 2 ) Alexis Tocqueville, La Democracia en America, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1957, p.154.
- ( 3 ) Rui Barbosa, "Eleição Presidencial:Memória Apresentada ao Congresso Nacional", in Diário do Congresso Nacional, suplemento, Rio de Janeiro, julho de 1910, pp.23 e 24.
- ( 4 ) Segundo Rui Barbosa, in op. cit., p.21 e seguintes, as eleições presidenciais de 19 de março de 1910, feriam as disposições da Lei nº 2 269, de 15 de novembro de 1904, podendo, em virtude do disposto nos artigos 116 e 117 daquela lei, serem anuladas ou anuláveis em vários pontos do território nacional, se não, em todo o território nacional. (Os artigos 116 e 117 são os que tratam dos critérios de anulação das eleições).
- ( 5 ) Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892. A respeito, vide Capítulo I.
- ( 6 ) Não nos cabia, nos limites deste trabalho, a investigação sobre legislação eleitoral nos demais estados da federação.
- ( 7 ) Mais importante que a fraude, no sentido do falsamento de resultados e normas eleitorais, foram os liames tradicionais, na eleição dos legisladores, êles próprios coronéis. Na medida em que os laços de dependência se evoluíam em relações amistosas entre coronel e eleitor, o voto de cabresto transformava-se na qualidade de "favor retribuído", e desta forma justificava-se perante um possível exame por parte do eleitor como a manifestação do seu próprio consentimento. Ora, esta duplicidade na natureza do voto de cabresto favorecia os interesses de grupo dominante, reforçando as condições efetivas de dominação da estrutura do poder. Além todo o esforço do coronel de cidade, como deixamos entrever no Ca

pítulo anterior, estava em promover a conciliação de interesses - entre os do eleitorado urbano e os seus próprios, vinculados à estrutura agrária - através de um mecanismo conciliatório de manutenção do poder. Onde êle, o coronel, figurava como o credor dos favores eleitorais do eleitor urbano. O mesmo se pode dizer em relação ao clientelismo político que ainda hoje impera no Brasil, e do qual existe bom exemplo em Rio Claro. Em todos êstes esquemas de manutenção do poder, o voto figura como a retribuição de favores pessoais por parte do eleitor ou como a manifestação retribuída de amizade entre eleitor e candidato (êste foi especialmente o caso apontado no texto). Assim, desligado de sua esfera própria, ou seja, a manifestação da participação política consciente e segundo interesses politicamente orientados, o voto é fator importante na alienação política do eleitorado brasileiro. Por outro lado, e conseqüentemente, o voto assim considerado representa fator importante no sistema de dominação subjacente à estrutura do poder.

- (8) Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1963, 32 Edição revista, pp. 263 a 264.
- (9) A respeito da Aliança Liberal, vide, dentre outros: Paulo Nogueira Filho, Ideais e Lutas de um Burguês Progressista, São Paulo, Editôra Anhambi, 1958, quatro volumes.
- (10) João Neves da Fontoura - Memórias, Porto Alegre, Editôra Globo, 1963. Trecho do discurso proferido, in Hólio Silva, 30 A Revolução Traída (O Ciclo de Vargas), Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 100.
- (11) Hólio Silva, op. cit., pp. 432 e 433.
- (12) "Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas êles, como o resto da nação constituem o povo. O que êles representam é o direito do povo; o que interessa a êles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. têm apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores". Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, in Obras Escolhidas de Marx e Engels, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961, volume I, p. 229.
- (13) Não nos cabe, nos limites dêste trabalho uma análise do populismo como fenômeno político. A respeito, vide Francisco Woffort, "Raízes do Populismo em São Paulo", in Revista Civilização Brasileira, nº 2, ano I, maio, 1965, pp. 39 a 60.
- (14) Art. 56. Determina-se o quociente eleitoral, dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral e, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.  
 § Único: Contam-se como válidos os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.  
Código Eleitoral, São Paulo, Edição Saraiva, 1955. p.36.
- (15) Art.57. Determina-se, para cada partido, o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados em cédulas sob a mesma legenda, desprezada a fração.  
 Art.58. Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido, quantos o respectivo quociente partidário indicar na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Art.59. Os lugares preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante a observância das seguintes regras: 1) Dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtidos, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média, um dos lugares a preencher.2) Repetir-se-á a operação para distribuição de cada um dos outros lugares.

§ 19. O preenchimento dos lugares com que cada partido fôr contemplado far-se-á segundo a ordem de votação nominal dos seus candidatos.

§ 29. Só poderão concorrer à distribuição os partidos que tiverem obtido quociente eleitoral. Lei nº 2 550. Código Eleitoral, São Paulo, Edição Saraiva, 1955.

- (16) Paulo Singer, "A Política das Classes Dominantes", in Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1965, p.117.
- (17) Prado Kelly, Estudos de Ciência Política, São Paulo, Edição Saraiva, 1966, volume I, pp.235 e seguintes.
- (18) Octavio Ianni, "O Processo Político e Desenvolvimento Econômico" in Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1965, p.38.
- (19) Basta Recordar o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil, que havia sido concedido, aliás, dentro de certas limitações como observava o próprio relator do processo:  
 ...E com os informes prestados, o registro foi feito, mediante parecer favorável da digna Procuradoria Geral e do ilustre relator (Professor Sampaio Dória) que, em desenvolvido voto, após declarar que, a qualquer tempo, podia ocorrer o cancelamento, se a sinceridade fôsse substituída pelo engodo, ag sin concluiu:.... será um partido comunista sui generis...cujo programa não é o que, sob este nome, se pratica na Rússia, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do operariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelos compromissos escritos de respeito integral aos princípios democráticos, à constituição brasileira e respeito aos direitos fundamentais do homem". in Edgar Costa Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1964, volume I, p.30.
- (20) Vide a respeito: Octavio Ianni, Paulo Singer e outros, in op.cit. pp. 13 a 18.
- (21) Não cabe ~~ria~~ nos limites d'êste trabalho uma análise dos postulados políticos dos partidos brasileiros.
- (22) Por exemplo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que se apresenta como partido da classe operária(industrial) está ligado, no Nordeste, a grupos presos a formas arcaicas de utilização da força de trabalho. A União Democrática Nacional (UDN), que em São Paulo, é extrema direita, em Minas Gerais reúne liberais avançados. O mesmo ocorre com outros partidos burgueses. in Octavio Ianni, Paulo Singer e outros, op. cit., pp. 39 e 40.

- (23) Vide a respeito: Octavio Ianni e outros, op. cit., pp.13 a 58.
- (24) Alberto Pasqualini, Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro, Porto Alegre, Comissão Executiva do P.T.B., 1950.
- (25) Alberto Pasqualini, op. cit., p. 17.
- (26) AP Autôra Vide Estatutos do Partido Trabalhista Nacional, São Paulo, colaboração do Deputado F.A. Chaves Amarante, s/d.  
Estatuto aprovado pela Resolução nº 6 923, da Justiça, 1962. Processo nº 2 222 - Classe x - Distrito Federal, Diário da Justiça, de 8 de maio de 1962.
- (27) AP Autôra Vide Estatutos do Partido Rural Trabalhista, São Paulo, J.E. Bucharebe Filho. Aprovados pela resolução nº 6 886, do TSE. Processo nº 1 719 - Classe x - Distrito Federal.
- (28) AP Autôra Vide Estatutos do Movimento Trabalhista Renovador. Aprovados pela Resolução nº 6 687, de 23 de novembro de 1960 e Resolução nº 7 283, do TSE. Boletim Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, ano XII, nº 139, Brasileira, fevereiro, 1963.
- (29) AP Autôra Vide Estatutos do Partido Social Trabalhista. Aprovados pela Resolução nº 5 321, de 27 de julho de 1956, do TSE. Publicado no Diário da Justiça da União, em 6 de junho de 1964 e retificado no D.J.U., em 25 de junho de 1964.
- (30) AP Autôra Vide Estatutos do Partido Democrata Cristão. Aprovado pela Resolução nº 6 864, de 5 de outubro de 1961, in Boletim Eleitoral, TSE, Ano XII, nº 139, Brasília, fevereiro, 1963.
- (31) AP Autôra Vide Estatutos do Partido Social Progressista e da União Democrática Nacional, in Boletim Eleitoral, TSE, Ano XII, nº 139, Brasília, fevereiro, 1963.
- (32) AP Autôra Vide ABC da Democracia Cristã, Diretório do PDC, São Paulo, 1963; Declaração da Guanabara, Documento da XX Convenção Nacional do PDC, Guanabara, 31 de março de 1962; Declaração de Curitiba, Documento da XIX Convenção Nacional do PDC, Curitiba abril de 1961.
- (33) Vide, Octavio Ianni, Paulo Singer e outros, in op.cit., p.41.
- (34) Francisco C. Weffort, "Política de Massas", in Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira SA., 1965, p. 176.
- (35) Idem, idem.
- (36) Especialmente nas eleições para o Executivo.
- (37) Afonso Arinos Mello Franco, História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro, Rio de Janeiro, S.I.P. 1948, p.99.
- (38) A palavra, segundo informantes, é utilizada em Rio Claro para designar as pessoas cujos títulos vencidos êle cobriu e dos quais aguarda pagamento.
- (39) Vide: Thomástocles Cavalcanti e Reisky Dubnic, Comportamento Eleitoral no Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, julho de 1964.
- (40) Vide Introdução.
- (41) Eram elementos cujos mandatos foram cassados em 1964 e que se recusaram sequer a falar em política. Vide Capítulo seguinte.
- (42) No caso, um candidato jovem, de classe média, não tradicional.

## CAPÍTULO V

### O ESFÓRÇO PARA SE MANTER NO PODER

- Olhe Amora, só para você (...) vamos perder essas eleições! Aconselhei ao Brigadeiro medidas que iriam favorecer-nos, e não fui atendido. A falta de experiência é total! Propus-lhe o adiamento das eleições e a cassação de algumas figuras que reputo nefastas. Não me atenderam e ainda dizem que temo fantasmas. Vamos perder essas eleições.

Bernardes, O Estadista de Minas na República,  
Paulo Amora.

Nos capítulos anteriores, de maneira quase sistemática, pudemos observar que a tarefa principal dos grupos dominantes de Rio Claro tem sido a de se assegurarem do poder e garanti-lo através de uma trama de relações e interações de poder e influência que lhes permite a extensão do controle político social.

Neste capítulo, ao retomarmos a análise do comportamento político do grupo dominante, em Rio Claro, pretendemos compreender as técnicas de dominação e controle através das quais os elementos que detém o poder, não só mantêm sua posição, como também garantem condições favoráveis à continuidade das relações de poder existente. Em outras palavras, pretendemos analisar aquêles expedientes (1) de ação política necessários à manutenção do poder.

Ao considerarmos o comportamento político do grupo dominante local, nos demais capítulos, apontamos quatro aspectos fundamentais à presente análise: a) a relação entre a ação ou participação política e posição de classe, ou melhor, a posição de classe como fator condicionante da especificidade de participação do elemento no grupo dominante; b) o desvio sistemático das normas institucionais que carac-

teriza os mecanismos efetivos de controle político social, ou seja, o comportamento político concreto dos grupos dominantes; c) a permanência de componentes tradicionais nas expectativas eleitorais, como também, a presença de elementos vinculados à ordem tradicional no grupo dominante; d) a permeabilidade do grupo dominante às tendências políticas nacionais e estaduais.

Em relação ao primeiro fator, observamos que, em que pese certas diversidades internas ao grupo dominante de Rio Claro - por exemplo entre os tradicionais e não tradicionais - mantém-se a unidade de interesses concretos no exercício do poder e manutenção do statu quo. Outrossim, as diversidades internas ao grupo, no que respeita à posição assumida, são oriundas da flexibilidade dos que detêm o poder - tradicionais e não tradicionais - ante as tensões emergentes na sociedade brasileira antes de 64. Desta forma, a inclusão de elementos de posições sociais diversas na medida em que eram controlados e orientados em suas manifestações políticas pelos demais componentes do grupo dominante - representa antes uma forma de extensão do controle político que uma alteração profunda na composição interna do grupo. Por outro lado, a inclusão de líderes sindicais representou um "risco necessário" ao processo de manutenção do grupo dominante, pois êstes elementos emprestavam aos demais componentes a popularidade no meio operário, embora passassem a compôr um pequeno grupo de oposição às orientações políticas desenvolvidas. Quanto às diferenças entre os segmentos tradicional e não tradicional, tivemos já oportunidade de discutir que elas não representam diferenças quanto às técnicas de controle político utilizadas.

Com relação ao segundo fator, observamos que embora o comportamento político dos grupos dominantes em Rio Claro atenda, em certo nível, às disposições legais, o mesmo corresponda as suas expectativas, não são estas que lhe emprestam significado. Ao contrário, as praxes, técnicas ou táticas de controle político caracterizam-se por um desvio sistemático das normas institucionais no sentido de uma maior correspondência aos interesses concretos do grupo dominante no exercício e manutenção do poder.

O terceiro e quarto aspectos podem ser tratados em conjunto: mantendo-se em certa medida os componentes tra-

dicionais na estrutura social, as formas populistas coexistem com aquelas vinculadas à ordem tradicional. Em realidade o controle da política local é exercido pelo grupo dominante atendendo às tendências políticas da sociedade nacional e especialmente estadual, orientando-as segundo as expectativas políticas tradicionais do eleitorado. Por outro lado, a polarização tradicional - não tradicional não caracteriza diversidade básica de grupos nos círculos dominantes e muito menos correspondem a formas diversas de controle político. Ao contrário, mecanismos tradicionais e não-tradicionais são utilizados sistematicamente no esforço de manutenção do poder. Quanto aos temas das tendências políticas nacionais e estaduais, são eles utilizados segundo um processo de "redefinição" que visa especialmente o atendimento aos interesses e posições pessoais dos que detêm o poder.

Em resumo, o comportamento político concreto dos grupos dominantes pode ser caracterizado, em relação a estes dois aspectos, como um conjunto de mecanismos efetivos de controle político social, aparentemente em obediência às normas legais, vinculados a condições concretas de interesse no poder.

Neste sentido, a ação política desenvolvida pelos grupos dominantes, liderando a integração da política municipal na conjuntura política nacional e estadual, implica a utilização de vários expedientes políticos cujo objetivo é a garantia do domínio. Aliás, alguns destes expedientes já foram considerados quando nos referimos à trama de relação e inter-relação de poder e influência, através da qual o grupo dominante estende seu controle ao meio operário-sindical, controla as lideranças partidárias e assegura sua popularidade de eleitoral.

Voltamos à análise destes expedientes, agora de maneira mais sistemática, considerando-os basicamente como esquemas políticos de manutenção dos grupos dominantes, focalizando-os em dois momentos do processo político:

- a) na condução das opções políticas, nas campanhas eleitorais;
- b) na atuação dos elementos eleitos no período de 59-64.

Uma terceira etapa desta análise compreenderá -

as reações do grupo dominante local em condições especiais de tensão política: durante a crise de abril de 1964.

O processo de condução das opções eleitorais, especialmente as campanhas eleitorais, assemelha-se a uma fi na tecitura através da qual os grupos dominantes conduzem os eleitores - de modo geral - a optar por uma das alternativas políticas previamente seleccionadas e consideradas razoáveis segundo ainda os critérios dos que detêm o poder. Nestas considerações torna-se importante orientar o eleitor tomando-se como base de propaganda algumas aspirações mais ou menos gerais às camadas sociais mais amplas, onde se concentra grande parte do eleitorado local.

Os temas "industrialização", "desenvolvimento", vêm a ser nestas condições de largo emprêgo no sentido do aliciamento eleitoral. Antiga aspiração de Rio Claro, que, como vimos, não vem sendo realizada, o desenvolvimento industrial significa para grande parte da população um alvo altamente valorizado, na medida em que representa, por exemplo, maiores oportunidades de trabalho, de ascensão social e valorização imobiliária. A esta meta, "desenvolvimento industrial", corresponde a noção de um "planejamento político", - cientificamente orientado no sentido do atendimento àquela aspiração, igualmente utilizado na propaganda política.

Embora a aspiração pelo desenvolvimento industrial seja concreta em Rio Claro, a exigência de planejamento cientificamente orientado não condiz com as características tradicionais locais. Neste sentido, revela-se a influência local dos rumos tomados pela política estadual nos anos anteriores à eleição, bem como, a orientação imprimida às campanhas por elementos da política estadual, aos quais nos referiremos em páginas seguintes. Todavia, na campanha eleitoral de 63, embora vários partidos procurassem conduzir a opção eleitoral em relação à alternativa "planejamento racional apolítico para industrialização", esta meta vinha, por assim dizer, redefinida às condições locais. Por exemplo:

O partido que tinha por candidato um engenheiro civil que afirmou: "dei à minha campanha um sentido de esclarecimento técnico dos problemas e soluções possíveis nos diferentes bairros", instalou seu comitê com bandas de música, "comos e bebos", sendo que a banda "convergava farda nova", -

iniciativa do candidato sr..."; outro depois de apresentar minucioso programa de obras a serem realizadas, onde se nota a preocupação em torná-lo o mais realístico possível, utilizava-se de propaganda do tipo "Deus está com Fulano..." e outras como, "nós as mulheres, com nosso sexto sentido, sentimos que devemos eleger...". Finalmente, outro candidato afirmava que a "administração visaria ao desenvolvimento de Rio Claro" e, logo depois, insistia nas teclas de "disciplina, hierarquia e penhor do passado como garantia do futuro" e outras frases do gênero.

Divisa-se, portanto, nas campanhas para o executivo de Rio Claro, em 1963, uma dualidade de perspectivas e de "palavras chaves": o mesmo candidato procura meios que o liguem não somente ao status quo, ao conservadorismo, mas também à mudança, ao desenvolvimento industrial; nesta dualidade de perspectivas se nota inadequação de meios a fins, tal como ocorreu em "desenvolvimento industrial à custa de penhores do passado" e outras que tais. Não só isso, os mecanismos efetivos utilizados para "reforçar" a propaganda ligam-se ao complexo tradicional: compram-se votos, dão-se camisas de futebol, farda para banda de música, churrasco, e transportam-se os eleitores de zona rural, sendo que na cidade cada um tem direito a mil cruzeiros, um refrigerante e um sanduíche...

Outro componente da alternativa posta para o eleitor em 63 foi "renovação" na política local. Houve "renovação administrativa e idealista", "renovação radical" e "renovação pela juventude". As diferentes concepções de "renovação" prendiam-se igualmente à idéia de "renovar homens no poder" como meio de renovar a administração, impulsionar a indústria, comércio, etc., não significa "renovação" mudança estrutural, mas simplesmente a alternância de grupos no centro de decisões políticas.

Estas palavras-chaves, como "renovação", "planejamento", "industrialização", etc., têm sentido e força na medida em que correspondem às expectativas eleitorais em relação à ação política. Seu emprêgo nas campanhas traduz assim a utilização daquelas expectativas como motivação para o eleitor, muito embora possa não haver correspondência entre elas e os interesses políticos dos que as utilizaram em

suas campanhas. (3).

Na utilização de tais slogans dotados de grande poder aliciador, o grupo dominante define em uma primeira fase as alternativas políticas para a opção eleitoral. Consequentemente à limitação do campo de opções àquelas por ele consideradas possíveis, o grupo dominante garante, em um primeiro nível, sua manutenção no poder. Paralelamente ao desenvolvimento dos temas citados, repetem-se os mecanismos de pressão vinculados às praxes tradicionais: a compra de votos, os conselhos, os favores particulares quando não camisas e bolas de futebol.

Por outro lado, em 1962, Oliveiros S. Ferreira, analisando as eleições governamentais, terminava por identificar uma tendência do eleitorado paulista "por candidatos que personifiquem soluções de alteração do statu quo econômico-social (sem chegar à transformação da ordem da qual a sociedade global retira a legitimidade de suas instituições), tendentes a propiciar uma melhor distribuição das possibilidades de ascensão social e participação na riqueza e ao mesmo tempo (que) se identifiquem com um ideal de organização administrativa (...) racional legal (4). Entretanto, acentuava o autor na época, a preferência do eleitorado residia principalmente sobre aqueles que representavam os "ideais reformistas" em detrimento dos que encaravam um sentido administrativo daquelas aspirações.

Apesar da orientação racional implícita às escolhas dos paulistas, e do conteúdo reformista subjacente às alternativas, as opções se voltavam mais para as alternativas conservadoras. O fato prendia-se, segundo o autor citado, ao relêvo assumido pelos fatores estruturais, às "representações que, naquele instante preciso, o eleitorado tinha das relações do governo de São Paulo com o da União e com a conjuntura nacional" (5). Desta forma, a conjuntura nacional influenciou o pleito estadual condicionando as opções em função da manutenção da Ordem e de uma fuga das "novas e incertas" alternativas.

As posições políticas formulavam-se pois num continuum que se estendia desde o "reformismo radical" à manutenção da "ordem", passando por uma ênfase na "burocratização" e reformas não estruturais. Enquanto a ênfase na conjun-

tura nacional repousava negativamente nas alterações do status sócio-econômico que implicassem a alteração desta mesma ordem.

Em Rio Claro, enquanto a projeção para as alternativas políticas formuladas na esfera nacional - reformas implicando mudanças estruturais - viessem popularizar o partido ou candidato, principalmente entre operários e sindicatos, a ênfase na ordem e sua conservação teve penetração nas camadas médias e também setores da classe operária em processo de mobilidade. O esquema que permitiu o aliciamento global foi a pretensa neutralidade ou posição intermediária entre o reformismo radical e a manutenção do status quo. Neste sentido a campanha partidária envolveu-se na tônica do "planejamento racional e científico", como vimos, acentuando, - candidatos e partidos, o valor de um dirigismo científico e técnico da administração. Aliás, procurou-se centrar a propaganda no conteúdo "administrativo" das funções a serem exercidas, ressaltando-se a necessidade, sob vários aspectos no exercício destas funções, do conhecimento técnico científico: esta foi uma das principais tônicas da campanha do candidato eleito.

A adequação entre a habilidade profissional, - função a ser exercida e êxito profissional, foram justificativas utilizadas com freqüência na propaganda. Assim, figurava na plataforma de um partido local: "o êxito (dêstes homens) na vida privada e na participação de associações na cidade demonstram as possibilidades de contribuir para o progresso e a paz social da família rioclarense".

O "reformismo" vinha justificado como atributo da juventude: "moço idealista, com acentuado pensamento progressista, democrático e cristão"(6), ou ligado ao apolitismo, como dizia um candidato a prefeito "não é meu desejo politizar estas linhas (...) represento o verdadeiro ideal democrático e, sendo jovem, minhas idéias terão a força construtiva de uma administração profícua"(7). Finalmente, o reformismo vinha ligado a um idealismo jovem e algo romântico. Um candidato apresentava-se como elemento disposto a "trabalhar pelo progresso de nossa terra (...) como moço sabedor dos problemas político-sociais de Rio Claro", fundamentando-se em "um movimento ideológico de completa autonomia pensamental".

de ação dentro dos partidos políticos"(8). Era um movimento surgido "nas últimas eleições para governança do Estado "e que visava buscar nas linhas mestras da "orden" reformas radicais administrativas para Rio Claro, inspiravam-se em Kent José Ingenieros e Rui Barbosa para concluir: "Não é sonho, rioclarenses, bem sentimos nós, nas pulsações de sangue essa ressurreição ansiada. Oxalá a nossa juventude e nosso povo não fechem os olhos, antes de enxergarmos os primeiros indícios dessa renovação nos horizontes azuis de nossa terra. Assim queira Deus. E também a nossa juventude"(9).

Outros partidos, a exemplo o PSB, projetavam-se sobre a esfera nacional na busca de inspiração para o programa mínimo: apoio às reformas de base, inclusive com reforma da Constituição, luta pela emancipação econômica do Brasil, defesa das liberdades democráticas, combate à carestia. Apresentam seus candidatos como "elementos profundamente ligados às camadas mais autênticas do povo, desvinculados de grupos econômicos e, de passado de luta em defesa das aspirações populares (10). As metas locais da ação prevêem apoio e incremento à industrialização, melhorias no serviço de energia elétrica, fora a criação de um conselho consultivo formado de representantes das associações de bairros, distritos, sindicatos, etc. Foi imprimida à campanha o sentido reformista de ampliação das possibilidades de ascensão social, ampliação das categorias de mobilidade, o que seria consequência, também da ampliação do setor industrial em Rio Claro (11). Não só o PSB falava em reformas de base; outros partidos apercebiam-se da manifestação nacional da classe operária e os incluíam entre os temas que seus candidatos discutiriam nos comícios de bairros operários.

Em síntese, as tendências políticas nacionais, têm reduzida penetração nas posições políticas assumidas na sociedade local. Certo, porém, que elas aí penetram, e, mais certo ainda, que o grupo dominante se utiliza do poder aliador daquelas coordenadas políticas mais gerais da sociedade global para imprimir às campanhas locais um conteúdo - mais "atualizado" na condução de opções em torno de antigos políticos locais. Todavia, o conteúdo ideológico sofre adaptação às expectativas locais, reduzindo-se por fim, à projeção pessoal do líder. É neste ponto que características como

a extrema agressividade das campanhas, os ataques pessoais - que às vezes resultam em processo - dominam as opções e as transfiguram: "é preciso 'queimar' o sujeito que procura dominar a base eleitoral da gente, porque êle pode levar o povo a inflamar-se, e depois um político para construir sua base leva anos", afirmou-nos um líder local.

Nas eleições municipais, aliás, é mais ou menos praxe fazer-se críticas à pessoa do candidato. Tal conteúdo substitui às vezes e com efeito o conteúdo ideológico nas campanhas, de tal sorte que "a pessoa" do candidato passa a representar as idéias. Personificando-se as idéias, estas se tornam quase sem sentido como "palavras-chave" fora daquela representação pessoal. Obviamente não se aplica a regra àque las palavras ligadas basicamente à tradição - como foi o caso das "Marchas com Deus para a Família". Neste caso, a força da idéia encontrava-se ligada à força dos símbolos aceitos tradicionalmente, e que como tal manteve o poder condutor.

Em resumo, o grupo dominante orientando as campanhas eleitorais e, através desta orientação, adaptando as tendências políticas nacionais às condições tradicionais de Rio Claro, desenvolve um esquema de ação política que lhe assegura - também neste nível - a manutenção do poder. Através daquela orientação - que como vimos tem um profundo sentido adaptativo - o grupo dominante utiliza-se da popularidade - que por ventura gozem as tendências políticas nacionais. Por outro lado, promovendo a identificação das idéias com a pessoa do candidato torna-se mais fácil controlar - "queimando" o líder - o efeito das idéias que sejam avessas aos interesses dos que detêm o poder, como também, promover o candidato que conte com seu apoio. Finalmente, o conteúdo renovador daquelas idéias - na medida em que é utilizado quase que exclusivamente nas campanhas - vale como um esquema de "mudança para a permanência" do mesmo grupo dominante.

Além disso, os recursos utilizados como "refôrço" no aliciamento eleitoral, como vimos, vão ao encontro - das expectativas políticas tradicionais do eleitorado local: a compra de votos a Cr\$ 1.000 cada um, o transporte gratuito de eleitores, empregos prometidos nas poucas indústrias da cidade, as camisas para times de futebol, e, por outro lado o "aconselhamento" e "conversas", são recursos possíveis nas

condições atuais de permanência dos componentes tradicionais.

Os cabos eleitorais são, por fim, os responsáveis práticos pelas opções políticas-projetadas, ou não, para esferas mais amplas - um deles nos contou: "Eu fiz campanha no meu bar mesmo, tenho muitos eleitores para Fulano: - 3 000 a 3 500 votos(...) são a massa mais humilde que vem - conversar; são sitiantes, pequenos proprietários de fazendas. Tenho fichário e cópia de todos os títulos. Mas eu não gastei dinheiro na minha campanha, por isso não ganhei; se tivesse gastado apareciam mais votos".

Quando, pela ausência ou ineficiência de tais mecanismos sucede a derrota, o candidato dificilmente interpreta o insucesso como reflexo de condições estruturais, não se apercebe, outrossim, de que êle próprio também se utilizou, em certo nível, dos mesmos recursos: invariavelmente culpa o eleitor, o "voto por demagogia". Entretanto, o candidato eleito tem talvez maior isenção ao analisar os próprios mecanismos de aliciamento. Por exemplo, um candidato operário de um dos partidos mais conservadores na cidade, confessou: "É demagogia êsse negócio de congregar operário em torno de salário, isto não é tudo e nem esclarece a posição do operário". E outro: "saiba que é importante em política ser rico de amigos e milionário de conhecidos".

Dois outros depoimentos traduzem estas duas perspectivas: um deles, de um velho político tradicional que reconhece a fôrça dos componentes tradicionais na estrutura e a êles se adaptou, embora sua origem seja das mais humildes - por todos conhecida e invariavelmente lembrada nas campanhas - "Senhorita, eleição no interior é muito engraçada: a gente fala uma coisa e está fazendo outra; eu já não falo nada; faço campanha pessoal: arranjo emprêgo, faço promessa, dou camisa de futebol, bola, danço com prêta e coroei rainha. Todos têm interêsses baixos, é muito difícil haver sinceridade de propósitos. Todos, por exemplo, querem agradar os prêtos, eu nem sei em quem votam, mas todos querem os votos dêles, porque são diferentes. Eu acho que êles têm mesma oportunidade; se não fazem nada é porque são indolentes, mas não digo em comício". Outra perspectiva é a do profissional liberal que, não se dispondo a comprar votos nem a fazer campanha nos moldes tradicionais, se queixa: "os votos que recebi são de gente esclarecida. Esclarecimento não há no povo porque o povo não está à altura de receber. O povo sempre es

colhe o pior porque é enganado em praça pública e isto é em âmbito nacional".

Estas distâncias entre o comportamento político concreto dos líderes políticos e a imagem ideal de liderança, repercutem significativamente no processo de condução da política local, como passaremos a analisar: Em primeiro lugar a imagem de líder político que cada candidato procura desenvolver durante a campanha eleitoral, corresponde, em maior ou menor grau, à imagem ideal de liderança no sistema democrático, especialmente no tocante à representatividade, responsabilidade, devotamento e honradez.

De certa forma, entretanto, a própria noção de liderança política vinculada às expectativas tradicionais do eleitorado local chocam-se com aquela imagem ideal: assim, - por exemplo, os presidentes de times de futebol procuram os candidatos para a barganha de camisas por votos; os eleitores de zona rural procuram os cabos eleitorais para saber "quando o caminhão vai levar a gente p'ra votar no seu Fulano", etc.

O papel de líder político, portanto, define-se a partir destas duas dimensões: de um lado, a imagem do líder, seu carisma e, de outro, as solicitações concretas do eleitorado, cujo atendimento é imprescindível no esquema político de manutenção do grupo dominante.

Embora o tradicionalismo local incite uma tendência a considerar os ideais institucionais como fórmulas perfeitas na conceituação de liderança política, os elementos eleitos estão, como vimos, conscientes da inadequação destes padrões ao comportamento efetivo. Numa síntese das opiniões, consideram as normas institucionais capazes de moldar a aparência de seu comportamento político, mas não capazes de, realmente, moldar seu comportamento efetivo. Este é definido a partir das solicitações concretas do eleitorado, ou de sua base eleitoral, e, especialmente, a partir dos seus interesses concretos na manutenção do poder.

As diversas opiniões dos elementos do grupo dominante sobre o papel das normas e expectativas ideais institucionais vão constituir, como veremos, as justificativas para suas próprias atuações. Estas opiniões podem ser classifica-

cadás seguindo três perspectivas principais:

Para uns, a norma institucional ideal representa algo incômodo e inoportuno: "são muito idealistas êstes legisladores", afirmam. E ante a inoportunidade da lei, julgam, êstes elementos, necessária uma certa adaptação, ou seja, a redefinição da lei em termos práticos: "a lei é um fato em torno do qual dá-se um jeito". Neste sentido, a desobediência aos padrões ideais, embora reconhecida como infração, justifica-se perante a inoportunidade da lei. De qualquer forma, porém, as coisas devem permanecer como estão, sendo os mecanismos efetivos de controle a forma mais prática e eficaz no controle e condução da política. O sentido realista impõe-se à justificativa mescla-se com um certo comodismo: "a vida é assim mesmo; nem tudo que reluz é ouro" - "eu esperava o mesmo quando entrei na política", e outros justificam: "gente precisa ser condescendente..."

Êstes elementos julgam ser impossível cumprir os padrões ideais: entre êstes - que repetem - e a realidade - concreta existe uma inadequação cuja raiz principal não situam; de tal forma que o padrão ideal não assegura sua própria obediência. Os mecanismos efetivos de controle representam, para êstes elementos, a maneira mais cômoda e a única de manter a situação. As normas para êles "são coisas bonitas, como o voto livre, a representação, etc., mas só funcionam como está..."; "a situação é assim mesmo. E aquêles que têm ideal e que, como eu, se vêm envolvidos na política, não saem para não dar lugar a outros como aquêles que combatemos: pode ser que fique melhor, mas e se não ficar? O jeito é deixar como está..."

Para outros, as normas são exequíveis, e responsabilizam o meio político pela sua desobediência: "política, é o meio mais sórdido, mais ingrato e decepcionante que há". Para êstes também não solucionaria a situação uma mudança de lei, pois "a responsabilidade da situação é dos próprios políticos".

Os últimos responsabilizam as falhas da lei como causa da desobediência, característica das condições em que se desenrola a política brasileira. Não julgam válida a posição de "jeitos": "Afim! a lei existe para ser cumprida..." Mas também não acham possível dar cumprimento à lei. En-  
dosam uma posição relativista em relação à validade da norma;

contudo <sup>vão</sup> apresentam uma solução (12). O depoimento de um vereador representa bem este ponto de vista: "Eu era muito taxativo; meu conceito de lei hoje, é em termos... É como farda, no termo, porque nem toda lei está certa..."

Pelo exposto, podemos concluir que, na atuação dos elementos eleitos, o fator mais importante constitui o atendimento à base eleitoral, ou seja, a correspondência às expectativas políticas tradicionais: os favores, gentilezas, etc. que permitem ao elemento manter-se no poder. Aliás, disse-nos um vereador: "A gente quando é eleito, no outro dia começa a campanha de reeleição"...

O atendimento às expectativas da base eleitoral, é, conseqüentemente, aspecto de grande importância nos esquemas de manutenção do grupo dominante. Na condução política local, a manutenção da base eleitoral exige que "o político não pare", "político é como pião: aquele que pára de rodar, cai". Desta forma, o legislativo municipal "é lugar de muito movimento e pouca ação", disse-nos um entrevistado. Neste "movimento", cujo objetivo é a correspondência às expectativas do eleitorado, alguns expedientes são bem importantes. Por exemplo: a popularização do elemento eleito, principalmente se é "estreiante". Nestas condições a técnica consiste em participar da oposição ao prefeito. Visto que a pessoa do prefeito representa a política municipal, opor-se-lhe em idéias, e com agressividade, torna o elemento um "bom vereador". Muitas vezes, segundo informantes, esta oposição é fruto de entendimentos com o próprio prefeito, o que é possível se tivermos em mente que não existem diferenças básicas entre o grupo de situação e de oposição na Câmara. Além disso, apresentar projeto de "impeachment" ao prefeito, desde que este não conte com muita popularidade, aumenta o prestígio do vereador; contudo, a oposição continuada desgasta o elemento. É preciso, então, participar de coalisões, sobretudo em projetos que tenham repercussões eleitorais garantidas; por exemplo, projeto de aumento dos funcionários públicos municipais.

Apresentar moções de protestos da tribuna também produz repercussão, especialmente se ao encaminhar a moção o vereador usar da palavra, ultrapassando alguns segundos o tempo regulamentar. As moções de protestos apresentadas à Câmara de Rio Claro no período de 1959 a 64, variam consideravelmente

velmente no conteúdo. Para se ter uma idéia, havia desde o protesto <sup>à existência de um FOAMIGUEIRO</sup> contra <sup>é o Protesto Contra</sup> um projeto de inclusão da China Popular na O N U. É de se notar que, em termos de base eleitoral, o primeiro projeto tem mais repercussão que o segundo.

Em relação à base eleitoral, a técnica mais utilizada é a de enviar através da Câmara, ou fazer constar em Ata, os votos de pesar a uma família enlutada, votos de congratulações pelo aniversário de um outro eleitor, cumprimentos pelo casamento da senhorita Fulana ou formatura de Beltrano, e assim por diante, incluindo-se viagens, inaugurações, posse de diretorias de associação, eleição de rainhas, etc. Quando se trata de luto em família de grande prestígio a praxe é de se suspender a sessão se ordinária, ou cancelá-la se extraordinária - enviando comissão apresentar os pêsames. Outra praxe é a de se propôr "um minuto de silêncio".

Em relação ao poder executivo, o esquema de condução da política local assegura mais ou menos a continuidade da imagem desenvolvida em campanha eleitoral: o líder paternalista e autoritário, o "homem de personalidade e com um passado de amor ao bem comum e aos princípios". A manutenção de sua popularidade exige, portanto, a correspondência às expectativas eleitorais que garantiram sua eleição: os favores, amizades e empregos recebem um tratamento todo especial por parte de seus assessores. E se não são obtidos - especialmente os empregos - os eleitores são sempre gentilmente tratados etc. Por outro lado, as relações entre o Executivo e Legislativo merecem um tratamento igualmente especial, que permite ao prefeito contar sempre com a maioria na Câmara (13).

Em resumo, tanto os elementos eleitos para o Legislativo, quanto para o Executivo, procuram desenvolver um trabalho de correspondência às expectativas eleitorais de suas bases. Desta forma garantem uma possível reeleição. Os elementos do grupo dominante que não estejam diretamente envolvidos na política municipal emprestam àquêles que são vereadores ou prefeito apoio que lhes assegura a manutenção do poder. Como dissemos em capítulo anterior, entre os que participam efetivamente da política local e os demais membros do grupo dominante se forma uma trama de relações e influências, assegurando a manutenção do statu quo, do qual todos são beneficiários.

Finalmente, no processo de condução da política local, através da atuação dos elementos eleitos, é possível - observar algumas coordenadas de ação política que visam a manutenção do grupo dominante local, face às tendências políticas expressadas no plano nacional e estadual. Quando analisamos o processo de seleção das alternativas para a opção política fizemos referência à redefinição local das tendências políticas nacional e estadual. Esta redefinição, como ficou implícito, apoia-se numa análise interpretativa da realidade social e política local e das expectativas emergentes em torno da ação política. Poder-se-ia dizer que a interpretação fornece um diagnóstico tático para orientar a condução da política local, de forma a permitir a manutenção do grupo dominante. - Ao mesmo tempo, a interpretação das tendências políticas brasileiras permite a elaboração de justificativas para os rumos selecionados e imprimidos pelo grupo dominante à política local.

Na medida em que, na condição da política local, a atuação dos eleitos se orienta nos rumos tomados pela política nacional, interpretando-lhe os meandros e tomando posição, o papel dos deputados estaduais ou federais ligados à cidade acresce em importância: eles inspiram o sentido das decisões, reforçam os diagnósticos do panorama político, orientando o "adesismo" ou "oposicionismo".

O tipo característico desta atuação é personificado pelo "deputado estadual da cidade", ou seja, aquele normalmente "nascido e criado na terra" que se assemelha ao "político de clientela", tal como o caracteriza Paulo Singer:

"o político de clientela representa um setor do eleitorado, cujos problemas e necessidades conhece bem e no qual possui posição de liderança. Ele se caracteriza pela estreiteza de seu horizonte político. - Sua atividade se restringe à satisfação de reivindicações imediatas do seu eleitorado. É sumamente ignorante dos problemas mais sérios que a atividade legislativa (...) lhe apresenta e toma posição perante eles levado pela sua ideologia pessoal ou pela tendência geral da opinião pública, dentro ou fora dos órgãos de poder a que pertence. É por isso perfeitamente possível que adote posições progressistas num dado momento e delas se arrependa no momento seguinte..." (14).

Esta variabilidade de opinião, esta capacidade - de "dançar conforme a música" e de inclusive, acompanhar as

tendências locais, reflete-se na orientação política imprimida por este elemento, na extrema flexibilidade e mesmo ausência de uma tendência política constante. Outro fator condicionante desta atuação é a influência que sobre ele exercem os antigos líderes, os quais o "ajudaram a subir". Portanto, no processo de redefinição local das tendências mais gerais da política nacional ou estadual, sua possibilidade de interferir estará vinculada aos interesses específicos daqueles que são os seus elementos de apoio em Rio Claro. Por outro lado, o político de clientela vincula-se também a elementos que assumem o poder - preferivelmente no executivo - e assim sendo, sua tendência mais geral será sempre o "governismo" ou pelo menos - em caso de haver incompatibilidade pessoal - a colaboração "em nome dos interesses mais altos da cidade ou do Estado". A condição de "oposição" na Assembléia é, para o político de clientela, extremamente adversa: afeito a posições personalistas e de inspiração momentânea, sua atuação - na oposição fica reduzida a comentários e protestos sobre assuntos de interesse de seu eleitorado. Além disso pouco pode atender às demandas de empregos e favores não contando com as boas graças do executivo, sofrendo em consequência restrições em seu prestígio.

Dois aspectos devem ser ainda analisados no tocante à ligação do político de clientela e à condução da política local. O primeiro deles prende-se à origem social do elemento; em alguns casos, vem de classe média, e, atingindo postos de envergadura, identifica-se nas posições assumidas com aqueles que, em certa medida lhe servem de modelo na ascensão e, por outro lado, passando a fazer parte dos círculos mais fechados da sociedade local, dado o cargo que exerce, assume geralmente posições mais conservadoras em relação ao statu quo local. O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, reafirma a idéia da extrema variabilidade das posições assumidas pelo elemento: embora vinculado por interesses pessoais às classes dominantes - que o sustentam - sua base eleitoral não está compreendida entre aqueles aos quais se identifica.

Assim o político de clientela desvela-se em cuidados com sua base: aqueles cuja atuação é mais sistemática - como em Rio Claro - chegam mesmo a liderar movimentos -

do "planejamento social" que visam "evitar a marginalização do homem em sociedade, integrando-o pelo trabalho, cultura e esportes". Estes movimentos resultam ser produtivos eleitoralmente, pois implicam um contacto constante com líderes da cidade, conversas e debates, cuja mensagem fundamental é a aceitação do statu quo e a promoção do esforço para mobilidade. Sendo o seu idealizador nada afeito a engajamentos ideológicos, imprime aos trabalhos deste tipo conceituações puramente decorativas, mas que, no consensus da comunidade, exprimem posição de avançado "reformismo".

Finalmente, o político de clientela assim descrito, torna-se elemento figurante em todos os movimentos da cidade, exigindo-se d'ele posição em tórno de todos os assuntos ventilados, desde a localização de uma estátua à construção de mictórios públicos.

Ao contrário, o deputado que mantém relações com a cidade, detém um tipo de influência direta em alguns grupos que se beneficiam d'ele e o beneficiam, também. Sua chegada à cidade, ou participação em festividades públicas, é acontecimento social. Conferem-lhe título de cidadania na primeira oportunidade, mas raramente o consultam para alguma decisão. Sua influência é direta em alguns setores, principalmente se fôr o caso de manter uma clientela fixa, alguns grupos de interesses - operários, principalmente; mesmo assim, é uma influência mais espaçada e variante.

Ambos, contudo, influenciam - mais no primeiro caso - a condução da política local, principalmente no sentido de orientar os rumos do processo, justificando as decisões, interpretando as posições ou acontecimentos políticos verificados na esfera estadual ou nacional. As posições em função de tais acontecimentos são, em grande parte, reflexo da orientação imprimida por êstes elementos.

Em resumo, o processo de condução da política local implica, como acabamos de ver, dois aspectos principais: de um lado, o atendimento às expectativas eleitorais, a manutenção de uma base eleitoral e, de outro, o estabelecimento de coordenadas políticas que permitam ao grupo dominante sua continuidade no poder.

O expediente da Câmara Municipal, no período abrangido por esta pesquisa, revela alguns dados em acréscimo

à discussão dêstes dois aspectos apontados. Em primeiro lugar, os requerimentos, moções, ofícios, etc. de que se compõe o expediente da Câmara, referem-se a três ordens de assuntos, principalmente: a) Social: compreendendo votos de pesar, congratulações, agradecimentos por convites, cumprimentos por viagens, e correspondência com associações de classe, beneficentes, etc., de Rio Claro e outras cidades; b) Administrativo: dizem respeito ao regulamento interno da Casa, pedidos de informações, ou informação das comissões, pareceres das comissões e pedidos de licença; c) Político: compreendendo o relacionamento com esferas políticas superiores, relacionamento com os outros poderes no Município, com o Legislativo de outras cidades, protestos, projetos, etc. O quadro abaixo, permite observarmos a proporção de cada um dêstes assuntos:

QUADRO Nº : Classificação do Expediente da Câmara Municipal  
(1959 a 1964)+

ANOS	E X P E D I E N T E		
	Social	Adminis- trativo	Político
1959	78	153	28
1960	89	212	62
1961	116	304	107
1962	64	139	47
1963	74	182	37
1964	73	271	34
TOTAIS	495	1371	319

+ Dados coletados das Atas da Câmara, no período citado.

Como se pode observar, 495 documentos do expediente destinam-se, no período citado, a assuntos sociais. Dêstes, apenas 38 foram dirigidos a associações de classe ou beneficentes. Os demais são, como dissemos, cumprimentos, votos de louvor, etc. cuja finalidade é a manutenção da base eleitoral. Entre os documentos classificados como "políticos", incluem-se inúmeros ofícios dirigidos aos poderes -

da União cumprimentando por tal ou tal discurso, pela reeleição (15), pela posse no poder (16) e assim por diante. Embora o conteúdo social de tais documentos, a motivação a fundamentá-los é "política" no sentido comecinho da palavra. Alguns dêles dirigem-se a outras esferas, como por exemplo, "congratulando--se com o Papa João XXIII pela publicação da Encíclica Mater et Magistra (17). Outro assunto do qual cuidam vários documentos é a concessão de títulos de cidadania. Em Rio Claro vários foram concedidos, dentre êles alguns - que hoje certos vereadores preferem não lembrar: os agraciados têm os direitos políticos cassados por dez anos... Pelo que se vê, é uma das formas de estabelecer relações entre determinados vereadores - autores do projeto - e o deputado senador ou governador agraciado.

Estes requerimentos que propõem títulos de cidadania (18) e aquêles que se dirigem ao Estado ou à União solicitando verbas, favores, auxílios, etc. expressem a projeção do município aos órgãos de poder mais elevados, bem como, o personalismo com que esta projeção se reveste.

São mais efetivos politicamente e deixam entrever uma tentativa de engajamento na apreciação que fazem - das mudanças em curso ou operadas na política nacional, os ofícios dirigidos para cumprimentar por atitudes e posições os votos de louvor e protesto: a exemplo, "cumprimentando o Governador Leonel Brizola pela encanpação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul" (19), "cumprimentando o Presidente da República pelos rumos da política internacional" (20), ou, protestando contra a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba" (21).

Os 1371 documentos de cunho administrativo referem-se principalmente às disposições regimentais, informações, etc., como dissemos. Dêstes, apenas 38 são pedidos de licença por parte de vereadores. Alguns dêstes documentos têm um sentido mais nitidamente político. Entretanto, o assunto principal é administrativo.

Durante o período de 53 a 54 surgem com mais freqüência no expediente do legislativo local, os documentos de caráter político os quais denotam posições políticas firmadas em relação ao agravamento das tensões políticas na sociedade brasileira. Neste período, o grupo dominante lo-

cal reorganizava-se internamente: as diferenças entre situação e oposição tendiam a se aplainar sob influência de elementos vinculados às esferas políticas estaduais e nacionais. As diferenciações internas ao grupo dominante transpareciam: na Câmara os elementos operários "convidados" permaneciam sob liderança de seus próprios líderes. Por outro lado, o pequeno grupo operário, que representava alternativas políticas avessas aos interesses do grupo dominante, permanecia na posição inicial. De sorte que se formava uma pequena "clique" no legislativo, em virtude da segregação a que estavam relegados os vereadores operários - dentre eles o vereador mais votado em Rio Claro.

Em resumo, os vereadores do PTB e PSB, de modo geral, estavam sob controle dos demais. Estes representavam a possibilidade de alteração do statu quo, cuja manutenção, é fundamental ao grupo dominante. O movimento de abril veio pois, liberar as forças necessárias à exclusão destes elementos do legislativo local.

A inclusão destes elementos na política local fôra, como vimos, um esquema necessário à ampliação de popularidade dos partidos políticos rioclarenses. Eleitos, desenvolveram uma política consonante com as tendências de seus partidos (PTB e PSB) na esfera nacional, representando posições em desacôrdo com o conservadorismo local, embora, em Rio Claro, fôssen elementos da situação no Legislativo.

Enfim, o movimento de abril e o ambiente de tensão seria condição para o desmascaramento da natureza de dominação da estrutura do poder. O grupo dominante assegurasse e garante sua posição excluindo os candidatos da classe operária, especialmente. É dessa forma que se pode entender a cassação de mandatos em Rio Claro.

A 1ª de abril, foi convocada sessão extraordinária da Câmara Municipal para "tomada de posição em consonância às gloriosas tradições de defesa dos postulados democráticos", etc., como dizia o presidente abrindo a sessão (22). Decidiu-se, finalmente, o envio de "Moção Democrática" ao Comando Revolucionário, assinado pelos presentes, excluindo-se dois vereadores que ainda reconheciam, àquela altura, o sr. João Goulart como presidente do Brasil e, por fidelidade partidária, não assinaram. Foi sessão bastante concorri-

da como registram os anais:

"o Vereador... comunica encontrar-se presente na Casa do ilustre Delegado de Polícia Dr... e solicita à mesa que o convide para adentrar o recinto desta Casa". (nomeou-se uma comissão para...) "acompanhar aquela ilustre autoridade até a Mesa". (23)

.....

As pressões efetivas sôbre a Câmara, inclusive a presença de autoridade policial, são invocadas hoje para justificar o rumo que tomaram os trabalhos. Apesar da veracidade de tais pressões, a posição tomada - cassação de mandatos - significou, como já afirmamos anteriormente, a exclusão de elementos distintos do jôgo de interesses dos grupos dominantes. "Houve precipitação das decisões tomadas", afiançaram-nos alguns vereadores; contudo, foi possível, graças a estas medidas, manter o esquema de ação política que caracteriza a Câmara do Rio Claro, e, conseqüentemente, a uniformidade de posições: "mudaram a situação para conservar a posição", disse-nos um entrevistado.

Na sessão de 11 de abril de 1964 um vereador, logo na abertura dos trabalhos renuncia ao mandato. Outro apresentava Projeto de Resolução cassando o mandato de um terceiro, enquanto o restante dos vereadores apresenta "declaração de voto" na qual "conformam-se em votar favoravelmente à resolução desde que se incluam mais o mandato de um vereador do PTB, três suplências do mesmo partido, uma do PR e mais 13 do PSB", perfazendo o total de dezenove elementos atingidos. Finalmente, na mesma sessão, pede-se regime de urgência para a tramitação do processo, o que foi concedido e convocada sessão extraordinária para êste fim, logo após o encerramento dos trabalhos.

Na discussão do Projeto Resolução 10-64, a argumentação utilizada apoiava-se em dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, os vereadores discriminaram os colegas - do PTB e PSB como elementos dissonantes em relação aos princípios básicos do regime democrático brasileiro - "eram agitadores comunistas". Faltava-lhes, entretanto, confiança absoluta na tese que esboçavam, como se pode observar no seguinte trecho da discussão para encaminhamento do projeto:

"o vereador...com a palavra, diz que a Casa estaria de luto verdadeiro se o comunismo tivesse

triunfado(...) e conclui dizendo que talvez alguns dos elementos cujos mandatos estão sendo cassados não merecessem, e cita o adágio popular "quem seu inimigo poupa em suas mãos morre" (24)

A necessidade de justificar a decisão, emprestou, pois, uma segunda dimensão ao processo:

"Não resta alternativa, pois (a Casa) tem que dar a sua colaboração para que o Brasil alcance o seu destino sagrado de nação livre e próspera. A nossa origem latina é por demais sensível e nos constrange a adoção de tais medidas, mas conscientes da hora que atravessamos e de nossas responsabilidades, temos que dar a nossa cooperação, para que a paz e o sossego sejam restaurados no país". (25).

.....

Este vereador continua sua exposição, falando da necessidade de serem alertadas "as classes operárias e as pessoas humildes para que não sejam enganadas outra vez" e como resposta, o único operário, àquela altura figurante na Câmara, dirigiu-se ao plenário, endossando a posição tomada:

"a atitude que se irá adotar causa tristeza e constrangimento, mas deve ser tomada para que amanhã não sejamos responsabilizados por não havermos cooperado para assegurar ao povo brasileiro, o único regime decente e livre que é o da democracia". (26).

.....

O projeto foi aprovado por unanimidade e justificado nos dias que se seguiram à opinião pública como "em consonância com a situação nacional, cassando mandatos de vereadores comunistas ou indigitados como participantes de atividades contrárias aos princípios democráticos. (27)

Desta forma os vereadores "levam as mãos", tal qual Pôncio Pilatos e aderem à tendência política dominante no período.

Resumindo o movimento de abril permitiu ao grupo dominante eliminar aqueles que, de certa forma, correspondiam à posições políticas avessas aos interesses defendidos de manutenção do statu quo, identificando-os pela categoria profissional - operários - e a esta categoria como necessariamente, comunista. Os que detêm o poder em Rio Claro - orientados em suas decisões no sentido do "adesismo", que caracteriza a política local - garantiram desta forma, condições para sua continuidade no poder.

Por outro lado, o curso dos acontecimentos (28), demonstrou ser precipitada a justificativa apresentada para

a cassação dos mandatos. Arrefecidos os ânimos, periculosidade dos atingidos foi decaindo: se antes, todos eram "costumazes agitadores comunistas", passaram alguns a ser encarados como "rapazes idealistas" ou, então, como se dizia, "mas nós erramos, êle não era comunista, era médico!" e assim por diante. A justificativa é mais fácil quando o elemento atingido goza posição social elevada, ou quando mais inacessível às críticas se encontra. Em caso de morte, o "perigoso agitador comunista" é descrito nos discursos como "homem de grandes qualidades, de elevado espírito público, idealista...". Houve mesmo tentativas no sentido de rever o projeto de cassação, que se revelaram infrutíferas. (29).

Em contra-partida, poucos elementos atingidos pela cassação de mandatos compreendem a natureza do processo em que foram envolvidos. As interpretações mais comuns e atribuídas ligam-se às noções de honestidade, fidelidade ou amizade "êle se dizia meu amigo e no entanto...". Muitos guardam profundo ressentimento da situação e inclusive preferem não falar sobre o assunto (êste foi o motivo principal dos impedimentos para entrevistas). Outros ainda procuram demonstrar o absurdo que para êles representou a cassação mediante relações nada esclarecedoras "noça, quem gosta de passarinho pode ser comunista?"

Dado que nos foi impossível formalizar entrevistas com todos os elementos atingidos, pretendemos, nos quadros abaixo, demonstrar, ao nível da evidência empírica possível, a composição interna para o grupo atingido.

QUADRO Nº : Cassados e Profissões

PROFISSÕES	PARTIDOS			TOTAL
	P T B	P S B	P R	
Operário	4	9	-	13
Liberal	-	1	-	1
Func. Público	-	1	1	2
Comerciante	1	1	-	2
Comerciário				
Barbeiro	-	2	-	2
Alfaiate				
Total	5	14	1	20

Ao longo deste capítulo, pretendemos analisar as técnicas de dominação e controle utilizadas pelo grupo dominante de Rio Claro com objetivo de manutenção do poder. Ao analisarmos, portanto, a condução das opções políticas na campanha eleitoral de 63 tivemos oportunidade de observar a ressonância das tendências da política estadual e nacional em Rio Claro e, principalmente, a redefinição destas tendências orientada pelos que detêm o poder na sociedade no sentido de adaptá-las aos interesses por eles defendidos, bem como às tendências tradicionais do eleitorado local. O mesmo processo pudemos observar na condução da política local, onde decisivamente importante é o papel desempenhado pelos políticos de clientela de Rio Claro, os quais auxiliam o grupo dominante na tarefa de se manterem governistas, ou numa oposição colaboracionista-posição que os favorece também-.

Finalmente, a análise do movimento de abril permitiu-nos observar as técnicas de controle e dominação no plano da discriminação ideológica e como reflexo, da tendência política dominante e, então, vitoriosa no país. Neste último caso, não houve uma redefinição local das tendências nacionais. Ao contrário, elas se adaptaram, como vimos, às expectativas políticas tradicionais ainda persistentes em Rio Claro.

As normas e expectativas legais institucionais que, como vimos, constituem aspecto importante na compreensão do comportamento político do grupo dominante em Rio Claro, não constituíram elemento decisivo na modelagem do comportamento efetivo quer nas campanhas como na condução da política local. E os próprios elementos entrevistados, participantes do grupo dominante local, estavam conscientes do relativo poder das normas e expectativas ideais na modelagem do comportamento efetivo.

Contudo, sob tensão, o grupo dominante reagiu no sentido da preservação daquêles ideais e normas e, já pela falta de convicção, pelo critério da maioria dominante. É nesta condição que os que detêm o poder em Rio Claro revelaram as técnicas de dominação mais explicitamente... Todavia, não nos cabe analisar o movimento de abril, sequer em Rio Claro.

NOTAS AO CAPÍTULO V

- ( 1 ) Neste Capítulo utilizaremos quase indiscriminadamente as expressões técnicas, expedientes e esquemas de ação política, ou de controle político. Poder-se-ia, entretanto, proceder conceitualizações mais específicas, a gosto do leitor exigente. Por técnicas, táticas ou praxes, de controle e ou dominação, queremos dizer recursos habilmente utilizados no sentido de garantir - ao grupo dominante, ou a um de seus elementos, em particular - a manutenção da liderança política de um grupo social ou segmento da estrutura social. Por exemplo: uma técnica ou tática desenvolvida pelos dirigentes partidários locais consiste nos laços de amizade estabelecidos com alguns operários a fim de convidá-los como candidatos à vereança em 1963. A "amizade" que uno estes elementos garante uma certa dependência por parte do convidado e estreante na política local em relação ao elemento que o convidou. Por expedientes de ação política vinculados à manutenção do poder, queremos entender a extensão de relação de dominação - como a citada - abrangendo, ao mesmo tempo várias ou todos os setores da sociedade local. Um expediente usado seria a utilização de operários nos partidos, e na fórmula de arrebanhar votos, por exemplo.
- Por esquemas políticos para a manutenção do poder, queremos nos referir àqueles complexos de técnicas, praxes e expedientes que, em conjunto, garantem a um determinado elemento ou ao grupo dominante em conjunto, a manutenção do poder. O processo de cassação de mandatos em Rio Claro, é um bom exemplo.
- ( 2 ) Vimos no Capítulo IV, especialmente, que o sistema político partidário brasileiro pode ser considerado como um esquema de competição entre grupos basicamente semelhantes além de, em Rio Claro, serem as lideranças partidárias controladas direta ou indiretamente pelo grupo dominante local; não havendo pois, entre os partidos, mais que uma oposição formal.
- ( 3 ) Dêstes, vários - sendo a maioria - estão interessados na manutenção do statu quo, que lhes garante alguns privilégios. Um incremento à industrialização promoveria mudanças que forçosamente abalariam suas posições já estabelecidas.
- ( 4 ) Oliveiros S. Ferreira, "A Crise do Sistema e as Eleições Paulistas de 62", in Revista Brasileira de Estudos Políticos, da Universidade de Minas Gerais, nº 16, 1964, p. 204.
- ( 5 ) Idem, idem, p. 180.
- ( 6 ) in Diário de Rio Claro, de 11 de outubro de 1963.
- ( 7 ) in Diário de Rio Claro, de 10 de outubro de 1963.
- ( 8 ) Respondendo, in Diário de Rio Claro, de 4 de junho de 1963.
- ( 9 ) "Los que Desejam Saber", in Diário de Rio Claro, de 28 de junho de 1963.
- (10) in Diário de Rio Claro, de 11 de setembro de 1963.
- (11) Partido Socialista Brasileiro, "Programa Mínimo", in Diário de Rio Claro, de 14 de setembro de 1963.
- (12) Pelo que nos foi dado observar nas entrevistas, subjacente às opiniões apresentadas pelos vereadores existe uma noção bem arraigada

gada de respeito às normas e expectativas legais. Nenhuma dos entrevistados propôs uma mudança nas leis. Não sabemos como reagiram ante às mudanças da legislação eleitoral em 1966, dado que estas entrevistas foram realizadas em 1965-66, antes das alterações.

- (13) Vimos no Capítulo III que a atuação do grupo dominante não se restringe à esfera política. Portanto, através de toda uma rede de relações de poder e influência, estabeleceu-se no Legislativo, uma base de apoio ao prefeito. As associações locais desempenham papel importante na formação deste apoio. Vide Capítulos III e IV.
- (14) Paulo Singer, "A Política das Classes Dominantes", in Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira SA., 1965, p. 77.
- (15) Requerimento 72-60, Câmara Municipal de Rio Claro. ACM RC
- (16) ACM RC Requerimento 4-61, idem, idem.
- (17) ACM RC Requerimento 366-61 - ibidem.
- (18) ACM RC Projetos - Lei nº 4-63; 5-63; 46-62 e outros.
- (19) ACM RC Requerimento 179-59.
- (20) ACM RC Requerimento 285-61.
- (21) ACM RC Requerimento 107-63.
- (22) Ata da 22 Sessão Extraordinária, 12 Anos, 52 Legislatura, realizada a 12 de abril de 1964, Transcrita no Jornal, Diário do Rio Claro, de 5 de abril de 1964, p.3.
- (23) idem, idem.
- (24) Ata da 42 Sessão Extraordinária, 12 Anos, 52 Legislatura, realizada a 12 de abril de 1964. Transcrita no Jornal, Diário do Rio Claro, de 16 de abril de 1964.
- (25) idem idem.
- (26) ibidem.
- (27) in Diário do Rio Claro, de 16 de abril de 1964.
- (28) Passado um ano de ocorrido alguns vereadores da Câmara Municipal manifestaram-se favoravelmente à anulação dos efeitos da Resolução 81, tomada com base no Projeto-Resolução 10-64, de 12 de abril de 1964. O requerimento afirma e comprova que a cassação de mandatos fêra atitude precipitada por se fundamentar em acusações improcedentes, baseando-se também, em pareceres de autoridades judiciárias:
- Considerando que - o Sr... teve arquivado os dois processos policiais por improcedentes(...) No primeiro, sobre "Crime contra a Segurança Nacional" o DD.Promotor de Justiça ...'solicitou arquivamento pela inexistência de ações típicas no sentido jurídico penal, pois a polícia nada apurou, tanto que a própria autoridade policial deixou implícito a inexistência de fato criminoso, em seu relatório'. O segundo processo de "sindicância sobre atividades subversivas de elementos da Câmara Municipal que tiveram seus mandatos cassados" também foi arquivado por requerimento do mesmo Promotor de Justiça (...) 'pela inexistência de ações típicas no sentido jurídico penal, pois a polícia nada apurou como fato criminoso, contra os implicados no inquérito policial, tanto que a própria autoridade policial deixou de indiciá-los!

Considerando que- conforme é do conhecimento de todos os manda-  
tos foram cassadas por informações verbais obtidas na pró-  
pria autoridade policial, conforme se pode comprovar pelo  
tópico de Parecer 30-64 da Comissão de Justiça, Redação, E-  
ducação e Saúde, constante da fôlha 4, do processo 5 704-64  
o que é o seguinte: 'considerando, entretanto, sem tomarmos ou-  
tra base que não a declaração policial de vínculo à facção  
vencida, e, a fim de não se fazer exceção, que se devam con-  
siderar extintos, também os mandatos dos demais vereadores  
e suplentes implicados com aquele órgão judiciário.'

Os autores do requerimento terminaram por julgar oportuno "fôssen  
consideradas as possibilidades de anulação dos efeitos da Resolu-  
ção 87". ACM RC Requerimento 97-65, Câmara Municipal de Rio  
Claro.

(29) A tentativa, contudo, revelou-se infrutífera. Outro grupo de ve-  
readores, encaminhou à mesa o Requerimento de Urgência nº 104-65,  
no qual, depois de fazerem uma análise da situação brasileira an-  
terior à revolução, requerem seja encaminhado o Requerimento 97-  
65 às autoridades militares e policiais "para que tenham conhecimen-  
to da marcha da subversão e contra-revolução em nossa cidade".

Este documento é ilustrativo, principalmente, nos "considerandos"  
onde justifica a cassação de mandatos como também o envio das "pro-  
vas de subversão" às autoridades militares:

Considerando que - decorrido apenas um ano da revolução, já é  
evidência e, de certa maneira agitando-se o espírito de  
subversão, pondo em perigo os processos sancionadores do Mo-  
vimento de 31 de Março;

Considerando que - se atitudes assim persistirem no país in-  
teiro seremos condenados ao retorno deplorável e horrível  
da subversão agitação que são bases necessárias para o as-  
salto comunista, como já tivemos provas sobejas, e que  
não se tornou realidade graças ao patriotismo e dedicação  
do nosso glorioso exército;

Considerando que - até 31 de Março de 1964 em vista desta ter-  
rível situação de intranquilidade, insuflada pelo comu-  
nismo ou jango-comunismo, o Brasil estava sendo leva-  
do para a deterioração cívica, que terminaria com a cubani-  
zação ou comunização do país.

Requerimento de Urgência 104-65, Câmara Municipal de Rio Claro.  
(O grifo é nosso).

## CONCLUSÕES

Nosso objetivo neste trabalho foi o de analisar as técnicas de manutenção do poder utilizadas pelos grupos dominantes em Rio Claro. O comportamento político destes grupos constituiu, portanto, para nós, o ponto fundamental de enfoque. A partir dele procuramos atingir algumas de terminações internas ao sistema de dominação e, especialmente, à estrutura do poder na sociedade capitalista.

Como se observou, duas dimensões foram consideradas no sentido de compreender o comportamento político dos grupos dominantes: a primeira, sua maior ou menor aderência às disposições institucionais legais; a segunda, as condições sociais estruturais sobre as quais se assentam as relações de dominação. A localização dos grupos dominantes, a análise das adaptações do comportamento político necessárias à manutenção do poder ao curso das mudanças sociais e, finalmente, a análise da estrutura de relações e interrelações de poder e influência através da qual o grupo exerce o domínio sobre os demais grupos sociais, foram as etapas cumpridas ao curso de nossas investigações no sentido de atender aos objetivos propostos.

Embora não pretendamos haver esgotado as possibilidades abertas pela pesquisa, a análise que encetamos do processo de manutenção dos grupos dominantes em Rio Claro permite a formulação de algumas reflexões mais gerais as quais devem ser encaradas como novas hipóteses para futuras pesquisas.

Pelo que vimos no correr dos capítulos, o sistema de dominação em um dado momento histórico reflete-se das disposições fundamentais da estrutura social. Assim, durante a 1ª República, as relações entre coronel e eleitores formavam-se no lastro das dependências que vicejavam no meio rural e que, posteriormente, foram de certa forma extrapoladas para o meio urbano. Processo semelhante ocorre em Rio Claro nos dias atuais em relação ao clientelismo. Neste novo sistema, certas condições especiais, como, por exemplo, a exigüidade das ofertas de trabalho, combinada com

o interêsse mantido em relação às oportunidades abertas pela burocracia civil, fazem do político de clientela, geralmente deputados, elementos decisivos para a obtenção de várias vantagens, inclusive emprêgos. Conseqüentemente, formam-se entre eleitor e candidato vínculos de dependências e relações amistosas que conduzem à constituição de uma clientela. A clientela não é dependente do Deputado como foram os eleitores rurais. O voto, tanto neste caso quanto no coronelismo de cidade, é muito mais uma mercadoria de troca, uma retribuição de favor, que a manifestação de obediência a um poder fundado na autoridade patriarcal.

Todavia a clientela é, de certa forma, uma categoria política cujas raízes estão plantadas nos componentes tradicionais permanentes na estrutura social: ela é composta por elementos que vendem seu candidato não a expressão política mas a solução de problemas particulares, o encaminhamento de papéis na burocracia estatal, os favores, um emprêgo. Em certos casos, ainda a clientela é composta por elementos que vendem seu voto por quantias pré-determinadas em moeda.

É importante notar que, para a clientela, a manutenção do "seu" candidato no poder é de fundamental importância. Ainda aqui os segmentos sociais envolvidos, regra geral, não atinam com as relações de dominação subjacentes ao esquema e, muito menos, percebem a contradição entre os interêsses mais amplos que o candidato defende e os seus próprios. Em outras palavras, a clientela regra geral não se apercebe como classe inserida numa estrutura de dominação. As condições estruturais que vinculam a clientela de maneira específica ao sistema, bem como, heterogeneidade de classes que a compõe, são fatores que, juntos determinam a alienação do grupo às relações de dominação em que está envolvido.

Conseqüentemente, o sistema de dominação e, em certa medida, a estrutura do poder não são percebidos pelo grupo ao nível estrutural e de maneira a permitir que os indivíduos nêle se situem como segmentos de classe ou como classe. O nível de relacionamento primário subsistente em Rio Claro seria talvez um dos fatores responsáveis por tal situação: contudo o processo não é exclusividade

rioclarense. Ao contrário, o cultivo de uma clientela eleitoral é processo que se estende por todo o Brasil inclusive em centros largamente industrializados como São Paulo.

Enfim, o clientelismo é uma das formas ou expedientes através dos quais as contradições subjacentes ao sistema de dominação são, regra geral, atenuados para os eleitores. Um dos aspectos importantes nesta atenuação reside na focalização dos problemas individuais, ou quando muito, reivindicações gerais mas cuja base estrutural não é posta em evidência. Por seu turno, as soluções destes problemas são postos, quase sempre, em nível imediato e não vinculados a uma ação do interessado, mas sim, do "seu" candidato. Neste caso, a outorga de direitos de ação parece criar condições à alienação da participação política concreta em prol da delegação de poderes para indivíduos que, na estrutura do poder, representam a categoria dominante.

A permanência de praxes semelhantes corresponde, conseqüentemente aos interesses voltados à manutenção do statu quo. Desta forma, o clientelismo, embora possa conduzir ao solucionamento imediato de alguns problemas particulares vinculados às disposições internas ao sistema de dominação, não significa uma alteração naquelas disposições. Ao contrário, significa antes um reforço nas relações de dominação que compõem a estrutura do poder.

Em resumo, o clientelismo pode ser assim considerado como um dos expedientes constantes dos esquemas de manutenção dos grupos dominantes, na medida em que conduz os personagens envolvidos à compreensão ou interpretação superficial das relações de dominação, ao mesmo tempo em que promove o desinterêsse pela busca ou análise das relações fundamentais à estrutura do poder.

Como dissemos, as condições sociais concretas constituem base importante na emergência destas praxes de dominação, ou seja, as praxes de dominação apoiam-se nas condições sociais concretas que permitem ao grupo dominante o exercício do contróle. De maneira semelhante poder-se-ia concluir em relação às normas e expectativas legais que constituem o arcabouço institucional do sistema de dominação.

Neste ponto cabem algumas observações. A

grosso modo, pode-se afirmar que as normas e expectativas legais definem, no sistema de dominação emergente, os padrões de comportamento político e conseqüentemente as relações de dominação. Desta forma as normas são relativamente capazes de modificar o comportamento concreto dos grupos dominantes, como vimos ocorrer no sistema de dominação emergente com a inclusão das disposições da Justiça Eleitoral. Todavia estas disposições, em que pese as mudanças introduzidas nas praxes corriqueiras ao sistema eleitoral anterior, não atingem a esfera dos controles exercidos através das técnicas de selecionamento de candidatos, da pressão de propaganda, de toda a máquina político-eleitoral em seu conjunto. As normas institucionais fornecem assim, um quadro de referência formal ao comportamento político dos grupos dominantes. São, entretanto, mais efetivos na moldagem daquele comportamento os mecanismos efetivos de controle que, de certa forma, constituem um desvio sistemático das normas e conformam-se às expectativas eleitorais.

Dois aspectos são, portanto, fundamentais à compreensão do esquema de manutenção dos grupos dominantes: de um lado, as normas constituem o apoio formal ao sistema de dominação; de outro, as expectativas eleitorais constituem a base concreta a apoiar a permanência do grupo dominante. Em outras palavras, o arcabouço institucional de nossa democracia representativa é um quadro de referência para a manutenção do poder: fornece ao grupo dominante os instrumentos básicos para a manutenção da Ordem e Estabilidade que são fundamentais à manutenção do statu quo: fornece, também e em ocasiões especiais de tensão, os instrumentos de força necessários à repressão de tendências que venham contrariar os interesses básicos no exercício do poder, como vimos acontecer durante o movimento de abril de 64, em Rio Grande e como aconteceu na greve dos ferroviários em 1966. Todavia o arcabouço institucional não constitui, para o grupo dominante e de certa forma para os demais grupos sociais, mais que este apoio formal às disposições internas ao sistema de dominação. A manutenção do poder apoia-se na manipulação das expectativas sociais por parte do grupo dominante, na maior ou menor expressividade das tendências político-eleitorais e expectativas sociais do eleitorado, que constituem o fun-

damento básico na elaboração da ação política voltada à manutenção do poder.

Pode-se pois concluir que o esquema de manutenção do grupo dominante vai depender da adaptação do comportamento político às condições sociais em mudança. Neste esquema tem predominância os interesses concretos no exercício do poder defendidos através de manipulações das expectativas sociais emergentes e assegurados enquanto o permitir o substrato de força subjacente ao sistema.

Em resumo, o esquema de manutenção dos grupos dominantes se nos afigura apoiado em alguns pontos fundamentais, quais sejam:

Na manutenção da ação política em consistência, embora aparente, com as normas institucionais, idéias e expectativas em torno da ação política geralmente aceitas na sociedade local. Em Rio Claro, como vimos, as mudanças sociais decorrentes do processo de industrialização e urbanização não chegaram à desagregação do complexo tradicional pré-existente. Ao contrário, as mudanças que então se introduziram na estrutura social foram gradativas e mesmo passaram por um processo de redefinição às tendências tradicionais anteriores. O mesmo se observou na esfera das valorações: persistem no consensus aquelas vinculadas ao sistema tradicional, as quais passaram a expressar valores e padrões ideais de comportamento voltados à aceitação do status quo e que constitui um traço decisivamente importante para a manutenção do grupo dominante. As distinções que vimos existir entre o comportamento político dos grupos dominantes e as normas e expectativas institucionais são justificadas ou toleradas no conjunto das expectativas sociais aceitas.

Na imprensa local, por exemplo, observamos a expressão de idéias, avaliações e crenças que traduzem maneiras de interpretar a realidade social como se fôra um todo equilibrado e estável. Não exorbitamos ao afirmar que, nestas tendências, o observador pode ver refletidos os processos de acomodação de classes na estrutura e especialmente a aceitação dos componentes tradicionais. Estas tendências são predominantes na imprensa local e são também assumidas politicamente pelo grupo dominante.

Nos anos de 63/64, portanto, ao se aguçarem as tensões na sociedade brasileira, surgem também na imprensa

sa local comentaristas que expressam posições políticas vinculadas àquelas que emergiam no cenário de discussão brasileiro. Até certo ponto estes comentaristas expressavam expectativas sociais emergentes em Rio Claro, as quais haviam sido exploradas na campanha eleitoral de 63 por vários candidatos locais no sentido de arrebanharem votos, especialmente entre operários.

Entretanto, fora do contexto de campanha eleitoral, as tendências políticas voltadas à alteração do statu quo assumem significado especial no balanço de forças políticas. Portanto, em relação a estas tendências que traduziam no nível das aspirações, expectativas sociais não condizentes com a manutenção do statu quo, explicita-se outro ponto importante no esquema de manutenção do grupo dominante. Trata-se, neste caso, do reforço a ser emprestado àquelas expectativas sociais emergentes naquele momento histórico.

O reforçamento das expectativas sociais favoráveis à posição do grupo dominante e a eliminação das possibilidades de expectativas que encerram um conteúdo crítico em relação ao statu quo, compõe, no sentido mais específico, o caráter seletivo da ação política do grupo dominante, através da qual se garante a permanência do statu quo e conseqüentemente das disposições internas ao sistema de dominação.

Neste campo dois veículos são de importância fundamental em Rio Claro: o primeiro, a imprensa falada e escrita, através da qual é possível ao grupo dominante - já que êle controla estas agências - restringir a veiculação das tendências que lhes sejam desfavoráveis quer criando obstáculos aos articulistas para a publicação de matéria, quer ainda, favorecendo a divulgação de interpretações e avaliações da realidade brasileira condizentes com os interesses do grupo, na medida em que reafirmam a convicção no statu quo.

O segundo veículo utilizado no combate às tendências políticas desfavoráveis é o da comunicação oral de notícias ou informações consideradas "perigosas" sobre os articulistas. Na sociedade local, onde todos têm lugares definidos, ser considerado ou "tachado" comunista ou contra

ver esta *ó*, de certa forma, ser segregado ou ser tratado como "um estranho". Conseqüentemente, perdem-se amizades, "chances", emprêgos. O pêsso do contrôlo social é pois importante fator no esmorecimento de uma oposição ideológica.

Neste contrôlo ideológico fundamenta-se, num sentido amplo, a rêde de relações e interrelações de poder que compõe a base do esquema de manutenção dos grupos dominantes. O substrato dêste contrôlo ideológico parece estar vinculado a uma visão seletiva da realidade social condicionada de maneira geral às condições sociais locais e de maneira específica à posição do indivíduo na estrutura de classes.

Conseqüentemente a ação política e esquema de manutenção dos grupos dominantes refletem em Rio Claro, as disposições internas ao sistema de dominação na sociedade brasileira e, de maneira mais geral, a estrutura do poder na sociedade capitalista.

A análise das técnicas de manutenção do poder ao nível ideológico ultrapassa os limites impostos a êste trabalho. Contudo, deve esta análise considerar não apenas a categoria dominante, como fizemos, mas igualmente a dominada.

Só em uma abordagem que incluisse dominação e alienação seria possível atinar com o sentido daquela pergunta que nos foi feita: "Moça, quem gosta de passarinho pode ser comunista?"

## BIBLIOGRAFIA

## OBRAS GERAIS

- AMARAL, A. O Brasil na Crise Atual, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.934.
- AMORA, Paulo Bernardes O Estadista de Minas na República, - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.964.
- ARON, Raymond Temas de Sociologia Contemporânea (trad. de - Eusébio de Carvalho), Lisboa, Editorial Presença, 1.963.  
Novos Temas de Sociologia Contemporânea (traç. de Augusto Pastor Fernandes), Lisboa, Editorial Presença, 1.964.
- ARBEVEDO, Fernando Cultura Brasileira, São Paulo, Edições - Melhoramentos, s.d.  
Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 2 edição, s.d.
- BARBOSA, Rui A Queda do Império, Tomo I, Rio de Janeiro, - Ed. Livraria Castilho, 1.921.
- BASBAUM, Leôncio História Sincera da República, 3 vols. 2 edição, São Paulo, Ed. Itagilit, 1.962.  
Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento, São Paulo, Ed. Fulgor, 1.960.
- BASTOS, TOCARY ASSIS - O Positivismo e a Realidade Brasileira, Belo Horizonte, Ed. Revista de Estudos Políticos 1.965.
- BEIGUELMAN, Paula Pequenos Estudos da Ciência Política, São Paulo, Ed. Centro Universitário, 1.967.
- BELLO, José Maria História da República 1889-1954, São Paulo 4 edição Cia. Nacional, 1.959.
- BENDIX, Reinhard and Seymour Martin Lipset (ed.) Class, Status and Power, 6 ed. Free Press of Glencoe, 1.963.
- BOENBRER, George C.A. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889), Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Imprensa Nacional, 1.954.
- BOTTOMORE, T.B. e M. Rubel, Sociologia e Filosofia de Karl Marx (trad. de Geir Campos), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.964.
- BOTTOMORE, T.B. As Elites e a Sociedade (trad. Otávio Guilherme Velho), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.965.
- BRANDÃO, A.C. e Decúlio Palmeira Repertório Eleitoral, Rio de Janeiro, Coelho Branco Editora, 1.950.
- BROWN, Radcliffe Structure and Function in Primitive Society, London, Cohen & West, 1.956.
- CALMON, Pedro Curso de Direito Constitucional Brasileiro, 4 edição, São Paulo, Livraria Freitas Bastos Ed. 1.956.
- CALÓGERAS, Pandiá A Política Monetária do Brasil, São Paulo Cia. Editora Nacional, s.d.
- CARDOSO, Fernando Henrique Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Difusão Europeia do Livro 1.964.

- Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, São Paulo Difusão Européia do Livro, 1.962.
- GARTWRIGHT, Dwin (ed) Studies on Social Power, Michigan, - The University of Michigan, Ann Arbor, 1.959.
- CAVALCANTI, Thomástocles e Reisky, Dubnio Comportamento Eleitoral no Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 1.964.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias (trad. Lydie Christina), Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1.957.
- COSTA, Antonio Tito O Vereador e a Câmara Municipal, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais LTD., 1.964.
- COSTA, Edgar Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal, (5 vols.), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.964.
- COSTA, João Cruz O Positivismo na República, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.956.  
Contribuição à História das Idéias no Brasil, Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1.956.
- CUNHA, Mario Wagner Vieira da O Sistema Administrativo Brasileiro (1930-1950), Rio de Janeiro, MEC- Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1.963.
- DAHL, Robert A. Who Governs? 5ed., New Heaven and London, - Yale University Press, 1.964.
- DIAS, Everardo A História das Lutas Sociais no Brasil, São Paulo, Editora L.B. 1.962.
- DUARTE, Nestor A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, São Paulo, 2 ed. Companhia Editora Nacional, 1.966.
- DUVERRIGER, Maurice Political Parties, London, 3 ed. University Paperbacks Methuen & CO LTD, 1.964.  
Droit Constitutionnel Et Institutions Politiques, Paris Presses Universitaires de France, 1.955.
- FERNANDES, Florestan Sociologia Numo Era de Revolução Social São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.963.  
Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, São Paulo, Editora Nacional, 1.959.
- FINNER, Hermann Teoria e Prática do Govôrno Moderno, Buenos Aires, Ed. Tecnos S.A., Colecion de Ciências Sociais ed.
- FONSECA, Luis- Washington Luiz Pereira de Souza o administrador, São Paulo, Poesi Com., 1.920.
- FREYRE, Gilberto Casa Grande e Senzala, (2 vols), Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.958.  
Interpretação do Brasil, 4 ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.947.
- FRISCHMANN, Paulo Presidente Vargas (trad. Mário da Silva B. Pedreira) Cia. Editora Nacional, 1.943.
- FROMM, Erich Conceito Marxista do Homem, 2 ed. (trad. Otávio Alves Velho), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.962.  
Mêdo à Liberdade, 2 ed., (trad. Otávio Alves Velho), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.962.

- FURTADO, Celso Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro Editora Fundo de Cultura S.S., 1.964.  
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, 2 ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura S.A., 1.965.  
Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.966.  
Formação Econômica do Brasil, 2 ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1.959.
- GABLAGLIA, Laurito Pessoa Raja Epitácio Pessoa, (2 vols), Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1.951.
- GARCEZ NETTO, Martinho Poder e Teoria dos Poderes, Conferência no Centro de Estudos Políticos no Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara (17/7/64), 1 de uma série sobre o tema "Limitação dos Poderes" (publicação interna).  
"Limitação dos Poderes Constitucionais, conferência no Centro Estudos Políticos do Tribunal Regional Eleitoral, Guanabara, 28/7/64, (publicação interna).
- GERMANI, Gino Política Y Sociedad en una Época de Transición, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1.956.
- GERTH, Hans and C. Wright, Mills - From Max Weber-Essays in Sociology, Galaxy, New York, University Press, 1.958.  
Character and Social Structure; the Psychology of Social Institution, London, Routledge & Kegan Paul LTD., 1.954.
- GOGUEL, F. (ed) Nouvelles Études de Sociologie Electorale, Paris, Librairie Armand Colin, 1.954.
- GRAMSCI, Antônio Concepção Dialética da História (trad. Carlos Nelson Coutinho), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.966.
- GURVITCH, Georges El Concepto de Clases Sociales de Marx a Nuestros Días, 2 ed. (trad. Horácio Cróspo), Buenos Aires, Ediciones Galatea Nueva Vision, 1.960.  
A Sociologia de Karl Marx (trad. Yolanda Leite), São Paulo, Editora Athenei S.A., 1.960.
- HEGEL, F. Principes de la Philosophie du Droit (trad. Andre Kann), 10 ed., Paris, Librairie Gallimard, 1.940.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de Raízes do Brasil, Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora, 1.956.
- HUNTER, Floyd Community Power Structure, Chapel Hill, the University of North Carolina Press, 1.953.
- IANNI, Octávio Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.963.  
Raças e Classes Sociais no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1.966.  
As Metamorfoses do Escravo, São Paulo, difusão Européia do Livro, 1.962.  
Estado e Capitalismo, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.965.
- IANNI, Otávio e Henrique Fernando Cardoso Homem e Sociedade, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.961.
- IANNI, Otávio, Paulo Singer, Gabriel Cohn e Francisco e. Wolf fort Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.965.
- JAGUARIBB, Hélio Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1.962.

- KELLY, Prado Estudos de Ciência Política (3 vols.), São Paulo, Ed. Saraiva, 1.966.
- KORNHAUSER, Arthur (ed) Problems of Power in American Democracy, Detroit, Wayne State University Press, 1.959.
- LASKI, J. Harold O Manifesto Comunista de 1848 (trad. Regina Lúcia F. de Moraes), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.967
- LASSWELL, Harold D. e Daniel Lerner As Elites Revolucionárias (trad. Walmesir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.967.
- LEAL, Vitor Nunes Coronelismo, Enxada e Voto, Rio de Janeiro Editora Revista Forense, 1.948.
- LEITE, Aureliano Memórias de um Revolucionário Revolução de 1930: Pródromos e Consequências, 1.ª ed., 1.931 (s.c.p)
- LENIN L'Etat et la Revolution, Geneve Suisse, Ed. Gouthior, 1.964.  
Sobre os Sindicatos, (trad. de Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luis Fernando Cardoso) Rio de Janeiro, Editorial Vitória LTDA, 1.961.
- LINS, Ivan História do Positivismo, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.964.
- LIPSET, Seymour Martin and Reinhard Bendix Social Mobility in Industrial Society Berkely and Los Angeles, University of California Press, 1.959.
- LOPES, Juarez A. Brandão Sociedade Industrial no Brasil, - São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1.964.
- LUKACS, Georg Histoire et Conscience de Classe (trad. Kostas Axelos et Jacqueline Bois), Paris, Les Editions de Minut, 1.940.
- LUKACS, Gyorgy, Max Weber, Pitirim Sorokin, Georges D. Gurvitch, Kingsley Davis, Wilbert E Moore, Rodolfo Stavenhagen Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.966.
- LUZ, Nícia Vilela A Luta Pela Industrialização no Brasil (1808-1930), São Paulo, Difusão Européia do Livro 1.961.
- LYND, Robert S. And Helen Lynd Middletown in Transition, New York, Harcourt Brace and Co. 1.937.
- LYRA, Alvaro Rio Branco, (2vols), Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.945.
- LYRA, A. Tavares de Organização Política e Administrativa do Brasil, série Brasileira, vol. 202, Cia. Ed. Nacional 1.941.
- LYRA, Roberto Prevenção e Repressão dos Crimes Eleitorais, Conferência proferida em curso de Direito Penal Eleitoral no Centro de Estudos Políticos do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara. (publicação interna).
- MACHADO NETO, A.L. Sociologia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1.963.
- MACHADO NETO, A.L. e Zahidé Machado Neto O Direito e Vida Social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.966.
- MACHIAVELLI, Niccolò O Príncipe (trad. Torrieri Guimarães) São Paulo, Livraria Exposição do Livro, s.d.

- MAC-IVER, Robert As Malhas do Govêrno, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1.957.
- MAGALHÃES, Col. J.B. A Consolidação da República, Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert LTDA., 1.947.
- MAGALHÃES, JR. Rui O Homem e o Mito, 2 ed., Rio de Janeiro Editora Civilização Brasileira S.A., 1.965.
- MALHEIROS, Arnaldo e Arnaldo da Costa Manso Legislação Eleitoral e Organização Partidária, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais LTDA., 1.955.
- MALINOWSKI, Bronislaw Uma Teoria Científica da Cultura (trad. José Auto) Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.962.
- MANGABEIRA, João Rui O Estadista da República, edição ilustrada, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editores, 1.943.
- MANHEIM, Karl Ideologia y Utopia, Mexico, Fondo de Cultura, 1.941.  
Diagnóstico do Nosso Tempo, (trad. Otávio Alves Velho), - Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.961.  
Sociologia Sistemática, (trad. Maria Alice Foracchi), São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1.962.  
O Homem e a Sociedade, (trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.962.  
Ideology and Utopia, London, Routledge & Kegan Paul LTD., 1.952.
- MARX e ENGELS Obras Escolhidas (3vols), Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1.961/1963.
- MARX, Karl e Engels A Ideologia Alemã, (trad. Waltensir Dutra e Florestan Fernandes) Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.965.
- MARX, Karl, Max Weber, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels Sociologia Política, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.966.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro, Rio de Janeiro, 1.948 s.c.p.
- MILLS, Wright A Elite do Poder, (trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.962.  
Poder e Política (trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.965.  
Las Clases Médias en Norteamérica (trad. José Bugeda Sanchez), Madrid, Aguilar S.A. de Ediciones, 1.957.  
La Imagination Sociológica (trad. Florentino M. Torner), - Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1.961.
- MIRANDA, Pontes de Comentários à Constituição de 1946 (5vols) São Paulo, Max Lemond, 1.953.
- MONDOLFO, Rodolfo Rousseau Y La Consciencia Moderna, Buenos Aires, Eudeba Editorial Universitaria, 1.962.
- MONTESQUIEU do Espírito das Leis (trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1.965.
- MORALS, Benjamin Crimes Eleitorais, palestra Proferida em curso de Direito Penal Eleitoral no Centro de Estudos Políticos, do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara (publicação interna).

- MYRDAL, Gunnar O Valor em Teoria Social (trad. Oracy Nogueira), São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1.965.
- NILBUCCO, Joaquim Um Estadista do Império, (2 vols), São Paulo Cia. Editora Nacional, 1.936.  
Minha Formação, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1957.
- NOYRS, Freitas Clovis Bevilacqua, São Paulo, Edições Melhoramentos (s.d.)
- NOGUEIRA, Oracy Pesquisa Social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.968.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo Ideais e Lutas de um Burguês Progressista (4 vols.), São Paulo, Editora Anhambí, 1.958.
- OSSO/SKI, Stanislaw Estrutura de Classes na Consciência Social (trad. Affonso Blacheyre), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.964.
- PARSONS, Talcott Essays in Sociological Theory, 2 ed., Illinois, The Free Press Glencoe, 1.958.
- PENTEADO, Margarida Maria A Função Industrial em Rio Claro (inédito).
- PEREIRA, Osny Duarte Quem faz as Leis no Brasil ?, Cadernos do Povo Brasileiro, vol. 3, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1.962.
- PINEO, Homero Curso de Direito Eleitoral, Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, Centro de Estudos Políticos, Departamento de Imprensa Nacional, 1.963.
- PINTO, A. Vieira Consciência e Realidade Nacional, (2 vols.) Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1.962.
- PINTO, Costa L.A. Sociologia e Desenvolvimento, 2 ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.965.
- PINTO, Ferreira Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno (2 vols.), Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1.951.
- POLSBY, Nelson J. Community Power an Political Theory, New-Haven and London, Yale University Press, 1.963.
- PRADO JR, Caio Evolução Política do Brasil e outros estudos, São Paulo, 4 ed., Ed. Brasiliense Ltda., 1.963.  
Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, 7 ed., Ed. Brasiliense LTDA., 1.963.  
A Revolução Brasileira, São Paulo, 2 ed., Ed. Brasiliense LTDA., 1.966.
- RAMOS, Guerreiro Mito e Verdade da Revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.963.  
Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Andes LTDA., 1.957.
- RODRIGUES, José Honório Conciliação e Reforma no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., 1.965.  
Interesse Nacional e Política Externa, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.966.
- RODRIGUES, Lêda Boschat História do Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1.965.

- RODRIGUES, Leôncio Conflito Industrial e Sindicatismo no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1.966.
- ROUSSEL, Bertrand O Poder, uma Nova Análise Social, São Paulo Cia. Editora Nacional, 1.954.
- ROUSSEAU, Jean Jacques O Contrato Social e outros escritos, (trad. Rolando Roque da Silva), São Paulo, Editora Cultrix Ltda., 1.965.
- SABINE, George H. História de La Teoria Política (trad. Vicente Herrero), México, Fondo de Cultura Económica, 1.963.
- SANTOS, José Maria dos Bernardino de Campos e Partido Republicano Paulista, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.960.
- SATRE, Jean Paul Questão de Método, 2 ed. (trad. Bento Prado-Jr), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1.967.  
Critique de La Raison Dialectique, Paris, Librairie Gallimard, 1.960.
- SHUMPETER, Joseph A. Imperialismo e Classes Sociais, (trad. Jaltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.961.
- SILVA, Cyro Quintino Bocaiuva-O Patriarca da República, São Paulo, Ed. Etágil, 1.962.
- SILVA, Fernando Altenfelder Abordagem Estrutural nos Estudos de Comunidade, Curitiba, Trabalho apresentado a IV Reunião Brasileira de Antropologia, julho 1.959 (inédito).
- SILVA, Hélio Cielo de Vargas (5 vols.), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., 1.967.
- SIMÃO, Aziz Sindicato e Estado, São Paulo, Editora Dominus, 1.966.
- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (2 vols.) São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.957.
- SINGER, Paul Desenvolvimento Econômico Sob o Prisma da Evolução Urbana, Tese de Doutoramento apresentada à Cátedra de Sociologia I, da Faculdade de Ciências e Letras U.S.P., 1.966.
- SODRÉ, Nelson Werneck Introdução à Revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., 1.963.  
O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais MEC, 1.960.  
História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1.965.  
Ideologia do Colonialismo, Rio de Janeiro, 2 ed., Editora Civilização Brasileira, 1.965.  
Formação Histórica do Brasil, São Paulo, 3 ed., Editora Brasiliense, 1.964.  
Formação da Sociedade Brasileira, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.944.
- SOUSA, J.P. Galvão de Introdução à História do Direito Político Brasileiro, 2ed., São Paulo, Edições Saraiva, 1.962.
- TINOCO, Brígido A Vida de Nilo Peçanha, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.962.
- TOCQUEVILLE, Alexis La Democracia em América, México, Fondo de Cultura Económica, 1.957.

- TORRES, Alberto - Organização Nacional, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1.938.  
O Problema Nacional Brasileiro - 3 ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.938.
- TORRES, João Camilo de Oliveira - A Democracia Corbada, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1.957.
- TOUCARD, Jean História de Las Ideas Políticas, Madri, Tecnos 1.961.
- VARGAS, Getúlio A Novo Política do Brasil, (7 vols.), Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.938.
- VIANNA, Oliveira Instituições Políticas Brasileiras, (2 vols.) 2 ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.938.  
Idealismo da Constituição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.939.  
Problemas de Política Objetiva, 2 ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.947.  
O Ocaso do Império, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.959.
- WARNER and Abegglen Big Business Leaders in América, New York, Harper and Brothers, 1.955.
- WARNER, W.L. Democracy in Jonesville (New Harper York 1949).  
The Social Life of a Modern Community (New Haven, Yale Univ. Press, 1941).  
Yankee City Series (6 vols.) New Haven, Yale University Press, 1941, 1942, 1945, 1947, 1949, 1959.
- WEBER, Max Ensaio de Sociologia (Organização e Introdução de H.H. Gerth e C. Wright Mills; tradução de Baltasar Dutra; Revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1.967.  
A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (tradução de M. Trevis de Q.F. Szirmaçsáyi e Tamas J.M.M. Szirmaçsányi) São Paulo, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1.967.
- YATES, Frank Méthodes de Sondage Pour Recensements e Enquêtes (trad. Georges Darmois), Paris, Dunod Masson et Cie. 1951.  
Obras de referência:
- PEREIRA, Osny Duarte (organização) Uade-Mecum Forense, 5 ed., Rio de Janeiro, José Konfino Editor, 1.959.
- NEGRÃO, Theotônio Dicionário da Legislação Federal, MEC. Departamento Nacional de Educação, Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Material de Ensino, 1.961.

## REVISTAS

L

## PERIÓDICOS

- Abu-Iaban, Baha "Self-Conception and Appraisal by others: a study of community leaders" in Sociology and Social Research, vol. 48, oct. 1.963.
- An Arbour Group Discussion "Citizen Participation in World Affairs: Problems and Possibilities" in The Journal of Social Issues, vol. IV, nº 1 winter 1.948.
- ARAÚJO, Alceu Meynard "Chefes do Govêrno Paulista-Tempos Turbulentários - 24 de outubro de 1930 a 14 de março de 1947" São Paulo, Separata da Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, Vol. LVIII, 1.960.
- Babchuk, N. Ruth Marsey and C.W. Gordon "Men and Women in Community Agencies-a Note on Power and Prestige" in American Sociology Review, vol. 25, nº 3, June 1.960.
- BARROS Jr., Carlos S. "Representação Política" in Revista dos Tribunais, Vol. 236, 1955, pag. 26.
- Bart, Ernest A.T. "Community Influence Systems: Structure and Change" in Social Forces, vol. 40 oct. 1961, nº 1.
- Bendix, R. and F.W. Howton "Social Mobility and American Business Elite I" in The British Journal of Sociology, Vol. VIII, nº 4, december 1.957.  
"Social Mobility and the American Business Elite II" in British Journal of Sociology, vol. IX, nº1 March 1.958.
- BLUMER, Herbert "Industrialization and the Traditional Order" in Sociology and Social Research, January 1964, Vol.48 nº2.
- Bonjean, C. "Community Leadership: A case study and conceptual refinement" in American Journal of Sociology, May 1963, Vol. LXVIII, nº 6.
- BRITO, Luís Navarro de "A Representação Proporcional" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 19, julho de 1.965, UMG.
- BROWN, Radcliff A.R. e Claude Levi-Strauss "El Concepto de Estructura Social" in Boletín del Instituto de Sociología, cuaderno 19, pags.1-72, Tomo XIII, 1960, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.
- Butler, J. "On Power and Authority: An Exchange on Concepts of Power, Authority and Legitimacy" in American Sociological Review, vol.25 oct. 1.960.
- Cambridge Group Discussion "Citizen Participation in World Affairs: Problems and Possibilities" in The Journal of Social Issues, vol. IV, winter 1.948.
- CARDOSO, Fernando Henrique "O Método Dialético na Análise Sociológica" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, vol. II, março de 1.962 UMG.
- CARVALHO, José Murilo de "Barbacena: A família, a política e uma hipótese" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20, janeiro de 1.966.

- CASTRO, Jeanne Berrance de e José Sebastião Witter "Arrolamento das Fontes Primárias de Rio Claro" Separata do nº 50 da Revista de História, São Paulo, 1.964.
- CAVALCANTI, Paulo "O Homem é Rui" in Revista Civilização Brasileira, Ano I, nº 4, setembro de 1.965.
- COCH, Lester y John R.P. French (h) "Superando la Resistencia al Cambio", Buenos Aires, Cuadernos del Boletín del Instituto de Sociología, nº 6, 1.947.
- COHEN, F. "Science and Politics in Plans for Puerto Rico" in The Journal of Social Issues, vol.III, nº4 fall 1.947.
- COOPER, H. "Perception of subgroup power and intensity of affiliation with a large organization" in American Sociological Review, vol.26, nº 2, april 1.961.
- CURTIS, "Differential Association and the Stratification of the Urban Community" in Social Forces, vol. 42, oct. 1963, nº 1.
- D'ANTONIO, W. and Erickson, E. "The Reputational Technique as a Measure of Community Power: An Evaluation based on comparative and longitudinal studies" in American Sociological Review, june 1.962, nº 3.  
"Further Notes on the Study of Community Power" in American Sociological Review, vol. 27, nº 6, 1.962.
- DE GRÉ, G. "Freedom and Social Structure" in Sociological Analysis, New York, Harcourt Brace and Co., 1.949.
- DELORENZO Neto, A. "Realidade e a Configuração Social do Município" in Sociologia, Vol. XIX, nº 4, outubro de 1.957.
- DEUTSCH, M. Albert Pepitone and Alvin Zander "Leadership in the Small Group" in The journal of Social Issues, vol. IV, nº 2, spring, 1.948.
- DICK, H. "A Method for ranking community influentials" in American Sociological Review, vol.25, nº3, june 1.960.
- DINIZ, Gabriel Silvio "Grupos Políticos em Minas Gerais" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 22, janeiro 1.967 UMG. ←
- DYE, Thomas "Popular Images of Decision-Making in Suburban Communities" in Sociology and Social Research, vol. 47, nº1 1.962.
- EHRlich, H. "The Reputational Approach to the Study of Community Power" American Sociological Review, vol.26, nº6, 1.961.
- EMERSON, R. "Power-Dependence Relations" American Sociological Review, vol.27, 1.962.nº1.
- ERBE, W. "Social Involvement and Political Activity: A Replication and Elaboration" in American Sociological Review, vol. 29, nº 2, 1.964.
- EVAN, W. "Law and the Emergence of Formal Organization" in Sociology and Social Research, vol.48, 1.964, nº 3.
- FAGUNDES, Seabra "Reformas essenciais do aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras" in Revista de Direito Administrativo, nº 43, pag. 1.

- FERNANDES, Florestan "Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil" in Revista Civilização Brasileira, nº 11-12, dezembro 1966-março de 1967.
- FERNANDES, Florestan "Reflexões sobre a Mudança Social no Brasil" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 15 janeiro-julho de 1.963, UMG.
- FERREIRA, Oliveiros S. "Acrise do Sistema e as Eleições Paulistas de 62" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 16, 1.964, UMG.
- FREEMAN, L and others "Locationg leaders in Local Communities A comparison of some alternative approach" in Americal Sociological Review, 1.963, vol.28 nº 5.
- FURTADO, Celso "Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico do Brasil" in Reivsta Civilização Brasileira, ano I, nº 1, março de 1.965.
- GANSON, W. "Coalition Formation at Presidential Nominations Conventions" The American Journal of Sociology vol. LXVIII nº 2, 1.962.
- GERMANI, Gino "Desarollo y estado atual de la sociología latinoamericana" in Boletin del Instituto de Sociología, cuadernos 17, pags. 423-454, Tomo XII, Faculdade de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1.959.
- GIDWANI, K.A. Valcenjkar and Kamla Chowdry "Leader Behavior in Elected and Non-Elected Groups" in Human Organization, vol. 21, nº 1, 1.962.
- GRAINGER, G.W. "Oligarchy in the British Communist Party" in British Journal of Sociology vol. IX, nº 2, 1.958.
- GREER, Scott "The Social Structure and Political Process of Suburbia" in American Sociological Review, vo.25 nº4, 1.960.
- GUIMARÃES, Carlos Eloy de Carvalho "A Vida Política e Administrativa de Doros do Indaiá" in Revista Brasileira de Estudos Políticos nº 1, dezembro de 1.956, UMG.
- HANKS, L.M.Jr. "Summary and Epilogue: Social Research in Political Decisions" in The Journal of Social Issues, vol. III, nº 4, 1.947.
- HAWLEY, Amos H. "Community Power and Renewal Success" in American Journal of Sociology, vol. LXVIII, nº 4, 1.963.
- HOROWITZ, Irving Louis e Ernest Nagel e Robert K. Merton "Problemas metodológicos del Funcionalismo en las Ciências Sociales" in Boletin del Instituto de Sociología, cuaderno 16, pags. 291-422, Tomo XII, 1959, Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires.
- IANNI, Octávio "A crise do pensamento sociológico" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, vol. I, novembro de 1.961, UMG.
- IANNI, Octávio "Condições Institucionais do Comportamento Político Operário" in Revista Brasileira, nº 36, julho-agosto de 1.961.
- IANNI, Octávio "Polarizações da Ideologia do Empreendedor" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 23, janeiro de 1.967, UMG.

- KATZ, Fred and F.V.P. "Circuitous Participation in Politics" in American Journal of Sociology, vol. LXIX nº 4, 1.964.
- KNICKERBOCKER, Irving "Leadership: A conception and some Implications" in Journal of Social Issues, vol. IX, nº3, 1.948.
- LASSWELL, H.D. "Integrating Communities into more inclusive systems" in Human Organization, vol. 21, nº2, 1.962.
- LIMA Sobrinho, Barbosa "O Direito Eleitoral e a Constituição de 1946" in Revista Eleitoral, Ano II, vol. VI, nº4, pages. 249-265.
- MARTINS, Luciano "Formação do Empresariado Industrial no Brasil" in Revista Civilização Brasileira, Ano III, nº13, maio 1962.
- MATA, Emanuel "O Plebiscito de Janeiro de 1963" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, julho de 1.964, UMG.
- MCDILL, E. and Ridley "Status, Anomia, Political Alienation and Political Participation" in American Journal of Sociology, vol. LXVIII, nº2, 1.962.
- MILLER, Delbert "Town and Gown: The Community Power of a University Town" in American Journal of Sociological, vol. LXVIII, nº 4, 1.963.
- NELSON, Paul D. "Similarities and Differences among leaders and followers" in Journal of Social Psychology, 1.963.
- NOGUEIRA, Oracy "A Estratificação Social no Município de Itapetinga" in Sociologia, vol. XXI, nº3, agosto de 1.959.
- NUMAN, Geraldo Wilson "Controle dos Gastos Eleitorais" Rio de Janeiro, Cadernos de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública.
- PATCHEN, Martin "Alternative questionnaire Approaches to the measurement of influence in organizations" in American Journal of Sociology vol. LXIX, nº 1, 1.963.
- PAUPERIO, A. Machado "Os Partidos Políticos e seu Novo Regime Jurídico" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº22, janeiro de 1.967, UMG.
- POLSBY, N. "Community Power: Some Reflections on the Recent Literature" in American Sociological Review, vol. 27, nº 6, 1.962.
- PRADO Jr., Caio "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" in Revista Brasiliense, março-abril de 1.960.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de "o Mandonismo local na vida política brasileira" in Anhembi, Ano VII, vol. XXV, nº 74, janeiro de 1.957.
- RAMOS, Guerreiro "A Dinâmica da Sociedade Política no Brasil" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 1, dezembro de 1.956, UMG.
- RODRIGUES, Leôncio Martins "Conflito Industrial e Sociologia Americana" in Revista Civilização Brasileira, ano I, nº 5-6, março de 1.966.
- SHEPPARD, H. "The Union as a Political Influence Ethnic and Generation Factors in Union Members Behavior" in Journal of Social Issues, vol. IX, nº1, 1.953.

- SIMÃO, Azis "O voto operário em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 1, dezembro 1.956 UMG.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon "Brasil: A política do desenvolvimento desigual" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 22, janeiro 1.967, UMG.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon "As bases ideológicas do Lacerdismo" in Revista Civilização Brasileira, ano I, nº 4, setembro de 1.965.
- SOARES, Ary Dillon "Instituições Políticas, conflito de Pressões e Abstenção Eleitoral" in Revista de Direito Público e Ciência Política, vol. IV, nº 1, jan.abr. de 1.961.
- SOARES, Glaucio Ari "Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, julho de 1.964, UMG.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon "Mobilidade Social e Comportamento Político" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 11, junho de 1.961 UMG.
- TAVARES, Assis "Causas da Derrocada de Abril de 64" in Revista Civilização Brasileira, ano I, nº 8, julho de 1.966.
- TAVARES, Assis "Crise de Conjuntura e Crise de Estrutura" in Revista Civilização Brasileira, ano I, nº 4, setembro 1965.
- VASCONCELOS, Salomão de "Vida Social e Política de Vila do Carmo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20, janeiro de 1.966, UMG.
- VINHAIIS, Moises "Contribuição para o Estudo da Estrutura e da Organização do Proletariado Paulista" in Revista Brasiliense, nº 36, julho-agosto de 1.961.
- WEFFORT, Francisco "Raízes do Populismo em São Paulo" in Revista da Civilização Brasileira, ano I, nº 2, maio de 1.955.  
"Estado e Massas no Brasil" in Revisão, nº 3, Grêmio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano II, agosto-setembro de 1.966.
- WOLFINGER, R. "Reputational Technique and Reality in the Study of Community Power" in American Sociological Review, 1960, vol.25, nº 5.  
Revista Brasileira de Estudos Políticos: Número Especial sobre as Eleições de 1.962, nº 16, janeiro de 1.964. UMG.  
Revista Brasileira de Estudos Políticos: Número Especial sobre as Eleições de 1.966, nº 23-24, julho de 67-janeiro de 68. UMG.

## FONTES MANUSCRITAS

OficiaisLivrosAH MHPABV RC

Livro de Actas da 3ª Secção Eleitoral Estadual (13-8-1927 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Atas Eleitoraes de Corumbatai-2ª Secção(28-11-1925 a 30-11-1928) não classificado

Livro de Actas das Eleições Estaduais e Municipais de Santa Gertrudes (12-1-1919 a 5-6-1927) não classificado

Livro de Actas da 2ª Secção Eleitoral para Eleições Estaduais e Municipais(1-12-1907 a 1-6-1918) não classificado

Livro de Atas da 6ª Secção Eleitoral(29-2-1908 a 30-10-1916) não classificado

Livro de Atas da 7ª Secção Eleitoral de Itirapina e Outras Notas(28-2-1910 a 1-3-1910) não classificado

Livro nº 24:Atas Eleitoraes -3ª Secção (23-3-1893 a 14-4-1902) não classificado

Livro de Actas Eleitoraes da 1ª Secção do Distrito Eleitoral de São João do Rio Claro(23-3-1893 a 14-4-1902) não classificado

Livro nº 32:Atas das Reuniões da Comissão Municipal de Alistamento:(16-6-1895 a 29-6-1899) não classificado

Livro nº 31:Alistamento Geral de Eleitores da 1ª Secção(7-5-1895 a 20-5-1898) não classificado

Livro de Assinaturas de Eleitores da Secção Unica de Itirapina(20-2-1915 a 23-3-1922) não classificado

Livro nº 30:Alistamento Eleitoral da 1ª Secção (5-1-1894 a 20-5-1901) não classificado

Livro de Assinaturas dos Eleitores da 2ª Secção Eleitoral (14-1-1922 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Assinaturas de Eleitores da 3ª Secção Eleitoral(29-4-1922 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Assinaturas Eleitoraes da 7ª Secção (11-6-1916 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Assinaturas dos Eleitores de Itirapina(8-6-1924 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Assinaturas de Eleitores da 4ª Secção Eleitoral(14-1-1922 a 30-5-1930) não classificado

Livro de Assinaturas de Eleitores das Duas Secções Eleitoraes de Corumbatai(29-11-1925 a 30-10-1928) não classificado

Livro de Assinaturas de Eleitores da Secção Unica de Itaquori da Serra ( 14-7-1918 a 10-8-1930) não classificado

Livro de Termo de Compromisso dos Officiais da Guarda Nacional da Comarca de São Joao do Rio Claro(1893 a 1908) não classificado

Livro:Registro de Patentes dos Officiais da Guarda Nacional(14-10-1892 a 20-9-1912) não classificado

Livro:Guardas Policiais (1846) não classificado

#### ASFR RC

Livros de Atas (1879 a 1948) 10 volumes

#### ACM RC

Livros de Atas da Câmara Municipal de Rio Claro(1845-1930) 31 volumes

#### Documentos Avulsos

##### AH MHPABV RC

Apuração de votos nas eleições de 1898(cálculos rasurados) não classificados

Requerimentos dirigidos à Comissão Municipal de Alistamento (1890-1898) não classificados

Documentos sôbre colheita de café (1896-1898)(dados coligidos por Antonio Vieira da Costa Campos referentes à colheita de café, número de trabalhadores e propriedades rurais) não classificados

Documentos sôbre Propriedades Agrícolas e Produção de Café s d (dados coligidos por Sylvio Amancio Rodrigues, referentes às propriedades agrícolas, colheita média, colheita do ano-provavelmente 1898-pessoal da fazenda e número de residências) não classificado

##### AP Autôra

Expediente da Câmara Municipal de Rio Claro(1959-1964)

## FONTES IMPRESSAS

OficiaisLivrosAH MHPABV RC

Collecção das Leis e Decretos do Estado de S. Paulo de 1903 Tomo XIII Typographia do Diario Official, S. Paulo, 1904

Collecção das Leis e Decretos do Estado de S. Paulo de 1905 Tomo XV Typographia do Diario Official, S. Paulo, 1906

AP Autôra

ALMEIDA, Fernando H. Mendes (organização) Constituições do Brasil, 2ªed., Edição Saraiva, São Paulo, 1958

VIEIRA Neto, Manoel Augusto (revisão) Código Eleitoral: Lei nº1 164 de 24 de julho de 1955 e nº2 582 de 30 de agosto de 1955, São Paulo, Ed. Saraiva, 1955

IBGE RC

Comissão Central de Estatística Relatório Apresentado ao Exmo Sr. Presidente da Provincia de São Paulo, Leroy King Bookwater, São Paulo, 1888

Recenseamento Geral de 1940: Censo Demográfico do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, São Paulo

Recenseamento Geral do Brasil: Censo Agrícola 1950, Imprensa Oficial

Recenseamento Geral de 1950: Censo Demográfico do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial

CAMPOS, Sylvio Souza Estudo dos Fatores da Produção nos Municípios Brasileiros e Condições Econômicas de Cada Um: Estado de São Paulo: Município de Rio Claro. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, Rio de Janeiro, 1928

Pequena Cronologia de Rio Claro (inédito)

Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (exclusivo o município da Capital) Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, 1947

BTRE SJ SP

PALMEIRA, Franklin (ed.) A Reforma Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950

Revistas e PeriódicosBTRE SJ SP

CARDOSO, Dario "A vigente lei eleitoral e a representação proporcional" in Revista Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Rio de Janeiro, Ano I, 30-4-1951-nº1.

VINHAES, Jorge Alberto (dir.) "Ementário da Legislação Eleitoral (1945-1958)" in Revista de Direito Político Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo, Vols. I e II, Ano I, setembro, outubro, novembro, dezembro 1958.

AH MHPABV RC

BARBOSA, Rui "Eleição Presidencial: Memória Apresentada ao Congresso Nacional" in Diário do Congresso Nacional Suplemento, Rio de Janeiro, julho de 1910

BTRE GB

CAFÉ Filho, João "Sistema Eleitoral Brasileiro" in Boletim Eleitoral nº 114. Tribunal Superior Eleitoral

FERREIRA, Manoel Rodrigues "Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro" in Boletim Eleitoral, nº 124

Estatutos dos Partidos Políticos in Boletim Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, Ano XII, fevereiro de 1963, nº 139

OpúsculosAH MHPABV RC

Eleitores Municipaes do Municipio de São João do Rio Claro: Primeiro Alistamento em 1896 Typographia do "Diário do Rio Claro", 1896 não classificado

Municipio de São João do Rio Claro-Estado de São Paulo Alistamento de 1898 (s.d.s.c.p.) não classificado

AP Barreto

JOLY, Benedito Pires Relatório correspondente ao Exercício Financeiro de 1932, apresentado ao Departamento de Administração Municipal Tipografia Conrado, Rio Claro, 1933

IBGE RC

Sinopse Estatística do Município de Rio Claro Estado de São Paulo, IBGE, São Paulo, 1948

CNE Rio Claro em Comemoração ao 1º Centenário IBGE, 1957

Documentos AvulsosAH MHPABV RC

Documentos Oficiais relativos às eleições municipais estaduais e federais em Rio Claro (1890-1898) não classificados

Correspondência Oficial: Do Presidente do Estado ao Conselho de Intendência Municipal de Rio Claro (1890-1898) não classificados

Correspondência Oficial: Da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior ao Presidente da Câmara Municipal (1890-1898) não classificados

Correspondência Oficial: Da Comissão Municipal de Alistamento à Intendência Municipal (1890-1898) não classificados

Papéis da Comissão de Justiça da Câmara Municipal (1895-1910) não classificados

IBGE RC

Quadro Comparativo dos Censos: Recenseamento Geral de 1960 e Censo Escolar de 1964 (inédito)

Estatística do Eleitorado da Comarca de Rio Claro (1965) inédito

BTRF SJ SP

Arquivos: Resultados Eleitorais: Estaduais, Municipais e Federais (1947-1966) (mapas, registros e estatísticas) dispersos

Não Oficiais

## Livros

AH MHPABV RC

GAMA, Affonso Dionisio Alistamento Eleitoral da República Terceira edição cuidadosamente corrigida e muito aumentada, Nova Era Empresa Editôra, Paulino Vieira e Comp., São Paulo, 1924

- BRASILINSE, A. Os Programas dos Partidos e o 2º Império, Typographia de Jorge Seckler, São Paulo, 1878
- FLEIUSS, Max História Administrativa do Brasil (2ª ed.) Cia Melhoramentos, São Paulo, 1925
- BARBOSA, Rui Queda do Império, Tomo I, Ed. Livraria Castilho, Rio de Janeiro, 1922
- BARBOSA, Rui Finanças e Política da República (Discursos e Escriptos) Companhia Impressora, Rio de Janeiro, 1892

BTJ SP

- GAMA, Affonso Dionisio Alistamento Eleitoral da República (2ª ed.) Casa Grafica Jose Braulio e Cia, São Paulo, 1917
- TOLEDO, João Baptista Pinto de Consolidação das Disposições em Vigor sôbre a Organização e Eleições Municipaes em o Estado de São Paulo, Casa Espinola, São Paulo, 1916
- SILVA, A. C. de Almeida Consolidação das Leis sôbre o Regimen Eleitoral e Municipal do Estado de São Paulo: anotada e acompanhada de Promptuario Eleitoral e dos Formularios para o Alistamento e Revisão Eleitoral e para o processo das eleições federaes, estadoaes e municipaes. Duprat & Comp. São Paulo, 1913
- MALHEIROS, Arnaldo e Geraldo da Costa Manso Legislação Eleitoral e Organização Partidária Ed. Revista dos Tribunais Limitada, São Paulo, 1955
- ARRUDA, Braz Souza A União pode Impôr aos Estados um Alistamento Eleitoral para Eleições Locaes Dissertações Apresentadas à Faculdade de Direito de São Paulo, Ed. Augusto Siqueira & Comp 1919
- CARVALHO, Affonso José de Decisões Livraria Economica, São Paulo, 1923

BTRE SJ SP

- BRANCO Filho, Francisco Direito Eleitoral A. José Branco Filho Editor, Rio de Janeiro, 1945

AP Barreto

- PENTEADO, Oscar de Arruda Os Arruda Penteado de Rio Claro Tipografia Conrado, Rio Claro, 1946

AlbunsAP Barreto

FERRAZ, J. Romeu Album História do Rio Claro (sua vida, os seus costumes e seus homens) 1821-1827-1922  
 Typographia Hennie Irmãos São Paulo, 1922

ALMEIDA, Nelson Martins de Album de Rio Claro. Documentário Histórico Ilustrativo do Município de Rio Claro Tipografia Beltratti, Rio Claro, 1951

AlmanaquesAP Barreto

NEVES, Candido Almanach do Rio Claro Officina Typographica da Gazeta, Rio Claro 1885

KRETTLIS, Conrado Almanach do Rio Claro Anno I, Typographia Conrado, Rio Claro, 1906

MOLINA, Thomaz Carlos de Almanak de São João do Rio Claro para 1873 publicado por José Maria Lisboa Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.

JornaisAP Fina

O Fígaro (1922-1923) Rio Claro coleção completa

AGL RC

Alpha (Rio Claro) 1901-1904 coleção completa

AP Autôra

Atas da Câmara Municipal (Transcritas in Diário do Rio Claro 1963-1964)

Legislativo Rioclarense (Artigos sôbre o Legislativo in Diário do Rio Claro 1962-1966; Cidade do Rio Claro 1962-1966)

Editais Eleitorais (publicados in Diário do Rio Claro 1963)

Propaganda Eleitoral (Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro, 1963)

CECY "Meu Cantinho" in Diário do Rio Claro 1962-1966.

CARNEIRO, José Carlos Carvalho "Notas e Observações" in Diário do Rio Claro 1963-1964

Editorial Pôsto de Observação (Cidade de Rio Claro, 1963-1966)

GIPSY "Jornal Com...pato" in Diário do Rio Claro 1963-1964

GIPSY "Contraponto" in Diário do Rio Claro 1963-1964

Notícias e Comentários(Diário de Rio Claro 1962-1966 e Cidade de Rio Claro 1962-1966)

PENTEADO, Oscar de Arruda "Palestra Proferida na Sessão Solene realizada no dia 24 de junho de 1964" in Diário de Rio Claro, 28-VI-64

### Opúsculos

#### AP Autôra

PASQUALINI, Alberto Diretrizes Fundamentais do Trabalho Brasileiro, Comissão Executiva do PTB, Porto Alegre, 1950

Documentos sôbre o PDC(Declarações da Guanabara e Curitiba, Folhetos de Propaganda:1961-1963)

Propaganda Partidária (folhetos 1961-1963)

### Volantes e Avulsos

#### AP Barreto

Propaganda Política(1904-1910) não classificados

Greve Operária-Rio Claro(1901-1910) não classificados

CAMPOS, Zulmiri Ferraz de Centenário de Rio Claro(1827-1927) Conferência pronunciada no Teatro Variedades, Rio Claro, 20 de junho de 1927